



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

MARÉ DE LUA

Capitalismo, práticas e ecologias na lida com o caranguejo-uçá no Delta do
Parnaíba (PI/MA)

Lucas Coelho Pereira

Brasília

2021

Lucas Coelho Pereira

MARÉ DE LUA

Capitalismo, práticas e ecologias na lida com o caranguejo-uçá no Delta do Parnaíba (PI/MA)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, no dia 15 de dezembro de 2021 às 9h00, como um dos requisitos para a obtenção do título de doutor em Antropologia Social.

Orientador: Henyo Trindade Barretto Filho

Co-orientador: Pedro Castelo Branco Silveira

Banca examinadora:

Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho (PPGAS/DAN/UnB) – Presidente

Profa. Dra. Cecília Campello do Amaral Mello (IPPUR/UFRJ) – Membro externo

Prof. Dr. Rafael Victorino Devos (PPGAS/UFSC) – Membro externo

Prof. Dr. Carlos Emanuel Sautchuk (PPGAS/DAN/UnB) – Membro interno

Suplente:

Prof. Dr. Guilherme José da Silva e Sá (PPGAS/DAN/UnB)



À Maria Nazaré da Silva Pereira (*in memoriam*)

À Maria Joana Ferreira de Andrade Coelho (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Sonhei várias vezes com minhas avós enquanto escrevia a tese. Duas mulheres negras nascidas e criadas às margem do Parnaíba, no sertão do Piauí. Maria Joana, mãe da mamãe, alfabetizava crianças, jovens e adultos na zona rural de Teresina. Maria Nazaré, mãe do papai, era enfermeira e datilógrafa. Devo a elas a coragem de persistir mesmo em condições adversas. Vovó e Dadá, salve os caminhos que suas andanças tornaram possíveis!

Durante o doutorado fui bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) – entre os anos de 2017 e 2020 – e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – de 2020 a 2021. Graças a esse auxílio financeiro pude me dedicar integralmente à pós-graduação, participando de congressos, adquirindo livros, custeando os gastos necessários ao trabalho de campo e à montagem do filme etnográfico que integra esta tese. Em 2018, contei ainda com ajuda de custo da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), no âmbito do projeto de pesquisa coletiva “Ecologia política da pesca de crustáceos em manguezais do nordeste brasileiro”, que financiou minhas três primeiras viagens ao Delta do Parnaíba.

Agradeço ao Henyo Trindade Barretto Filho pela orientação afetuosa, certa e incentivadora. Sou bastante orgulhoso em tê-lo comigo nessa travessia, seus conselhos são preciosos e seu modo de agir no mundo (acadêmico e fora dele) é inspiração para vida inteira. Gratidão, mestre!

Ao Pedro Silveira, pelo convite para trabalhar nos manguezais, por ter aceitado co-orientar este trabalho e por me ensinar tanto a respeito dos caranguejos e da importância de nos implicarmos no debate público sobre a pesca de crustáceos. Agradeço por sua grande generosidade e parceria intelectual.

À dona Maria Celeste de Sousa, coordenadora do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Piauí (MPP/PI), pelas longas conversas que orientaram e guiaram diversas escolhas neste trabalho.

À Cecília Mello, Rafael Devos, Carlos Sautchuk e Guilherme Sá por estarem presentes na banca. É muito gratificante ter vocês como primeiros leitores, pessoas cujos trabalhos me inspiram em vários níveis. Agradeço ainda à professora Ellen Woortmann por sua participação atenta e cuidadosa na banca de qualificação do projeto de tese.

Ao Guilherme Fagundes, ao Thiago Cardoso e à Zeza Barral pelos diálogos e ensinamentos sempre motivadores.

Aos professores, professoras, funcionários e funcionárias do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Além dos que já citei, não posso deixar de mencionar as valorosas contribuições que recebi de Antonádia Borges, Cristiana Patriota de Moura e Marcela Coelho em meu processo formativo, desde o mestrado.

Aos servidores e servidoras terceirizados/as que cuidam do Instituto de Ciências Sociais por todo acolhimento e carinho.

Ao Coletivo Zora Hurston! É motivo de muita alegria e orgulho ter participado na fundação desse grupo ao lado de gente tão querida como Carolina Costa, Rosana Castro e Guilherme Fagundes. Nas pessoas de Aline Miranda, Vinícius Venâncio e Marina Fonseca saúdo ainda todas as novas gerações de estudantes negros e negras que estão passando e ainda passarão pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UnB.

À Carolina Costa, Rosana Castro, Júlia Freire, Denise Costa, Alisson Carvalho, Diego Coimbra, Élyda Linhares, Anderson e Júnia por regarem caminhos áridos com as águas das suas amizades.

Às queridas companheiras de turma Carolina Costa, Amalle Catarina Pereira, Beatriz Moura, Leila Saraiva, Luísa Molina, André Justino, Felipe Tuxá e Vinícius Januzzi.

Ao Rafael Buti e Beatriz Mesquita pelos diálogos que tivemos no âmbito do projeto de pesquisa coletiva “Ecologia Política da Pesca de Crustáceos”, financiado pela FUNDAJ.

Às cineastas Ana Clara Ribeiro, Fernanda Vidigal e Otávio Almeida pela incrível oficina de documentário na qual pude finalizar o roteiro do filme etnográfico – com assessoria da Ana Clara –, e na qual contei ainda com consultoria de produção da Fernanda Vidigal. Esses encontros colaborativos só foram possíveis graças à parceria entre a Oficina Faz!Doc! e o Projeto Paradiso Multiplica, ao qual estendo meus profundos agradecimentos.

Ao Ronald Moura e a Pense Produtora pela montagem e finalização do filme.

Ao cineasta João Castelo Branco por uma conversa iluminadora, quando a ideia do filme era só um rascunho difuso.

Ao Íris – Laboratório de Imagem e Registro das Interações Sociais, nas pessoas do André Leão e do Guilherme Fagundes, pelas orientações instigantes e potentes no trabalho com as fotografias.

Aos amigos e amigas do Centro de Defesa Ferreira de Sousa. Estou morrendo de saudades de nós juntos! Agradeço por todos os ensinamentos sobre fazer alianças para a construção de outros mundos. Maria Lúcia de Oliveira Sousa, a antropologia que eu faço nunca mais foi a mesma desde o nosso encontro. Agradeço a ti e aos nossos companheiros do Centro de Defesa por isso!

Aos professores e professoras que tive na Universidade Federal do Piauí, lugar onde fiz minha graduação em Ciências Sociais. Agradeço, em especial, à professora Dione Moraes por ter germinado em mim o compromisso e a paixão pela pesquisa, orientando meus primeiros passos nessa caminhada.

No Delta, agradeço imensamente ao Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, à Associação Comunitária do Torto, a Amar Delta – Associação Mãe das Associações da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba (Resex), ao Projeto Asas Para o Delta – no qual pude contribuir com oficinas de etnobotânica e escrita criativa para a juventude da Resex, e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

À Tatiana Rehder, então gestora do ICMBio durante a realização da pesquisa, pelo acolhimento e generosidade com a qual recebeu nossa proposta de trabalho.

Ao Luciano Galeno, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP/PI), amigo querido com quem muito aprendi sobre a realidade e os conflitos vivenciados pelas comunidades pesqueiras do Delta do Parnaíba.

À dona Penha e sua família que, graças à intermediação de minha tia Cláudia, receberam-me com todo amor e carinho enquanto procurava um apartamento para alugar em Parnaíba. Peço desculpas por todas as visitas que não fiz.

Ao pessoal do Parnaíba Hostel, especialmente à Inês, por ter me emprestado/doado a bicicleta que me acompanhou em todos os meus deslocamentos – inclusive para o mangue – na cidade de Parnaíba.

Ao mototaxista Zezinho pelos inúmeros corres que fizemos juntos.

Aos caranguejeiros, compradores, patrões e suas famílias pela atenção, tempo e cuidado dedicados a esta pesquisa. Espero fazer jus a todas as dádivas que nossos encontros me proporcionaram. Agradeço especialmente ao Querido (Roberto Nascimento), Vera Nascimento e Gustavo, que agora já é um jovem cantor; a Tijolo e dona Jesus; ao Sérgio, Lukas, Lelía Carvalho, dona Das Luz e toda família do seu Paulo e dona Conceição; às famílias de Dunga, Zito, Vinvin, Luiz Henrique (o Porco), seu Chico e Francisco; ao Antônio João; ao João Carlos e sua família; à toda família de dona Leila e seu Pedro, especialmente ao nosso compadre Marcos e nossa comadre Cida que escolheram a mim e Cíntia como padrinhos do pequeno Levy.

À Cíntia Engel, minha companheira de vida, pelo tudo e mais um pouco que vivemos nos últimos tempos, em meio a tantas mudanças – foram mais de cinco casas em seis anos. Seu carinho, garra e amorosidade me fortalecem. Te agradeço ainda pela leitura, revisão e inúmeras conversas que deram origem a esta tese.

Aos meus pais Francisco da Silva Pereira e Maria de Lourdes Machado Coelho, meus mentores. Devo a eles quase todas as minhas virtudes (e algumas loucuras também). Que sorte ter reencarnado por meio de vocês.

Às irmãs mais maravilhosas do mundo Lívía, Lara e Rhayka Rhaylla pela alegria e festa que é ser e estar com vocês, mi zamores.

Às minhas tias, aos meus tios, aos meus avôs, aos meus primos e aos meus afilhados Gabriel e Samuel pela certeza de que, onde quer que esteja, nunca estarei só.

À minha mãe Isabel de Oxum e à taróloga Íris Regina, por todos os banhos, rezas, descarregos e conselhos oraculares.

A Deus e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

A Exu, Ogum, Oxóssi, Oxum, Iemanjá e, principalmente, Nanã, por toda força e proteção. Não posso deixar de saudar também meus encantados e a família de Légua Boji Buá da Trindade. Viva o povo de Légua!

RESUMO

Situado na divisa entre os estados do Piauí e do Maranhão, o Delta do Parnaíba apresenta uma das mais expressivas produções de caranguejo-uçá do nordeste brasileiro. Nesta tese, me enredo pelos caminhos dos mangues, dos rios e da terra a fim de acompanhar a vida com esse crustáceo em seus múltiplos devires. Enfatizo as transformações ocorridas na emergência do caranguejo em seu devir mercadoria. Nesse processo, entra em ação um conjunto articulado de viventes, práticas e dinâmicas ecológico-políticas. Se, por um lado, o caranguejo devém mercadoria capitalista classificada conforme normativas e critérios comerciais previamente estabelecidos, por outro ele se constitui por meio de sistemas de coatividade que articulam humanos e não humanos; processos vitais de nascimento, crescimento e morte; e práticas de ação, percepção e cuidado envolvidas na sua captura e comércio. Assim, com base em caminhadas com caranguejeiros, compradores e patrões, mostro de que forma territórios e habilidades implicadas em suas atividades compõem ecologias marcadas pela tensão entre acumulação capitalista e dinâmicas generativas da vida de caranguejos, humanos e manguezais.

Palavras-chave: Antropologia ecológica. Antropologia das práticas. Capitalismo. Manguezais. Caranguejo-uçá. Pesca Artesanal.

ABSTRACT

On the border between the two Brazilian states Piauí and Maranhão, the Delta of the Parnaíba River, has one of the most expressive productions of burrow crab in northeastern Brazil. In this thesis, I tread along the paths of mangroves, rivers, and lands to apprehend the handling of this crustacean in its multiple becoming. I emphasize the transformations that took place in the emergence of the crab as a commodity. An articulated set of living things, practices, and ecological-political dynamics come into play in this process. The crab is a capitalist commodity classified according to previously established commercial norms and criteria. It is also part of systems of coactivity that articulate human and non-human, vital processes of birth, growth, death; as action, awareness, and care practices that are involved in capturing and trading them. Thus, based on wanderings with crab collectors, buyers, and bosses, I show how territories and skills involved in their activities make up ecologies marked by the tension between capitalist accumulation and generative dynamics in the life of crabs, humans, and mangroves.

Keywords: Ecological anthropology. Anthropology of practices. Capitalism. Mangroves. Burrow crab. Artisanal fishing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Os outros malditos do mangue	15
A vida entre raízes	19
Caranguejo não é peixe	21
Algumas inspirações	25
A lama do Delta	29
Outras inspirações	33
Mapa da tese	34
CAPÍTULO 1 - Ecologias do território	38
As ritmicidades do/no território	43
Inverno e verão	49
Luas, marés e mosquitos	71
O Delta do Parnaíba e as unidades de conservação: a vida como objeto da gestão	82
Articulando coisas “desarticuladas”	91
CAPÍTULO 2 - Artes do movimento	96
Conhecendo os mangues a partir do caminhar	101
Os caranguejos no mangue: ciclo de vida e deslocamentos	121
Os mangues e outros mais que humanos em movimento através da história	131
Ecologias do movimento: habitar, conhecer, gestar	136
INTERLÚDIO - Filme etnográfico	143
Ficha técnica	144
CAPÍTULO 3 - A captura	146
Preparativos: palha e roupas	148
Preparativos: cigarros, fumaceiras e cambitos	160
Localizando os rastros: Zito e o mangue visível	171
Fazer o giro: andanças	177
Pegar: movimentos de superfície	179
Pegar: movimentos subterrâneos no mangue não-visível	190
Não matar: sobre cuidado e persistência	201
Manter vivo: a peleja com corredeiras (<i>Goniopsis cruentata</i>) e macacos-prego	205
Considerações finais: “o rapaz aqui sabe trabalhar”	207
CAPÍTULO 4 - Mercadoria viva	212
Maré boa, maré ruim: os padrões e a cadeia de transformações do caranguejo	219
O caranguejo selecionado: escolhendo a <i>ponta de mangue</i>	230
O caranguejo condenado	237
O caranguejo bonito: técnica e estética na feitura da corda	245
Caranguejos ganhando o mundo: dilemas do transporte de viventes-mercadorias	252
Fechando a corda	263
Alguma conclusão: “ dinheiro amarrado”	268

CONSIDERAÇÕES FINAIS	275
REFERÊNCIAS	281

SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biosiversidade

Lae-Rural - Laboratório de Estudos Rurais (Lae-Rural)

MPP – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais

Nuhumar - Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios

Resex – Reserva Extrativista

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)

UC – Unidade de Conservação

Uespi – Universidade Estadual do Piauí

UFDPAr – Universidade Federal do Delta do Parnaíba

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Terra e mangue, inverno e verão – 68

Quadro 2 – Marés e luas – 75

Quadro 3 – Ocorrência de mosquitos e muriçocas – 80

Quadro 4 – Ciclo de desenvolvimento do caranguejo e localização no mangue – 130

Quadro 5 – Usos de cigarro e fumaceira – 185

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - APA e Resex Marinha do Delta do Parnaíba, com destaque para os municípios que as compõem – 83

Imagem 2 – Localização da Resex do Delta do Parnaíba – 83

Imagem 3 – Caranguejo macho e caranguejo fêmea – 173

Imagem 4 – Montinho de lama na boca do buraco - 193

Imagem 5 – Possíveis trajetos do caranguejo no buraco – 194

Imagem 6 – O jeito correto de posicionar o cambito - 197

Imagem 7 - Preço médio do caranguejo (unidade) em diferentes comunidades do Delta, com destaque em amarelo feito por mim para a comunidade do Torto. – 236

Imagem 8 – Caranguejos na lancha – 254

Imagem 9 – Imagens dos diferentes tratamentos experimentados – 257

Imagem 10 – Taxas de mortalidade do caranguejo-uçá conforme diferentes tratamentos no transporte – 258

LISTA DE MOSAICOS

Mosaico 1 – Tempo das Chuvas – 55

Mosaico 2 – Vargens, baixões e suas lagoas temporárias – 59

Mosaico 3 – Corte da carnaúba – 61

- Mosaico 4** – Corte da Carnaúba - 62
- Mosaico 5** – Salgado e Pé do Brejo – 65
- Mosaico 6** – Mangue vermelho – 103
- Mosaico 7** – Mangue siriba – 104
- Mosaico 8** – Mangue morto – 108
- Mosaico 9** - Manguezais do doce – 109
- Mosaico 10** – Zito e o calão – 116
- Mosaico 11** – Buracos de caranguejos entupidos - 124
- Mosaico 12** – Aparando as palhas – 151
- Mosaico 13** – Amarando as palhas – 152
- Mosaico 14** – Dedeiras – 155
- Mosaico 15** – Zito e sua luva – 156
- Mosaico 16** – Preparando os cigarros da turma - 163
- Mosaico 17** – Fumaceira – 164
- Mosaico 18** – Cambito - 167
- Mosaico 19** – Na embarcação - 169
- Mosaico 20** – Marcondes veste o *forro* de sua bota – 170
- Mosaico 21** - Buracos de caranguejo – 176
- Mosaico 22** – Zito e o mangue visível - 181
- Mosaico 23** – Lelía e a fumaceira – 184
- Mosaico 24** – Ajeitando o buraco – 192
- Mosaico 25** – Mangue não visível – 199
- Mosaico 26** – Corte do Zequinha – 239
- Mosaico 27** – Caranguejeiros observam o corte – 240
- Mosaico 28** – Fazendo a corda – 247
- Mosaico 29** – Fechando a corda – 248



INTRODUÇÃO

No Delta do Parnaíba, um *amarrado* são quarenta caranguejos. Dez *cordas*, cada uma contendo quatro crustáceos. Caranguejos habitam terrenos de transição entre ambientes aquáticos e terrestres: os manguezais. Lugar de solo lamacento, sujeito a índices variáveis de salinidade e forte influência da maré. Terra rica em matéria orgânica decompondo e pobre em oxigênio. As árvores de mangue apresentam constituições fisiológicas próprias para a lida com esse ambiente. Algumas espécies, a Siriba (*Avicennia germinans*), por exemplo, possui pneumatóforos que rompem as camadas superficiais do solo como gravetos verticais. Eles a auxiliam na captação de oxigênio. O mangue vermelho (*Rhizophora manglei*) – provavelmente a primeira imagem de mangue que nos vem à mente quando imaginamos um manguezal – apresenta grossas raízes aéreas que saltam fora da água, auxiliando a árvore a sustentar-se em um solo lodoso.

Ao habitarem o manguezal, caranguejos escavam galerias (buracos) de aproximadamente um metro e meio a dois metros de comprimento. Costumam se abrigar próximos às raízes de mangue. Alimentam-se delas, bem como de suas folhas e restos de matéria orgânica. Possuem uma dieta bastante variada. Ao se movimentarem, auxiliam na oxigenação e drenagem do solo (Castilho *et. al.* 2008; Diele, 2000; Legat e Puchnik, 2003; Ivo, Dias e Mota, 1993). Nas marés altas, passam horas em suas tocas, submersos. Seres anfíbios (Castro, 1967), ora sobre a terra, ora sob as águas. Habitantes de territórios fronteiros e híbridos. Uma vez capturados, são dispostos em cordas e, posteriormente, em *amarrados*. A feitura dos *amarrados* ocorre ainda no mangue ou, algumas vezes, na beira do rio. Trata-se do primeiro passo para a venda dos crustáceos.

Amarrados, assim como os caranguejos, habitam lugares porosos e de difícil estabilização. Se os manguezais se situam em territórios fronteiros à costa, os *amarrados* se localizam também em lugares igualmente liminares. Não são mais totalmente dos mangues. De algum modo, foram iniciados no processo de se tornarem (também) mercadorias.

Caranguejos e *amarrados* – cada um com suas especificidades – nos aproximam do objetivo central dessa tese. Conto histórias de andanças e outros

engajamentos de “humanos” e “não humanos” com a diversidade de meios¹ que compõem o Delta a fim de compreender os processos técnicos, vitais e comerciais implicados na lida com o caranguejo-uçá.

Lida aqui é entendida como um processo amplo de engajamentos que – passando pelo convívio com os crustáceos – envolve ainda interações com os meios que constituem o território percorrido por meus anfitriões, relações de patronagem e “produção” – sobre o que falarei adiante. Lida assume nesta tese o caráter de uma luta que não necessariamente se faz “contra” outros, mas “com” (Coelho Pereira, 2017). Não raro a captura de crustáceos era descrita para mim como uma “peleja grande” na qual era preciso “botar força” e “levar no capricho” – com teimosia. Assim, se “mercadorias” eram “produzidas” na lida com os animais, por um lado; por outro os próprios caranguejeiros se constituíam a si mesmos ao se engajarem com os mangues.

Os outros malditos do mangue

As elaborações estéticas a respeito domanguezal são muitas. Tânia Lima (2007) que o diga. Diversos autores já se debruçaram sobre ele, ora colocando-o como lugar abjeto ou de pessoas simples e humildes (Andrade, 1991; Andrade, 1984, Melo Neto, 2020), ora ressaltando o seu caráter misterioso e fantástico (Bopp, 1994), ora conectando-o a dinâmicas globais, ultra-tecnológicas, lugar de caranguejos com cérebro, com uma parabólica enfiada na lama (salve Chico Science!). Na maioria dessas construções, contudo, os mangues ou, mais

¹ Utilizo a noção de “meio” – com base na reflexão de Guilherme Fagundes (2019b) – para falar de realidades singularizadas e constituídas a partir da relação dos viventes, inclusive humanos, com o ambiente. Assim, se o ambiente seria um dado universal, teoricamente anterior aos entes que com ele interagem, o meio seria algo “apropriado de maneira singular para e (por) um certo sujeito humano ou não humano” (Fagundes: 2019b: 87). Fagundes retoma a discussão do geógrafo francês Augustin Berque que, fortemente influenciado pelas ideias do etólogo Jakob Von Uexkull (1992), rompe com o dualismo positivista entre organismo e ambiente, passando a considerar as relações de constituição mútua entre ambos. Uexkull (1992) – que também influenciou os trabalhos de antropólogos como Tim Ingold (2015) e Eduardo Kohn (2013) – trabalha a noção de *umwelt* (ou “mundo próprio”, no português), que diz respeito à capacidade de organismos não humanos desenvolverem universos particulares conforme seus movimentos de ação e percepção em determinado ambiente. Assim, longe de um uma realidade universal e indiferenciada, o que há no mundo é uma profusão de *umwelts* (mundos próprios) de acordo com o ente perceptor em questão. Este autor, então, passa a considerar os organismos, não como objetos, mas como sujeitos tomados a partir de suas capacidades perceptivas e motoras. Fagundes (2019b) argumenta que esse raciocínio foi crucial na argumentação de Augustin Berque a respeito do fato de que ““meio” não é ambiente, mas sim a trajetória fiel ao “mundo próprio” de uma certa espécie ou cultura” (Fagundes, 2019b: 87). Assim, inspirado por este antropólogo, a noção de meio é utilizada nesta tese por considerar os processos de singularização de ambientes diversos a partir dos valores, percepções e ações – inclusive técnicas – de sujeitos humanos e não humanos.

especificamente, a lama do mangue, aparecem como o revés de tudo aquilo que é almejado como positivo e belo. Um lugar de decadência moral, sujo, com capacidades altamente corruptoras. Sinônimo de pobreza, miséria e calamidades de toda espécie: malária, febres endêmicas, verminoses e um sem-número de outras doenças relacionadas à mistura abjeta de água e terra, capaz de contaminar todos os viventes que nela habitam.

Conforme destacado por Lima (2007), o mangue, não raro, aparece na literatura brasileira como um lugar libidinoso, repleto de mistérios e comparado a uma zona de meretrício. Na poesia de Mário de Andrade (1984), por exemplo, o mangue é descrito como uma alcova, lócus de uma nudez pervertida, somente encontrada na superfície viscosa dos manguezais. O mangue-submundo de decadência moral faz-se presente ainda na obra de Oswald de Andrade (1991), onde a imagem de um prostíbulo é frequentemente acionada.

O mangue, portanto, congregaria as vidas miseráveis, privadas do mínimo necessário para a existência. Não obstante, se por um lado ele aparece como o lugar da miséria, por outro, o mangue também figura como ambiente onde é possível garantir a vida – ainda que precariamente – frente a uma série de violências estruturais. Partilhando de uma percepção semelhante a respeito do mangue, a obra de Josué de Castro tematiza uma dessas principais calamidades humanas: a fome.

Homens e Caranguejos (Castro, 1967) é um romance clássico sobre a vida e o trabalho em manguezais brasileiros. O autor, geógrafo e médico pernambucano, cresceu na proximidade dos mangues recifenses e transformou sua trajetória de vida em narrativa literária. O livro tem caráter autobiográfico, traz memórias do pequeno Josué ao observar e ouvir histórias do movimento nos mangues e nos rios. A principal inquietação da obra consiste em apontar o caráter geopolítico da fome, refletindo a partir da situação de comunidades empobrecidas no nordeste do país.

O mangue é, a um só tempo, cenário e protagonista deste trabalho, descrito como uma “vegetação capaz de viver dentro da água salgada, numa terra frouxa, constantemente alagada. Agarrando-se com unhas e dentes a este solo para sobreviver [...], entrelaçando suas raízes e seus braços numa amorosa promiscuidade” (Castro, 1967:14). Tudo no mangue ajuda o autor a compor uma paisagem agônica deste ecossistema e das pessoas que o habitam. A aflição da

fome é também perceptível na angústia das raízes da *rizophora* ao tentarem se fixar num solo escorregadio, composto por detritos e refugos trazidos pelo rio. Existir seria, antes de tudo, uma luta para se estabelecer a despeito de um ambiente hostil. A vida humana seria como um triunfo frente a condições de existência bestializadoras, pois, neste ambiente lamacento, viver significaria desenvolver em si habilidades típicas dos caranguejos.

Castro (1967:16) olha para os homens trabalhadores e moradores do mangue como “seres anfíbios”, vivendo nas margens de duas estruturas econômicas que, de acordo com o autor, a história até então não havia fundido num mesmo tecido, a saber, “a estrutura agrária feudal e a estrutura capitalista. Estruturas que persistem no Nordeste do Brasil lado a lado sem se fundirem, sem se integrarem até hoje num mesmo tipo de civilização”.

Os mangues significavam uma das poucas saídas frente à fome e à miséria perpetradas pelo latifúndio açucareiro no estado do Pernambuco, abrigando, literalmente, os refugos de uma estrutura capitalista agrária e de um processo de urbanização feérico, desigual e visceralmente ancorado no passado colonial. “A metrópole pernambucana ia virando uma mocambópolis” (Castro, 1968: 98). Contudo, o caráter anfíbio do povo do mangue não se limitaria a isso. “Habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos”, estas pessoas eram, nas palavras de Castro (1967:12), “humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo”.

Os mangues do Recife são o paraíso do caranguejo. Se a terra foi feita para o homem com tudo para bem servi-lo, o mangue foi feito essencialmente para o caranguejo. Tudo aí é ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo vai ser (Castro, 1967:28-29).

A lama e o seu poder de transformar em bichos ou, mais especificamente, em caranguejos, tudo o que nela vive, sobretudo os humanos. Josué de Castro aposta na estética da fome, da miséria e da degradação no sentido de denunciar as precárias condições de vida dos trabalhadores do mangue. Neste esforço literário e analítico, o autor concebe a relação entre as pessoas e o mangue como algo, por excelência, desumanizador. Homens e caranguejos se conectariam através daquilo que mais profundamente os define: a vida em condições extremamente precárias. Até mesmo a espuma e o forte odor liberado pelo caranguejo em determinados

períodos do ano foram considerados por Josué de Castro como sinônimos de fome extrema, quando, para biólogos e habitantes do mangue, nada mais é que uma prática característica das épocas reprodutivas do animal.

Mello (2016), ao analisar os conflitos socioambientais envolvendo os usos, sentidos e modos de apropriação envolvendo manguezais localizados no extremo sul da Bahia, mostra a interessante (e, para mim, desconfortável) coincidência entre o discurso elaborado por Josué de Castro e aquele levado a cabo por grandes empresas carcinicultoras sediadas na região. Tais empreendimentos se instalaram nos mangues gerando consequências nefastas aos povos que deles viviam. Os químicos amplamente utilizados para a criação de camarão em cativeiro acabaram por dizimar a maior parte da população de caranguejos da região.

Melo (2016) analisa o olhar dos carcinicultores para o manguezal. Na narrativa dos empreendedores, o mangue é descrito como um lugar fétido, podre, insalubre e incapaz de proporcionar uma vida digna para quem quer que seja. As empresas aparecem como grande salvação, bastião do desenvolvimento e quase redenção frente a uma vida miserável, degradante e desumanizadora. Apenas a “elevação” à condição de “trabalhadores” poderia livrar marisqueiros, catadores de caranguejo e demais povos extrativistas da situação de sub-humanidade imposta pela lama do mangue. Assim como de Castro (1967), mas com objetivos distintos, carcinicultores categorizavam os povos extrativistas como homens não-humanos, homens-bichos a se arrastarem em um chão fermentado por urina, fezes e lixo. Ao fim, o estabelecimento das fazendas de camarão e os empregos gerados por elas trariam a “oportunidade de os homens caranguejos saírem da fossa pantanosa e se encantarem em homem-homem”(Guimarães, 2005: 20 *apud* Mello, 2016: 65”).

Mello (2016) reconhece um consenso nas narrativas produzidas por ambos (empresários carcinicultores e Josué de Castro, um homem de esquerda), a saber: o etnocentrismo ocidental, que, nas palavras da autora (Mello, 2016:66), define o outro por aquilo que ele “não é”, erradica as diferenças e funciona como um dispositivo de conversão de pessoas e meios ambientes em “mão de obra” e “recursos naturais”.

Este seria um exemplo de que empresários e homens de esquerda podem vir a situar-se na faixa comum de um repertório político desenvolvimentista predatório que, etnocentricamente, define extrativistas – sejam pescadores, marisqueiros, quilombolas ou indígenas – como “entraves” ao *desenvolvimento* (no singular: desejo universal e rumoinexorável) (Mello, 2016: 66).

Josué de Castro, portanto, dá corpo à sua crítica social partindo de uma lógica das ausências e, assim, acaba por desumanizar e fortalecer a imagem de catadores de caranguejo como pessoas em condições abjetas, habitantes de ambientes degradados e degradantes. Penso com Mello (2016) que vale destacar o fato de Josué de Castro estar olhando para os manguezais urbanos do Recife em processos brutais de degradação. Contudo, pontuo o quanto este enquadramento analítico tem dado o tom de narrativas diversas sobre catadores de caranguejo, inclusive no Delta do Parnaíba (Braga, 2016; Lustosa, 2005). Mas voltemos aos mangues.

A vida entre raízes

Estima-se que há cerca de 1,4 milhões de hectares de manguezais no Brasil (ICMBio, 2018). Essas florestas se estendem por toda a costa brasileira, do Amapá à Santa Catarina, sendo o Rio Grande do Sul – por um conjunto de questões ambientais e climáticas – o único estado litorâneo onde não ocorrem. A historiadora natural Yara Shaefer-Novelli (1995; 2000 *et al*; 2018), uma das maiores pesquisadoras sobre manguezais no Brasil, destaca a importância ecossistêmica dos mangues em proteger os terrenos adjacentes à costa dos impactos ocasionados pelo fluxo das águas. A densa camada de raízes agrega sedimentos que garantem estabilidade para as árvores em um solo naturalmente movediço.

Há uma variedade de árvores de mangue. Caminhando pelos manguezais do Delta, deparamo-nos com pelo menos quatro delas: mangue vermelho, mangue siriba, mangue branco (ou mangue manso) (*Laguncularia racemosa*) e mangue de botão (*Conocarpus erectus*). Cada uma destas possui suas particularidades de uso, modos de relação e locais de ocorrência, como demonstro no decorrer da tese. De modo geral, as árvores de mangue² se estabelecem nas porções de terra mais diretamente afetadas pelas marés.

As marés, por sua vez, relacionam-se com o movimento da lua em seus diversos ciclos. Nas luas cheias e novas ocorrem as marés mais altas do mês, ficando as raízes de mangue parcialmente submersas várias horas ao dia. Quartos

² Eventualmente, uso mangue para falar das árvores de mangue (as diferentes espécies) e também do manguezal (o ecossistema). Alertarei o/a leitor/a sempre que isso ocorrer.

crecente e minguante propiciam águas com amplitudes menores (Cordell, 1974; Nordi, 1992; Alves, 2004). Toda essa variação de fluxos e ritmos hídricos faz do manguezal a mais lunar de todas as florestas (Silveira, 2020).

Sendo o mangue associado à lua, destaco o quanto esta pode ser considerada uma doadora de vida, por excelência. Sua interferência nos ritmos da maré, entre diversos outros processos, propicia a emergência de viventes³ e uma multiplicidade de paisagens presentes nos manguezais.

Os bosques de mangue são entremeados por igarapés, canais de passagem e lugares onde imensa variedade de peixes procura alimento. A grande quantidade de matéria orgânica, proveniente das folhas, galhos, flores, excrementos de animais etc. serve de substrato para um conjunto bastante amplo de micro-organismos, que vão de protozoários e bactérias a uma imensa variedade de fungos (Schaefer-Novelli *et. al*, 2000; Cintrón e Schaefer-Novelli, 1983).

Muitas aves frequentam os manguezais em suas atividades migratórias e reprodutivas. Durante o trabalho de campo seus sons eram presenças constantes por todos os lados. Não é difícil encontrá-las observando o movimento do chão à procura de crustáceos, na beira dos igarapés e córregos capturando pequenos peixes e escavando os bancos de lama e areia a fim de se alimentarem.

A copa das árvores também abriga macacos-prego que, assim como as aves, habitam não apenas os mangues, mas também o estuário, a caatinga, costões rochosos e onde mais houver alimento disponível. No Delta, em determinados períodos do ano, os macacos incluem inclusive ostras em sua dieta. Caminhando sobre as raízes – além das ostras, altamente cortantes –, é preciso tomar cuidado com as algas e microalgas que crescem acopladas à madeira, tornando-a escorregadia.

Assim como as espécies vegetais, ostras, moluscos, caranguejos e outros crustáceos apresentam adaptações fisiológicas para a vida em um ambiente bastante salinizado e sujeito às variações da maré. Eles possuem mecanismos para filtrar a água e eliminar o excesso de sal, quando necessário (Schaefer-Novelli,

³ Vivente, nesta tese, significa uma ampla categoria de seres constituídos por uma pluralidade de processos vitais como nascimento, nutrição, crescimento e morte, por exemplo. Assim, inspirado por Fagundes (2019a, 2019b) e Pitrou (2017b), utilizo esse termo de forma abrangente para me referir a humanos, plantas e animais. Além disso, para mim, nomear esse conjunto diverso de seres como viventes localiza-os no conjunto de relações ecológicas, políticas e climáticas que os constituem e originam.

2018). Macacos-prego, aves e outras espécies arborícolas sobem para as copas das árvores, ou deslocam-se para ambientes próximos quando as águas começam a subir. Jacarés e cobras também habitam o manguezal ao seu modo. Os primeiros, a depender da maré (geralmente nas marés mais baixas), costumam sair dos igarapés para pegar sol sob a superfície ou se alimentarem em córregos d'água mais rasos. Lembro de observá-los à distância. Pescadores e carangueiros, meus anfitriões, ficam mais cautelosos ao encontrarem suas pegadas na lama e observam atentamente se passaram há muito ou pouco tempo, se estão por perto ou se já se encontram distantes.

Há ainda vários insetos nos manguezais. Os mais incômodos deles, sem dúvidas, são mosquitos (*Ceratopogonidae*) e muriçocas (*Culex quinquefasciatus*). Eles possuem ciclos de vida específicos, intimamente relacionados aos ritmos da maré, sobre o que falarei mais detidamente no capítulo 1. Pequenos insetos hematófagos, apesar de causarem incômodos aos habitantes humanos do mangue, são presenças contornáveis e pouco temidas. O mesmo não ocorre com as várias espécies de abelhas e maribondos que habitam as copas dos mangues, ou galhos secos de árvores mortas.

A despeito de toda essa riqueza e ampla presença deste ecossistema em diversas regiões do planeta (Day Jr *et al.*, 2013; De Lacerda, 2002; Souto, 2004; Carney, 2017; Ogden, 2011), os manguezais e os modos de vida dos coletivos humanos a eles relacionados têm sido pouco debatidos nas ciências sociais. Principalmente na área de estudos que, grosso modo, convencionou-se chamar de antropologia da pesca ou marítima. Campo que, apesar de ter aumentado os esforços em trabalhos com comunidades lacustres, por exemplo, tem historicamente privilegiado encontros com pescadores fluviais e, sobretudo, costeiros – conforme evidenciam várias revisões e coletâneas (Aswani, 2020; Acheson, 1981; Diegues, 1995, 1999, 2000; Miller, Rial e Dias Neto, 2016; Miller *et al.* 2019). A lida com os mangues, de maneira geral, e a cata de caranguejo, especificamente, são pontos cegos dessa literatura. Cristina Maneschy (1993), ainda na década de 1990, apontava para isso.

Caranguejo não é peixe

O trabalho antropológico entre comunidades costeiras marca algumas das clássicas etnografias da disciplina, como o trabalho de Malinowski (1978) entre os

trobriandeses que, apesar de não tratar especificamente de pesca, evidenciou sofisticadas técnicas de navegação e construção de embarcações desenvolvidas por esse povo. Firth (1946), este sim dedicado às atividades pesqueiras, apresentou os sistemas econômicos de pescadores malaios como parte de uma economia camponesa mais ampla. O grande guarda-chuva conceitual dos estudos de campesinato (Almeida, 2007), inclusive, abrigou por muito tempo trabalhos dedicados à compreensão da organização social e do modo de vida de comunidades pesqueiras (Forman, 1971; Maldonado, 1986; Diegues, 1995).

Desde então, etnografias feitas com pescadores e pescadoras suscitaram diversas abordagens. Muitas delas colocando a pesca em paralelo comparativo a outras atividades, como a caça, a coleta e o comércio, conforme destacado por Sautchuk (2007). O caminho para a definição do que seria – afinal de contas – “o pescador” (Alencar, 1991) e as especificidades de sua prática marca uma das principais questões desse campo (Diegues, 1983, 1995, 1999). De modo geral, diferentes trabalhos descrevem o pescador habitando a tensão entre a incerteza do pescado e a produção mercantil, ainda que a variedade etnográfica dos estudos socioantropológicos sobre pesca no Brasil seja imensa.

As pesquisas vão desde questões relativas aos embates entre tradição e modernidade e os diferentes modos de organização social na pesca (Duarte, 1999; Loureiro, 1983; Furtado, 1987; Britto, 1999), industrialização na pesca, crescimento do turismo e precarização da vida dos pescadores (Miller, 2012; Rial e Gódio, 2006), até práticas alimentares e sistemas nativos de classificação das espécies marítimas (Peirano, 1975; Maranhão, 1975), identidade e trabalho (Ramalho, 2006; 2007; 2020), presença feminina e relações de gênero nas atividades pesqueira (Alencar, 1991; Woortmann, 1991; Motta-Maués, 1999), pessoa, técnicas de captura e, não raro, práticas de conhecimento e percepção do ambiente (Sautchuk, 2007; Maldonado, 1993; Barbosa e Devos, 2017; Barbosa, Vedana e Devos, 2021; Devos, Barbosa, Vedana, 2019). Dossiês e coletâneas recentes produzidos na área (Miller, Rial e Dias Neto, 2016; Miller *et al.* 2019), além de demonstrarem o amplo espectro de temas, destacam ainda os diversos conflitos socioambientais e territoriais presentes hoje em diversas comunidades de pesca.

Apesar da grande variedade temática, os manguezais e as práticas a eles relacionadas figuram em raríssimas exceções (Miller, 2012; Maneschky, 1993, 2005;

Ferreira e Vianna, 2019, Mello, 2016; Machado, 2019; Silveira *et al*, 2013; Silveira, 2020; Silveira e Buti, 2020; Coelho Pereira e Silveira, 2021). O que não ocorre em outras áreas do conhecimento – e aqui me refiro, sobretudo, aos campos da ecologia humana e da etnobiologia – nas quais trabalhos a respeito dos caranguejos, mangues e atividades de pesca nele realizadas têm sido mais frequentes (Souto, 2004; Cobo e Fransozo, 2005; Costa, 1979; Alves e Nishida, 2002; Nordi, 1992, 1994; Oliveira, 2013).

Nas ciências sociais brasileiras, contudo, pesquisas realizadas pelo Museu Emílio Goeldi e pela Universidade Federal do Pará, têm se dedicado ao diálogo com os povos e comunidades dos mangues há alguns anos, vale destacar. Neste cenário, a cata do caranguejo tem sido abordada a partir de diferentes chaves: estudos voltados para a organização social do trabalho de catadores de caranguejo e o lugar da atividade de cata nas economias familiares (Reis, 2007; Maneschy, 1993, 2005; Alves, 2002); gênero e sexualidade (Silveira e Souza, 2014); percepções dos catadores a respeito do ambiente e dos ciclos reprodutivos dos caranguejos (Saraiva e Corrêa, 2016a, 2016b); bem como formas individuais e coletivas de uso e apropriação dos manguezais (Oliveira e Maneschy, 2014).

Na antropologia, destaco o trabalho pioneiro de Cristina Maneschy (1993) sobre diferentes técnicas de captura do caranguejo-uçá e o seu processo de comercialização no município de São Caetano de Odivelas, Pará. A autora descreve as pressões sofridas pela cata com a ampliação do eixo rodoviário local e a precarização das condições de vida dos pescadores frente uma ampla cadeia de atravessadores (*marreteiros*). Questões envolvendo a organização do trabalho dos catadores, a comercialização do pescado e as mudanças ocasionadas na paisagem com a destruição das áreas de mangue, marcam ainda a clássica etnografia visual feita por André Alves (2004) em um programa de pós-graduação em multimeios.

De algum modo, meu trabalho dialoga com as pesquisas realizadas por esses e outros autores que, assim como eu, estiveram preocupados com a captura e a comercialização de caranguejos (Maneschy, 1993; Alves, 2004), ainda que eu siga caminhos metodológicos distintos, como destacarei adiante. Além disso, as questões que orientam esta tese também dialogam com o projeto de pesquisa coletiva “Ecologia política da pesca de crustáceos em manguezais do nordeste brasileiro”. Iniciativa levada a cabo pela Fundação Joaquim Nabuco, sob

coordenação de Pedro Silveira, com pesquisadores de diferentes instituições brasileiras desenvolvendo trabalhos em cinco regiões de manguezais do litoral nordestino.

Além do Delta, as outras localidades são: São Francisco do Conde e Canavieiras, na Bahia, Reserva Extrativista Acaú-Goiana – na divisa de Pernambuco com a Paraíba – e Passos do Camaragibe, em Alagoas. O projeto – a partir da conexão entre antropologia da paisagem, ecologia política e etnografia multiespécie (Bailão, 2018; Kirksey e Helmreich, 2010; Sá, 2010; García, 2018) – tem se debruçado sobre a vida de catadores de caranguejo, aratus, guaiamuns e siris a fim de acompanhar suas práticas de conhecimento e – entre outras coisas – pensá-las em diálogo com as políticas públicas direcionadas à pesca desses crustáceos, considerando suas especificidades com relação a outros pescados. Publicações recentes, uma delas escrita por mim em parceria com Pedro Silveira, apontam para os caminhos que temos trilhado coletivamente (Coelho Pereira e Silveira, 2021; Silveira e Buti, 2020; Silveira, 2020).

Por fim, trabalhos como os das antropólogas Renata Machado (2019) e Cecília Mello (2020, 2016, 2010) – ambas engajadas com coletivos relacionados aos manguezais – também me inspiram na composição de uma agenda de pesquisa que se pretende implicada nos movimentos políticos de pescadores/as artesanais e de grupos que – de diferentes maneiras – evidenciam publicamente suas atividades com a maré e os mangues. Mello (2010, 2017), a partir de um diálogo com a ecosofia de Félix Guattari (1990), demonstra o quanto essas interações articulam campos distintos da experiência, não apenas no campo ambiental, mas também no plano da política, das hierarquias sociais e das subjetividades. Nas considerações finais retomo este ponto.

Assim, minha intenção é desenvolver uma abordagem ecológico-política das práticas e técnicas implicadas nas relações com crustáceos e manguezais. Diferente de outros trabalhos realizados no campo da antropologia da pesca – e, em particular, daqueles voltados para a pesca de crustáceos (Maneschky, 1993; Alves, 2004; Miller, 2012) – faço isso a partir de caminhos metodológicos específicos. Utilizo-me do aprendizado prático das habilidades de captura do caranguejo como ferramenta crucial para o acompanhamento dos processos técnicos e vitais presentes nesta lida (Pitrou, 2017a; Ingold, 2000, 2015; Sautchuk, 2015).

Neste contexto, Renata Machado (2019) – apesar de também dialogar com a noção de técnica ao acompanhar marisqueiras e pescadores da Vila de Matarandiba, na Bahia – desenvolve sua belíssima etnografia desde o campo da antropologia da performance. Ela se preocupa, não com a captura em si ou questões comerciais envolvendo a cata de mariscos e pequenos crustáceos, mas com a relação entre os mortos, a morte e a maré no cotidiano da vida de suas interlocutoras. Seguindo outros caminhos, portanto, investigo desde as interações implicadas no “simples” andar sobre as raízes até os cuidados envolvidos no transporte do animal para o comércio. Penso que esses diferentes momentos não devem ser percebidos de maneira apartada. Trato, portanto, das especificidades da lida com um ser vivo cuja vitalidade é parte constitutiva da sua transformação em produto vendável.

O devir mercadoria dos caranguejos faz-se presente em potência desde – pelo menos – o momento que as linhas de vida de crustáceos e caranguejeiros se entrecruzam nos mangues. Devir, aqui, não deve ser entendido no sentido deleuziano do termo, visto que a forma mercadoria não se constitui como uma afecção minoritária. Utilizo devir apenas enquanto vir a ser, mudar, transformar-se. Assim, minha intenção é perceber de que forma o caranguejo animal devém mercadoria a partir de um conjunto de conversões e transformações técnicas que transcendem o momento da captura. Devir, da forma como o aciono, portanto, não dialoga com uma economia do desejo ou das afecções (Rolnik e Guattari, 2011), mas sim com uma série de atos e gestos técnicos (Pitrou, 2017b; Fagundes 2019b) capazes de converter – ou, como irei desenvolver no capítulo 4, transformar – caranguejos em outras coisas que não apenas viventes. Mas isso é coisa que veremos aos poucos no decorrer da tese.

Algumas inspirações

O Delta do Parnaíba é um dos maiores produtores de caranguejo-uçá do Brasil, liderando o comércio desse vivo na região nordeste (ICMBio, 2018). Praticamente tudo o que é capturado pelos caranguejeiros destina-se ao comércio local e regional, sendo a cidade de Fortaleza, no Ceará, o principal destino dos crustáceos. Incontestavelmente, caranguejos são mercadorias, *mas não só*, como lembrava Mariano Turpo a Marisol de la Cadena (2015) ao falar da complexidade de seres e coisas que habitam – simultaneamente – múltiplos mundos.

A lida com caranguejos se enreda pelos mangues, pelas raízes, está implicada nas relações mais amplas das pessoas com seus meios e também nas relações comerciais entre caranguejeiros, crustáceos, patrões e outros agentes. Assim, caranguejos são tanto fruto de dinâmicas ambientais e ecológicas quanto de procedimentos técnicos presentes na sua captura e comercialização. Entender a lida com caranguejos, portanto, passa por perceber as “configurações agentivas” nas quais os crustáceos são produzidos (Pitrou, 2015, 2017b; Coupaye e Pitrou, 2018). Esta categoria, desenvolvida pelo antropólogo francês Perig Pitrou me ajudou, sobretudo, a traçar um caminho metodológico para algumas inquietações da pesquisa.

Este autor está preocupado em estabelecer parâmetros para uma abordagem pragmática da vida, levando em consideração as contribuições da antropologia da técnica. Assim, ele não procura definir o que vida é ou deixa de ser, mas sim investigar os processos que a tornam possível, bem como as teorias nativas a seu respeito e as ações de humanos e não-humanos na tentativa de exercer influência sobre uma profusão de fenômenos que – ao fim e ao cabo – terminam por produzir seres vivos. Pitrou (2016, 2017a) ilustra o quanto a vida tem sido um objeto constituído por meio de distintos enfoques, desde abordagens ecológicas (Ingold, 2015) e semióticas (Konh, 2013) até aquelas inspiradas pelas discussões sobre biopolítica (Das, 2020) – para citar poucos exemplos. Para Coupaye e Pitrou (2018) as etnografias multiespécie, apesar de também preocupadas com a vida, estariam mais focadas em como os seres vivos se relacionam do que propriamente com as causas que fazem a vida emergir.

Nesse contexto, a proposta de Pitrou (2017b, 2016), longe de negar outras abordagens a respeito do fenômeno da vida – parece-me – procura dialogar com elas através de uma orientação metodológica preocupada em descrever os sistemas de ação e as teorias nativas a respeito disso. Uma das suas inspirações são as experiências entre o povo indígena Mixe, no México. Ele acompanhou rituais realizados após o nascimento de bebês com o intuito de tornar seus corpos fortes, de suscitar o seu crescimento e de que eles desenvolvessem plenamente suas capacidades de fala, movimento, interação e nutrição (2017b). A vida, então – entendida por ele como um conjunto de causas que produz seres vivos – passaria,

nesse contexto, por uma sequência de ações articuladas por agentes distintos em pelo menos três polos.

O primeiro deles diz respeito às entidades – materiais ou não, externas ou não aos organismos – capazes de fazer viver os seres vivos. Para os Mixe, há a presença de uma entidade nominada nos cânticos como “Aquele que faz viver”. Esta força ou instância geradora de processos vitais age em conjunto com outros como o sol, a terra, o vento etc. (Pitrou, 2016). Depois – no segundo polo – viriam os processos vitais de nascimento, crescimento, germinação, desenvolvimento, dentre outros. Por fim, Pitrou (Pitrou, 2015, 2017a, 2017b) considera as ações humanas e não humanas realizadas com o objetivo de influenciar tais processos, seja através de rituais, seja através de operações técnicas ou outros tipos de intervenção. A ideia de “configurações agentivas” – que subsidia a teoria da vida percebida por Pitrou entre os Mixe – articula diferentes instâncias de ação envolvidas na produção dos viventes.

Não pretendo, nesta tese, investigar as teorias nativas a respeito da vida entre os caranguejeiros do Delta do Parnaíba. A noção de configuração agentiva, contudo, me faz atentar para os múltiplos agentes envolvidos na lida com o caranguejo-uçá, que, entre outras coisas, envolve acompanhar as dinâmicas que o fazem emergir como ser vivo em seus processos de reprodução, movimento, crescimento, etc. Inspirado por Pitrou (2017a), portanto, lida, aqui, é vista a partir dos emaranhamentos entre processos vitais (nos quais a maré, o mangue e o próprio ciclo de desenvolvimento dos caranguejos ganham centralidade), processos técnicos (envolvidos na captura e na confecção do “amarrado”) e processos comerciais/capitalistas (através dos quais os caranguejos podem ou não devir mercadoria). Todas essas dinâmicas, contudo, tendem a se borrar na lida com o crustáceo que, vale lembrar, costuma ser vendido vivo. Caranguejos convertem-se, ao longo de um processo aberto a múltiplos desdobramentos, em mercadorias vivas.

Deste modo, inspirado em Pitrou (2017a, 2017b), lidar com caranguejos implica engajar-se em regimes de co-atividade capazes de gerar seres vivos e que, ao mesmo tempo, estão preocupados em fazê-los permanecer assim – vivos – pelo maior período possível para que sua transformação/conversão em mercadoria seja efetivada. De um lado, temos a dinâmica dos mangues, das marés, das variações

lunares e do próprio ciclo vital desses crustáceos. Do outro, técnicas de captura, de cuidado e de transporte do caranguejo vivo. Assim, quando falo das configurações agentivas presentes na lida com o caranguejo, estou pensando também nas múltiplas ecologias que as constituem. Ecologias em um sentido amplo, tanto nos termos de uma ecologia das práticas e das interações (Sautchuk, 2007), quanto na perspectiva de uma ecologia das relações de produção; de poder; da constituição de territórios, subjetividades (Guattari, 1990; Mello, 2016, 2017, 2020) e diferentes formas de vida (Pitrou, 2017b; Fagundes, 2019a, 2019b).

Nesse contexto, o crustáceo-vivente coexiste com o crustáceo-mercadoria, no sentido proposto por Marx (2013a, 2013b). A relação entre vivente (engajado em fluxos vitais) e mercadoria (alienada, separada do contexto que lhe originou), assim como aquela entre mercadoria e dádiva, explorada por Tsing (2009, 2013, 2015a), foram feitas para serem bagunçadas, pois nunca se sustentam por completo e, tampouco, por muito tempo – como bem destaca a autora. Apresento, portanto, um trabalho gestado em zonas de fricção (Tsing, 2005) como essas, nas quais as coisas se bagunçam, desarranjam-se. Atenção especial é dedicada não às coisas em si mesmas, mas aos caminhos por meio dos quais elas vão sendo feitas e desfeitas.

A despeito de a carne ser um produto industrial nas sociedades modernas (Sordi, 2016) e, portanto, sujeito a um conjunto de padronizações produtivistas, os caranguejos – ainda que (também) produto alimentício – resistem à *escalabilidade* (Tsing, 2019). Tal conceito, desenvolvido pela antropóloga Anna Tsing, fala da capacidade de projetos de amplo espectro se expandirem para diferentes regiões do globo sem que seu desenho – ou propósito – inicial seja alterado. O principal exemplo disso são as *plantations* açucareiras realizadas pelo império português no período colonial (Tsing, 2015b, 2019). Graças a uma tecnologia de produção que aliava mão-de-obra escravizada e sem qualquer vínculo com o local no qual trabalhariam, expropriação territorial das populações nativas e uma espécie vegetal até então exótica à flora das Américas, os canaviais se difundiram em velocidade assustadora. Paralelo a isso, uma rica diversidade cultural e biológica era dizimada em lugar de uma padronização produtivista das paisagens. No caso do caranguejo, sua constituição enquanto mercadoria capitalista, por um lado, e a escalabilidade da sua produção, por outro, esbarra no fato de que a existência

desse crustáceo é intrinsecamente dependente das relações multiespécie que lhe constituem e – até onde sabemos – o capitalismo não produz manguezais.

Logo, dificilmente as condições de produção e gestão da vida de caranguejos-uçás podem ser reproduzidas em cativeiro, complexos industriais ou laboratórios, ainda que experimentos nesse sentido tenham sido feitos com o intuito de repovoar áreas devastadas (Silva, 2002). Em casos assim, vale destacar, o que se fez foi reproduzir as larvas do *Ucides cordatus* em laboratório, sem que se assegurasse o ciclo de vida deste crustáceo no mangue. Corroborando este fato, o que tenho aprendido com meus amigos caranguejeiros mostra a complexa e vital relação entre a conservação dos manguezais e a ocorrência dos caranguejos. Para serem “produzidos”, portanto, caranguejos precisam de mangues, assim como os manguezais necessitam dos encontros e relações com esses crustáceos para continuarem existindo.

Além disso, esses manguezais compõem *territórios pesqueiros* para diversas comunidades que vivem no Delta, lugar que, por sua vez, é entrecortado por algumas unidades de conservação, como a Reserva Extrativista Marinha e a Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba. Essa sobreposição de territórios coloca pescadores, pescadoras e compradores de crustáceos como copartícipes de um conjunto de acordos comunitários a respeito das formas de relações com caranguejos e manguezais. Tudo isso também deve ser considerado ao pensarmos as ecologias envolvidas na lida com o caranguejo-uçá na região. Assim, lidar com esse crustáceo é acompanhar as ecologias dos engajamentos de humanos e mais que humanos com seus meios, abarcando práticas, lutas pelo território, relações entre viventes diversos e formas de existências colaborativas em meio ao capitalismo contemporâneo (Haraway, 2016; Tsing, 2015a, 2017, 2019; De la Cadena, 2015; Guattari, 1990; Mello, 2020; Escobar, 2005; Jiménez, 2018). Questões que delinearei melhor no decorrer e nas considerações finais desta tese.

A lama do Delta

Delta do Parnaíba – ou, como donos de restaurantes costumavam dizer, Delta do Caranguejo, tamanha a centralidade desse crustáceo nas socialidades locais. De acordo com dados do ICMBio do início dos anos 2000, estimava-se que havia cerca de seis mil catadores na região. Número que, segundo meus amigos caranguejeiros, está abaixo da quantidade real. Foi diante desses números e da

presença sempre evocada dos crustáceos que iniciei minha (re)aproximação com o litoral do Piauí. Lugar de antigas lembranças infantis, quando saíamos de Teresina – minha terra natal e capital do estado, cravada no meio do sertão – para tomar banho de mar nas praias de Parnaíba e Luiz Correia.

Devo ao projeto de pesquisa coletiva “Ecologia política da pesca de crustáceos no nordeste brasileiro” esse meu caminho do sertão para o litoral. Pedro Silveira, coordenador do trabalho, sabendo da minha atuação acadêmica e militante junto a povos e comunidades tradicionais residentes nas margens do rio Parnaíba (Coelho Pereira, 2014; 2017)⁴, perguntou do meu interesse em realizar pesquisas no Delta e contribuir com o projeto. Aceitei. Isso foi em 2017.

Em maio 2018, iniciei o trabalho de campo. Primeiro, realizei uma visita de 15 dias às comunidades da Resex do Delta, acompanhado pelo Pedro e por dona Maria Celeste de Sousa, então coordenadora do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Piauí (MPP-PI) e, sem dúvida alguma, também orientadora deste trabalho. Juntos apresentamos tanto a proposta de pesquisa coletiva quanto minha proposta de tese para diferentes lideranças pesqueiras e comunitárias locais que, muito solícitamente, acolheram-nas. No ano seguinte, em março de 2019, eu – desta vez sozinho – apresentaria ambas as propostas de pesquisa aos conselhos deliberativos e consultivos da Resex e da APA do Delta do Parnaíba, respectivamente. Mais uma vez fui recebido com bastante ânimo e receptividade por todos/as e tive – novamente – outro consentimento de que poderia realizar as atividades.

Apenas o “primeiro” dos meses de campo foi em 2018. Uso aspas porque, na verdade, ele foi dividido em três estadias de 15 dias nos meses de maio, julho e novembro, quando – à época ainda morando em Brasília – contei com ajuda de custo da Fundação Joaquim Nabuco para a realização das viagens. Foi um momento crucial de aproximação do campo e melhor delineamento do meu projeto de pesquisa. Em março de 2019, graças às bolsas de doutorado do CNPq,

⁴ Realizei pesquisas de graduação (2014) e mestrado (2017) junto a comunidades ribeirinhas e quilombolas urbanas residentes na zona norte da cidade de Teresina-Piauí. Desde 2017, integro o corpo de assessoria técnica popular do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, uma associação que congrega coletivos de vazanteiros, quilombolas, pescadores, povos de terreiro e artesões da cidade de Teresina que, desde o início dos anos 2000, estão em luta contra políticas de expropriação territorial financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em parceria com o Banco Mundial.

em um primeiro momento, e da CAPES, logo depois, mudei-me para a cidade de Parnaíba a fim de realizar os outros 12 meses de pesquisa que havia planejado, finalizando o campo em março de 2020.

Ao todo, foram 13 meses de convivência (presencial, em um mundo pré-pandemia de COVID-19) com amigos caranguejeiros e suas famílias residentes nas cidades de Parnaíba (no Piauí) e na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, mais especificamente na comunidade do Torto, zona rural da cidade de Araióses-MA. Em 2019, ano em que estive dedicado ao trabalho de campo, passava 15 dias por mês no Torto – na casa do sogro (e também vizinho) de Querido, um dos meus amigos caranguejeiros – e 15 dias em Parnaíba, no apartamento que havia alugado. Nessa cidade, ia encontrar com meus parceiros no porto ou nas suas residências. Da minha casa à beira do rio – de onde saíamos para ir ao mangue – eram cerca de dez minutos de bicicleta.

Durante o trabalho de campo, optei por não me fixar em apenas uma comunidade, cidade ou bairro do Delta. Assim, não quis acompanhar o cotidiano ou a história de uma localidade ou de um grupo doméstico – o que talvez me permitisse fazer reflexões sobre as quais não me debruço nesta tese, como, por exemplo, questões envolvendo a articulação de diferentes atividades produtivas na composição da renda integral de uma família, entre diversas outras discussões – que remeteriam aos temas da pluriatividade e da polivalência das economias de tipo camponês.

Ao adotar uma postura mais errática no trabalho de campo, minha intenção foi seguir diferentes práticas e socialidades experienciadas em diferentes manguezais por meio das caminhadas e deslocamentos dos meus amigos caranguejeiros. Essa liberdade andarilha me permitiu ver como “cada mangue é um mangue”, conforme me repetiam constantemente meus anfitriões. Cada porção de mangue, nas ilhas ou beira de rio, apresentava particularidades próprias que tanto falavam sobre as qualidades e características dos caranguejos encontrados, quanto das propriedades das árvores presentes em cada uma delas. Isso exigia uma enorme variação de modos de caminhar e se relacionar com o ambiente, a depender de onde estávamos.

Além disso, pegar caranguejo requer – antes de tudo – movimentar-se por longas distâncias. Certos dias da semana era possível *arrancar* (pescar)

caranguejos nos mangues mais próximos das casas dos meus amigos, em outros não. Eventualmente íamos e voltávamos a pé, por terra – coisa que fazia mais quando estava na comunidade do Torto, reconhecidamente o lugar com os maiores caranguejos da região. Meus amigos de lá, portanto, tinham mais sorte que aqueles residentes em outras comunidades da Ilha das Canárias (Resex Delta do Parnaíba) – como Caiçaras, Passarinho, Canárias e Morro do Meio – que se deslocavam diariamente – de canoa – para os mangues daquela comunidade. Na cidade de Parnaíba, a mobilidade da turma que acompanhei era ainda maior. Por vezes íamos pegar caranguejo no Maranhão, nas imediações da Resex e, em determinadas épocas do ano, saíamos de carro para capturar em outros municípios do litoral do Piauí.

Os doze meses de campo correspondem a diversos momentos do desenvolvimento vital do caranguejo-uçá. Desde sua reprodução até o momento em que realiza a ecdise (troca de carapaça) para meses depois procriar novamente. Um ciclo anual. Apesar de ter passado um tempo considerável, mais importante do que a quantidade de meses em campo foram os fenômenos ecológicos que pude acompanhar de forma contínua no decorrer daquele ano, a saber: um inverno, um verão e, conseqüentemente, um ciclo completo de reprodução e crescimento dos caranguejos.

No mangue, as coisas vão se transformando lentamente, seguindo o ritmo das marés e o passo diário da lua. Acompanhar a demora dos dias e a transformação sutil das paisagens a cada mês foi crucial para que eu desenvolvesse hábitos imprescindíveis à pesca e à cata de crustáceos, como olhar para o céu e observar a maré todos os dias no amanhecer e ao me deitar. Parece prosaico, mas um dos meus aprendizados mais fundamentais foi saber observar esses movimentos a fim de poder – minimamente – conversar com meus amigos e entender suas ações e escolhas ao decidirem trabalhar nessa ou naquela *ponta de mangue*, por exemplo.

No verão, a ocorrência e as características dos crustáceos são umas, no inverno nem de longe são as mesmas. Isso implica variações (às vezes sutis, às vezes nem tanto) nas técnicas de captura e nos modos de relação com os caranguejos. No Delta, o inverno corresponde ao primeiro semestre do ano, marcando o período das chuvas. O verão são os seis meses seguintes. Época da

seca. A vida em todos os seus aspectos (sejam técnicos, vitais, reprodutivos, sociais etc.) é afetada por isso e, no decorrer do ano, também o comércio em torno do caranguejo vai sofrendo variações.

“Caranguejo é de maré” e “com a maré não se negocia”. A única alternativa é respeitar seu fluxo, independentemente de centenas de cordas estarem encomendadas ou não. Dizer que caranguejo é de maré nos fala ainda de um aspecto amplamente destacado em diversos estudos de antropologia da pesca, que é a imprevisibilidade do pescado (Sautchuk, 2007; Ramalho, 2007). Ninguém sabe quantas cordas irá pegar ao entrar no mangue.

Outras inspirações

“Com os pés na lama e o corpo imerso nas águas da Baía de Todos os Santos e do Rio Paraguaçu [...]”. É assim que Elionice Sacramento (2019: 35), mulher negra, baiana e pescadora do quilombo Conceição de Salinas, fala dos caminhos metodológicos que a guiaram na feitura de sua dissertação. Repare: ao falar do seu corpo ela também o localiza no aqui e agora do lugar onde habita. Esse imbricamento é essencial no conhecimento produzido por ela ao longo de mais de 30 anos de vida na pesca e na militância política. Levo em conta a orientação dessa pescadora em pensar com o corpo e deixar-me emaranhar com os viventes e águas que compõem o mundo.

Assim, meu engajamento corpóreo nos manguezais do Delta se deu a partir de muitos aprendizados. Primeiro, de como me localizar e me movimentar no mangue e, depois, de como capturar e amarrar caranguejos. Antropologia como prática de educação (Ingold, 2016, 2020). O encontro com meus amigos caranguejeiros no Delta do Parnaíba teve como principal guia metodológico o objetivo de atender – aqui no sentido de atentar e dedicar minha presença – às pessoas e coisas, a fim aprender com elas por meio de suas práticas (Ingold, 2016).

Antes de qualquer problema ou questão de pesquisa, deparei-me com coisas muito essenciais como, por exemplo, conseguir equilibrar o corpo sobre as raízes. Em momentos assim, recebia dicas preciosas de como abrir adequadamente as pernas, erguer os braços, respirar. Dediquei muito tempo em ouvir as avaliações dos meus parceiros sobre o meu desempenho nas atividades e, assim, me aproximava das técnicas e habilidades envolvidas na captura (Ingold, 2000; 2004).

Praticamente não fiz entrevistas, apenas gravava nossas conversas antes e depois das idas ao mangue. O coração do trabalho, portanto, foram os meus processos de aprendizagem a respeito do básico (Sautchuk, 2015; Lave, 2011). Tanto junto aos caranguejeiros quanto aos atravessadores/patrões, com quem passava horas recolhendo e classificando os crustáceos. O aprendizado se insere nesta pesquisa como tentativa de acessar dimensões do conhecimento e das técnicas (Mauss, 2003; Leroi Gouhan, 2002; Sautchuk, 2017) a partir de um engajamento prático com as atividades pesquisadas (Sautchuk e Sautchuk, 2014).

Além destas práticas de campo, a utilização de fotografias e recursos audiovisuais foram de suma importância. Em consonância com os caminhos metodológicos adotados, a ideia não foi a simples produção de imagens, mas o levantamento de questões etnográficas a partir dos recursos fotográficos e audiovisuais (Sautchuk, 2007; Fagundes, 2019b; Devos, Vedana, Barbosa, 2016). A composição das fotografias em mosaicos paralelos ao texto, inspira-se na etnografia visual de Maria José Villas Boas (2016).

Todas as imagens deste trabalho, fotográficas e audiovisuais, foram produzidas com uma câmera Nikon D5300 e lente 18-55mm. Para a captação de áudio, alternava entre um microfone unidirecional da marca Boya, acoplável à câmera, e um gravador digital de voz ZOOM H1N – geralmente utilizado para a gravação de sons ambientes. Vale ressaltar que apenas introduzi a câmera DSLR no campo depois de quase cinco meses de pesquisa, quando já havia conseguido me movimentar habilmente no mangue. Antes disso produzi muitas imagens com o celular que, ainda que tivessem um caráter bastante experimental (e por isso não as utilizo aqui), foram essenciais para que eu familiarizasse a câmera nas relações com meus anfitriões ao executarem a cata e nas minhas próprias interações com o mangue.

Mapa da tese

A lida com o caranguejo-uçá – em seus múltiplos aspectos – é o meu fio condutor. Assim, cada capítulo da tese diz respeito a um elemento ou dinâmica que, partindo de localizações distintas, contribui para uma abordagem ecológico-política desse processo.

No primeiro capítulo, o Delta do Parnaíba é apresentado com ênfase nas práticas desenvolvidas pelos viventes. Nesse contexto, inverno, verão e, sobretudo,

a cadência da maré estabelecem as condições para um ritmo de vida. O ciclo da lua e o movimento das águas farão com que certas ações (e existências) sejam possíveis e outras não. A cata do caranguejo é uma delas. O diálogo entre as noções de território e vida – conforme trabalhadas na antropologia e por alguns movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais – costura esses e outros aspectos na abordagem que proponho sobre *território pesqueiro* (MPP, 2012; Sacramento, 2019) a partir dos deslocamentos propostos por Mello (2016).

O capítulo dois enfoca a “dança” nos mangues. A disposição das raízes e a consistência da lama indicam como caminharemos no manguezal. Se mais encurvados ou com a coluna ereta, se lento ou rápido ou saltitante. Mas humanos não são os únicos que “dançam”, já dizia Anna Tsing (2019). Caranguejos e manguezais também o fazem. Compreender os deslocamentos dos caranguejos ao longo do chão, fala-nos dos diferentes momentos do seu ciclo vital no decorrer do ano. Observar o desaparecimento e a ressurgência de árvores de mangue em determinados trechos do rio, por sua vez, é ouvir histórias da paisagem (Cardoso, 2018) através dos tempos.

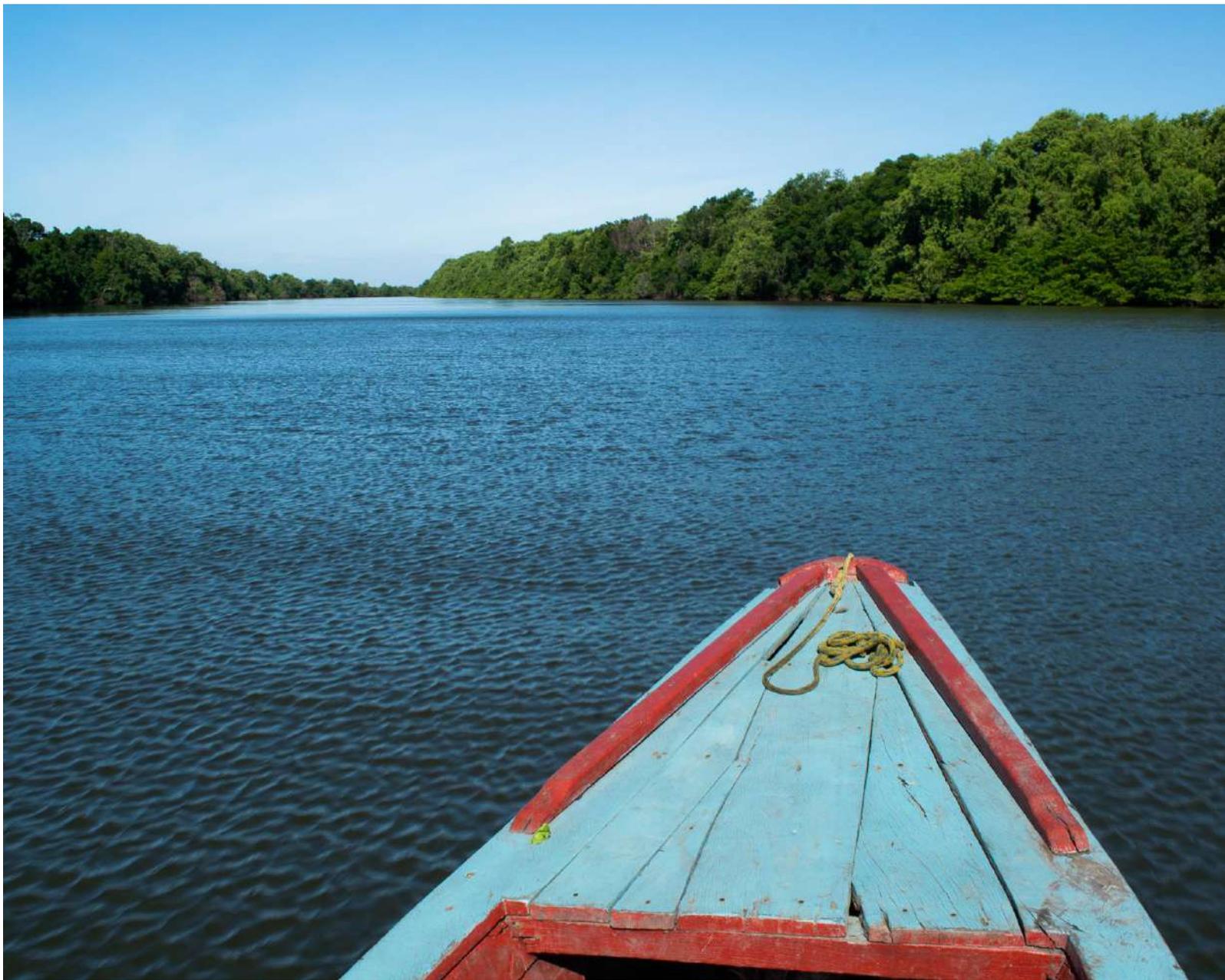
No terceiro capítulo, metemos o braço no buraco, depois de conseguirmos, finalmente, nos equilibrarmos sobre o raizal. É quando os movimentos de ação e percepção no mangue só podem ser compreendidos se olharmos não apenas para o nosso corpo, mas – também – para todos os objetos e ferramentas com os quais interagimos. O preparo dos materiais de trabalho, das palhas de carnaúba para amarrar os caranguejos, a roupa que se veste e a própria modulação da respiração no momento da captura compõem todo o processo perceptivo.

Temos, então, o mangue do caminhar – aquele no qual pisamos enquanto procuramos pelas galerias de caranguejos – e o mangue do momento em que estamos rente ao chão, atentos aos movimentos do crustáceo sob o solo. Cada um deles implica no desenvolvimento de habilidades perceptivas e motoras distintas e essenciais a caranguejeiros que “sabem trabalhar”. O que implica não apenas mover-se sobre as raízes e capturar os bichos, mas, sobretudo, sair do mangue com caranguejos vivos e não machucados.

No quarto capítulo, o dilema é a lida com um mercado feito em torno de um ser vivente – questão real para caranguejeiros, compradores, atravessadores, órgãos ambientais e consumidores do crustáceo, que preferem degustá-lo fresco,

nos minutos seguintes ao seu abate. Normativas e tecnologias de transporte foram pensadas considerando isto e o “bem-estar” dos caranguejos. Reflito, então, sobre como as características dos crustáceos enquanto viventes estão emaranhadas em seu devir mercadoria – que vai se efetivando a partir de múltiplos processos de transformação/conversão. O que interfere e constitui, inclusive, as relações de compra e venda e os vínculos entre caranguejeiros e seus patrões (os atravessadores).

Por fim, nas considerações finais, teço algumas palavras sobre como a lida com o caranguejo-uçá pode ser pensada na perspectiva de ecologias feitas “com, contra e a partir de outros”. O amarrado – esse acoplado de quarenta caranguejos + palha de carnaúba – nos fornece pistas para refletir a respeito do emaranhamento entre processos generativos da vida, por um lado, e as dinâmicas violentas do capitalismo contemporâneo, por outro.



CAPÍTULO 1

Ecologias do território

O Delta do Parnaíba é o maior das Américas em mar aberto e um dos mais extensos do mundo, ficando atrás somente dos deltas dos rios Nilo, no Egito, e Mekong, no Vietnã (Farias *et al*, 2015; Assad *et al*, 2012). Delta é o nome da formação originada pelo acúmulo de sedimentos na foz de um rio que, em vez de desembocar por uma única via, deságua se dividindo em diversos canais. Para o geógrafo Aziz Ab'Saber:

Nesse setor, situado entre a costa nordeste do Maranhão e noroeste do Ceará, o rio Magu, no passado recente, e o Parnaíba, em atividade, respondem por um dédalo de canais entrelaçados constituído por ilhas e furos entre uma retroterra de tabuleiros rasos e antigas ilhas. Um cenário hoje mascarado pelo crescimento das planícies de marés com mangues e praias leste-oeste sincopadas de areia alvas. (Ab'Saber, 2001: 105)

O rio Parnaíba nasce na extrema divisa sul entre os estados do Piauí e do Maranhão, na chapada das Mangabeiras e percorre, pelo menos, 1.450 quilômetros até chegar ao oceano atlântico (Farias *et al*, 2015). Nesse trajeto, recebe água dos seus tributários, a maior parte deles situados no estado do Piauí e, à medida que se aproxima da foz, deságua em cinco braços ou barras: Igarçu, Canárias, Caju, Melancieiras e Tutóia (Costa, 2019). Os sedimentos arenosos trazidos pelas águas formam diversos bancos e ajudam a compor um arquipélago com mais de 70 ilhas (dos mais variados tamanhos e formatos). São cerca de 2.700 km² de área (Farias *et al* 2015; Costa, 2019). Rios, igarapés e praias são alguns elementos dessa paisagem deltaica. Há ainda lagoas perenes e temporárias – formadas pelo acúmulo de água no período chuvoso. Além de uma diversidade de dunas que, periodicamente, ocasionam o surgimento de certos lugares e o desaparecimento de outros, por vezes soterrando manguezais, estradas, e até comunidades inteiras⁵.

Situado no semiárido nordestino, o Delta apresenta uma vegetação diversa, que congrega aspectos do cerrado, da caatinga e da restinga, além dos manguezais

⁵ Sobre isso, ver o documentário “A ampulheta – memórias de areia e vento”, dirigido por Thiago Furtado. No curta são trazidos relatos e experiências de antigos moradores do município de Ilha Grande – Piauí que tiveram suas casa soterradas pelas dunas, além disso, é mostrado como esse fenômeno ocorre e impacta a vida de comunidades inteiras. O filme está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1nTB3CMRi5I&ab_channel=ThiagoFurtado

e outras formações típicas da região litorânea (Farias *et al.*, 2015). Os caminhos de areia do Delta são repletos de plantas arbustivas e arbóreas. Vassourinhas (*Chamaecrista ramosa*), guajirus (*Chrysobalanus icaco*), muricis (*Byrsonima sericea*), murici pitanga (*Byrsonima correifolia*) cajueiros (*Anacardium occidentale*), batiputá (*Ouratea hexasperma*), etc. – plantas que geógrafos e biólogos denominam como vegetação pioneira psamófila e subperenifólia (Costa, 2019; Carvalho, 2018).

A diversidade de meios que compõem o Delta do Parnaíba também é traduzida por movimentos sociais da pesca como “território pesqueiro” (MPP, 2012), categoria política de grande centralidade nas discussões públicas envolvendo a garantia de direitos às comunidades haliêuticas. Conforme veremos adiante, essa noção fala da necessidade de um espaço no mundo para os coletivos humanos que, entre outras coisas, vivem de atividades relacionadas ao universo pesqueiro. Viver e habitar um *território*, portanto, são percebidos como movimentos confluentes. Elionice Sacramento, pescadora e pesquisadora quilombola da Bahia, fala da vida

como um importante Costeiro de Pesca, ou melhor, como um Território Pesqueiro e Quilombola, rico, produtivo, diverso e complexo, guiado por lua, ventos, muitas marés e ancestralidade. Neste território tem gente [...], tem cultura, tem vegetação, tem água, tem direitos garantidos, direitos negados, muitos direitos roubados. (Sacramento, 15: 2019).

Assim, as reflexões de Sacramento (2019) bem como as elaborações do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (2012) me interpelam a pensar – a partir da noção de *território pesqueiro* – um conjunto de engajamentos vitais humanos e mais que humanos com o meio em suas potencialidades propiciadoras de processos políticos e formas de vida diversas (Fagundes, 2019a; 2019b; Pitrou, 2016).

Na Antropologia, a noção de território tem uma longa trajetória (Maine, 1861; Morgan, 1973; Oliveira, 1998; Little, 2002; Godoi, 2016). Grosso modo, território significaria a base biofísica sobre a qual determinado grupo culturalmente diferenciado constituiria suas práticas e representações sociais. Cecília Mello (2016) argumenta o quanto essa concepção abriga um dos últimos

refúgios naturalistas no pensamento antropológico⁶. Assim, sem desconsiderar a legitimidade das reivindicações sociais em torno dessa noção, a autora critica a forma como certas abordagens tradicionais na Antropologia vinculam estrita e diretamente um grupo (dotado de uma identidade tida como una e indiferenciada) a um território específico de antemão.

Antes de lidar com o território como um fato dado, mais interessante seria acompanharmos os percursos e meios vivenciados por nós e nossos interlocutores durante a experiência etnográfica. O que nos faria atentar não para o território em si, mas para tudo o que emerge a partir das relações entre actantes diversos (Mello, 2016). Mais do que catalogar porções do meio e seus elementos (vivos ou não), é preciso contar as histórias (d)e emaranhamentos que as animam.

Ao se debruçar sobre uma diversidade de modos-de-ser extrativista – muitas vezes desconsideradas em abordagens mais tradicionais –, Mello (2016) se desvia do que seria uma forma-estado (Deleuze e Guatari, 1995) de pensamento a partir da qual se pressupõe uma área delimitada por fronteiras englobando um coletivo portador de uma identidade una e específica. A sugestão da antropóloga, ao acompanhar marisqueiros, crianças, catadores de caranguejo e pescadores no sul da Bahia, é “suspendermos” a noção de território e seguirmos “os fluxos presentes nos caminhos traçados pelas práticas ecológicas e históricas das *populações extrativistas*” [grifo meu] (Mello, 2016: 77). Assim, “ao subtrair território da análise, este finalmente se amplia”, bem como os múltiplos caminhos traçados pelas pessoas com quem convivemos em campo (Mello, 2016:78). Seguirei essa orientação no decorrer desse capítulo, ainda que, conforme veremos,

⁶ De um lado, estaria o mundo natural “propriamente dito” – domínio do estudo de biólogos, químicos, físicos e alguns geógrafos. Do outro, o mundo socialmente construído por meio de representações mentais e práticas sobre o ambiente externo – que seria o campo de estudo destinado à Antropologia e outras Ciências Sociais – esfera em que território (enquanto conceito e experiência) é gestado. De acordo com essa perspectiva, a cultura seria transmitida de geração a geração tal qual um bastão a passar de mão em mão. O inconveniente dessa chave analítica, de acordo com Ingold (2004), estaria em desconsiderar a relação interconstitutiva entre os organismos/pessoas e seus ambientes. Cultura, conhecimento, tradição (seja lá o que isso for) não descansariam na internalidade da mente dos sujeitos, mas nos seus engajamentos práticos com o meio. O autor critica o que chamou de “modelo genealógico”, segundo o qual tradições de conhecimento se assemelhariam a uma espécie de material genético repassado intergeracionalmente.

⁷ Categoria bastante nuançada por Mello (2016) que, repetidas vezes, grifa-a em itálico a fim de não encapsular os coletivos com o qual interage em uma identidade una e definida a priori por uma dada atividade produtiva. Longe disso, sua intenção é perceber como diferentes formas de relação com o meio engendram modos de ser distintos, variados e múltiplos a despeito de, grosso modo, a noção de “grupos extrativistas” querer reduzi-los a um agregado uno.

eu permaneça com a categoria de *território* e, mais especificamente, *território pesqueiro* enquanto uma dimensão importante.

Ao fazer isso, minha intenção é pensar antropológicamente partindo de (e fluindo com) uma categoria crucial aos movimentos sociais da pesca. Inspirado pelas pesquisadoras do Laboratório de Antropologias da T/terra (Entreterras, 2017), entendo que *território pesqueiro* – inclusive com contribuições do pensamento antropológico – pode, por um lado, significar uma porção delimitada do espaço, uma categoria geopolítica articulada de forma una e coesa frente a processos de territorialização (e, não raro, de expropriação) empreendidos pelo Estado. De outro modo, *território pesqueiro*, da forma como o movimento e lideranças, tais como Sacramento (2019), articulam também se constitui enquanto um *território existencial*, “efeito do ato de constante habitar, produzido pela repetição das ações no espaço [...]” (Entreterras, 2017: 25). Assim, a noção de território existencial, articulada pelas autoras e inspirada em Deleuze e Guattari, interpela-me a pensar as múltiplas potências acionadas pela ideia de *território pesqueiro*, para além de um sentido estrito relacionado à posse de uma área delimitada.

Isso porque *território pesqueiro* – da forma como pretendo articular aqui – me aponta para um conjunto de emaranhamentos entre pessoas, ventos, marés, luas, peixes e outros mais que humanos, bem como para um conjunto de lutas e processos políticos em defesa da terra e das águas em todas as suas imanências. A vida na sua riqueza de diversidades e complexidades (Sacramento, 2019). Assim, dialogo *território pesqueiro* com algumas discussões antropológicas sobre “vida” a fim de percorrer o Delta seguindo as práticas e ritmos que nele pulsam. O que me leva a entender território a partir das múltiplas ecologias que o atravessam (Guattari, 1990; Mello, 2016; Cardoso, 2018; Escobar, 2005; Ingold, 2015). Meu foco está na vida dos humanos com mangues e caranguejos, além de alguns processos políticos implicados nos meios vivenciados por meus interlocutores, como as normativas relacionadas ao manejo de crustáceos e o estabelecimento de unidades de conservação na área.

Como, então, o que tenho chamado de “vida” ocorre nas práticas cotidianas dos caranguejeiros do Delta? Quais processos técnicos e vitais a propiciam? Que forças, entes e temporalidades ecológicas, políticas e históricas entram em jogo

quando pensamos o território a partir de suas potencialidades generativas da vida?

Na seção seguinte, a categoria “território” ganha centralidade para acompanharmos como movimentos sociais da pesca têm articulado essa categoria. Argumento, conforme aponte, que “vida” ocupa grande destaque nessa formulação e desenvolvo como lidarei com essa noção em diálogo com alguns autores da Antropologia. Partindo dos desdobramentos da ideia de vida, pretendo perceber como território – enquanto algo tecido por múltiplos engajamentos humanos e mais que humanos – emerge com os ritmos, caminhos e meios que o compõem. Assim, inspirado por Mello (2016), pretendo seguir a tessitura dos ajuntamentos (Tsing, 2019, 2015) e formas de vida (Pitrou, 2015, 2016, 2017a, 2017b; Fagundes, 2019a, 2019b) constitutivos de complexas malhas relacionais (Ingold, 2015). O que me leva, no segundo tópico, a seguir como as dinâmicas de inverno e verão atuam na composição de meios, caminhos e formas de vida. Minha ênfase recai, sobretudo, na relação destas temporalidades com a captura do caranguejo.

Em seguida, na terceira parte do capítulo, os ritmos que compõem o Delta são acessados a partir das temporalidades/espacialidades da maré e suas capacidades de propiciar a emergência e o desaparecimento (seja vital ou perceptivo) de mosquitos, muriçocas e caranguejos. A ideia é mostrar como os ritmos que compõem o território se relacionam diretamente com as práticas de captura desses crustáceos. Por fim, na seção quatro, os caranguejos aparecem no cerne de processos políticos, históricos e normativos que culminaram na criação e estabelecimento da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba. Com isso, minha intenção é falar que, entre os diversos ritmos que compõem o território e propiciam a vida, convém ainda considerar os processos políticos e normativos relacionados à consolidação das áreas protegidas estabelecidas localmente – principalmente no que diz respeito a caranguejos e caranguejeiros.

Considerando os percursos feitos neste capítulo, minha conclusão (tópico cinco) avança no sentido de desenvolver como uma análise dos meios, ritmos e formas de vida que compõem determinado território requer uma abordagem ecológico-política. O que nos leva a perceber as malhas de relação e os regimes de coatividade entre processos vitais, técnicos e sócio-históricos.

As ritmicidades do/no território

Povos indígenas diversos têm declarado a relação intrínseca entre terra, vida e as condições necessárias para o florescimento das mais variadas formas de existência, não apenas humanas (Entreterras, 2017, Molina, 2017, Gallois, 2004). A vida como algo somente realizável a partir das relações estabelecidas na terra e com a terra. Quilombolas também engrossam esse caldo. Antônio Bispo dos Santos, Nego Bispo, fala-nos de como as formas de relação com a terra e os rios nos quilombos acionam noções de vida gestadas no território (Bispo, 2015). Os meios e ambientes que compõem os quilombos são tanto moradas de deuses (falando a partir da perspectiva de cosmologias de matriz africana), como lugares onde peixes, frutos, árvores, humanos e outros viventes se desenvolvem.

Os movimentos sociais da pesca, por sua vez, também têm articulado noções próprias a respeito dos seus ambientes. Neste caso, a luta por condições mínimas de existência tem se traduzido na esfera política pela ideia de território pesqueiro. Em junho de 2012, foi lançada a campanha nacional do território pesqueiro. Um projeto de lei de iniciativa popular que propõe a regularização fundiária dos territórios de comunidades tradicionais pesqueiras em todo o país. De acordo com a cartilha, território pesqueiro é definido como:

espaço fundamental para que as comunidades tradicionais pesqueiras possam continuar a existir enquanto grupo social diferenciado, para que as futuras gerações possam exercer a pesca e continuar a transmitir seus conhecimentos tradicionais sobre as marés, os rios, os astros, os diversos pescados, enfim sobre a vida dos pescadores. [...] O território envolve as áreas de pesca e coleta, as áreas de moradias, os locais de embarque e os trajetos com seus barcos, os locais sagrados e as áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo (MPP, 2012: 20).

Em outras passagens do documento, a garantia do território pesqueiro é novamente afirmada como “um passo importante na defesa da vida das comunidades pesqueiras e [d]o meio ambiente ecologicamente equilibrado” (MPP, 2012: 4), na garantia de “diversos modos de ser e de viver” (MPP, 2012: 11) e da “reprodução física e cultural dos pescadores e pescadoras” (MPP, 2012: 20). Vida, nesse sentido, informa não apenas os humanos pescadores/as, mas um conjunto de seres que possuem suas trajetórias emaranhadas. Engloba ainda as maneiras como viventes e não viventes (vide os ventos, as marés, os astros, os ciclos

hidrológicos das chuvas, dos rios e etc) se relacionam e se constituem. Além de uma categoria política, portanto, territórios pesqueiros – assim como aqueles de outros povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas – são ainda territórios existenciais, no sentido proposto por Deleuze e Guattari (1995) e Guattari (1990), na medida em que compreendem práticas de constituição de mundos em diversos níveis: políticos, subjetivos, ecológicos e sociais.

Vida, portanto, ocupa um lugar central nas elaborações de movimentos sociais da pesca e de outros povos e comunidades tradicionais, bem como na própria dinâmica cotidiana dos territórios. A vida é um fenômeno capaz de ser apreendido em diversos níveis pelas mais variadas coletividades humanas, que têm desempenhado formas particulares de perceber e lidar com processos vitais de nascimento, crescimento, envelhecimento e morte das mais variadas formas (Pitrou, 2015, 2016, 2017; Coupaye e Pitrou, 2018).

Nesse sentido, Perig Pitrou (2015, 2017a, 2017b) nos conclama a tomar a vida não como um fluxo abstrato que circula entre todos os corpos e se faz presente em uma diversidade de seres, mas como um tipo de produção constituída por um complexo conjunto de processos técnicos. Sua proposta é desessencializar o conceito de “vida”, grosso modo tomado como um dado universal e pouco desenvolvido etnograficamente. Pitrou, portanto, elabora algumas conceituações a fim de diferenciar, por um lado, os “seres vivos”, sua “vitalidade” e as dinâmicas associadas a eles; e, por outro, a “vida”, concebida como um conjunto de causas que produz seres vivos (Coupaye e Pitrou, 2018: 2).

A partir do seu trabalho de campo entre os Mixe, no México, este autor propõe tomar a vida como um “processo de feitura”, ou seja, um conjunto de ações performadas tanto por agentes humanos como não humanos no sentido de fomentar processos vitais nos seus mais variados campos, seja no nascimento de um ser humano ou no manejo de técnicas específicas para a produção agrícola, por exemplo. Para Pitrou, “feitura inclui vários tipos de atividades técnicas combinadas em sequências ou em conjunto[s] de sequências” (Pitrou, 2017a: 2). Assim, o autor nos propõe uma abordagem capaz de descrever os diversos processos vitais atuantes em determinado contexto, bem como as múltiplas ações humanas no sentido de agir (ou tentar agir) sobre estes processos. É neste sentido que a vida – enquanto um conjunto de causas que produzem seres vivos – passa a ser vista

como um regime de “coatividade” capaz de envolver humanos e não humanos nos mais variados processos técnicos. A noção de coatividade é essencial para pensarmos a sinergia entre diferentes sistemas de ação e fenômenos em um mesmo ambiente, como as temporalidades de inverno e verão e as marés, conforme veremos a seguir.

Anna Tsing, seguindo caminhos teóricos distintos, também me parece apontar para esse aspecto crucial, a saber, entender a vida a partir dos seus atravessamentos múltiplos em ambientes específicos. Ainda que não estabeleça parâmetros para uma abordagem etnográfica da “vida”, à semelhança de Pitrou, o interesse da autora ao acompanhar catadores de cogumelo nos leva à noção de *assemblage* (assembleias ou ajuntamentos) (Tsing, 2015a, 2019). Ela as define (as *assemblages*) como emaranhamentos entre diferentes modos de existências, lugares de sobrevivência colaborativa capazes de propiciar a vida, não apenas humana, mas de uma multiplicidade de outras espécies. Nesta formulação, vida e, por extensão, “ser vivo” estão bastante coladas ao conceito de espécie. Se as *assemblages* são ajuntamentos entre diversos modos de existência capazes de fazer a vida possível, esta noção – *assemblage* – é derivada da ecologia de comunidades e diz respeito a “organismos que podem ser encontrados juntos e agrupados em um lugar” (Tsing, 2019: 12).

As histórias trazidas por Anna Tsing nos fazem observar isso. Em Satoyama, no Japão central, os pinheiros são árvores que somente prosperam graças à ação humana, seja ateando fogo em determinadas porções da floresta, seja cortando árvores e, assim, limpando a mata para a obtenção de madeira, tornando-a menos fechada e mais acessível aos raios solares – condição imprescindível para o crescimento dos pinheiros. Além disso, essas árvores desenvolvem raízes especiais nas quais fungos micorrízicos se acoplam. Só assim eles podem obter alimento.

Por outro lado, é graças a essa simbiose entre as raízes do pinheiro e os fungos – mais especificamente, cogumelos Matsutake – que a árvore consegue acessar nutrientes essenciais ao seu desenvolvimento. Isso porque os cogumelos secretam ácidos capazes de tornar os minerais do solo mais facilmente absorvíveis pelos pinheiros (Tsing, 2019). Essa é uma das assembleias descritas por Tsing. Nela, a vida somente ocorre graças a uma relação coordenada entre minerais,

fungos, humanos, pinheiros e uma série de outros que vão se constituindo mutuamente a partir das relações que estabelecem.

As formulações de Tim Ingold (2015) são essenciais nas elaborações da autora, bem como na própria discussão Antropológica recente em torno da vida. Para Ingold, a vida é um processo contínuo. Algo que não teria um início pré-determinado e tampouco um fim rigidamente estabelecido, mas fluiria em constante movimento. Nessa perspectiva, vida só pode ser entendida a partir dos emaranhamentos entre seres e dinâmicas diversas, algo que Ingold desenvolve conceitualmente a partir do termo “malha” – noção que nega o entendimento de que um organismo é encapsulado em si mesmo contra um ambiente externo delimitado. Tal noção – de partida – negaria uma condição necessária para a emergência da vida, a saber, o estabelecimento de relações.

O que temos acostumado a chamar de “ambiente” pode, então, ser melhor vislumbrado como um domínio de emaranhamento. É dentro desse emaranhado de trilhas entrelaçadas, continuamente se emaranhando aqui e se desemaranhando ali, que os seres crescem ou “emanam” ao longo das linhas das suas relações (Ingold, 2015: 120).

É sobretudo a noção da vida como um fluxo de contínuo movimento que me chama atenção em Ingold. O que não nos deve turvar a atenção aos momentos de morte, pausas e fenecimentos tão comuns no vir a ser do mundo (Fagundes, 2019b). Esses aspectos menos positivos da vida, contudo, fazem parte desse movimento de emaranhamentos contínuos. Ao passo que coisas morrem, outras germinam e o fluxo de relações se perpetua. A morte (ou o avesso da vida, enquanto movimento generativo contínuo) seria a perda da capacidade de seguir e se adaptar aos fluxos que orientam os ciclos da existência de um vivente: saúde/doença, nascimento/crescimento/envelhecimento/morte, queima/rebrota etc.

Há forças que, num primeiro relance, podem até parecer destrutivas, mas não o são por completo. Como o fogo, por exemplo. Tudo depende da capacidade adaptativa dos viventes em lidar com um meio em constante transformação. Inspirado por Canguilhem (2012), Fagundes (2019b) trabalha isso de forma brilhante ao analisar as lidas com o gado entre quilombolas nos gerais do Jalapão. O fogo, nesse contexto, só é ruim quando feito fora de época ou sem a perícia

técnica necessária – situações nas quais a criação corre o risco de ficar sem alimento.

Canguilhem (2012) também inspira as reflexões de Ingold (2015). Principalmente na sua perspectiva de olhar o viver a partir das malhas relacionais nas (e das) quais ele é composto, entendendo organismos e pessoas como irradiações e entrelaçamentos em um campo bastante vasto de conexões. Anna Tsing, Perig Pitrou e Tim Ingold, cada um com suas particularidades teóricas e metodológicas, a partir das noções de assembleia, coatividade e malha, respectivamente, me ajudam a entender as múltiplas dinâmicas propiciadoras da vida nos territórios pesqueiros do Delta do Parnaíba; apesar de não convergirem conceitualmente.

Inspirado em Pitrou (2016), entendo vida menos como um conceito fechado e mais como um fenômeno que pode assumir diferentes modulações, formas e enfoques analíticos a depender do contexto. Não se trata, portanto, de definir vida a partir de certos parâmetros, mas de perceber como diversos processos atuam em coatividade no sentido de gerar seres vivos, como destaquei acima.

Deste autor retenho a orientação de olhar para os casos etnográficos particulares nos quais a vida emerge, seguindo processos técnicos e vitais empreendidos ou experienciados por humanos e/ou outros seres. O que me ajudou muito no trabalho de campo. Para Pitrou, vida é algo que deve ser seguido, não conceituado de antemão. Nesse aspecto, ele se distancia de Ingold (2015) que, nos seus últimos escritos, define filosoficamente vida a partir de sua relação com a ideia de movimento, isto é, algo aberto e em contínuo processo generativo. Contudo, dada a minha experiência no Delta, a noção de movimento e as malhas geradas por este me ajudam a refletir e descrever várias questões trazidas aqui.

Assim, se por um lado pretendo apreender vida etnograficamente, seguindo sua multiplicidade de processos, por outro a noção de malha (Ingold, 2015) aponta para o caráter interconstitutivo entre os seres e seus ambientes. As diferenças entre esses autores, portanto, fazem-me atentar para aspectos distintos na descrição de *território pesqueiro* enquanto dimensão existencial capaz de congrega-luas, marés, casas, roçados, humanos e outros viventes.

Rios, mares, igarapés, lagoas, peixes e caranguejos emergem em movimentações que agregam diversos entrelaçamentos. Nessas tessituras, convém

atentar para os diversos sistemas de ação e atividades que propiciam a vida. É nesse sentido que território pesqueiro, além de uma categoria política dos movimentos sociais da pesca, também nos direciona o olhar para as dinâmicas existenciais, técnicas e vitais capazes de fazer a vida emergir nos encontros entre os ambientes terrestres e aquáticos. Território pesqueiro, portanto, transcende a dimensão unicamente política e ocupa lugar central nas discussões sobre vida, viventes, caminhos e processos vivenciados por nossos interlocutores (Mello, 2016).

Acompanhá-los é seguir trajetos por uma diversidade de meios para além das águas, conforme observaremos nesse capítulo. É aí que retomo Fagundes (2019b) para pensarmos como certas práticas e ritmos são essenciais ao observamos as relações entre ações técnicas, viventes e meios. Ao se debruçar sobre as formas de relação com o fogo entre quilombolas, brigadistas e gestores ambientais no Jalapão (TO), lugar com forte presença de vegetações savânicas típicas do cerrado, o autor mostrou como as dinâmicas de queima são essenciais para a emergência de diversas formas de vida na região – lugar onde, “se queimando tudo dá” (Fagundes, 2019b: 110).

Graças ao fogo são realizadas queimas periódicas que propiciam a obtenção de capim e lugares de pastagem para as criações de gado. As queimadas, nesse contexto, são lugares espacialmente localizáveis e disponíveis para as andanças e alimentação de bois e vacas. A depender das temporalidades de crescimento do capim – o que tem uma relação direta com a periodicidade das queimas –, as áreas pelas quais o fogo passou tornam-se espaços de nutrição (e atração) para viventes diversos.

As emas (*Rhea americana*) costumam circular por elas no mesmo dia da sua feitura a fim de capturar insetos. Reaparecem, ainda, semana depois na procura de pequenos brotos. Diferentes espécies de veados também ocorrem nos locais de queima – seja nas vargens, chapadas ou campinas – cerca de oito a quinze dias depois para se alimentarem de broto agreste, coquinho do cerrado e folhas de *pau* (Fagundes, 2019b: 122). O fogo, nesse contexto, propicia a emergência e o desenvolvimento de diversas formas de vida (Pitrou, 2017; Fagundes, 2019a).

Os meios que compõem os gerais são apresentados, então, a partir dos processos técnicos e vitais que o constituem. Veredas, chapadas, vargens,

tabuleiros somente podem ser compreendidos dentro das práticas e ritmicidades (no caso em tela, de queima) que lhes atravessam e são generativas da vida que aí emerge. Ao se conectar a uma diversidade de outros seres – vivos e não vivos –, o fogo cria mundos com temporalidades próprias, que fluem em ritmos particulares de brota, crescimento e envelhecimento (Fagundes, 2019b). No caso do Delta, compreender a emergência dos vivos relacionados ao mangue e outros ambientes no território é, sobretudo, acompanhar as cadências entre inverno e verão, mas também atentar para os ritmos das marés (Sautchuk, 2007). Ritmo, portanto, é categoria central nas discussões que desenvolverei a partir daqui.

As vidas que ocorrem ao longo do território são, em parte, propiciadas pelos ritmos ecológicos de inverno e verão. Atrelado a isso é preciso considerar ainda os movimentos da lua e das marés não apenas na conformação de paisagens no Delta, mas na influência que exercem sobre os vivos e seus processos vitais. Ao fazer isso, procurarei pensar o território a partir de diferentes ritmos (Lefebvre, 2004; Leroi-Gourhan, 2002). Assim, tentarei articular textualmente elementos que até podem parecer desarticulados, mas são essenciais para percebermos as dinâmicas de composição de meios, caminhos e diferentes formas de vida.

Inverno e verão

Ceguei à cidade de Parnaíba no início de 2019. Chovia muito, era inverno. Período que, conforme meus interlocutores, tem início no final de dezembro e segue até meados de junho. Caracteriza-se por altos índices de pluviosidade, geralmente concentrados nos meses de março e abril, “o coração do inverno”, por serem os meses mais “chovedores”. De julho a meados de dezembro é verão. Período da seca, com poucas chuvas, apenas duas ou três – relacionadas aos ciclos germinativos de algumas espécies vegetais, conforme veremos adiante. Apresenta também maior incidência de ventos, principalmente entre os meses setembro e novembro. Porém, mais importante do que deciframos esses períodos no calendário anual é acompanhar como meio e fluxos de vida vão sendo gestados no decorrer desses ciclos.

Tentar me estabelecer em Parnaíba⁸ durante as chuvas não foi tarefa fácil. Com o inverno rigoroso e as precárias condições de drenagem urbana, parte considerável dos bairros e ruas estavam alagadas. O que, por um lado, me fez conhecer a cidade em um dos seus momentos mais críticos, por outro, limitou minhas andanças à procura de um apartamento para alugar. Bairros como Piauí (conhecido sarcasticamente como “Piscinão”), Vazantinha, Fazendinha e São Vicente de Paula tiveram prejuízos enormes. Várias famílias ficaram desabrigadas e perderam móveis e eletrodomésticos, o que levou a prefeitura, em 2019, a decretar estado de emergência. Parte dos meus amigos caranguejeiros e lideranças de movimentos de pescadores na cidade estavam ilhados/as, com suas casas alagadas. Era nesse contexto que eu iniciava meu trabalho de campo: em meio a uma situação caótica, angustiante e sem qualquer possibilidade (ou clima) de interações mais próximas com meus anfitriões. Infelizmente, não era a primeira vez que Parnaíba vivenciava dias assim.

Pedro Oliveira (2019) analisou as notícias de jornais parnaibanos sobre as enchentes na década de 1970. No ano de 1978, a cidade de Parnaíba foi eleita pelo governo federal como sede do 3º Polo Turístico do Brasil. O turismo, nesse contexto, aparecia como atividade econômica promissora. Contudo, a despeito das promessas de um futuro glorioso, o presente no litoral do Piauí apresentava sérios entraves aos sonhos de desenvolvimento das elites econômicas locais. Principalmente na época das chuvas, momento no qual as enchentes se alastravam por diversos locais da cidade, da periferia ao centro. “Agradeça a Deus vir à Parnaíba durante o mês de julho. Jamais tenha a pretensão de vir aqui, nos visitar, durante o inverno. Durante esse período, deixe-nos à sós tratando e enfrentando nosso lamaçal” (JORNAL INOVAÇÃO, 07/1978, p.5 *apud* Oliveira, 2019).

Apesar de as enchentes serem uma questão generalizada na cidade, os jornais locais pesavam a tinta ao pintar os lugares periféricos como imagens máximas da pobreza, sujeira e doenças. Bairros como Boa Esperança, Catanduvas, Campos, Coroa (Bairro do Carmo), Nova Parnaíba, Pindorama, Quarenta, Santa Luzia e Tucuns (São José), situados mais próximos do rio e, à época, considerados

⁸Situado no litoral do Piauí, o município de Parnaíba possui área de 453 km² e cerca de 153 mil habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de ser o município com o segundo maior Produto Interno Bruto do Estado, ficando atrás somente da capital, Teresina.

subúrbios, ganhavam centralidade nos jornais da época durante a estação chuvosa (Oliveira, 2019). Além das enchentes, outras adversidades vinham à tona, como a proliferação de muriçocas, moscas e as enfermidades causadas por estas. Disenterias, febres endêmicas, infecções de toda ordem eram ressaltadas pelos jornais com o intuito de captar recursos que supostamente seriam destinados para o auxílio das famílias periféricas frente o inverno.

Tanto nos idos da década de 1970 como hoje, os bairros mais afetados pelas enchentes são lugares tradicionalmente reconhecidos como comunidades de pescadores e pescadoras artesanais. Narrativas articuladas a partir da ótica acionada por certos veículos de imprensa (além de criar outros mal-ditos contra os quais se deve lutar ou, na “melhor” das hipóteses, exercer caridade) deixam de lado a própria complexidade perceptiva dos habitantes locais a respeito dos seus ambientes. A falta de infraestrutura urbana traz problemas incontornáveis aos moradores das periferias nas épocas de cheias, sobretudo quando comparamos com aqueles vivenciados por pessoas residentes em áreas nobres. Por outro lado, é interessante perceber a relação de pescadores e pescadoras residentes em bairros ribeirinhos com a temporada das chuvas a partir das suas práticas.

Inverno é tempo de pescar manjubas (*Anchoviella lepidentostole*). Peixe que se pega em dias de lua cheia, quando eles se deslocam para as águas mais superficiais na busca por alimento. No inverno, sua pesca é realizada durante o dia; no verão, apenas à noite. Uma rede especial é feita para pescá-lo, mais fina que as demais, geralmente confeccionada manualmente.

Ainda que haja malhas industriais, elas não são consideradas tão boas. No inverno, ainda, a água do rio se renova⁹ com as chuvas. O que propicia o aparecimento das manjubas e outros peixes, como tilápia (*Oreochromis* sp.) , tambaqui (*Colossoma macropomum*) , surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), sardinhão (*Pellona flavipinnis*), mandubé (*Brachyplatystoma parnahybae*) e bagre (*Bagre marinus*). Além disso, sob o efeito da “água nova”, que abunda, os

⁹ Essa afirmativa era corrente entre meus interlocutores, que me falavam das cheias do rio como um momento de “renovação” das águas, em virtude da chegada das chuvas e do aumento no fluxo hídrico dos tributários do Parnaíba. Além de mudar sua coloração, ganhando uma tonalidade mais amarelada, a chegada do inverno marca ainda um período no qual o rio sofre mais influência das águas doces. “O rio adoça mais” – mostravam-me – e, assim, propicia não apenas a brincadeira (reprodução) dos caranguejos, como também o desenvolvimento de cultivos agrícolas em suas margens, sobretudo há alguns anos, como veremos ainda nesta tese.

caranguejos iniciam seu período reprodutivo “no doce” (manguezais com maior interferência das águas fluviais e mais distantes da costa) logo na primeira lua nova do inverno – dezembro ou janeiro, conforme veremos no capítulo 3.

Antigos agricultores esperavam o período das chuvas para começarem a cultivar arrozais nas margens dos rios. Hoje, ainda que essa prática não persista como antes (Coelho Pereira e Silveira, 2021), o inverno é, de longe, o período escolhido por meus interlocutores para realizarem plantios. Parnaíba é uma cidade ribeirinha. A dinâmica dos rios, com suas temporalidades de cheias e vazantes, propicia diferentes ritmos e conformações de paisagens na urbe – seja no que diz respeito às práticas de pesca e plantio, seja em seus momentos de enchente. O que traz o medo constante de as casas serem alagadas. O ano de 2019, como havia dito, trouxe um inverno rigoroso e eu também fui afetado com isso.

Recém-chegado na cidade e abrigado temporariamente na casa da amiga de uma tia, meu principal desafio era alugar um apartamento. Além de alguns bairros estarem alagados, o trânsito pelas ruas da cidade ficava profundamente comprometido com as chuvas recorrentes. Dalí a alguns meses, minha companheira, Cíntia, também antropóloga, chegaria. Juntos, havíamos decidido mudar com casa e tudo para Parnaíba naquele ano, momento no qual eu faria meu trabalho de campo e ela terminaria a escrita da sua tese. Em virtude disso, achamos que seria melhor morarmos perto de alguma das duas universidades presentes na cidade (Universidade Estadual do Piauí – UESPI – e Universidade Federal do Delta do Parnaíba –UFDFar), ambas situadas em bairros considerados “altos” – geograficamente – e de ocupação recente, quando comparados com os mais antigos e tradicionais. Eram, portanto, lugares pouco sujeitos às inundações. Lugares majoritariamente habitados por jovens universitários, professores, empresários e pessoas das camadas médias e altas. “O metro quadrado mais caro de Parnaíba”, como me diziam os mototaxistas com os quais eu circulava para visitar os imóveis. Ainda assim, os preços não eram sequer comparáveis aos que pagávamos em Brasília.

No final de março, aluguei um apartamento de dois quartos no Reis Veloso, mesmo bairro da UFDFar. Impossibilitado de começar o campo com meus interlocutores de Parnaíba, decidi programar minha viagem para o Torto – no município de Araisos (MA) – logo na primeira quinzena de abril. No começo desse

mês havia participado da reunião dos conselhos da Reserva Extrativista e da Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, quando pude, oficialmente, apresentar a pesquisa e rever lideranças com as quais conversei em 2018. Chovia muito nesse dia. A logística para a realização da reunião foi bastante complicada, sobretudo porque várias comunidades da Resex estavam com acesso bastante precário à internet. Situação ocorrida, vale destacar, depois de dias sem energia elétrica por conta da queda de um poste. Chegar à ilha também não seria tarefa das mais fáceis: os caminhos por terra no interior da Resex estavam inundados.

Há cerca de dez anos, somente era possível se transportar de uma comunidade à outra – por terra – se fosse a pé ou a cavalo. O trajeto ocorria em veredas de areia branca, ladeadas pela vegetação arbustiva nativa, típica da restinga, bem semelhante àquela que ocorre nas vargens. Outra opção era o deslocamento a remo que, não raro, costumava ser mais vagaroso do que seguir por terra. Com a chegada de quadriciclos motorizados na ilha, inicialmente introduzidos por uma moradora da comunidade de Canárias, o tempo e a distância entre as comunidades foram encurtados. As paisagens locais também tiveram suas feições alteradas. Novos caminhos foram traçados e as antigas veredas alargadas. Em virtude das cheias causadas pelas chuvas, há rotas feitas exclusivamente no inverno – passando por lugares mais altos – e trajetos somente realizados no verão, pois, com o subir das águas, ficam completamente inundados.

Com o passar do tempo, o barulho dos quadriciclos foi se tornando familiar às famílias locais. Hoje os motoristas das cinco comunidades são um grupo organizado. Promovem, inclusive, uma festa anual: o Quadrifest, que, em 2019, estava na sua quarta edição, contando com a apresentação de bandas e shows musicais. Até 2020, quando finalizei o trabalho de campo, havia cerca de 50 quadriciclos circulando na Resex. Em invernos rigorosos, contudo, como o que ocorrera em 2019, a circulação desses automóveis fica impossibilitada. Só é possível chegar às comunidades de barco. Conversando com as lideranças na reunião dos conselhos, me informei sobre como chegar à ilha nas condições adversas em que estávamos.

Na primeira quinzena de abril daquele ano fiz o percurso que repetiria várias vezes nos meses seguintes. De Parnaíba, peguei um transporte intermunicipal para a cidade de Ilha Grande (PI), com destino ao Porto dos Tatus.

Lá deveria esperar a lancha do seu Riba, o único a fazer o trajeto para as comunidades.

Tanto no verão como no inverno, há vários barcos de linha para a Resex, mas eles só vão até as Canárias, comunidade mais próxima das cidades do Piauí. Aportando lá, é necessário ainda pegar um quadriciclo caso queiramos ir para o Passarinho, Torto, Caiçara ou Morro do Meio. Opção com a qual geralmente não se pode contar no inverno. Além do trajeto pelo Porto dos Tatus, no Piauí, outra forma de chegar à ilha é pela cidade de Araiões, no Maranhão: saindo de Parnaíba, pegamos um transporte interestadual para o Maranhão e – no porto situado no centro de Araiões – esperamos as lanchas de dois moradores do Torto que fazem linhas para as comunidades da ilha – exceto Canárias – em dias alternados.

Como em 2018 já havia feito as primeiras viagens de campo, chegando ao Torto, meus anfitriões me receberam entusiasmados, falando da lagoa que havia se formado no campo de futebol da comunidade. Por um triz as águas não invadiram algumas casas.



Mosaico 1 - Tempo das Chuvas. Sem lugar para jogar, meus amigos caranguejeiros se deslocavam para uma pequena elevação próxima ao antigo campo que, no inverno, costumava virar lagoa.

Foi preciso abrir um sangradouro para que parte da lagoa escoasse longe das residências. Ainda assim, a lagoa do campo – como era chamada – era um importante lugar (temporário) das socialidades desenvolvidas localmente. Jovens, adultos e crianças tomavam banho à tardinha e, aos finais de semana, um homem da comunidade oferecia passeios de banana *boat* para os moradores. “Com emoção” – quando sua voadeira fazia manobras para jogar todos na água – e “sem emoção” – um passeio tranquilo e rápido. Nessas circunstâncias, meus colegas caranguejeiros jogavam bola em um campinho improvisado, pequeno, situado em uma pequena elevação próxima do antigo campo que, no caso, era então a “lagoa do campo”.

Havia ainda quem pescasse pequenos peixes (sobretudo tilápias e carás (*Astronotus ocellatus*)) nesses acúmulos d’água. A lagoa do campo não era a única a se formar na Resex e outras porções do Delta. Sobretudo entre as dunas mais próximas ao mar, havia várias delas. Na comunidade de Caiçara da Praia há uma lagoa perene que, na época das chuvas, aumenta tanto em nível hídrico quanto em potencial piscoso. As águas do inverno transformam paisagens e práticas tanto entre meus interlocutores da cidade de Parnaíba (APA Delta), quanto com aqueles residentes na zona rural de Araisos, na Resex do Delta. Acompanhar os trajetos dos meus anfitriões, andarilhar com eles por seus caminhos, era então perceber uma paisagem móvel, com ritmos e cadências variáveis ao sabor das águas e das práticas desempenhadas por eles em cada momento do ano – desde o jogo de futebol no final da tarde até as andanças para o corte da palha de carnaúba ou a captura de caranguejo. Cada uma dessas ações ocorrendo em ambientes distintos e, conseqüentemente, afetados de forma diferente pelos ritmos de verão e inverno.

Assim, falar disso é acompanhar uma multiplicidade de viventes, práticas e processos. É preciso andarilhar por caminhos de terra, navegar por rios, igarapés, lagoas e seguir as linhas de vida e atividade de humanos, plantas e animais. Seguiremos andando a fim de notar as transformações e implicação das águas (e de certas práticas) na composição de meios diversos. Deixarei os manguezais por último. Muito frequentemente eles eram nosso ponto de chegada ou de partida. Sempre o início ou o fim. Esta estratégia narrativa acompanha o percurso das minhas caminhadas, saindo das casas dos meus anfitriões até o mangue. Andarilhagens feitas, principalmente, no interior da Resex do Delta. Os meios e as

práticas que descreverei, contudo, faziam-se presentes também em ambientes próximos à cidade de Parnaíba, de forma que minha escrita é um exercício de condensação dos lugares por onde fui levado na procura por caranguejos.

Quando nos deslocávamos por terra, andávamos pelas vargens até chegarmos aos mangues. Para caranguejeiros preocupados em garantir suas cordas, elas eram, na maioria dos casos, lugares de passagem. Caminhos de areia ladeados por plantas arbustivas e com uma vegetação típica de restinga, as vargens congregam tanto elementos do cerrado como da caatinga. As vassourinhas cercavam praticamente todas as veredas de areia branca que percorríamos e os arbustos de murici do amarelo, murici pitanga, mata-pasto (*Chamaecrista desvauxii*), massaranduba (*Manilkara triflora*), batiputá, puçá (*Mouriri guianensis*) guajirus (*Chrysobalanus icaco*) povoavam a paisagem. Eventualmente, no meio da tarde, ao voltar para casa, parávamos e colhíamos seus frutos depois do dia de trabalho. Um lanche antes do almoço.

Nessas caminhadas, meus anfitriões aproveitavam para observar os indícios dos viventes que aí habitavam. Mostravam-me o rastro de cobras sobre a areia quente, os ninhos de xexéus (*Cacicus cela*), reis-congos (*Psarocolius decumanus*) e outros pássaros no alto das árvores e das palmeiras de carnaúba (*Copernicia prunifera*). Olhávamos os rastros de jacus (*Penelope jacucaca*) e tatus-pebas (*Euphractus sexcinctus*) que, com o findar do inverno/início do verão, voltavam a aparecer nas vargens, sobretudo em suas porções mais baixas. Foi a partir da observação dos pebas nessas caminhadas pós-mangue, que me familiarizei com a sucessão de altos e baixões [pequenas depressões inundáveis com forte presença de junco (*Cyperus* sp.)] que compõe as vargens. Os pebas costumam construir tocas sob os arbustos de murici amarelo e outras espécies frutíferas, lugar de alimento em abundância. Também gostam de ficar próximo das águas superficiais acumuladas pelas chuvas. Lembro de passarmos por várias lagoas e charcos, a água na altura dos joelhos, até que meus anfitriões me apontassem os lugares por onde os pebas haviam passado e estavam vivendo.

As vargens, além de moradas para pássaros, pebas e outros bichos – lugar de passagem caso você esteja ocupado com a cata – eram também por onde pastavam caprinos e bovinos criados em regime de solta tanto na Ilha das Canárias como nas imediações de Parnaíba, Luiz Correia e Cajueiro da Praia. As vargens

eram habitadas, portanto, pelo vai e vem de cabras (*Capra aegagrus hircus*), bois e vacas (*Bos taurus*) alimentando-se das gramíneas espontâneas presentes ali ou do capim cultivado por seus criadores. Era possível andar por horas sem ver cerca ou casa sequer. Nosso caminho era entrecortado por pequenos plantios de capim para o gado. Os baixões, onde bois e cabras geralmente não pastavam, eram lugares privilegiados para os cultivos – sobretudo no *tempo dos antigos*. Não por acaso, sobretudo na área da Resex, era corrente que os baixões fossem nomeados com o nome de um velho dono que ali cultivava ou vivia: “baixão do seu Valério”, “baixão do João”; o que demarcava a relação entre um grupo familiar específico e determinado lugar através das práticas (geralmente de cultivo e morada) desenvolvidas ali.

São nas vargens, ainda, onde os carnaúbas florescem. As carnaúbas ocupam grande centralidade nas socialidades desenvolvidas no Delta (Crespo, 2007) e crescem em meio aos altos e baixões das vargens, mas não só. É possível encontrá-las na porta das residências, nos meios-fios de avenidas, nas fachadas de prédios públicos, na beira do rio, nas beiras de estrada, do campo às cidades. Seu caule é constantemente usado na construção de cercas, casas e uma diversidade de outros artefatos. As folhas dessa palmeira, sobretudo aquelas ainda em broto – crescidas no alto de suas copas (o *olho*) –, são usadas na confecção das cordas de caranguejo. Apenas as folhas (ou palhas) do olho servem para essa atividade, pois aquelas já desenvolvidas e, portanto, abertas, apodrecem com bastante facilidade. Além disso, com a fibra da palha são confeccionados cestos, redes, esteiras e o que mais a criatividade permitir. Mas era a obtenção do pó da palha de carnaúba que movimentava meus amigos caranguejeiros por meses seguidos, quando intercalavam as idas ao mangue a longas caminhadas pelas vargens.



Mosaico 2 -Vargens,
baixões e suas lagoas
temporárias



Várias vezes acompanhei meus amigos no corte da palha. Costumava ir com Lelía, caranguejeiro de 42 anos, pescador desde a infância e morador na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba. Saíamos cedo de sua casa, atravessávamos a criação de cabras do seu filho, que viviam presas em um pequeno curral ao lado do seu viveiro de peixes. Caminhávamos alguns minutos em veredas de areia branca, ladeado pelos arbustos que descrevi acima – os mesmos com que nos deparávamos ao sair ou entrar no mangue por terra. Lelía levava consigo um pequeno galão d'água e suas ferramentas: foice e facão.

Lelía me mostrava o quanto nas áreas alagadiças das vargens – os baixões – havia uma grande proliferação de junco, gramínea que em vários locais chega quase à altura da nossa cintura, impedindo-nos de ver o chão. Pisando descalço nessas porções de terra cobertas de água, é preciso tomar cuidado com os aruás (*Pomacea canaliculata*). Uma espécie de molusco cuja concha – ao quebrar sob o pé – pode causar cortes profundos. Como estávamos de botas, essa não era uma preocupação. O olhar de Lelía atentava para o alto e vasculhava porções de terras muito distantes de nós. As carnaúbas, apesar de espaçadas, não se encontram a esmo. Elas se situam em baixões bem específicos e amplamente (re)conhecidos pelos habitantes da ilha.

Cada lugar das vargens vai sendo identificado a partir da ocorrência de determinada planta, lagoa ou proximidade com casa e antigos lugares de cultivos de moradores mais velhos. Iniciar a derrubada da palha de uma árvore de carnaúba indica que todo o baixão no qual ela se encontra está sendo trabalhado pela equipe que já começou o corte. É o que meus amigos chamaram de “marcar”. Eu estranhei, por exemplo, o motivo de Lelía passar por diversas palmeiras de carnaúba e não realizar o corte das palhas. Ele então me explicou que outra turma já estava fazendo isso e que o baixão no qual ele e seus amigos trabalhava ficava mais distante.



Mosaico 3 - Corte da carnaúba. Derrubando a palha.



Mosaico 4 – Corte da Carnaúba. Depois de derrubada, a palha é levada para secar. Somente assim é possível obter o pó da carnaúba, produzido a partir do tritramento da palha seca com o auxílio de uma máquina.

Diferente dos mangues – onde as copas das árvores sombreiam toda a superfície do chão –, nas vargens as andanças acontecem sob o sol, que ocupa uma função central no processo de secagem da palha de carnaúba para o posterior processamento do pó.

As vargens iam alterando suas feições à mediada que nos aproximávamos das áreas de manguezais. O chão, não raro, encontrava-se encarquilhado, duro, com a superfície rachada pelo calor do sol. A segura do chão era acompanhada pelo cinza das árvores secas de mangue. Estávamos nos salgados (também, conhecidos como apicuns) que, na experiência perceptiva dos meus anfitriões, são áreas apenas inundáveis pelas marés altas, onde é possível encontrar algumas espécies de plantas arbustivas ou restos de mangue morto. São lugares situados entre diferentes porções de árvores de mangue ou na transição destas para a vegetação de restinga – locais, geralmente, com menor incidência da maré.

As planícies hipersalinas dos salgados, ainda que dotadas de características particulares que as diferenciam dos mangues, são parte do ecossistema manguezal em sua diversidade de feições paisagísticas. No Delta, quando avistamos os salgados, adentrar os mangues – dos quais, ressalto, também fazem parte – é o passo seguinte. Nesse sentido, autoras como Schaeffer-Novelli (2018:23), por exemplo, destacam a importância de salgados e apicuns “como reservatório de nutrientes e suporte para fases de ciclos biológicos de espécies da fauna associada ao manguezal, entre inúmeras outras funções imprescindíveis à manutenção da própria zona costeira”.

No Delta, além dos salgados, há o brejo que, conforme aprendi com meus anfitriões, seria a encosta do mangue propriamente dita, marcando a transição entre dois domínios constantemente articulado por meus anfitriões: a terra e o mangue.

Mais do que terra e mar – este muito raramente frequentado por meus anfitriões, pescadores dos rios do estuário e lagoas –, era a oposição terra e mangue constantemente acionada por eles ao falarem das dinâmicas, fluxos e vidas que compõem o território. No próximo tópico, ao falar das formas de vida propiciadas pela maré, isso ficará mais evidente. Por ora, é interessante continuarmos acompanhando as transformações presentes nesses ambientes durante o inverno e o verão. Com o início da estação chuvosa – o inverno –, alguns

colegas residentes no Torto aproveitavam para fazer seus plantios, sobretudo de espécies agrícolas com ciclos germinativos mais rápidos, como tomate, melancia e feijão. Isso porque, com o subir das águas, as chances de as áreas de plantio ficarem submersas eram enormes. Plantando espécies como essas, era possível colher toda a safra sem grandes prejuízos. Além disso, o solo coberto de lama teria sua potencialidade germinativa aumentada nos cultivos posteriores.



Mosaico 5 – Salgado e Pé do Brejo nas transições entre os bosques de mangue e a terra.



No Torto – diferente de outras comunidades da Resex, como o Passarinho –, poucas famílias desenvolviam a atividade agrícola. Alegavam que os custos e trabalhos com a adubação do solo – para o que geralmente usavam fezes de caprinos ou palha de carnaúba em decomposição – não compensavam o esforço, sabendo que muito provavelmente a água mataria tudo. A água que mata, contudo, é a mesma que propicia a vida, não só para plantas cultivadas, como também para aquelas do mato (vargens, altos e baixões). Massarandubas, bate-puçás e outros frutos nativos, característicos das vargens e baixões, costumam germinar no início do ano. As primeiras chuvas do inverno, além de tudo, deixam as vegetações vistosas, com um verde muito vivo. Além disso, propiciam a ocorrência de charcos e lagoas, lugares onde crescem os peixes que ali chegam (ou depositam ovos).

Assim como na terra, no mangue o início do inverno marca a presença das águas e a germinação de certas espécies nativas. É nesse período que as árvores de mangue vermelho, manso, siriba e mangue botão costumam florar, sobretudo entre os meses de maio a abril. Lembro de andar por manguezais onde a superfície negra da lama era completamente pintada por pequenas flores verde-claro. No caso do mangue vermelho, durante a época de floração, encontrava com mais frequências propágulos¹⁰ dessa árvore, que também eram chamada de “caneta” por meus anfitriões, em virtude da sua forma fina e alongada. A floração, portanto, tinha relação com a entrada das águas doces no rio que, ao permitirem às árvores de mangue se reproduzirem, também geravam mudanças no ambiente. Nem toda espécie se adapta facilmente a isso. As ostras (*Crassostrea rhizophorae* e *Crassostrea brasiliiana*) são um exemplo. Espécies que crescem espontaneamente acopladas às raízes de mangue e cuja coleta é bastante difundida em várias áreas de manguezal do Brasil.

Com o avançar do inverno, ostras espontâneas situadas em mangues mais distantes da costa morriam, resultado de maior incidência de água doce no rio. Meus anfitriões aproveitavam então o início das chuvas para pegarem as últimas ostras disponíveis mais próximas de suas casas, uma vez que, nessas circunstâncias, só em regiões com maiores índices de salinidade elas prosperavam.

¹⁰ Propágulos são sementes de mangue já brotadas nas árvores e que, uma vez desprendida destas, irão desenvolver-se no solo dando origem a uma nova árvore.

Além das ostras do mangue, há no Delta ostras cultivadas, prática inserida na região desde, pelo menos, final dos anos 2000, via projeto de combate à pobreza desenvolvido pela Care Brasil com o governo do Piauí, a Embrapa e outros parceiros. Desde então, ostreicultores desse molusco residentes no Torto, por exemplo, levavam suas produções de sementes e ostras jovens para regiões do rio mais próximas da “boca da barra” – da costa – nas imediações da comunidade Morro do Meio – lugar onde as águas eram sempre salgadas, a despeito de invernos rigorosos.

No verão, as ostras voltavam a fazer parte da paisagem do mangue, não mais doentes ou mortas – conchas vazias –, mas saudáveis e em grande profusão. Na terra ou no mangue, esta estação é anunciada com a chegada da siricora (*Laterallus viridis*), uma ave. “Quando o inverno começa a afastar, elas aparecem”. Avistar uma siricora na beira do rio ou sobrevoando as árvores de mangue é sinal de que as chuvas começarão a minguar para dar lugar ao período da seca. De junho a dezembro, os índices de pluviosidade são baixos. As poucas chuvas ocorridas nesse período são relacionadas por meus anfitriões aos ciclos germinativos de algumas espécies vegetais da terra e, por isso mesmo, recebem seus nomes. São elas a chuva dos cajus (*Anacardium occidentale*) e das mangas (*Mangifera indica*) (ocorrida entre julho e outubro) e a chuva dos muricis (leves precipitações entre outubro e novembro).

A importância dessas águas de verão se relaciona com a centralidade socioambiental e econômica que plantas como cajueiros e pés de murici ocupam no cotidiano do Delta. Os muricis, tanto vermelhos como amarelos, são bastante apreciados na culinária local, comidos *in natura* ou transformados em suco. Há ainda quem os colha para vender nas feiras. Os cajus seguem a mesma lógica e são também a base para a produção de doces, mas seu principal insumo é a castanha. A cata da castanha de caju – geralmente encabeçada por mulheres – mobiliza centenas de famílias no Delta do Parnaíba (dentro e fora da Resex). A produção é vendida para atravessadores externos às comunidades, que as revendem para fábricas produtoras de óleo ou empresas do mercado alimentício.

Assim, inverno e verão, apesar de apresentarem oposições como chuva e seca, não devem ser entendidos como momentos de abundância e escassez, respectivamente, mas como períodos que, cada um a seu modo, propiciam a

ocorrência de práticas e formas de vida específicas em diversos meios – geralmente articulados a partir da oposição terra/mangue. No quadro a seguir, relaciono práticas, meios e formas de vida que emergem na terra e no mangue a partir dos ritmos de inverno e verão

	TERRA (vargens, salgados, brejos, espaços das casas, quintais, ruas e caminhos)	MANGUE (diferentes conformações de manguezais, igarapés)
Inverno (Dezembro a Junho)	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de lagoas e charcos temporárias e aumento do nível das perenes. - Alagamento das vargens, baixões e, em alguns casos, também das casas e espaços de lazer. - Vegetação com tons mais vivos e germinação de massarandubas, bate-puçás, caganitas e outros frutos do inverno. - Maior incidência de marrecas (<i>Dendrocygna viduata</i>), jacus e outras aves do mato nas vargens. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos índices de piscosidade nos igarapés e rios. A pesca, de maneira geral, inclusive de camarões, é facilitada. - Floração das diferentes espécies de mangue. - Período de reprodução do caranguejo-uçá (final de dezembro a abril). - Maior dificuldade de localização e captura dos caranguejos. - Morte e adoecimento das ostras que habitam raízes de mangue mais distantes da costa. - Aumento da presença de macacos-prego (<i>Sapajus xanthosternos</i>). no mangue à procura de alimento.
Verão (Junho a Dezembro)	<ul style="list-style-type: none"> - Germinação de mangas, cajus e muricis. - Corte da palha de carnaúba. - Reaparecimento de pebas nas vargens, sobretudo nos baixões. - Diversas espécies de aves e répteis começam a botar ovos - Abelhas produzem mais mel. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mais facilidade na localização de caranguejos. - Reaparecimento de ostras saudáveis nas raízes do mangue. - Menor ocorrência de macacos, que passam a se alimentar mais das árvores frutíferas da terra.

Quadro 1 – Terra e mangue, inverno e verão

Inverno e verão agem conjuntamente na consolidação do que meus anfitriões chamavam de “fartura”. Falar de fartura, nesse contexto, era falar da

multiplicidade produzida graças às dinâmicas vitais, técnicas e ecológicas intrinsecamente relacionadas ao território. Peixes, ostras, cajueiros, carnaubais, mangueiras e uma infinidade de outros viventes eram constantemente apresentados a mim como prova incontestada de fartura.

As florestas de mangue situam-se na confluência de águas doces e salgadas e apresentam adaptações específicas para a sobrevivência em ambientes com altos índices de salinidade e pobres em oxigênio. Há, no Delta, diversas espécies de árvores de mangue (capítulo 2). O mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) apresenta raízes aéreas e se encontra, sobretudo, em áreas mais próximas à costa e com maior interferência da maré. Suas raízes facilitam tanto a oxigenação quanto a fixação no solo (Cavalcanti, 2004: 113). Não por acaso, são essenciais na absorção do impacto ocasionado pelas ondas nas áreas adjacentes ao oceano (Schaeffer-Novelli, 2018; Souto, 2004, Vannucci, 2002). O mangue siriba (*Avicennia germinans*), por sua vez, situa-se um pouco mais distante da costa, sofrendo interferência apenas das marés mais altas. Suas raízes, diferentes das do mangue vermelho, são radiais, possuindo um único centro de fixação. Na lida com um ambiente quase sem oxigênio, desenvolvem pequenos pneumatóforos que saltam terra acima. O mangue botão (*Conocarpus erectus*), situa-se nas proximidades das vargens ou em coroas de solos arenosos e pouco alagados (Cavalcanti, 2004).

Nos manguezais proliferam as mais variadas formas de vida. Ostras, crustáceos, fungos, algas, moluscos, aves, peixes e uma diversidade de outras espécies marinhas e estuarinas fazem dos mangues locais de abrigo e nutrição (Schaeffer-Novelli, 2018; Guzzi, 2012; Day Jr *et al*, 2013). O Delta do Parnaíba e seus diversos braços, portanto, propiciam ainda uma diversidade de peixes. Tainhas (*Mugil trichodon*), camurins/robalos (*Centropomus umdecimalis*), camurupins/pemas (*Megalops atlanticus*), manjuba, manjubão (*Licengraulis grossidens*) e várias espécies de bagres, camarões e siris (*Callinectes sapidus*). Seres que, geralmente, possuem capacidades fisiológicas para a vida em ambientes com constantes variações de salinidade, devido à forte interferência das marés (Guzzi, 2012).

Diversos autores e textos de movimentos sociais da pesca no Brasil destacam a importância dos manguezais, dos rios, em suma, do *território pesqueiro* (MPP, 2012)–conforme observamos – na garantia da soberania alimentar de

comunidades ribeirinhas. Para Sacramento (2019), a própria vida é associada a esse espaço, aqui entendido – também – como um território existencial – seguindo uma inspiração guattariniana. Os ambientes ocupados por estes coletivos podem ainda ser entendidos como lugares de refúgio – no sentido desenvolvido por Haraway (2016) –, na medida em que propiciam modos de existência abertamente ameaçados pelo capitaloceno e em contínuo processo de precarização das mais variadas formas de vida. “Aqui só passa fome quem quer”, era frase recorrente entre meus anfitriões. Logo em seguida, me apontavam o olhar para as coisas que venho descrevendo até aqui. Não raro, falar dos múltiplos viventes que compõem o território, portanto, era também falar dessa fartura. Era descrever as possibilidades alimentares disponíveis tanto na terra quanto no mangue.

Além disso, a fartura, nesse contexto, implicava ainda sofisticadas práticas de conhecimento, fruto da participação dos humanos nas linhas de vida (Ingold, 2007, 2015) presentes no território. Tais práticas consistem em um saber-fazer gestado na interação rítmica com os ciclos de inverno e verão e suas constantes variações. Estas sazonalidades trazem tanto a floração, a germinação e a reprodução de espécies animais e vegetais, quanto o seu fenecimento. Além disso, atentar para a fartura é perceber a multiplicidade de ofícios e relações propiciadas pelo ambiente, acompanhar as carnaúbas crescendo no inverno para terem suas folhas coletadas no verão, perceber a abundância dos cajueiros e muricis e a variedade de peixes presentes nos rios e lagos. Ressalto que apenas a relação dos meus anfitriões com esses dois ambientes (rios e lagos) daria uma tese à parte e sequer tenho dados para escrever sobre isso em profundidade, tão centrado que orbitei na oposição terra/mangue, com ênfase nos crustáceos – foco do projeto de pesquisa mais abrangente ao qual estou vinculado.

Além da cata do caranguejo, meus anfitriões se envolviam com uma série de outras atividades. No caso daqueles residentes na cidade de Parnaíba, era comum que meus parceiros atuassem como pedreiros, pintores, vigias, vendedores, auxiliares de serviços gerais, garçons e, por vezes, passavam alguns meses trabalhando na construção civil. Isso ocorria, principalmente, no inverno – logo após o carnaval (a festa) –, quando as vendas do caranguejo costumam cair e sua captura se torna ainda mais trabalhosa por conta das chuvas constantes. A pesca de peixes – fosse para meus anfitriões de Parnaíba (zona urbana) ou do Torto

(zona rural de Araisoses – MA) – era uma atividade constante na vida dos homens com quem convivi, estivessem eles mais engajados com o caranguejo ou em outros ofícios não pesqueiros. Além disso, não é exagero dizer que a maior parte desses outros ofícios possuíam uma relação íntima com as atividades agropastoris e extrativistas desenvolvidas no território. O que implica um conhecimento profundo das dinâmicas, dos ritmos e dos fluxos de [das] vidas que compõem o Delta.

No inverno, as chuvas dificultam a captura do caranguejo. O deslocamento ao longo do chão é comprometido, exige maiores esforços do andarilho dos mangues para não atolar. Nos movimentamos muito e, efetivamente, capturamos muito pouco. As raízes ficam escorregadias e a possibilidade de tombos é altíssima. Além disso, ao alagarem os manguezais, as chuvas desfazem os rastros dos caranguejos – principais indícios para decifrarmos suas presenças, como veremos no capítulo 3. Assim, acompanhar as dinâmicas que tornam os buracos de caranguejo visíveis aos meus anfitriões envolve uma sintonia fina com as ritmicidades do território. Inverno e verão são apenas uma delas, marés e luas são outras.

Luas, marés e mosquitos

Há diversos verbos relacionados à maré. Ela vaza, seca, diminui, enche, cresce, aumenta, alaga, lança e quebra. Sua ação no território transforma-o ativamente e propicia uma série de práticas e fluxos de vida. Acompanhar a maré a partir dos verbos¹¹ que a expressam – alguns inclusive similares, mas não idênticos – permite-nos perceber as coisas que a maré faz e, também, propicia que sejam feitas, no sentido avançado por Ferret (2014). Em seu movimento, ela ainda estabelece ritmos impossíveis de serem contornados pelos vivos, tendo em vista o seu caráter cíclico e (aparentemente) repetitivo, mas não invariável – fator que, segundo Lefebvre (2004), caracterizaria a própria noção de ritmo.

Ocorrem dois ciclos de marés por dia. O que significa, no final das contas, duas marés altas e, respectivamente, duas marés baixas. Cada ciclo demora, em

¹¹ Para outras informações a respeito dos ciclos da maré, recomendo esse episódio do podcast *Vozes da Pesca Artesanal*, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (Nuhumar) e pelo Laboratório de Estudos Rurais (Lae-Rural), ambos sediados no departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://soundcloud.com/user-531811812/vozes-da-pesca-artesanal-1-glossario-da-pesca-mare>

média, seis horas até atingir seu pico – no caso das primeiras – ou seu nível mais baixo – no caso das segundas. Maré alta e maré baixa, assim, são temporalidades/espacialidades que falam dos movimentos diários da maré. Seus indicadores de ação correlatos são crescer e subir, quando está em vias de se tornar alta. Ela então se estende pela terra, atingindo porções cada vez maiores do ambiente costeiro – a depender da lua, conforme veremos. Secar, baixar e, mais frequentemente, vaziar falam do movimento oposto. Indicam uma maré que desce e, assim, descobre porções do espaço terrestre anteriormente submersas, os mangues inclusos. Em virtude disso, catar caranguejos é uma atividade geralmente feita na maré vazante, ou seja, em vias de tornar-se baixa.

Somente com o mangue *escoado* – isto é, sem água acumulada em sua superfície – é possível localizar os rastros dos crustáceos. Por isso, o inverno com suas chuvas, assim como a maré alta, trazem complicações ao catador. Algumas galerias podem até se fazer visíveis, mas tão logo a captura seja iniciada a água *talda* – fica barrenta, turva – impossibilitando não apenas a visão da galeria em questão, como também de todas as outras possivelmente presentes no raio próximo a ela. Um mangue escoado, vale ressaltar, é um mangue após a passagem – o vazamento – da maré. É por isso que a maré – seja alta ou baixa – deve ser entendida tanto como um momento no fluxo do dia, como uma espacialidade no sentido da área ocupada por ela em determinado ambiente. Sua presença e/ou ausência conformam diferentes possibilidades de práticas e ações no território.

Na labuta cotidiana de pescadores e pescadoras artesanais Brasil afora, diz-se que fulano ou cicrana está na maré quando se encontra realizando atividades de pesca ou mariscagem, seja no rio, no mar ou nas porções de terra recém-descobertas pela água. Seguindo essa deixa, Renata Machado, ao acompanhar a atividade de marisqueiras no município de Matarandiba, na Bahia, descreve a maré como um espaço/tempo a ser habitado em determinadas horas e momentos do dia, lugar de avanço e recuo das águas e para onde se vai na procura por peixes e mariscos (Machado, 2019:14). Não raro, é usada como sinônimo de mar entre suas interlocutoras. Do ponto de vista temporal, a autora relaciona a maré aos seus ciclos diários e quinzenais.

Rafael Buti (2019), também na Bahia, mas junto à comunidade quilombola de Dom João, em São Francisco do Conde, fala da maré e suas potencialidades

conectivas e disruptoras, capaz de aproximar regiões geograficamente distantes e, assim, levar coisas de um lugar a outro. Sejam peixes, embarcações, pessoas (quando propicia a vida) ou manchas de petróleo – quando se traduz em força capaz de também levar contaminações em meio a grandes catástrofes ambientais. Aqui, somando-me a esses autores, pretendo pensar a maré em seus devires rítmicos e propiciadores de certas práticas e dinâmicas vitais no/ao território. A maré enquanto fluxo. O que efetivamente a maré permite que seja feito em cada um dos seus tempos? A depender da atividade, uma mesma maré pode propiciar certas práticas de pesca e outras não. Como maré, luas e cata de caranguejo se relacionam? Que formas de vida emergem e fenecem a partir do ritmo das marés?

Ao descobrir a terra, a maré deixa sua *marcação*: um rastro pelos lugares onde passou até atingir seu pico. Áreas recém-descobertas por ela – como os salgados e a beira do rio, por exemplo – são frequentemente visitadas por cabras e porcos que se alimentam dos vegetais e minerais trazidos pelas águas ou mesmo de pequenos moluscos e crustáceos. Várias aves também encontram solo fértil para o forrageio nesses espaços. O mangue, por sua vez, apenas torna-se um lugar propício para a captura de caranguejo – seja por humanos, macacos-prego, guaxinins ou outros viventes – quando a maré baixa.

Além das marés alta e baixa, há ainda as marés grandes e pequenas que, diferentes das primeiras, não se relacionam diretamente com a temporalidade do dia, mas com os ciclos do movimento lunar. Conforme aprendi a observar com meus anfitriões, há duas *marés grandes* e duas *marés pequenas* no mês. As marés grandes (marés de sizígia) apresentam uma maior amplitude, isto é, atingem maiores porções de terra ao crescerem (maré alta) e – de forma contrária – recuam bastante na maré baixa. Ocorrem nas luas novas e cheias. São bastante apreciadas para a pesca, sobretudo porque “os peixes entram nos mangues e igarapés para comer”, tornando-se mais facilmente capturáveis. Contudo, se a maré grande é “boa pra peixe”, ela não propicia ambientes favoráveis à captura do caranguejo. Os manguezais ficam completamente alagados. Inclusive em suas porções mais altas e demoram bastante tempo até *escoarem*. “Atrasam o serviço”.

Os caranguejos, por sua vez, “ficam mais difíceis”, “se somem”, “se enterram tudim [todos]”. “Como assim, ficam mais fundos mesmo?” Perguntei um dia para Zito. “Sim, eles cavam mais” e me acrescentou que isso ocorria principalmente em

manguezais mais distantes da costa. Além disso, na maré grande, os rastros dos caranguejos não são tão facilmente percebidos, o que dificulta a localização do buraco. Meus parceiros diziam com bastante frequência que na “maré grande o caranguejo não forma rastro”. De fato, sair à procura desses crustáceos em dias assim era um trabalho hercúleo, extremamente exaustivo – muito diferente do que acontecia nas *marés pequenas*.

Se as *marés grandes* têm relação com as luas cheia e nova, as *marés pequenas* (marés de quadratura) sofrem influência das luas de quarto minguante e crescente. Apresentam pouca amplitude e dificultam a pescaria, mas facilitam as atividades de cata. O mangue escoar [fica sem poças d’água] mais rápido e os caranguejos tornam-se alvos facilmente identificáveis. “Eles formam rastros”. As *marés pequenas* são ainda experienciadas como marés de quarto seco ou de quarto choco, a depender da maior ou menor presença de água no mangue, respectivamente. Cada uma dessas tempo-espacialidades propicia diferentes disposições para a captura, não apenas facilitando-a ou dificultando-a, mas interferindo diretamente no comportamento dos caranguejos frente a distintas composições de mangue.

Tipo de Maré	Ciclo com o qual se relaciona	Atividade que melhor propicia	Ações correlatas
Maré alta	Ciclo de diário	X	Encher, subir
Maré baixa	Ciclo diário	- Momento no qual a captura de caranguejo é feita - Propicia o forrageio da terra recém-descoberta por caprinos, suínos e aves.	Secar, vazar, baixar, diminuir
Maré grande (maré de sizígia)	Ciclo lunar (Luas Nova e Cheia)	- Facilita a pesca nos rios, de maneira geral	Lançar, crescer, ganhar força
Maré pequena (maré morta ou de quadratura)	Ciclo lunar (Luas de quarto crescente e minguante)	- Melhores marés para a captura de caranguejo	Quebrar, diminuir, perder força

Quadro 2 – Marés e luas

Ao transicionar de pequena para grande, a maré lança – outro verbo indicativo de suas ações. O quarto choco ocorre nesse momento. Dá-se quando, ainda nas luas crescente ou minguante, a maré começa a lançar (ou seja, crescer em nível e amplitude), antecipando o movimento que faria apenas dali a alguns dias, na proximidade das luas nova ou cheia. O quarto choco, portanto, propicia manguezais mais alagados e lamacentos que o quarto seco. Não há muito como prever quando um ou outro irá ocorrer. Ambos, contudo, são considerados bons para a captura, ainda que conservem suas especificidades.

Lucas: Mas no quarto choco é bom pra caranguejo também?

Seu Chico: Quando tá [no quarto] seco assim, é bom de tirar se ele tiver só no braço. Agora, no cambito [gancho de ferro] mata muito, porque ele fica apregado [na lama]. Agora, no quarto choco não, porque fica água ainda, ela [a lama] não enxuga bem. Aí dá pra tirar no cambito. A maré seca é bom porque a gente tira mais no braço, porque tá muito seco, aí o caranguejo sobe.

Lucas: Então, quando tá no quarto seco o caranguejo sobe?

Seu Chico: É, ele vai mais pra cima, porque a lama está muito seca. Está muito grossa, a lama. O caranguejo não gosta de lama muito seca demais, não, porque ele morre. Ele respira, ele morre, siô [senhor]!! Se não botar mais maré, ele morre todinho, o caranguejo. Fica lama seca nos olhos dele.

Francisco: A lama grossa entope ele, aí ele vai procurando um meio de sair.

O caranguejo sofre quando o mangue passa muito tempo sem ser *lavado* pela maré. A captura, conseqüentemente, é prejudicada. No capítulo 3 falarei mais detidamente das técnicas envolvidas nisso. Por ora, é importante perceber o quanto a maré de quarto seco torna difícil o uso do cambito, um vergalhão de ferro em forma de “J” medindo cerca de um metro e meio. É uma ferramenta que força a saída do caranguejo e exige grande habilidade do catador ao executar seus movimentos em diálogo com aqueles realizados pelo crustáceo. Um mangue com a terra seca dificulta os movimentos do caranguejo, que somente pode ser capturado com vida e sem a perda de patas caso seja pego com a mão, algo impossível caso o bicho não esteja ao alcance do braço.

Depois das luas crescentes e minguantes (quartos secos ou chocos), a maré começa a lançar. Isto é, crescer até atingir seu pico nas luas cheias e novas. Neste processo, é interessante percebermos o fluxo das águas como movimentos que propiciam – no sentido de *affordance* desenvolvido por Gibson (1986) – a emergência de diversas práticas e formas de vida. Se as marés grandes são boas para muitos peixes – que passam a habitar as águas mais superficiais e os igarapés à procura de comida –, as de quarto são melhores para a captura do caranguejo. Em seu lançamento, contudo, são suas capacidades de influenciar os ciclos de vida de mosquitos (*Ceratopogonidae*) e muriçocas (*Culex quinquefasciatus*)¹² que ganham centralidade nas dinâmicas da maré em sua relação com o território. Principalmente se pensamos a maré a partir das experiências vividas na captura.

“Os mosquitos são chocados pela maré”, disse-me o Francisco certa vez. Ao lançar, as marés os fazem surgir. Eles começam a aparecer nos dias que antecedem as luas nova e cheia – período no qual a maré começa a lançar. Assim ela continua até um dia e meio depois de essas luas despontarem no céu – o que, nos termos dos fluxos hídricos, significa aproximadamente três marés (altas). Somente depois

¹² De maneira geral, o que diferenciava os mosquitos das muriçocas para meus interlocutores era que os primeiros eram bem menores que as segundas.

disso a maré grande atinge seu pico e, então, começa lentamente a *quebrar* (diminuir). O oposto da maré de lançamento é a maré de quebramento. A primeira marca a chegada dos mosquitos e a segunda seu desaparecimento.

Lembro que, em marés de quebramento, levava meu repelente para o mangue e sequer usava-o. Meus parceiros perguntavam incrédulos: “trouxe isso para quê?”. À medida que a maré deixava de lançar (crescer), os mosquitos desapareciam. Em manguezais mais altos – nos quais a água facilmente escoava –, os pequeninos sequer ocorriam ou – o que era mais comum – apareciam pouco. Era a presença das águas que os fazia proliferar. Mosquitos e muriçocas são companhias incômodas ao trabalhador dos mangues, como ainda veremos nessa tese (capítulo 3). Por ora, quero continuar falando das dinâmicas que lhes propiciam a vida.

A presença dos mosquitos, apesar de incômoda, é algo esperado a cada lançamento da maré, ou seja, duas vezes ao mês. Acompanham, portanto, o ciclo lunar seguindo, respectivamente, as luas nova e cheia. As muriçocas também, mas de outro modo, porque – à primeira vista – relacionam-se mais diretamente com as temporalidades de inverno e verão. O tempo das muriçocas ocorre entre os meses de setembro a meados de novembro e acompanha a “safra do caranguejo”. Nesses meses, a maior parte dos crustáceos habitantes nos diversos manguezais do Delta completou seu período de ecdise e suas presenças no mangue – em condições capturáveis – aumenta exponencialmente. É um ótimo período para pegar caranguejo, não exatamente por conta da demanda do mercado, mas pela oferta dos manguezais. Ocorre que se aventurar no raizal durante esse período é conviver com pequenas sanguinárias¹³.

As muriçocas se *engeram*¹⁴ [criam vida, nascem] na lama, em meio a pedaços de folhas, galhos e madeiras podres, além de uma variedade de matéria

¹³ Felipe Vander Velden (2016) faz um importante balanço acerca das relações entre humanos e pequenos insetos hematófagos ao falar da sua experiência com os indígenas karitiana. Ele destaca o quanto esses seres, apesar de pouco considerados e mesmo desprezados, têm sido fartamente documentados na história do Brasil e do mundo pelos mais variados motivos, desde os incômodos que causam até o fato de se lhes atribuir a transmissão de diversas doenças.

¹⁴ Diferente de alguns contextos amazônicos, onde a categoria *engerar* fala de processos transformativos através dos quais animais, bichos e seres encantados podem devir humanos e vice-versa (Wawzyniak, 2003), no Delta do Parnaíba *engerar* diz respeito às dinâmicas que dão origem às muriçocas. Geralmente acionada com uma carga negativa, *engerar* fala do processo generativo de um vivente que emerge da mistura de água e matéria orgânica em decomposição, eclodindo em lugares sujos. Há, contudo, uma diferenciação entre as muriçocas que se *engeram* dos processos da

orgânica em decomposição. Era assim que meus anfitriões me explicavam o surgimento delas. Assim como os mosquitos, era a maré que lhes preparava o terreno para a vida. É, sobretudo, a diferença entre a marcação das marés de lua nova e cheia que propicia a emergência das *muriçocas*. Conforme havia dito antes, há duas marés grandes no mês, relacionadas, respectivamente, às luas nova e cheia. Contudo, apesar de grandes, essas marés guardam uma leve diferença de amplitude. No inverno, por exemplo, a maré da lua cheia é ligeiramente maior que a de lua nova, atingindo áreas mais extensas do território do que esta.

Em alguns momentos – nessa época do ano – a amplitude dessas duas marés pode até se igualar, marcando no mesmo lugar, como costumavam dizer. Mas tão logo isso ocorresse, no ciclo lunar seguinte a maré de lua cheia retomava seu posto, sobretudo no início do inverno. Porém, à medida que o fluxo das águas vai seguindo e o verão se aproximando, a maré de lua cheia começa a perder amplitude quando comparada à de lua nova. Em meados de agosto, ocorre uma das maiores marés de todo o ano – geralmente situada na lua nova. É quando os fluxos hídricos relacionados a esta maré dificilmente são ultrapassados ou sequer igualados por aqueles da lua cheia. Essa diferença absurda de amplitudes vai perdurando durante todo o verão, mas – passadas essas marés maiores do final de agosto – as águas vão pouco a pouco diminuindo. No final do verão, ambas as marés estão com praticamente a mesma variação de nível. Até que o inverno se inicie e a maré de lua cheia volte a dominar. O que nos lembra a proposta ritmanalítica de Lefebvre (2004: 24), visto que, apesar de repetitivo e coordenado, o ritmo de funcionamento das marés vai se diferenciando ao longo de cada mês no decorrer do inverno e do verão.

Falar das marés e das luas, portanto, é falar de um ciclo que – apesar de ter seus pontos críticos e variações nitidamente marcadas – dá-se através de um movimento ritmado, cotidiano e lento. Tudo vai acontecendo aos pouquinhos, assim como o transformar da lua em cada fase. As marés obedecem à mesma cadência. Não é do dia para a noite que, em agosto, por exemplo, temos a maior maré do ano na lua nova. É devagarzinho que ela vai crescendo desde o início do inverno, ainda quando as maiores amplitudes se relacionam com a lua cheia. É

maré e são, portanto, *muriçocas da natureza* – cuja ocorrência é esperada apenas em determinados momentos – e as *muriçocas da cidade, engeradas* no lixo ou no esgoto. Estas, diferente das primeiras, não possuem época específica para ocorrer e se proliferariam durante todo o ano.

devagarzinho também que a maré de lua cheia vai diminuindo até marcar em lugares bem aquém daqueles atingidos pelas águas da lua nova (no verão). E é graças a esse movimento lento – e ao mesmo tempo radical – de diferenciação entre as marés que as muriçocas encontram as poças d'água propícias para o depósito dos seus ovos.

Uma vez que em meados de agosto a maré da lua cheia não iguala com a maré de lua nova – pois, ainda que grande, fica menor que esta –, as muriçocas aproveitam a água acumulada nos mangues, em regiões adjacentes a eles e na terra para se proliferarem. Elas o fazem no quebramento da maré. Nesse caso, portanto, é no período entre a lua nova e a lua de quarto crescente que elas se engram, passando do ovo ao seu estado adulto. Sua maior concentração ocorre nas áreas de mangue. À medida que a lua crescente vai se tornando cheia e, conseqüentemente, a maré lança novamente, as muriçocas são *espantadas* por ela e saem do mangue para a terra, conforme me fizeram observar meus anfitriões. Na lua cheia, é quase – mas só quase – possível trabalhar sem repelente, cigarro ou fumaceira para espantá-las. Na terra, em contrapartida – o que significa nas casas, quintais, caminhos, campos de futebol, praças e lugares mais próximos de rios e lagoas – esses insetos hematófagos são um incômodo difícil de ser contornado.

A lua cheia, com sua maior claridade e a força da maré, acaba por matar parte considerável das muriçocas que, distante dos mangues, também são frequentemente vitimadas pelos ventos e por humanos, que recorriamos inclusive a sprays inseticidas. O fato é que, na lua minguante, os insetos engrados no quebramento da lua nova anterior morreram aos montes. Esse período do final da lua cheia, passando pela lua minguante até o início da lua nova (aproximadamente quinze dias) é vivenciado como um período sem muriçocas. Ainda que algumas se façam presentes, seu tamanho é reduzido, sua força não é tanta e muito facilmente podem ser dispersas ou mortas. Os quinze dias seguintes, contudo, constituem o período no qual elas voltam a se reproduzir, ganhando tanto a terra como o mangue até, novamente, *ficarem por menos*. O ciclo se repete. É assim que, de setembro a novembro, as muriçocas estão *na força delas*, estão *imperando*. Imperam no sentido de exercerem sem amarras o seu poder e presença. É portanto assim o ciclo das muriçocas: quinze dias mais fortes, quinze dias mais fracas.

LUAS/MARÉS	MOSQUITOS	MURIÇOCAS
Lua nova (maré grande)	- Aparecem no lançamento da maré	- Começam a se engerar no quebramento da maré (dias de menor ocorrência)
Lua crescente (maré de quarto)	- Não se fazem mais presentes	- As primeiras muriçocas, ainda jovens, aparecem no mangue (maior ocorrência)
Lua cheia (maré grande)	- Aparecem no lançamento da maré	- Elas começam a sair do mangue e se dirigem para a terra (ocorrência média)
Lua Minguante (maré de quarto)	- Não se fazem mais presentes	- As muriçocas começam a diminuir, boa parte delas morreram (a ocorrência delas vai diminuindo)

Quadro 3 – Ocorrência de mosquitos e muriçocas

A dinâmica das muriçocas no território é intrinsecamente relacionada aos fluxos das águas. Em verões nos quais as marés igualam, ou a diferença de amplitude entre as águas da lua nova e as da lua cheia é pequena, as muriçocas dificilmente se engeram. Elas morrem. Além disso, é importante destacar que, à medida que nos afastamos das beiras dos rios e lagoas e nos aproximamos do mar, as muriçocas desaparecem. Primeiro porque as terras da costa estão mais frequentemente cobertas pela maré, sem deixar tempo para que estes insetos se desenvolvam nas poças d'água. Depois, porque a sua emergência enquanto vivente só é possível graças às águas salobras. Foi Lelía que certa vez me disse: “muriçoca não gosta nem de água muito doce, nem de água salgada. Elas se dão bem mesmo é na água salobra”. Em tempos nem tão antigos – cerca de quarenta anos atrás –,

meus colegas contaram que as muriçocas eram maiores e mais numerosas. A água do rio não salgava tanto quanto hoje¹⁵.

A vida das muriçocas, portanto, assim como a de humanos, caranguejos, carnaúbas e outros viventes é profundamente conectada às dinâmicas e fluxos que compõem o território e seus ritmos (hídricos, obviamente, mas não só). Inverno e verão são temporalidades cruciais aos processos locais. Influenciam a realização ou não de diversas atividades feitas por humanos e outros mais que humanos. Propiciam a ocorrência dos buracos de caranguejo, aqui entendidos como o resultado de um conjunto de relações entre o caranguejo e o mangue, mas também com as temporalidades da maré e das chuvas. Isso por que as galerias desses crustáceos, mais do que lugares pré-determinados e fixos na imensidão do mangue, devem ser vistos como fenômenos ecológicos, na perspectiva desenvolvida por Barbosa e Devos (2017), o que significa percebê-las como resultado das interações entre várias de forças, ações e processos ocorridos no ambiente.

É nesse sentido que as práticas desenvolvidas localmente são, portanto, malhas relacionais que apontam para o florescimento de formas de vida territorializadas. Nesse contexto, a maré – além de um espaço-tempo (Machado, 2019), ou meio capaz de conectar, mas também levar manchas de óleo para diferentes partes do globo (Buti, 2019) – é aqui entendida enquanto fluxo que se relaciona com diferentes processos e ritmos no território.

Entender território (Oliveira, 1998; Little, 2002; Godoi, 2016) como uma porção do espaço biofísico sobre a qual povos e comunidades culturalmente diferenciadas projetariam representações simbólicas a respeito do mundo, a meu ver, enfatiza demais a agência humana e sua capacidade de simbolizar. Seguindo essa linha, cultura e regimes de conhecimentos seriam mais fruto de um processo mnemônico/cerebral de acúmulo e transmissão, do que de um engajamento prático das pessoas e organismos (não apenas humanos) com seus ambientes. Assim, inspirado por Mello (2016), Ingold (2000, 2015) e pelas elaborações do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP, 2012), a ideia é alargar a categoria de território para pensá-lo enquanto dimensão existencial atravessada

¹⁵ No próximo capítulo falarei sobre as histórias e transformações na paisagem envolvendo o aumento dos índices de salinidade nos braços de rio presentes no Delta.

por múltiplos agentes e forças a se constituírem mutuamente em processos dialógicos, não apenas representacionais.

Deste modo, minha intenção aqui foi contar histórias no/do território, não unicamente focadas nas ações humanas, mas trazendo para o centro da narrativa outros entes e as ritmicidades do ambiente consideradas relevantes para as relações dos meus interlocutores. Além disso, as experiências que atravessam os caminhos e meios frequentados por mim junto com meus anfitriões também estão atravessadas por uma série de processos políticos que, não raro, dialogam diretamente com as dinâmicas e viventes trazidos até aqui.

Assim, os meios e viventes que compõem o Delta ganham outras dimensões ao pensarmos a sobreposição entre os territórios de povos e comunidades tradicionais e unidades de conservação – momento no qual a vida reaparece não apenas como fluxo, malhas ou regimes de coatividades, mas ainda como objeto das gestões ambiental e territorial.

O Delta do Parnaíba e as unidades de conservação: a vida como objeto da gestão

No Delta do Parnaíba, algumas unidades de conservação se sobrepõem aos territórios dos povos e comunidades tradicionais habitantes na região. A primeira delas, mais antiga, é a Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba (APA Delta), com superfície/área de aproximadamente 311.731,42 hectares. Criada em 1996 e composta por municípios do estado do Maranhão (Água Doce do Maranhão, Araiões, Paulino Neves, Tutoia), Piauí (Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia, Parnaíba) e Ceará (Barroquinha e Chaval), esta UC tem como principal propósito possibilitar “o uso sustentável dos recursos naturais como a pesca, o extrativismo e o turismo, respeitando a cultura e tradições locais” (ICMBio, 2020: 18). A APA contém ainda em seu perímetro três outras UC's: a APA da Foz do Rio Preguiças – Pequenos Lençóis, no Maranhão; a RPPN Ilha do Caju; e, ocupando cerca de 9% da sua área, a Reserva Extrativista Marinha Delta do Parnaíba (ICMBio, 2020: 16).

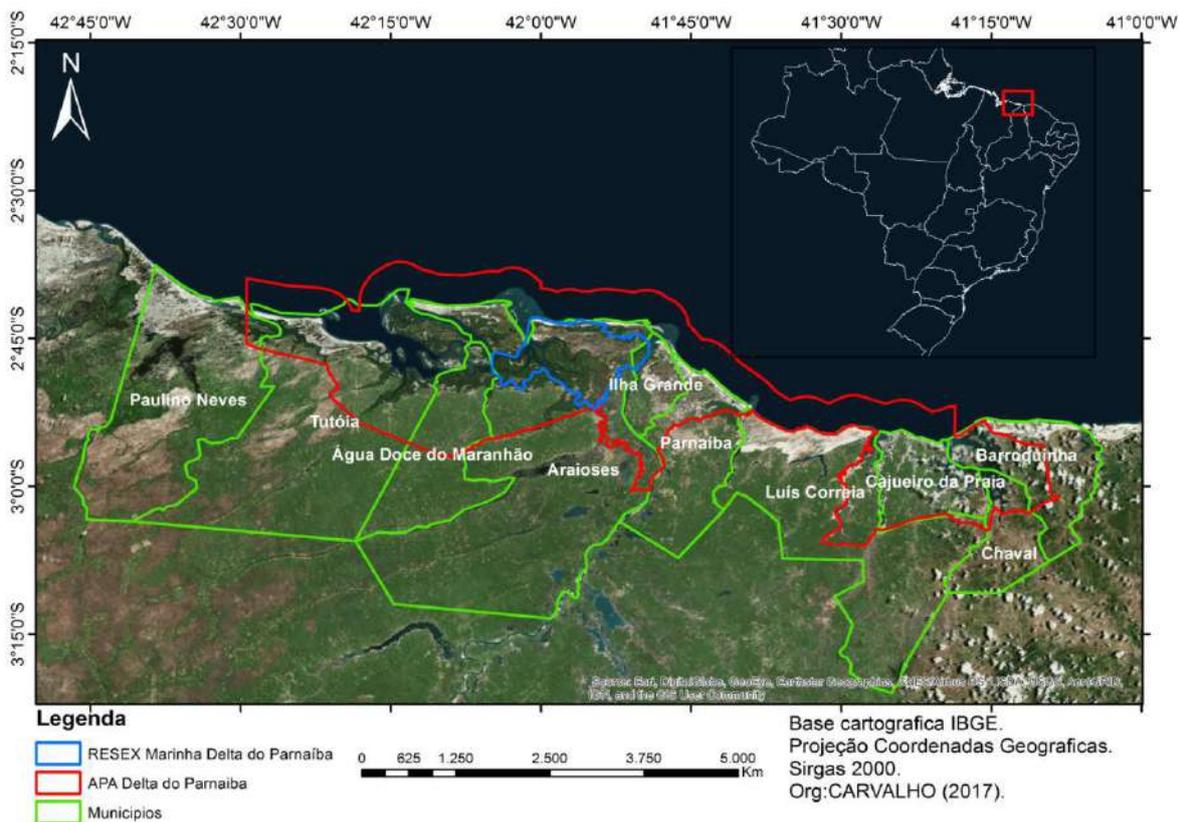


Imagem 1 - APA e Resex Marinha do Delta do Parnaíba, com destaque para os municípios que as compõem. Fonte: Carvalho, 2018: 23

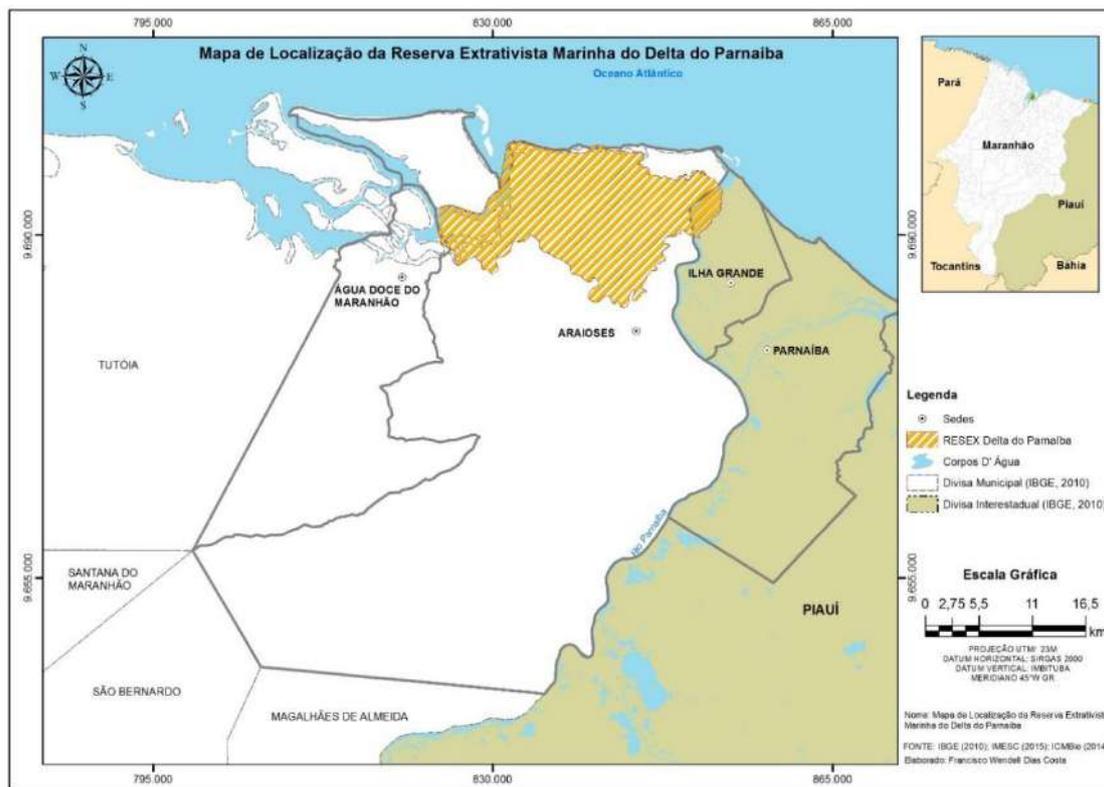


Imagem 2 - Localização da Resex do Delta do Parnaíba. Fonte: Costa, 2019a: 3.

Fundada em 2000, a Resex foi criada em meio a um conjunto de debates a respeito da sobre-exploração dos recursos pesqueiros disponíveis na área, principalmente o caranguejo-uçá, além de garantir medidas de proteção aos ecossistemas costeiros do Delta, sobretudo os manguezais. A RESEX tem pouco mais de 27.000 ha., e um perímetro aproximado de 104,931 Km.

De acordo com o processo nº 02020.000628/97-90 do IBAMA (1997), a RESEX foi criada a partir das solicitações das comunidades extrativistas, através de ofícios reivindicatórios das Colônias de Pescadores, Associações de Moradores e Prefeituras Municipais de Ilha Grande, Araióses e Água Doce, reforçados por um abaixo-assinado dos moradores do município de Araióses, e oficializada através do Decreto s/nº, de 16.11.2000 (Lustosa, 2005: 75).

Assim como diversas outras Reservas Extrativistas Brasil afora, a Resex do Delta foi criada no contexto das movimentações políticas ocorridas na década de 1990. Diversos setores do movimento socioambientalista começaram a pautar com mais força a relação intrínseca entre biodiversidade e os conhecimentos e práticas de povos e comunidades tradicionais a ela relacionadas. Movimentos sociais de povos extrativistas se juntam a essa luta, como foi o caso dos seringueiros do Acre – liderados por Chico Mendes. Paralela às reivindicações pela preservação ambiental, portanto, vem junto a luta por justiça social e direito territorial dos povos da floresta (Alegretti, 2002). Essa efervescência motivou diversos movimentos sociais Brasil afora. No ano 2000, catadores de caranguejo baseados no litoral do Piauí e do Maranhão conseguiram o estabelecimento da Resex do Delta.

Assim, se o contexto amazônico fornece a base para a criação das primeiras Reservas Extrativistas, nos anos seguintes elas seriam difundidas para áreas marinhas, como destacado por Silveira *et al* (2011). O que ocorre, principalmente, nos anos 2000, quando as três primeiras Resex Marinhas do Nordeste são criadas, duas na Bahia (Ponta do Corumbau e Iguape) e a do Delta do Parnaíba, abrangendo localidades do Piauí e do Maranhão. Essa expansão ocorre em um contexto de ampliação das Resex situado nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula.

No primeiro caso, deve-se à presença de Mary Alegretti, que participou do processo de concepção das reservas extrativistas, no Ministério do Meio

Ambiente; no segundo caso deve-se à presença de Marina Silva, como ministra, não só por sua relação direta com o movimento dos seringueiros no Acre, mas também pelo caráter socioambiental que imprimiu às políticas do Ministério, em sua gestão (Silveira *et al.* 2011: 17).

Para se ter uma ideia, o número de Resex no Brasil passou de apenas oito em 1999 para cinquenta em 2008. Esse crescimento, sobretudo das Resex marinhas que, em 2008, pularam de duas para vinte – sendo nove no Nordeste – deve-se ainda ao fato de esse modelo de gestão territorial ter se tornado “bandeira reivindicatória do movimento dos pescadores, sendo incentivada sua criação em todo o litoral nordestino, sob articulação, entre outros, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)” (Silveira, *et al.* 2011: 17).

No Delta, embora haja uma narrativa de que não houve conflitos no estabelecimento da Resex (Lustosa, 2005), a situação de subjugação e falta de autonomia na qual viviam as famílias residentes na região foi algo constantemente lembrado por meus interlocutores. Elites políticas e econômicas locais declaravam-se donas das ilhas da região (e, também, de algumas porções de terra no continente). As pessoas só poderiam residir na condição de não construírem casas de alvenaria. Apenas habitações de taipa, cobertas de palha, eram permitidas – materiais de baixa durabilidade e facilmente desgastados pelo trabalho cotidiano do tempo, do vento e das fortes chuvas do inverno. Além disso, parte da criação de animais de pequeno porte e da produção agrícola dos grupos familiares deveria ser destinada ao suposto proprietário da terra. Para viver era preciso pagar a “renda”.

A agricultura de vazantes – praticada na beira do rio – garantia a alimentação familiar – que também era complementada pela pesca – e era ainda destinada à venda nos centros comerciais das cidades próximas à zona rural de Araiões (onde se situa a maior porção territorial da Resex). O arroz era, de longe, a principal espécie cultivada, às custas de extensas porções de mangue. Incentivado pelos governos locais, o uso de agrotóxicos e pesticidas passou a ser largamente estimulado para fins de aumento da produção, como veremos no próximo capítulo. Se as populações residentes eram exploradas, sofrendo seriamente as consequências de um sistema fundiário excludente e cerceador de sua autonomia e soberania territorial, manguezais e outros viventes também padeciam das consequências desse processo.

Com o estabelecimento da Resex, uma das várias ações de gestão da unidade foi o reflorestamento de áreas de manguezal devastadas. Em entrevista com um morador da comunidade Passarinho (povoado situado na Resex), Flávia Mattos traz a fala de um dos seus interlocutores:

O IBAMA entrou com a questão da preservação do Meio Ambiente e vendo a nossa necessidade, aí entramos com o convênio (...) e através dessa aproximação da gente com o IBAMA, nós entramos com um requerimento pedindo ao Presidente (da República) que fosse criada essa reserva aqui nas comunidades, em nome da comunidade do baixo Parnaíba. A gente entrou com esse pedido em função dessa questão de terras, né (J.) (Mattos, 2006:51).

Diferente do Passarinho, Torto, Morro do Meio e Caiçara, a comunidade de Canárias, também situada na Resex, apresenta outro histórico fundiário. Suas terras eram de domínio da igreja católica e, por conta deste arranjo particular, seus moradores não pagavam renda. Além das questões envolvendo posse e ocupação da terra e a conservação dos manguezais, outro fator motivador da criação da Resex foi a questão da conservação do caranguejo-uçá. De longe, considerado pelos órgãos ambientais o principal “recurso pesqueiro” produzido localmente e que, nos idos dos anos 1970/1980 já apresentava fortes indícios de crescimento comercial.

Nesse contexto, caranguejos e manguezais ocupam lugar central nas discussões envolvendo a criação e consolidação da APA e da Resex do Delta. Unidades de conservação, como tem argumentado Henyo Barretto Filho (2001, 2010), envolvem um conjunto de processos políticos, históricos, ambientais, sociais e naturais, ultrapassando aspectos meramente normativos. Nesse sentido, ao analisar a implantação de áreas de proteção integral na Amazônia brasileira, o autor observa o caráter artefactual destas. Ele as compreende como produtos sicionaturais históricos instáveis, ligadas a um tempo e atores específicos. Tratar-se-iam ainda de um meio material capaz de exercer influência sobre um meio natural. O que nos leva a perceber a dimensão tecnológica das unidades de conservação em suas capacidades de transformar, criar e mediar relações em determinado espaço (Barreto Filho, 2010: 165; Sautchuk, 2017; Fagundes, 2019b; Sautchuk e Fagundes, 2020).

É neste sentido que uma unidade de conservação se faz não somente graças ao ato normativo de sua criação, mas, sobretudo, em virtude de um conjunto de

“instrumentos, técnicas e metodologias de planejamento e gestão, como o zoneamento, o plano de manejo, os planos de ação e os planos operativos” (Barretto Filho, 2010: 173). Instrumentos que, grosso modo, operam sobre as relações sociais e naturais presentes em determinada área. Manejo ambiental, na perspectiva avançada por Barretto Filho, seria não apenas um “procedimento técnico-científico que opera sobre materiais naturais”, mas, ainda, um “processo sociotécnico” através do qual a natureza e o nosso entendimento a respeito dela são transformados (Barretto Filho, 2010: 173).

É evidente, portanto, que um dos principais objetos da gestão ambiental e territorial em unidades de conservação são as mais variadas formas de relação entre viventes, não-viventes e seus ambientes. No caso em tela, minha atenção dirige-se à forma como caranguejos, caranguejeiros e manguezais são articulados nos instrumentos técnicos de gestão e conservação ambiental no Delta do Parnaíba. Ainda que a Resex não possua atualmente um plano de manejo¹⁶, em 2013 foi elaborado um Instrumento Emergencial para Ordenamento dos Usos na Reserva Extrativista Marinha Delta do Parnaíba (ICMBio, 2013).

As normativas presentes nele trazem um conjunto de regras sobre o uso da terra – definindo quem pode pleitear áreas na Resex ou não –, extração de madeira no mangue, regras particulares a cada comunidade, sobretudo no que diz respeito à velocidade de lanchas, e regras de pesca em pesqueiros específicos de cada localidade. Pesca, aliás, é o mais longo capítulo desse instrumento, contando com regras que vão desde a proibição ou permissão de certos petrechos e técnicas de captura, até os cuidados que pescadores devem tomar com as pesqueiras e materiais de trabalho. Antes de seguirmos, apenas um adendo: é importante destacar que essas e outras normativas citadas aqui são fruto de um amplo debate entre pesquisadores, comunitários, pescadores, caranguejeiros, gestão e conselho

¹⁶ De acordo com o Art 27 da Lei nº 9.985 - Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), de 18 de julho de 2000, as unidades de conservação devem possuir um plano de manejo abrangendo não apenas a área da UC como, também, o seu entorno (zona de amortecimento) e corredores ecológicos. Trata-se de um documento que dispõe sobre todas as atividades e obras desenvolvidas na Resex, buscando promover uso sustentável dos recursos naturais, qualidade de vida e a valorização do modo de vida das comunidades locais. O plano, portanto, subsidia a gestão da Resex, as associações dos comunitários e os membros partícipes do Conselho Deliberativo da unidade de conservação, sendo elaborado em conjunto por todos esses atores. Enquanto escrevia a tese, entre os anos de 2020 e 2021, movimentações e reuniões visando à elaboração do plano de manejo da Resex do Delta passaram a ocorrer com mais frequência e continuam em andamento.

deliberativo da Resex. São, portanto, produzidos em uma arena de constantes debates, negociações – e, eventualmente, conflitos – entre diferentes agentes.

A captura de caranguejo ganha dois tópicos nesse capítulo: “o catador deve fazer rodízio de área evitando catar sempre no mesmo local” e “é proibida a utilização de armadilha para cata do caranguejo” (ICMBio, 2013:2). O primeiro ponto, portanto, versa sobre a relação entre o catador e o manguezal, e o segundo tematiza as interações entre caranguejos e caranguejeiros. Anos mais tarde, em 2017, com uma nova estruturação na gestão da Resex, foi elaborado o Plano de Gestão do Caranguejo-uçá nas áreas da APA e da Resex do Delta. A confecção desse documento contou com presença de pesquisadores da Universidade Federal do Piauí e do Museu Paraense Emílio Goeldi, além de funcionários do ICMBio, catadores, compradores e atravessadores de caranguejo das áreas envolvidas.

O plano de gestão aborda as regras, acordos e pactuações em torno da cata do caranguejo, do seu beneficiamento e comercialização, bem como questões relativas ao “reconhecimento dos territórios de uso e ocupação das diferentes comunidades locais; e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente” (ICMBio, 2016:3). Neste documento, há o relato de algumas discussões entre a equipe de pesquisadores e os catadores. Na tentativa de criar áreas de revezamento para a captura do caranguejo, aventou-se a possibilidade de os catadores somente trabalharem nos manguezais de suas respectivas comunidades, ficando restritos a localizações espaciais específicas. Os catadores, conforme declarado no plano, reagiram negativamente a isso. Argumentaram que o mangue é livre e de todos. Uma regra assim feriria acordos e princípios compartilhados pelos pescadores.

Neste desencontro, a premissa da liberdade de acesso ao mangue foi traduzida no primeiro dos nove princípios do plano de gestão, instituído através de portaria publicada em 2017:

- I- O acesso ao Mangue a aos seus recursos é facultado a todos os catadores de caranguejo das comunidades do Delta do rio Parnaíba;
- II - Respeito e Confiança entre os Catadores de caranguejo das Comunidades do Delta do rio Parnaíba;
- III - Autonomia dos catadores de caranguejo para administrar o Plano de Gestão;
- IV - Responsabilidade e compromisso dos catadores e compradores de caranguejo-uçá para com o Plano de Gestão;

- V - Respeito ao meio ambiente e as leis ambientais para o caranguejo;
- VI - Respeito à proibição da venda e compra do caranguejo-uça durante o período do defeso (saição ou andada);
- VII - Parar o uso do instrumento cavador no mangue
- VIII - Respeito ao período de defeso (saição) dentro da própria comunidade;
- IX - Respeito às regras já existentes dentro de cada comunidade quanto à coleta de caranguejos; (DOU, 2017)

Sem entrar em todos os aspectos do plano, quero focar naqueles diretamente relacionados aos catadores, suas práticas de captura e relações com o meio. Além do primeiro ponto, os itens IV, V, VI, VII, VIII e IX também versam sobre isso. O respeito ao meio ambiente está diretamente relacionado ao não uso do cavador, ferramenta que realiza o corte de raízes a fim de facilitar o acesso a determinado buraco de caranguejo. Serve, sobretudo, para “ajeitar o buraco” em manguezais de solo mais duro, como veremos no capítulo três. Em mangues com forte incidência de jiquiris (*Mimosa arenosa*) ou outros arbustos espinhosos, ele chega a ser imprescindível. Ao mesmo tempo em que – também entre os catadores – é consenso o potencial destrutivo dessa ferramenta. O uso ou não uso do cavador é algo que depende do manguezal e, portanto, do ambiente específico no qual o catador se movimenta em um dia de trabalho.

O respeito à “saição” (vadiação/brincadeira/andada) – período de reprodução do caranguejo – assim como a proibição do uso de armadilha na captura do bicho (regra presente no Instrumento de Uso Emergencial da Resex) falam da relação direta entre catadores e crustáceos. A primeira lida com a observação do ciclo de vida dos caranguejos e, conseqüentemente, com sua disposição ao longo do chão nos manguezais que compõem o Delta. O próprio desenvolvimento do caranguejo durante o ano é percebido – entre os catadores – como um ciclo de vida territorializado (capítulo 2). A segunda proibição segue o mesmo tom da primeira e tem a ver com a forma de relação entre os viventes. A redinha – principal armadilha utilizada para a cata de caranguejo-uça Brasil afora – é amplamente criticada pelos catadores com quem convivi, que sequer gostam de pronunciar seu nome.

Trata-se de uma pequena rede feita com linhas de ráfia e posicionada na abertura da galeria do crustáceo. Ao sair, o bicho vê-se preso e o catador o pega. Ocorre que nem todas as redes armadas capturam caranguejos e, não raro, continuam no mangue – levando vários crustáceos à morte. Além disso, a redinha

pode acabar por capturar caranguejos-fêmeas, prática altamente condenável entre os caranguejeiros e proibida pelos órgãos ambientais. O conjunto de regras presentes tanto no plano de gestão do caranguejo-uçá (que vale para a APA, englobando regiões do Ceará, Piauí e Maranhão e para a Resex uma área mais reduzida contida na APA) quanto as normativas do Instrumento de uso Emergencial (circunscrito exclusivamente à Resex¹⁷), ao se relacionar com as práticas desempenhadas pelos catadores, portanto, coloca caranguejos e caranguejeiros no centro de uma gestão territorial e ambiental que enfoca as relações entre diferentes ordens de viventes com o meio.

Gerir o território, assim – a partir das unidades de conservação e suas respectivas instâncias participativas e de diálogo entre órgãos ambientais, comunidades extrativistas e outros atores –, é lidar com a própria vida que floresce, no sentido proposto por Chuomo (1998). É perceber os fluxos e ritmos da vida dos caranguejos (que se relacionam com os ciclos lunares e das marés) e da dinâmica de crescimento dos manguezais. Contudo, há diferenças na forma como catadores e gestão percebem isso. Enquanto a última expressa essa percepção, respeito e cuidado com a vida a partir de normativas e proibições, minha experiência com os caranguejeiros mostrou que, para eles, esse respeito é menos visto em termos de proibições e mais vivenciado como um deixar que as coisas, os mangues e os viventes sigam seus próprios ritmos e fluxos biointerativos (Bispo, 2015) – de forma semelhante como procurei mostrar a partir das transformações no meio ocasionadas por invernos, verões e outras dinâmicas.

As marés nos ensinam sobre isso. Principalmente porque “caranguejo é que nem peixe, é de maré”. Às vezes se pega muito, às vezes não se pega nada. Impossível prever. Além disso, depois de capturados, novos crustáceos só passarão a habitar os antigos buracos entre uma maré grande e outra (ou seja, entre uma maré de lua nova e uma maré de lua cheia). Nesse meio tempo, é inútil se

¹⁷Destaco aqui uma das principais diferenças entre APA e Resex, lugares onde as normativas relacionadas ao caranguejo-uçá são aplicadas de forma diferente. Apesar de ambas serem consideradas pelo ICMBio como unidades de conservação de uso sustentável, a APA geralmente engloba uma área territorial bastante ampla. No caso da do Delta, ela compreende municípios do Piauí do Ceará e do Maranhão e tem como objetivo disciplinar o processo de ocupação, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais. A Resex, por sua vez, compreende uma área tradicionalmente ocupada por populações extrativistas tradicionais que, historicamente, desenvolvem relações de cultivo, extrativismo e criação de pequenos animais em determinado território.

aventurar em pontas de mangue já pisadas. Meus parceiros, então, saíam à procura de outras áreas. Exceto na vadiação (andada) do caranguejo – quando a captura é expressamente proibida –, os catadores navegavam ou caminhavam horas a fio – por vezes se deslocando para outros municípios ou comunidades – com o objetivo de evitar manguezais nos quais os caranguejos estivessem em processo de ecdise.

Ainda que de modo diferente daquele acionado pelos catadores, Resex e Apa em seus processos e instrumentos de gestão ambiental e territorial – como seus conselhos consultivos e deliberativos, bem como documentos normativos e regras referentes ao manejo de recursos naturais, dentro outros – desempenham formas de conhecer e modular o meio (Barreto Filho, 2010). Observar caranguejos, manguezais e os fenômenos relacionados a eles no Delta do Parnaíba, portanto, é também acompanhar processos históricos, políticos, normativos e sociotécnicos inerentes à criação e implementação das unidades de conservação citadas acima. Entender a presença das UCs na região é, ainda, acompanhar as transformações históricas na paisagem, visto que novas formas de relação com o meio e os viventes emergem a partir do momento que esses artefatos se estabelecem. Caranguejos, de alguma forma, nos dão uma chave importante para a percepção dos ritmos e transformações ecológicas e históricas ocorridas localmente.

Articulando coisas “desarticuladas”

Cecília Mello, ao analisar a atuação do movimento cultural afroindígena Arte Manha no Sul da Bahia, trouxe para o centro da narrativa diversas dimensões da experiência que, geralmente, não costumam ser articuladas em uma única análise. O grupo com o qual a autora conviveu realiza atividades artísticas e culturais na cidade de Caravelas, Bahia, como a organização de blocos afro, espetáculos teatrais, confecção de roupas afro e esculturas em madeira. Além disso, movimenta a cidade com performances artísticas e atos que visam confrontar uma série de opressões vividas localmente, que vão desde o racismo antinegro, passando pelo genocídio dos povos indígenas, até questões envolvendo degradações ambientais e violações de direitos de povos e comunidades tradicionais (Mello, 2010, 2017, 2020). Em Caravelas, a instalação de uma empresa da Suzano Papel e Celulose tem sido um foco nefasto de destruição dos ambientes costeiros e cerceamentos dos espaços de pesca e mariscagem de famílias de pescadores e pescadoras artesanais (Mello, 2020). Nesse contexto, como lidar com arte, política, meio ambiente e processos de

constituição de subjetividades de forma que um desses aspectos não sobrecodifique o outro?

A antropóloga busca inspiração na noção de ecosofia elaborada pelo filósofo francês Félix Guattari (1990). Longe de ser uma doutrina ou um conjunto programático de ações a serem tomadas, a ecosofia é uma proposta estético-política que busca dar conta de aspectos que, em tese, deveriam ser pensados de forma articulada, mas geralmente não o são. A ecosofia, então, se dividiria em três campos ou planos principais: ecologia mental (voltada para a produção de subjetividades), ecologia social (preocupada com as relações sociais, formas de produção e todas as questões direcionadas às relações sociais humanas, digamos assim) e a ecologia ambiental (direcionada às questões do meio, relação entre humanos e outros vivos, o “plano das visibilidades” (Mello, 2017: 33)).

Os diferentes planos da experiência destacados por Guattari orientam a descrição de Mello. Não se trata de “aplicar” a ideia, mas de utilizá-la como dispositivo ou meio de descrição capaz de “dar inteligibilidade a determinadas práticas e proposições ético-políticas que à primeira vista poderiam ser entendidas como disjuntas e, portanto, inarticuláveis” (Mello, 2017: 32). Ao fazer isso, Mello evita guiar sua antropologia a partir de categorias dadas de antemão e muito menos procura defini-las a posteriori. Sua aposta é acompanhar os fluxos, processos e técnicas nos quais diferentes atores estão engajados. Inspirado por essa proposta, procurei fazer esse exercício ao seguir os ritmos, fluxos e processos históricos que atravessam vivos e meios no Delta do Parnaíba.

A noção de “território” trouxe algumas bifurcações ao meu pensamento. Se, por um lado, procurei “suspender” essa categoria em minha análise (como Mello, 2016), a fim de mostrar os caminhos, trajetórias e ritmos que compõem os meios pelos quais eu e meus interlocutores andamos, por outro, a forma como lideranças e movimentos sociais da pesca a utilizam me fez atentar para os processos criativos de diversas formas de vida no Delta do Parnaíba. Ao articular essas duas formas de lidar com uma mesma categoria, voltei minha atenção para aspectos bastante heterogêneos entre si, mas que – em conjunto – aproximam-nos descritiva e analiticamente aos diferentes ritmos e vidas que atuam em coatividade (Pitrou, 2017a) no Delta.

Não pretendi, em hipótese alguma, compartimentar diferentes domínios da experiência cotidiana de meus interlocutores, mas articulá-los em suas diferentes dinâmicas e processos de interação e heterogênesse (Guattari, 1990; Melo, 2016, 2010). Inverno e verão, os meios, a maré e suas capacidades propiciadoras da vida de mosquitos, muriçocas, crustáceos e outros viventes, nos fornecem certas dimensões da experiência vivida no Delta. Os processos políticos de relação com a terra e o território, além daqueles relacionados à conservação dos manguezais e que levaram ao estabelecimento de unidades de conservação, apontam para outras formas como a vida, o meio e as relações das pessoas com o lugar (e, especificamente, com os caranguejos) são gestadas no âmbito da gestão ambiental e territorial. A ideia de colocar essa polifonia de aspectos em interação complexifica as noções de “território” e “território pesqueiro”.

Ao me aproximar dessas categorias, tentei compreendê-las seguindo as malhas relacionais nas quais a vida está enredada (Ingold, 2015). Os movimentos da maré e aqueles executados por humanos caranguejeiros (e outros viventes) são essenciais em diversos processos vitais ou propiciadores de diferentes formas de vida. O movimento da lua, seus ciclos e conseqüentes interferências nos fluxos aquosos garantem períodos de maior alimento para certos peixes, propiciam a reprodução de diferentes espécies (sobretudo caranguejos) e podem propiciar ou não a captura de crustáceos pelos humanos. Um movimento constante.

A vida, aliás, para Tim Ingold, está intimamente conectada ao ato de mover-se. “O movimento da vida é especificamente o de tornar-se, em vez do de ser, da incipiência da renovação ao longo de um caminho, em vez do da extensividade do deslocamento no espaço” (Ingold, 2015: 122). É neste sentido que viver implica constantes movimentações e transformações; não se trata de algo estático, mas de um processo em fluxo contínuo. Isso porque os seres e entes que habitam o mundo seguem por diversos caminhos. E, ao fazer isso, não apenas constituem a si mesmos, como também os próprios meios nos e dos quais emergem. Como no caso das carnaúbas e muricis que, juntamente com as práticas humanas e mais que humanas a ela associadas, irão configurar a existência de vargens e baixões.

Vida, no contexto das dinâmicas territoriais e rítmicas do Delta, aparece como resultado de um complexo regime de coatividade, nos termos desenvolvidos por Pitrou (2017a, 2017b). Longe de ser algo que simplesmente ocorre, a

emergência de diversas formas de vida como peixes, carnaúbas, caranguejos e um conjunto de árvores frutíferas, se relaciona com as cadências ritmadas do inverno e do verão. É graças a presença ou ausência de chuvas e, conseqüentemente, de água, que certas práticas e viventes encontrarão ou não um meio propício para o seu desenvolvimento. Assim, falar em regime(s) de coatividade implica no entendimento dos fluxos e meios nos quais diversos entes estão simultaneamente engajados. O que, a meu ver, implica em uma abordagem ecológico-política do próprio território, em um sentido que se aproxima da proposta desenvolvida por Mello (2016). Trata-se, assim, de uma ecologia que compreenda não apenas as forças, ritmos e formas de vida que constituem determinado território, mas também os processos políticos nos quais ele está atravessado.

No decorrer desta tese veremos ainda, por exemplo, como mosquitos e muriçocas se relacionam com as práticas de captura dos caranguejos, andanças por diferentes mangues e maiores ou menores ofertas de crustáceos pelos caranguejeiros. Falar do surgimento das unidades de conservação, por sua vez, objetivou uma aproximação dos processos históricos e políticos (sobretudo no que diz respeito à política ambiental e às lutas por direito a terra) nos quais a captura de crustáceos está inserida. Inverno, verão, chuvas, insetos, caranguejos e UCs apontam para a diversidade e potência criativa de processos heterogêneos que parecem, mas só parecem, estar desarticulados. No decorrer dos próximos capítulos veremos como essa “ambiência geral” apresentada aqui se relaciona com entes, processos e técnicas bem específicos. Andar, simplesmente andar no mangue, por exemplo.



CAPÍTULO 2

Artes do movimento

Eu piso no chão porque eu aprendi a pisar!
(Mestre de Bumba-meu-boi Pedro Barros)

Quando a gente dança, pensa com o corpo inteiro.
(Gilberto Gil)

Demorei a me equilibrar no mangue. Caía demais, atolava demais, ia muito devagar. Antes de qualquer questão ou problema de pesquisa, meu primeiro e mais constante desafio era apenas um: caminhar. No início do trabalho de campo, era com bastante dificuldade que acompanhava meus interlocutores. Não raras vezes me deparava quase perdido, sozinho, a metros de distância de quem estava acompanhando, sem sequer vê-lo. Muitas raízes entre nós. Alguns manguezais eram quase impraticáveis para mim. Em outros, conseguia andar com mais facilidade. Talvez por isso perguntava repetidas vezes aos meus parceiros: “como você faz para se equilibrar?”, “como você consegue andar tão rápido?”, “o que eu faço pra andar assim também?”. Andar no mangue, percorrer seus caminhos e veredas não é mero detalhe na cata do caranguejo, muito menos anedotas de um antropólogo desengonçado. Ao falar disso, pretendo trazer para a sala de estar o que geralmente fica na “cozinha da pesquisa” (Bonetti e Fleischer, 2007) e, por isso mesmo, no domínio de tudo aquilo que é essencial e, ao mesmo tempo, eclipsado.

Não é de hoje que o simples ato de caminhar orienta minha atenção para diversos modos de relação entre humanos, outros viventes e seus ambientes. Acompanhando vazanteiros no curso médio do Rio Parnaíba, em Teresina, andar pelas vazantes implicava – para mim – reconhecer as espécies vegetais recém cultivadas e evitar pisoteá-las (Coelho Pereira, 2017). O que implicava apreender a própria dinâmica de organização espacial dos cultivos. Caminhar envolve aprendizado dos fluxos e dinâmicas presentes em determinado meio. Trata-se, portanto, de uma potente estratégia metodológica e, também, de aproximação aos nossos interlocutores enquanto trilhamos os mesmos caminhos que eles (Anderson, 2004; Kusenbach, 2003).

Ainda que para acessar alguns manguezais fossem necessários deslocamentos pelo rio (ou mesmo de carro, moto ou bicicleta), parte considerável do meu trabalho de campo foi feita a pé. O mangue somente é percorrido através do caminhar, mas nem de longe isso – de andar e andar por quilômetros – é uma particularidade do trabalho que fiz. Thiago Cardoso (2018), ao conviver com os Pataxó habitantes na região do Monte Pascoal, extremo Sul da Bahia, realizou uma “etnografia andarilha” (Cardoso, 2018: 22). Ao caminhar com seus amigos e anfitriões Pataxó, Cardoso observou os modos como as paisagens eram feitas e desfeitas. Acompanhou a tessitura das histórias de convivencialidades entre humanos, coqueiros, dendezeiros, animais de caça, etc., bem como as relações e cuidados das pessoas com a terra.

Sua aposta em uma antropologia andarilha nos convida a focar no ritmo das caminhadas. Ele propõe que desenvolvamos a “arte de perceber” (Tsing, 2015a, 2019) os múltiplos movimentos que compõem o mundo, inclusive os nossos, sobretudo no que diz respeito ao próprio fazer antropológico. Outros autores também atentaram para essa dimensão tão negligenciada (e crucial) do trabalho de campo e da experiência vivida: o caminhar (Ingold e Lee Vergunst; 2008; Lee Vergunst, 2008; Godoi, 1998; Brandão, 1998, 1999; Tsing, 2019). Ingold e Lee Vergunst (2008) destacam o caráter eminentemente social dessa prática na medida em que os pés agem responsivamente ao ambiente e aos diferentes seres que o habitam. Caminhar, então, aparece como uma importante forma de engajamento perceptivo com o mundo.

Mauss (2003) talvez tenha sido um dos primeiros pesquisadores a fazer do caminhar objeto de investigação etnográfica. Observou como esse ato envolve uma série de técnicas corporais desenvolvidas socioculturalmente. Ainda que Mauss não tenha levado adiante o projeto de comparar distintos modos de movimentação andarilha nas diversas sociedades do mundo, ele abriu um campo de questões que, para Ingold e Lee Vergunst (2008), foi negligenciado por anos a fio. Caminhar, portanto, envolve práticas corporais específicas e técnicas de movimentação habilidosa ao longo do chão. No caso dos manguezais, não posso deixar de estabelecer um paralelo entre minhas práticas de caminhada e aquelas descritas por LyeTuck-Po (2008) ao acompanhar os Batek, um povo de caçadores e coletores, nas florestas tropicais de Pahang, na Malásia.

A autora descreve o quanto caminhar é uma das primeiras formas de interação com a floresta: um ambiente extremamente instável. Basta apenas um passo e toda a paisagem circundante ao andarilho muda por inteiro. É preciso lidar com as “ecologias do caminho”: a vegetação crescendo, vinhas, lodos, trilhas interditas pela queda de uma árvore e ainda com declives geográficos parcial ou completamente cobertos pelas plantas. O risco de cair está sempre presente. É neste sentido que andar pela floresta envolve uma movimentação atenta do corpo e o desenvolvimento de práticas refinadas de percepção do meio.

Tsing (2015a, 2019), ao descrever suas caminhadas nas florestas do Oregon junto a catadores de cogumelo Matsutake, fala das habilidades necessárias na identificação de pequenas protuberâncias sob a terra. Conta do quanto catar cogumelos implica em atentar para as linhas de atividades de diferentes seres e geografias, inclusive dos próprios catadores. É o que ela chama de “conhecimento cinético” (Tsing, 2019: 27), ou seja, um conhecimento que não apenas se faz em movimento, mas tem nele sua própria condição de existência. Isso será o principal mote das histórias narradas neste capítulo.

A partir da socialidade do caminhar (Lee Vergunst e Ingold, 2006) – que significa uma sintonização às ecologias do caminho e aos diversos ritmos dos arredores –, a primeira sessão do capítulo descreverá os movimentos habilidosos dos caranguejeiros pelo mangue. Farei isso embasado na ideia de que as práticas de se equilibrar sobre as raízes e sobre a lama movediça do mangue podem ser entendidas como habilidades técnicas do movimento.

Conceber a técnica enquanto relação que institui modos e formas de existência (Sautchuk, 2017:11) – sejam elas quais forem – é crucial para pensarmos como o mangue (e os corpos de certos viventes que o habitam) vão sendo constituídos pelo caminhar. O corpo, mais do que nunca, aparece como principal meio e instrumento técnico, conforme preconizado por Mauss (2003). Principalmente porque, no mangue, trata-se de uma relação com o ambiente sem qualquer outro mediador. São apenas as próprias pernas, braços, troncos, abdômen.

Na busca por linguagem para uma descrição etnográfica dos movimentos e gestos empreendidos no andar, recorro ao teórico do movimento Von Rudolf Laban (1978). Minha intenção é mostrar como o equilíbrio sobre as raízes não é

algo trivial. Exige um aprendizado refinado, ações específicas do corpo e um conjunto de modulações do movimento. Inspirado por Laban (1978) e algumas de suas comentadoras (Rengel, 2001; Madureira, 2020; Moraes, 2016), a etnografia do caminhar no mangue entenderá essa ação a partir dos fatores expressivos do movimento propostos ele: peso, espaço, tempo e fluxo.

Sustentar o peso do corpo em uma das pernas por mais de trinta segundos, por exemplo, pode te proporcionar ou não um escorregão. O que dependerá de uma série de variáveis. Por isso, ao trabalhar com a expressividade do movimento, não pretendo fazer uma descrição estática dos processos envolvidos na caminhada e muito menos um inventário das técnicas e habilidades requeridas para tanto (ainda que isso também apareça). Minha principal intenção nessa empreitada é mostrar como o caminhar se compõe por meio de uma sinergia fina entre o corpo de quem caminha e a diversidade de manguezais presentes no Delta.

A partir das andanças e dos movimentos corporais implicados nisso, portanto, mostrarei como a diversidade de árvores e solos implicam diferentes modos de locomoção. Além disso, o próprio ato de se mover não ocorre apenas por veredas e caminhos já abertos. Ele também cria entradas e saídas para os caminhantes, envolve ainda um conhecimento sensível dos outros viventes e seres que habitam conosco. “Corpos habilidosos em movimento nos mostram que os humanos não são os únicos que dançam”, diz Tsing (2019:28).

Não sei se usaria o termo dança, conforme apontarei no decorrer do capítulo. Mas, seja como for, entendo que dançar, caminhar e andarilhar são diferentes categorias conceituais empenhadas na percepção das formas como o mundo se constitui e é vivido. Elas atentam para o fato de que as práticas de habitação empreendidas nas relações entre organismos e ambientes, são, por excelência, artes do movimento.

Ingold (2015), em uma autocrítica à sua noção de perspectiva habitante (*dwelling perspective*), reconhece o quanto habitar estaria relacionado a lugares específicos e delimitados. O que, a seu ver, conferiria certa fixidez às práticas de habitação. Da forma como desenvolveu anteriormente (Ingold, 2000), portanto, o conceito estaria relacionado a um conjunto de práticas e relações de constituição mútua enraizadas em determinado ambiente. Seu incômodo posterior com isso foi a pouca abertura para pensar movimentos. Principalmente pelo fato de que,

habitar – da forma como desenvolveu depois – trataria, antes de tudo, “de iniciar um movimento ao longo de um caminho de vida” (Ingold, 2015:38).

Habitar e movimentar-se, portanto, são dois refrões de uma mesma toada, sobretudo porque empreender práticas de habitação significa mover-se ao longo e através do mundo. Coisa que, nem de longe, é prerrogativa exclusiva dos humanos. Assim, do mesmo modo que caranguejeiros empreendem suas andanças pelos mangues e criam caminhos com isso, também os caranguejos constituem a si próprios e aos mangues a partir dos seus modos de habitar e, conseqüentemente, mover-se.

No mangue, atentar para o movimento dos caranguejos é observá-los, procurar entendê-los em suas próprias habilidades de locomoção, deslocamento e habitação. No segundo tópico deste capítulo, vivenciaremos o mangue através dos movimentos executados pelos caranguejos. Afinal, conforme apontado por Uexkull (1992), tanto o tempo quanto o espaço são vivenciados de formas distintas para cada espécie animal. Suas elaborações teóricas – a partir da biologia – focalizaram as relações entre o sujeito perceptor e o mundo por ele percebido.

Umwelt ou “mundo próprio” foi a expressão utilizada para designar o mundo (uma espécie de “bola [bolha] de sabão”, metáfora do autor (Uexkull, 1992: 62)) que se faz a partir das experiências de ação e percepção do sujeito (Uexkull, 1992). A premissa fundamental da noção de *umwelt*, portanto, está em considerar que não existe espaço ou lugar ou formas ou ritmos ou cadências temporais que possam ser tomadas de forma independente do sujeito que as experienciam. Em última instância, não há para Uexkull um mundo único, universal, indivisível e igualmente percebido por todos os seres, mas, em vez disso, uma profusão de “mundos próprios”.

Um dos seus vários exemplos é o da árvore de carvalho. Percebida e experienciada como lenha para um humano marceneiro, abrigo para uma raposa e lugar de forrageamento para formigas. Apesar de existir no ambiente enquanto um carvalho (olhando por olhos humanos), ele é vivido de forma distinta nos “mundos próprios” de diferentes viventes. Uexkull, portanto, foca sua análise não nos sujeitos em si mesmos, mas no que é experienciado por eles ao se envolverem com o mundo. Esse caso me inspira a pensar as múltiplas formas de habitar e se movimentar nos manguezais do Delta.

Se, no primeiro tópico, observaremos o movimento do corpo sobre as raízes e como isso compreende práticas de conhecimento e relação com o ambiente; no segundo, atentarei para como o ciclo de vida anual do caranguejo também passa por uma sequência de movimentações coordenadas ao longo do manguezal. Parodiando Anna Tsing: caranguejos também dançam! Procuo demonstrar, no meu caso, o quanto seus movimentos são territorializados e – a depender do estágio de desenvolvimento do crustáceo – diferentes porções da geografia do mangue podem ser habitadas. O que, mais uma vez, corrobora a ideia de pensarmos vida como um processo territorializado, conforme elaborei no capítulo 1.

Por fim, na terceira seção, a noção de movimento persiste. Mas irei traçá-la a partir da própria trajetória das árvores de mangue na história recente do Delta do Parnaíba. Foi graças à ressurgência dos mangues – anteriormente desmatados para o plantio de arroz – que os caranguejos não apenas voltaram a circular como também se tornaram uma saída econômica viável para famílias residentes na região. Atravessando três experiências distintas, em suma, neste capítulo utilizarei a noção de movimento como estratégia analítica para falar dos emaranhamentos entre as linhas de vida de humanos, caranguejos e árvores de mangue ao longo do chão e do tempo. Uma socialidade do caminhar (Lee Vergunst e Ingold, 2006) nos manguezais. Atenção e sintonia com os ritmos e seres que os compõem. No final, teço alguns comentários sobre como habitar no mundo é, antes de qualquer coisa, movimentar-se nele.

Conhecendo os mangues a partir do caminhar

Com Querido e Dunga tive os ensinamentos mais detalhados a respeito do caminhar. Eles sempre se mostravam solícitos a me dar dicas sobre os movimentos no raizal¹⁸, sobretudo porque, de longe, eram conhecidos e reconhecidos como caranguejeiros que gostavam de caminhar. Poucas pessoas das turmas, tanto no Torto (Querido) quanto em Parnaíba (Dunga), gostavam de acompanhá-los. Diziam que caminhavam demais e muito rápido. Acompanhá-los exigia um esforço

¹⁸ Em vários momentos, esse termo era utilizado por meus interlocutores como sinônimo de manguezal. Falavam ir para o raizal ou ir para o mangal ao indicarem suas andanças rumo ao mangue.

tremendo. Diferente da maioria, eles não se demoravam demais em uma ponta de mangue. Corriam soltos.

Alguns caranguejeiros se admiravam de eu decidir segui-los e brincavam: diziam para eu não acompanhar homens como eles, que eles me matariam de cansaço, que eles não tinham pena de mim e me faziam correr. Nada disso era mentira. Mas aos poucos fui pegando o ritmo dos seus (vários) caminhares. Além disso, cada mangue exige movimentações específicas do corpo de quem caminha. Isso porque cada mangue, por sua vez, é o resultado de interações distintas e únicas entre viventes e não viventes.

No Torto, o siribal era o destino preferido da maioria dos caranguejeiros. Siribal é como chamam os mangues com maior preponderância do mangue siriba. Junto com os mangues vermelhos, contudo, convivem pelo menos duas variedades de mangue – além da siriba: mangue botão e mangue manso (*Laguncularia racemosa*)¹⁹

¹⁹Além dos mangues vermelho e siriba, há ainda duas outras espécies de mangue presentes no Delta. Logo na ribanceira dos rios, percebe-se a forte presença do mangue branco, também conhecido por mangue manso). Apresenta um caule mais claro que as demais. Na encosta do mangue, das vezes em que nos deslocávamos por terra, observava ainda uma planta arbustiva, com pequenos cachos de (aparentes) frutos arredondados: o mangue botão): planta que ocorre mais nas coroas do rio ou em porções de terra mais arenosas, com pouca ou quase nenhuma lama. A diferença entre esses mangues é perceptível também no formato de suas folhas, frutos e folhas, cada um deles apresentando suas especificidades. Além de propiciarem a vida para uma diversidade de espécies vegetais e animais, fornecendo-lhes abrigo e nutrientes, as árvores de manguezais oferecem matéria prima para a construção de casas e canoas. A madeira do mangue vermelho, com folhas maiores, alongadas e de textura viçosa, é muito benquista para a construção das vigas e coberturas das residências. Sua raspa é frequentemente usada na feitura de remédios contra dores e inflamações. Eventualmente algum caranguejeiro colocava-as dentro da cachaça antes de começar o trabalho. A siriba, com sua folha fina e estreita, é um ótimo remédio para dores de dente. O mangue manso, por sua vez, com suas folhas pequenas, claras e arredondadas, era eventualmente usado na feitura de canoas, por ser uma madeira mais leve e pouco sujeita ao apodrecimento – diferente do mangue vermelho.

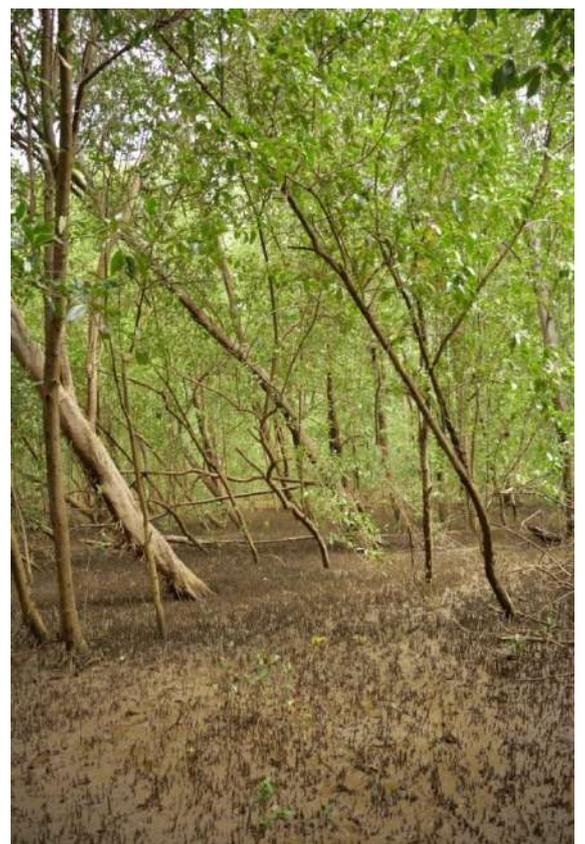


Mosaico 6 – Mangue vermelho





Mosaico 7 – Mangue siriba. Os lugares onde predominam esse mangue permitem ao caminhante se locomover sem grandes obstáculos.



Percebidas a partir do caminhar, cada uma dessas árvores e os solos formados na área de ocorrência de cada uma delas implicam movimentações corporais específicas, sobretudo o mangue vermelho e a siriba. No Torto, frequentemente andava com Querido pelo siribal. Saíamos por volta das oito e meia da manhã, a depender da maré, que em alguns dias alagava o mangue até umas dez/onze horas, fazendo-nos esperar um bom tempo até podermos começar a trabalhar. Toda a cata acontece na maré vazante, baixa mar.

Demorei a me acostumar com o siribal. Das primeiras vezes que andei por ele cheguei a atolar até a cintura e tive de contar com a ajuda dos parceiros para sair da lama. Foram eles também que me ensinaram como lidar com situações assim. Deveria colocar força nos pés de modo uniforme e fazer um movimento rápido de subida. Assim conseguiria pelo menos apoiar meus joelhos na lama e sair engatinhando do buraco onde havia me metido. As dificuldades de andar no siribal tinham menos a ver com as raízes do que com o solo propriamente dito. Nas áreas onde a siriba predominava, o chão era duro, pisávamos sobre seus pequenos pneumatóforos e era possível senti-los dobrar sob nossas botas. Mas bastavam poucas passadas para nos depararmos com áreas imensas de mangue vermelho, exigindo-nos (ao menos para mim) um forçoso equilíbrio.

Mover-se não era uma ação fácil. Eu me debatia demais sobre a lama, fazia movimentos desnecessários e quanto mais tentava sair, mais afundava. Querido sorria. Outros caranguejeiros que passavam por mim também. Cenas assim eram muito comuns nas minhas primeiras duas semanas de mangue. O siribal exige dos seus andarilhos um caminhar rápido e calculado. Eu seguia ainda bastante devagar e demorava demais até dar o segundo passo, sobretudo porque tentava acompanhar os rastros dos meus parceiros na tentativa de não afundar. Querido me orientou a procurar pisar no chão rente às raízes, lugar onde a terra geralmente era mais firme. O que nem sempre era possível. No siribal há grandes extensões de mangue com rizomas espaçados, apenas uma lama mole e movediça. Feito mágica, Querido parecia flutuar sobre ela sem sequer sujar um palmo de suas botas. Tentando imitá-lo, passava por esses caminhos correndo, mas me desgastava muito. Todos percebiam meu cansaço.

“Não é velocidade, é jeito”, dizia Querido. “É?!”, respondia irônico e ofegante, “então, é exatamente esse “jeito” que quero aprender”. Meu anfitrião falou que em

mangues assim eu não deveria pensar demais sobre onde aterrissar o próximo passo. “Teu problema é que tu tá pensando demais: caminha!”. Às vezes, Querido perdia a paciência, mas ainda assim me explicava; me mostrava, na verdade. Ele não era de conversar muito nessas horas. Preferia me ensinar a partir do seu próprio corpo em ação, indicando-me quais partes movimentar e como. Em mangues moles, os passos são rápidos, leves e alternados. O que implica, de fato, menos velocidade (quando observamos a totalidade do caminhar) e mais movimentos corporais precisos: o tronco deve estar ereto e levemente inclinado de forma a impulsionar o corpo para frente. Além disso, no mangue, não se anda olhando para cima. Nossa vista deve pairar sobre o chão, no campo de ação mais próximo das nossas botas. Praticamente todos os caranguejeiros do Delta vestem galochas de plástico frequentemente utilizadas na construção civil como equipamento de proteção individual.

Em mangues moles, como o siribal geralmente o é, minhas botas costumavam ficar atoladas na lama. Ao levantar a perna, vinha apenas meu pé na meia sem bota. Eu demorava a dar passadas porque percebia como o andar dos meus anfitriões era calculado. Isso não era apenas uma observação minha. Segundo seu Chico: “você não dá um passo sem saber onde coloca o outro”. Ou seja, eu não deveria andar para – com uma das pernas no ar e me equilibrando em apenas um dos pés – então decidir o lugar propício para o início do meu segundo passo.

Em uma caminhada, como apontou Ingold (2015), um passo é, ao mesmo tempo, um desenvolvimento do anterior e pré-requisito para o seguinte. Ocorre que andando por uma superfície plana e sem obstáculos esse suceder de movimentos é praticamente natural. Você não precisa se equilibrar e muito menos pensar onde se posicionar no minuto seguinte. No mangue isso muda drasticamente. Foi quando percebi que, além de atentar para o campo de ação mais próximo das suas botas, você também deve reparar os possíveis lugares para o próximo passo, que nem sempre será à sua frente, mas sim à sua direita, à sua esquerda, ou mesmo atrás de você – quando é preciso recuar para poder seguir adiante.

Mangues são lugares extremamente diversos e cambiantes. Não é preciso andar muito para se perceber em um chão completamente distinto do que pisava

antes. Logo depois de atravessar metros sem nenhuma raiz sequer, adentrávamos numa imensidão de árvores. No siribal, assim como em todos os manguezais com maior interferência da água doce – “manguezais do doce”, como meus anfitriões diziam –, as raízes são mais resistentes, suportam por mais tempo o nosso peso. Contudo, se andar sobre a lama era um desafio, andar nas raízes era outro. Aprendiz que sou, tentava repetir o mesmo padrão de caminhada executado nos mangues moles: pisando rápido no chão, procurando a base das raízes para me apoiar e evitando andar sobre elas. Isso seria plenamente possível, não fosse o “detalhe” de que, em determinadas conformações de mangue, o chão é praticamente inacessível.

“Assim tu não vai sair do lugar”, observou Querido. Ensaiei, mais uma vez, imitá-lo. Nunca fui dos melhores alunos e continuava a repetir as lições da classe passada. Deixava meu tronco encurvado e andava praticamente de “quatro pés”, equilibrando-me tanto com as pernas quanto com as mãos. Eu me agarrava em um galho de mangue mais grosso e praticamente me dependurava nele quando precisava dar uma passada mais larga. O meu movimento sobre as raízes – sobretudo – era um movimento pesado e lento²⁰, principalmente pelo fato de não ser um “andar à toa” – expressão minha –, mas um caminhar na procura por caranguejos. É preciso vasculhar o espaço com o corpo inteiro a partir dos olhos – do que falaremos no próximo capítulo. Por hora, quero atentar para o equilíbrio (incerto) das raízes.

²⁰Procurei na dança vocabulário para melhor descrever meus movimentos, os de Querido e os de outros caranguejeiros. Neste exercício de etnografar o movimento nos mangues, inspiro-me sobretudo no teórico da dança Von Rudolf Laban (1978). Laban fez um esforço metodológico de descrever e classificar os movimentos. Seus estudos dividem-se em duas grandes áreas: a corêutica e a eucinéica. O primeiro campo se dedica à relação do corpo com o espaço e o segundo – no qual me detenho aqui – um estudo das qualidades expressivas do movimento (Laban, 1978; Rengel, 2001; Madureira, 2020; Moraes, 2016). Laban criou um amplo vocabulário para falar das ações corporais. Ele descreve os movimentos através de quatro fatores expressivos: peso, tempo, espaço, fluxo. No que se refere ao fator peso, um movimento pode ser leve ou pesado, ou seja, pode ser executado de uma maneira rija e contundente ou deslizar no espaço como uma pluma. Laban estabelece gradações entre esses dois extremos, como se entre eles houvesse um continuum que vai de um movimento muito pesado ao muito leve. No que se refere ao fator expressivo tempo, um movimento pode ser modelado do rápido ao lento, isto é, pode ser acelerado/repentino ou ir variando até se prolongar. Já a categoria espaço fornece uma classificação dos movimentos que varia entre direto (retilíneo e certo) e indireto ou flexível (algo mais curvilíneo e arredondado). O fluxo não significa exatamente uma qualidade do movimento, trata-se mais de uma classificação geral que irá caracterizar o movimento no que diz respeito ao seu ritmo ou cadência, podendo variar de algo mais controlado até algo mais livre.



Mosaico 8 - Manguê morto. O equilíbrio sobre um caule de manguê caído requer atenção redobrada, pois eles podem abrigar cupins, formigas e maribondos. Além disso, por estarem podres, tendem a quebrar com facilidade.





Mosaico 9 - Nos manguezais do doce, mangues mais grossos e resistentes, Lelía e Querido caminham atentos ao chão.

Eu andava no mangue segurando uma garrafa d'água, sustentada por uma alça de palha de carnaúba. Das vezes que caía, meus parceiros escutavam o som do plástico batendo forte nas raízes. Antes fosse só isso. Perdi as contas das vezes que saí do mangue com pernas, coxas e bunda repletas de manchas rochas. Querido me ensinava a caminhar como podia. Foi dele que recebi uma das dicas mais valiosas. Ele caminhou à minha frente por minutos seguidos mostrando como me posicionar sobre as raízes. Apontou para o centro do seu abdômen, indicando que aquele era o meu eixo e eu deveria me orientar a partir dele. Disse para eu procurar manter o tronco semiereto enquanto me equilibrava pelo raizal. De fato, por mais que ele se locomovesse, o tronco de Querido se deslocava muito pouco desse eixo corpóreo relacionado à região abdominal. Cada passada sua, equilibrando-se entre uma raiz e outra, era como um salto moderadamente leve, rápido, direto – porque ia de forma retilínea na direção do ponto almejado por ele. Sua passada era comedida, sem floreios e requeria que a musculatura das suas pernas e lombar se mantivesse relativamente rígida. Um movimento controlado. Era como se saísse marcando pontos nas raízes com a sola de sua bota.

Falo que os saltos de Querido eram moderadamente leves porque estou pensando os movimentos, no que diz respeito ao fator peso (Laban, 1978), numa gradação que vai do muito pesado (como o caminhar de um gigante) até um muito leve (com foco nas pontas dos dedos, extremidades dos pés). Entre ambos, portanto, existem as passadas de Querido e outros caranguejeiros experientes: moderadamente leves. Era como se ele pousasse seus pés na raiz à sua frente. Cada passada em um mangue vermelho fechado, portanto, carrega as características de um leve salto. Você se desloca do lugar de onde estava aumentando a amplitude de abertura das pernas e impulsionando levemente o corpo para frente. Se as pernas desempenham um movimento leve e de altura média, porque um pouco elevadas para propiciar o pulo, os quadris e o abdômen devem se manter rigidamente controlados.

É a partir das interações com o mangue (árvores presentes e consistência do solo), portanto, que o movimento irá se desenvolver. Caminhar envolve uma relação com o lugar e as raízes sobre as quais se pisa. Caminhando por manguezais de maior interferência da água doce, conforme havia dito, os movimentos de Querido poderiam ser mais lentos e os saltos mais vigorosos. As raízes do mangue

vermelho aguentariam seus sessenta e oito quilos – assim como também suportariam os meus oitenta e dois²¹. Nessas andanças, calcular onde será o próximo passo é essencial. Para me equilibrar melhor, eu deveria pousar minhas botas entre os nós das raízes, ou em algum entrecruzamento entre elas, pois assim ganharia mais estabilidade. À medida que ficava mais seguro, conseguia aterrissar minhas passadas até mesmo em raízes mais curvilíneas, não-planas e completamente convexas. O segredo estava no tempo de permanência sobre elas e na observância de suas condições: não é raro esbarrar com raízes podres ou corroídas pela ação de cupins e formigas.

Quanto mais tempo se passa sobre uma raiz, maiores as chances de desequilíbrio. Em manguezais de maior interferência da água salgada, isto é, mais próximos da costa e da maré, o fator tempo é crucial ao se deslocar pelos mangues. As raízes da *Rizophora mangle* em lugares com altos índices de salinidade eram mais frágeis e quebradiças. Meus anfitriões me faziam notar o quanto requeria mais esforço se equilibrar em mangues assim. Um colega caranguejeiro certa vez chamou as raízes do salgado [dos *mangues do salgado*] de “raiz-bambolê” – porque eram tão finas e flexíveis quanto o plástico do qual bambolês são feitos. Pensando na classificação dos movimentos proposta por Laban (1978), se no que diz respeito ao fator expressivo tempo os movimentos em manguezais do doce poderiam ser mais lentos, nos manguezais do salgado eles eram mais rápidos. Demorar poucos segundos em uma raiz era mais do que suficiente para senti-la quebrar sob seu corpo.

Ao saltar de uma raiz à outra há uma transferência de peso entre as pernas. Por um breve momento toda sua massa corpórea estará concentrada na perna que aterrissa. É preciso ser rápido. Além da fragilidade dos *mangues do salgado*²², outro complicador do movimento é a grande presença de lodo e pequenas algas impregnadas nas raízes. Por se tratar de uma área onde a amplitude da maré atinge níveis mais altos, até mesmo as raízes mais protuberantes passam boa parte do dia submersas. A *marcação* da maré, isto é, o maior nível atingido pelas águas

²¹ Durante os 12 meses do trabalho de campo, meu corpo foi se alterando drasticamente. O peso talvez seja a variável mais visível. Meço 1,72 metros e, na primeira ida ao Delta (2018), estava pesando 92 quilos. Quando retornei a Parnaíba para finalmente residir, no começo de 2019, pesava 82. Finalizei as idas ao mangue (março de 2020) com 67 quilos – 25 a menos do que quando havia iniciado o trabalho.

²² Como meus anfitriões chamavam os mangues com maior interferência das águas salgadas.

em determinada região e momento, é perceptível pelas manchas de lodo e algas deixadas no mangue. O que é entendido por alguns como sedimentos minerais e matéria orgânica decomposta, para o andarilho dos mangues é ainda a causa de diversas quedas e tombos. As raízes ficam muito escorregadias. Mais do que nunca é preciso ter confiança no próprio corpo e manter o tronco ereto ao se equilibrar. Habilidade técnica que demorei a desenvolver. Nesse percurso de aprendizagem, com movimentos lentos, pesados e extremamente controlados (porque duros e rijos na tentativa frustrada de evitar quedas), acabei sofrendo uma séria crise de lombalgia no início do trabalho de campo.

Confesso que foi só depois de sentir minha lombar doer por semanas seguidas e viver dificuldades para me manter ereto sem sentir dores que pude compreender o movimento nos mangues e apreender o ensinamento de Querido: deveria concentrar minha força e equilíbrio corpóreo na região abdominal. Até então, caminhava encurvado, praticamente engatinhando sobre as raízes. Equilibrava-me mais com o auxílio das mãos do que com os pés. Eventualmente, na tentativa de escolher os melhores lugares para pisar, acabava dando passos maiores do que poderia e, como nessas circunstâncias de movimento a queda era inevitável, agarrava-me às raízes próximas e me machucava ainda mais. Com o passar do tempo fui aprendendo também isso: a cair. Quanto mais rijo eu mantivesse meu corpo, pior seria a queda. Tentar pular de uma vez no chão com as pernas tensionadas também não me ajudaria. Primeiro porque nem sempre a superfície nos era acessível, depois eu acabaria afundando na lama e isso traria bastante dificuldade ao procurar me desemaranhar das raízes. Em caso de tombos ou escorregões, deveria deixar meu corpo deslizar, tomando cuidado apenas para não ir ao encontro de um toco ou raiz de mangue cortada.

Na época da crise de lombalgia, meus parceiros perceberam o quanto eu andava encurvado até mesmo sobre a terra. Não tive outra saída a não ser conversar das minhas dores. Foi quando vários colegas caranguejeiros me relataram queixas semelhantes. Dores nas costas, na lombar, na articulação dos ombros, nos joelhos, nos músculos e juntas das mãos. “O mangue exige muito do cara” (Vinva). Algumas vezes presenciei caranguejeiros deixarem de trabalhar (ou trabalharem pouco) por estarem com dores nas costas. Com alguma frequência recorriam a anti-inflamatórios comprados na farmácia. Foi inclusive o que me

indicaram. Sequer hesitei em seguir essa recomendação. Qualquer coisa era melhor que uma dor infernal irradiando a partir da lombar. Nas semanas de lombalgia ferrenha, fui trabalhar sob o efeito de diclofenaco²³.

Os caminhares descritos até aqui não esgotam as múltiplas possibilidades de movimento e locomoção nos mangues. Isso porque apenas considerei a relação entre o corpo, a lama e os mangues siriba e vermelho (tanto no doce, mais resistentes, quanto no salgado, mais quebradiços). Mas além dos manguezais propriamente ditos, outros vegetais compõem os mangues.

Nas áreas de manguezais próximas à zona urbana da cidade de Parnaíba, mais distante da costa e mais perto do rio, os mangues são lugares de ocorrência de uma diversidade de outras espécies. Andando com Dunga por essas bandas, nos deparávamos com galhos de outras plantas e cipós a despencarem das copas de árvores mais altas – frequentemente coletados por artesãos locais para a feitura de cestos, cadeiras e uma variedade imensa de peças. Não posso esquecer dos jiquiris: planta arbustiva de troncos retorcidos e repletos de espinhos. Andar com Dunga por esses manguezais, diferentes dos manguezais que descrevi há pouco com Querido, implicava um caminhar lento, pesado e indireto – porque circular e cheio de voltas até chegarmos ao ponto que queríamos.

Explico: em Parnaíba e suas imediações, os manguezais do Cagado, do Cabeça de Porco, do Formigal, do Mangue Alto, do Campo Grande, do Campo Largo, da Ilha, do Igarapé da Marinha e do Igarapé do Furo – para citar alguns – possuíam conformações paisagísticas semelhantes aos mangues frequentados por mim no Torto. Recebiam maior interferência das águas doces e, com exceção dos dois últimos onde predominava o mangue siriba, todos os outros apresentavam uma forte ocorrência do mangue vermelho. A depender da época do ano, do ciclo de desenvolvimento do caranguejo e das exigências dos compradores, andávamos por diferentes manguezais. Foi nas imediações de Parnaíba que pude frequentar com maior intensidade os manguezais do salgado – aquele de raízes finas e

²³Mais comum do que o uso de medicamentos, era a ingestão de bebida alcoólica, o principal amenizador de um cotidiano exaustivo. Cachaça. “Cachaça não, tônico!”, brincou Zito me corrigindo certa vez. Convivi com poucos carangueiros que não levavam consigo uma pequena garrafa pet de Serrana – bebida destilada produzida no Ceará – ou conhaque São João da Barra. A brincadeira de Zito – ao chamar cachaça de tônico – veio justificada do fato de ser ela quem dava a força (e, também, amortecimento) para o trabalho nos mangues. Líquido tão essencial quanto as ferramentas e materiais utilizados em um dia de captura – o que veremos no próximo capítulo.

quebradiças. Geralmente eram manguezais mais próximos dos municípios de Luiz Correia, Cajueiro da Praia e do povoado Camurumim. Nesses manguezais, como falei antes, o andar possuía movimentos mais amplos. Podíamos abrir com maior amplitude nossas pernas e nossos braços ao nos deslocarmos sobre as raízes.

Nos manguezais da Roça e da Ilha do Jacaré, andanças assim eram praticamente impossíveis. Dunga se gabava de caminhar longas distâncias nesses ambientes, ainda que reclamasse de fortes dores nas costas ao final do dia. Era uma confusão de mangues e outros vegetais. Mangue siriba com mangue vermelho com mangue manso e jiquiris entrelaçados por todos os cantos. À custa de algumas raladuras, fui aprendendo a diferenciar os caules de mangues e os caules de jiquiris, repletos de pequenos espinhos. A profusão de plantas e galhos, com os mangues vermelhos brotando do alto e formando uma verdadeira cortina de raízes finas, obrigava-nos a andar parcialmente agachados. Dunga curvava a coluna e me orientava a fazer o mesmo. Seus passos eram pesados. O chão mais duro não afundava nossas botas e nos permitia isso.

A diversidade de plantas é também acompanhada por uma diversidade de solos nos mangues. Há mangues mais “estopados” – dotados de uma rede densa de raízes sob as primeiras camadas de areia, como esses que agora descrevo com Dunga –, onde poderíamos até correr se quiséssemos, ou melhor, se pudéssemos. As raízes fechadas sob o solo e pouco aparentes na superfície eram precedidas por uma vegetação fechada. Nossos passos eram lentos e, como andávamos com praticamente todo o tronco curvado, tínhamos andares pesados como se carregássemos o mundo nas costas. Pernas e troncos curvados, mas cabeça erguida, semiereta, à procura dos buracos. Flexionando todo o pescoço para cima, andávamos quase agachados.

Com o olhar, Dunga projetava seu movimento no espaço. Mas era difícil, para mim, decifrá-lo e prever suas rotas. Com o mangue fechado, não raro fazíamos várias curvas para acessar um buraco situado poucas passadas à nossa frente. Chegar até a galeria do crustáceo envolvia virar para o lado, recuar, fazer um círculo em volta de um caule de jiquiri, engatinhar para frente mais uma vez, agachar, torcer o tronco ao se desviar de um galho, colocar as duas mãos no chão, pegar impulso para mais uma vez semi-erguer o corpo, até que finalmente nos aproximássemos do buraco. Repetíamos esses movimentos à exaustão. Cada *ponta*

*de mangue*²⁴, portanto, exige ações corporais específicas dos corpos de caranguejeiros e de antropólogos aprendizes. Impossível falar de um andar genérico nos manguezais. Foi Zito, irmão de Dunga e, assim como ele, catador, quem matou a charada: “andar no mangue é igual dançar, o cabra tem que ter a junta mole. Quando você está dançando e você não sabe, você se atrapalha, erra o passo. No mangue é do mesmo jeito! Se você não sabe é queda, é escorrego, é atolar...”

Caminhar no mangue exige uma sinergia de todo o corpo no movimento sobre as raízes. Não apenas das pernas. As mãos, no caminhar dos caranguejeiros, raramente estão livres. Carregam cordas de caranguejo já capturadas, cambito (um vergalhão de ferro utilizado na captura do crustáceo) e, em alguns casos, a fumaceira (objetos dos quais falarei no próximo capítulo). É o peso de todo esse acoplamento que é transferido de uma perna à outra no deslocar dos catadores pelo mangue. Praticamente não se pode contar com as mãos. O equilíbrio deve ser mantido a partir do jogo entre lombar e região abdominal.

Ao final do dia de trabalho, com uma média de 50 caranguejos capturados, o deslocamento no mangue ganha ainda novos contornos. Meus anfitriões dispunham os crustáceos no “calão”, uma vara de mangue com rigidez suficiente para aguentar o peso dos crustáceos e da lama grossa que ainda repousava sobre eles. Os caranguejos ficam pendurados pelas cordas (quatro caranguejos amarrados por uma fibra de carnaúba) em cada uma das extremidades do calão. A vara de mangue, então, é colocada sobre um dos ombros e o caranguejeiro segue até o porto. Nunca me aventurei a andar com um calão pelo mangue. Os riscos de cair e matar/machucar boa parte dos caranguejos sobem exponencialmente. São quase cinquenta quilos (a depender do número de cordas que se carregue). Eu mal podia comigo mesmo e uma garrafa pet cheia d’água. O conhecimento das raízes, mais que nunca, torna-se crucial. Um conhecimento desenvolvido a partir do caminhar e do olhar atento por onde se pisa.

²⁴ Termo utilizado por meus interlocutores para se referirem a porções (ou partes) específicas do mangue. Um manguezal em sua imensidão possui diversas “pontas”, ou seja, diversas áreas que podem guardar diferenças de altura, solo ou ocorrência de árvores de mangue e caranguejos. Quando entravam em determinado manguezal os caranguejeiros, por vezes, diziam: “vou trabalhar nessa ponta de mangue hoje!”.



Mosaico 10 – Zito e o calão.
Mangues do salgado, um mangue
de raízes mais finas.

Com o calão pesando nas costas, é preciso avaliar cuidadosamente os pedaços de “chão” disponíveis aos pés. Verificar se o lugar não atola tanto e se será preciso caminhar mais próximo à base das raízes – o que ocorre quando se caminha sobre a lama. Perceber se o mangue vermelho aguenta o peso do acoplamento corpo+calão (que é lama+caranguejo+vara de mangue). Observar se a raiz não é fina demais, se não está podre por conta do tempo ou da ação voraz de cupins (*Nasutitermes corniger*), buzanas (*Teredo navalis*) e outros viventes. Desviar dos galhos de mangue que possam atingir seus olhos, rosto e cabelos. Novos cálculos, portanto, devem ser feitos. Afinal de contas o caranguejeiro deve considerar a existência de uma série de outros viventes e coisas (também) em movimento.

Trata-se do desenvolvimento ativo de um “conhecimento cinético”. Tomo emprestado essa expressão de Anna Tsing (2019: 27). Ela fala sobre como o conhecimento de catadores de cogumelo nas florestas do Oregon é, sobretudo, um conhecimento “sobre como se mover na floresta, navegando por suas vistas, sons e cheiros”. Os catadores anfitriões da antropóloga – assim como ela em seu processo de aprendizagem – vasculhavam o chão com os olhos, percebiam as pequenas protuberâncias visíveis na superfície da terra à sombra dos pinheiros, indícios de que um cogumelo provavelmente crescia por ali. Tsing chamou de dança o ato de colher cogumelos. Considerou, contudo, que “dança é uma arte formal, a colheita [...] não é” (2019:19). Pegar caranguejos também, mas foi a partir da dança que Zito me falou de sua atividade. Repito suas palavras: “andar no mangue é igual dançar”. Guiado por esses dois interlocutores, cheguei ao Laban (1978) e sua gramática de descrição dos movimentos.

A comparação com a dança não é algo fortuito. Dançar e caminhar no mangue (ou nas florestas à procura de matsutake) exige movimentos habilidosos. Envolve tanto uma modulação das suas expressividades corporais quanto conhecimento do espaço e *otras cositas mas*. Reconheço que a comparação entre cata de cogumelos e dança, para Tsing, é sobretudo metafórica. Abre a nossa imaginação para pensarmos modos coordenados e criativos de deslocamento pelo ambiente. Zito, por sua vez – ao falar que andar no mangue é como dançar –, estabelece uma comparação entre modalidades de movimento corporal que,

apesar de distintas, guardam certas similaridades em termos de dificuldade técnica.

Não quero entrar aqui na discussão conceitual a respeito do que é ou não é dança (ou arte) e muito menos nos debates sobre a transculturalidade dessa categoria – exercício feito no campo da antropologia da arte, por diversos autores, com relação às diversas formas expressivas da criatividade humana, a dança inclusa (Layton, 2008; Firth, 1992, Morphy, 2005; Reed, 1998). Deixo a outros essa tarefa. De todo modo – mesmo seguindo as propostas metodológicas e cinéticas dos meus interlocutores – prefiro usar o termo movimento em vez de dança. Considero-o menos humano-centrado e mais facilmente aplicável na descrição dos movimentos de outras formas de vida. Afinal, “corpos habilidosos em movimento nos mostram que os humanos não são os únicos que dançam” (Tsing, 2019: 28). Não são, portanto, os únicos que se movimentam e compõem paisagens, considerando o desenvolvimento desta ideia no trabalho da antropóloga.

Um aprendizado essencial nas andanças pelos mangues foi conseguir reconhecer o que era apresentado a mim como perigos. Não raro os ensinamentos que meus anfitriões me dirigiram a respeito disso eram indicativos dos movimentose das linhas de atividades (Ingold, 2007; Tsing, 2019) de outros viventes – como as ostras, por exemplo: moluscos que crescem presos às raízes do mangue vermelho e cujas conchas causam cortes profundos. (“Pior que faca!”). Elas geralmente se fazem presentes nos mangues do salgado – aqueles de raízes finas – onde as águas do mar adentram com mais vigor. Ao andarmos por ambientes assim, Dunga, Vinva e outros parceiros repreendiam meu andar desengonçado, tentando me equilibrar com o auxílio das mãos. Diziam que eu poderia me cortar de forma brutal ao tentar me segurar numa raiz onde uma ostra estivesse. Eles me mostravam a sola de suas botas com diversos rasgos: “isso tudo aqui foi golpe de ostra. Já pensou se eu tivesse sem a bota?”, mostrou-me Dunga. Ainda assim, acidentes acontecem. Alguns caranguejeiros me mostraram cicatrizes em suas pernas, pés e braços.

Se as ostras, pelo menos em parte considerável do seu ciclo de vida, encontram-se fixas às raízes do mangue, outros viventes deslocam-se ativamente acima e abaixo delas. Deixam rastros. Marcam suas caminhadas na lama através de pegadas e outras pistas deixadas no ambiente. Repito: não são apenas os humanos

caranguejeiros que se movimentam. Suas linhas de atividade se entrecruzam com diversas outras. Como as das capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) – mais comuns em mangues de maior interferência da água doce. Elas pastam nas coroas dos rios e em manguezais de solos mais duros (*estopados*), alimentando-se de gramíneas e plantas rasteiras. Uma vez, andando pelo mangue da roça – um mangue extremamente fechado –, Dunga e seus parceiros viram-se sem saídas. As raízes de mangue vermelho se entrelaçavam com os caules de siriba, mangue manso, jiquiri e diversos arbustos. Não havia sequer uma vereda por onde passar.

Nenhuma vereda aberta por humanos, pelo menos. Olhando com atenção a turma percebeu um caminho feito pelo circular frequente de capivaras. Era uma passagem estreita, baixa e repleta de vestígios indicativos de que estes animais circulavam por ali. Havia fezes secas e arredondadas além do forte odor característico da urina das capivaras. A despeito disso, aquele era o único canal viável para sair de onde estavam. A turma, então, teve de fazer essa travessia deitada ao chão, arrastando-se feito cobra – como me contou Zito – sobre a terra dura, repleta de galhos, espinhos e pedaços de fezes. Um dos caranguejeiros da turma desenvolveu uma frieira na pele por conta, segundo Zito, do contato com o mijo da capivara. Trabalhou nas semanas seguintes vitimado por constantes coceiras no corpo.

Excrementos são ótimos indícios das linhas de vida de outros seres. Na cata do caranguejo, humanos não são os únicos vivos interessados em capturar esses crustáceos. Guaxinis (*Procyon cancrivorus*) – também conhecidos como guaxelos – são exímios pegadores. Costumam habitar no oco dos troncos de siriba – um caule imenso e grosso –, próximos à beira do rio. No tempo em que andei pelo mangue, nunca os vi. Costumam ter hábitos noturnos. Porém, era com frequência que encontrávamos suas bostas nas proximidades de algum buraco de caranguejo. Apresentavam pedaços da carapaça do crustáceo trituradas e esbranquiçadas, envolvidas em uma gosma que eu julgava ser apenas lama, mas não. Essa gosma, inclusive, era o que diferenciava – ao menos para mim – os excrementos de guaxelo (guaxinim) dos de socó (*Tigrisoma lineatum*), uma ave bastante presente nos manguezais e de fezes mais secas.

Identificar e diferenciar coisas assim é essencial para o catador. As fezes do guaxelo são habitadas por fungos que, ao entrarem em contato com a pele humana,

provocam frieiras absurdas. Repedidas vezes vi caranguejeiros desistirem capturar um caranguejo potencialmente grande – a julgar pelos indícios deixados na lama, do que falaremos no próximo capítulo, – pelo fato incontornável de observarem excrementos de guaxinim na entrada da toca do crustáceo. Além dos fluidos corporais excretados pelos animais, consideram-se ainda as marcas deixadas na lama ao observarmos suas linhas de vida.

Bagres, pacamões (*Batrachoides surinamensis*) e vários outros peixes costumam se alimentar de caranguejos e pequenos crustáceos. Andando no mangue é possível inferir a piscosidade de determinado igarapé – bem como as possíveis espécies presentes – apenas pelas marcas das bocas dos peixes cravadas na lama. Uma diversidade de viventes coabita os manguezais e, cada uma ao seu modo, vai deixando suas marcas (Silveira, 2020; Souto, 2004). Nem toda espécie, contudo, mantém relações tranquilas (no caso das aves), ou indiferentes (no caso das ostras) com os humanos. Observar o chão também ajuda a evitar caminhos potencialmente perigosos e presenças indesejáveis. Como no dia em que meus anfitriões identificaram pegadas ainda frescas de um jacaré (*Caiman crocodilus*) imenso.

Quando andam pela terra, jacarés têm o sono pesado, mostrou-me Dunga. O que significa que se alimentaram recentemente e saíram d'água para pegar sol. Meus parceiros falaram que os jacarés costumam sair do rio e dos igarapés nas marés de quarto – marés secas (ver capítulo 1) – e retornam para as águas nas marés grandes. Nesse meio tempo, é possível observar seus rastros na lama. Costumam ficar no “fechado”, como disse Zito, debaixo dos jiquirizais e de outras plantas arbustivas. Azar de quem cruzar com eles.

Seu Chico – um dos caranguejeiros mais velhos que acompanhei, com 54 anos – falou-me da história do seu pai, um dos últimos homens vivos da família dos Puídos, uma família inteira de pescadores. Ele me contou que seu *coroa* estava pescando com os irmãos e um jacaré lhe puxou da canoa pela perna. Comeu ainda sua panturrilha. Não fosse os outros irmãos terem pulado n'água, ele teria sido inteirinho devorado pelo bicho, que foi morto por seus parentes. Seu Chico contou que seus tios paternos faleceram vitimados por acidentes de trabalho na pesca. Afogamento, picada de cobras, esporada de peixes venenosos, ataque de crocodilos. “Era um povo valente, esse povo dos Puídos”, arrematou.

Cruzar com determinados viventes nos mangues e nos rios, portanto, é algo a ser evitado. É preciso apre[en]der as múltiplas linhas de atividade e os vários caminhos e caminharos que compõem esse ambiente. Capivaras criam veredas no mangue, mas os humanos também o fazemos. Assim, cada um desses viventes habita o meio a seu modo e gera transformações com seus movimentos. Os caranguejos também. Ao escavarem suas tocas e viverem suas vidas, caranguejos propiciam a ocorrência de diversos modos de existência. São essenciais na degradação de matéria orgânica e, conseqüentemente, na renovação do solo através do consumo das folhas e raízes do mangue (Castilho-Westphal, Ostrensky, Pie, Boeger, 2008).

No decorrer do ciclo de vida, esses crustáceos habitam diferentes porções dos manguezais. Um fluxo de vida territorializado, eu diria. Afinal de contas, cada etapa da vida de um caranguejo é marcada por processos de constituição mútua com o mangue. Não um mangue geral, abstrato e indiferenciado, mas aquele vivido a cada troca de carapaça, a cada momento de engorda, a cada procriação.

Os caranguejos no mangue: ciclo de vida e deslocamentos

“Caranguejo é assim: ele não fica velho e nem fica novo. Ele tá sempre velho e novo”. Achei confuso quando Sérgio me falou isso. Meu anfitrião reconhece que, assim como outros viventes, os caranguejos possuem uma existência finita. Nascem, crescem e, em algum momento da vida, morrem. Seja de morte morrida ou capturada. Biólogos dizem que a expectativa de vida de um caranguejo pode superar os dez anos (Diele, 2000; Pinheiro *et. al.* 2000). Mas não cheguei a conversar sobre isso com meus anfitriões. Juntos, estávamos muito mais atentos às transformações morfológicas, anatômicas (e, por que não, territoriais e cinéticas) do caranguejo em seus processos vitais. Somente observando isso a afirmação aparentemente confusa de Sérgio faz sentido. Caranguejos não ficam novos nem ficam velhos porque envelhecem e rejuvenescem periodicamente em um movimento contínuo.

O movimento da vida dos caranguejos, portanto, acompanha suas movimentações pelo mangue. Algo que me chamou bastante atenção foi a constante transformação das coisas nesse ambiente. Os manguezais são entrecortados por diversos igarapés e caminhos d'água. Eventualmente, para se deslocar de uma ponta a outra é preciso atravessar um pequeno fluxo hídrico, que

pode ser transposto apenas aumentando a abertura do passo. Quando maiores ou na maré enchente, exigem braçadas e mais braçadas a nado.

O relevo é inconstante, muda a cada passo: irregular. Aqui uma pequena subida, quase uma mini colina de mangue. Ali uma ribanceira alta que te exige habilidades de escalada enquanto firma o pé na lama, ou se apoia em alguma raiz ou galho de árvore para subir. Acolá um terreno absurdamente plano e movediço. Essas diferenças no relevo (ora sutis ora nem tanto) são vividas por meus anfitriões como “altos” e “baixos”. A imensidão e aparente desordem do mangue – a menos para um observador externo e inexperiente como eu – passa pela constituição de territorialidades cotidianamente articuladas às práticas de movimento e habitação nesse ambiente. As encostas dos igarapés são os baixos, mas tão logo subimos a ribanceira estamos no alto. Assim o mangue vai se fazendo, numa sequência altos e baixos. Demorei até conseguir diferenciar um do outro. A meu ver, bastava apenas uma pequena elevação na superfície do solo para categorizar tal lugar como alto. Repetidas vezes perguntava: “aqui onde estamos é alto ou baixo?” Repetidas vezes errava quando arriscava algum palpite. Porque não era para a terra (apenas) que deveria olhar ao guiar minha experiência no mangue, mas para as águas. É a presença (ou ausência) empoçada desse elemento que irá definir territorialidades/espacialidades no mangue.

Os altos, então – onde ocorrem tronqueiras mais fechadas –, são lugares nos quais a água escoar facilmente. Não empoçam. Geralmente possuem uma maior “altitude”²⁵ com relação ao nível do rio – ou mesmo do mar, no caso de manguezais mais próximos à costa. Os baixos, por sua vez, são lugares onde a água não flui tão facilmente, demora-se até que a maré vaze por completo e empoça tão logo caiam algumas gotas de chuva. Assim, além dessa experiência do manguezal através dos seus altos e baixos, também os manguezais como um todo são vividos a partir dessa dicotomia: manguezais mais altos e manguezais mais baixos. Manguezais onde as águas da chuva e da maré escoam mais facilmente e manguezais onde esse movimento não é tão fluido.

Saber disso é essencial para acompanharmos as dinâmicas cinéticas e vitais dos caranguejos no mangue. Periodicamente esse crustáceo muda de carapaça. Um

²⁵ Uso aspas por motivos óbvios de estar cometendo uma heresia geográfica. Mas o que quero dizer é que essas elevações são sempre pensadas quando comparadas ao nível das águas superficiais mais próximas – sejam elas marinhas ou fluviais

movimento contínuo que ocorre anualmente²⁶ ao longo do mangue. Boa parte da vida do caranguejo antes da ecdise, conforme aprendi com meus anfitriões, ocorre nos baixos, aos pés das tronqueiras. Lugar onde pode encontrar alimentos em abundância, como as folhas das árvores de mangue e suas raízes.

Mudar de carapaça significa crescer alguns centímetros e deixar para trás o exoesqueleto antigo em pedaços. Ao fazerem isso os crustáceos se deslocam para os altos, para as ribanceiras dos rios e igarapés – lugares onde a água escoia mais facilmente e não empoça tanto, conforme falei acima. Além de se movimentar em direção aos altos, habitar essa parte do mangue para a troca de carapaça exige uma série de preparos. Nessa fase do seu ciclo de vida, o buraco precisa estar livre de pedaços de madeiras, raízes ou qualquer sujeira que possam atrapalhar o desenvolvimento do crustáceo. Ele geralmente limpa-a antes de iniciar a ecdise.

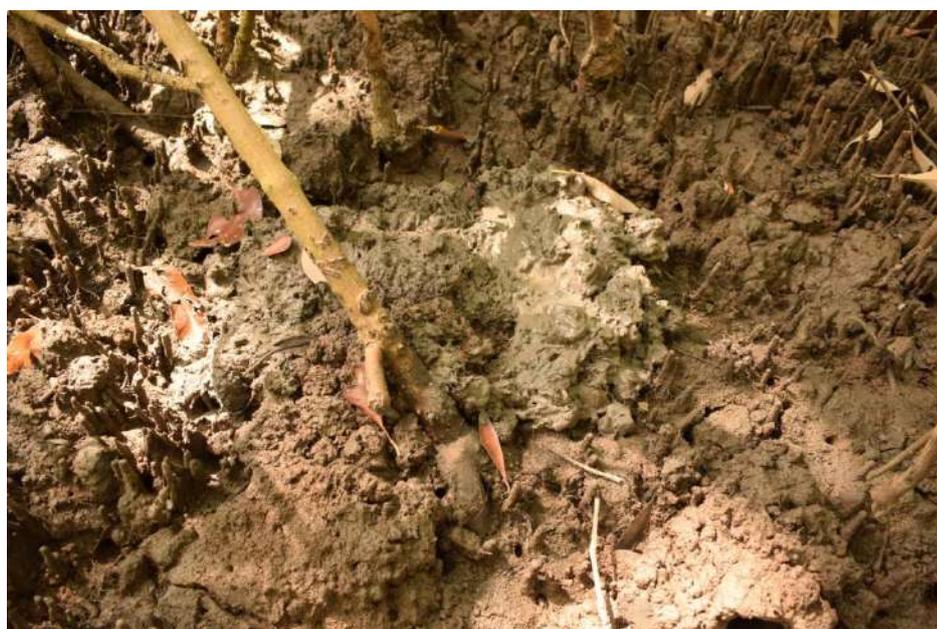
Feito isso, o caranguejo irá preparar seu “rancho”. Rancho é como meus anfitriões de Parnaíba chamavam suas provisões alimentares para dias seguidos no trabalho da pesca, ou mesmo o alimento comprado/levado para suas casas. O rancho dos caranguejos são as folhas de mangue. Eles carregam porções e mais porções delas para o fundo de suas tocas. Feito isso, tapam a boca do buraco com lama. No Delta, quando os caranguejos estão assim, diz-se que estão “entupidos”, que se “entupiram”. Mas essa nomenclatura varia bastante em diversos lugares do Brasil. Na Bahia (Recôncavo) e Pernambuco chamam de “motumbar” e “matumbar” (Silveira e Buti, 2020), respectivamente. Na Paraíba, catadores dizem que o caranguejo se “embatuma” (Alves e Nishida, 2002). Seja como for, nesse período, o crustáceo passa cerca de 30 dias (aproximadamente três marés) enterrado, alimentando-se do estoque de folhas que carregou consigo.

Diferentes pesquisadores, inclusive aqueles também dedicados aos conhecimentos tradicionais associados à cata, destacaram a relação da lua e das marés com o processo de troca de carapaça do caranguejo (Alves e Nishida, 2002; Nordi, 1992, 1994; Maneschy, 1993). “O mangue é a mais lunar das florestas” (Silveira: 2020: 20).

²⁶ É preciso considerar, contudo, que caranguejos mais jovens mudam de carapaça com maior frequência que os velhos.



Mosaico 11 – Buracos de caranguejo entupidos (em processo de ecdise), logo, completamente cobertos de lama



Os caranguejos tanto se entopem quanto destampam seus buracos nas marés de quebramento, ou seja, nas luas de quarto minguante e quarto crescente. Momento em que a amplitude das águas é menor do que nas luas nova e cheia e, portanto, não alaga tanto o mangue, ainda que o mantenha constantemente úmido – sobretudo nas marés de quarto choco (ver capítulo 1). São nas marés de lua nova, com o mangue inteiro coberto de água, que os caranguejos se afundam mais, conforme me contou seu Luiz. Além disso, ao se entupirem, os caranguejos costumam cavar galerias mais profundas do que geralmente cavam no decorrer de suas vidas. Ainda que isso não seja uma regra.

É graças à cor da lama que tapa o buraco do caranguejo entupido que os caranguejeiros conseguem inferir o momento da ecdise na qual o crustáceo se encontra. Quando se entupiram há pouco tempo, a boca de sua toca ainda não está completamente fechada e a lama que o rodeia é fresca, com uma coloração mais clara, que pode variar do cinza esverdeado (quando o caranguejo se entupiu recentemente) até uma coloração mais escura, mais terrosa, da cor de barro ou de argila seca – o que informa de um caranguejo entupido há vários dias e, provavelmente, com o processo de ecdise já bastante avançado.

Ao efetuarem a mudança de carapaça, diz-se que os caranguejos estão *de leite*. Sua carapaça velha dá lugar a uma nova que ainda está frágil, mole feito cartilagem, liberando um líquido branco e leitoso. Ao serem capturados assim, morrem tão logo o cambito lhes toque ou perdem todas as patas durante o esforço de captura. O que, nessas circunstâncias, também pode lhes levar à morte. Por isso não se captura caranguejos entupidos. Considera-se um prejuízo, maldade e falta de cuidado com o mangue. Prejuízo porque não se ganha dinheiro algum com o bicho nessas condições. Maldade porque, além de tudo, ele será morto em um momento crucial do seu ciclo de vida, a saber, aquele que lhe propicia o crescimento. Falta de cuidado porque, com essa captura prematura, não se respeita o tempo do mangue e dos caranguejos. Antes de se entupirem, contudo, os crustáceos costumam viver nos baixos – porções de mangue mais distantes da costa, próximas às grossas tronqueiras de mangue.

São nos baixos onde os caranguejos passam a maior parte dos seus ciclos de vida. É aí onde engordam, como observaram meus anfitriões, alimentando-se, sobretudo, de folhas e pedaços de raízes, embora a dieta dos caranguejos possa

incluir uma grande variedade de matéria orgânica em decomposição, inclusive outros crustáceos. Os caranguejos, portanto, apenas deixam os baixos quando a ecdise se aproxima, quando então seguem em direção aos altos.

É interessante notar que nenhum desses comportamentos do caranguejo descritos até aqui são facilmente estabilizáveis. Ao escrever, estabilizo dinâmicas que nem de longe podem ser tão facilmente caracterizáveis, tamanha sua variação e imprevisibilidade. Há caranguejos por toda parte. Alguns, geralmente mais jovens, podem passar longos anos de suas vidas apenas no alto, realizando sucessivas trocas de carapaça.

Destacar as variações e imprevisibilidades da vida crustácea – para nós, observadores humanos – não significa dizer que os caranguejeiros não possuam um conhecimento aprofundado e com altos níveis de precisão a respeito disso. Muito pelo contrário. Trata-se de um conhecimento capaz de reconhecer com detalhes as linhas de atividade dos caranguejos, ao mesmo tempo em que se mantém aberto às suas múltiplas possibilidades. Afinal, “o cara pode saber de tudo, mas um dia a natureza chega e diz que não é bem assim” (Querido). Tal fato fica mais evidente ao observarmos o momento de reprodução dos caranguejos, a *vadiação*. Fase também nominada entre meus interlocutores como brincadeira ou carnaval e, com menor frequência, andada – termo geralmente mais conhecido Brasil afora.

Se a engorda e a ecdise do caranguejo são processos vitais territorialmente localizáveis, a *vadiação* também o é. Ela ocorre, sobretudo, nos baixos, mais costumeiramente na beira dos igarapés e do rio. Lugares com maior presença de água. Antes disso, os caranguejos machos realizam peregrinações no mangue em direção às tocas das fêmeas. Eles mudam de buraco e é possível encontrar muitas galerias sem caranguejo algum, além de várias tocas próximas uma da outra. Não consigo esquecer o dia em que Vinva – um caranguejeiro da cidade de Parnaíba – perdeu as contas dos buracos que se aventurou sem sucesso algum. Foi quando ele me disse: “os caranguejos já estão perto de vadiar. Já estão tudo trilhando”. Trilhar, portanto, diz respeito a esse movimento dos caranguejos pelo mangue quando estão na iminência de procriar.

Eventualmente é possível encontrar caranguejos-fêmeas onde se esperava encontrar um macho; dois ou três machos onde deveria haver apenas um;

crustáceos pequenos onde tudo indicava que aquela galeria abrigava um grande; e, também, o contrário. No próximo capítulo falarei mais a respeito dos indícios deixados pelos caranguejos na lama. Por ora, é interessante notar como esses crustáceos empreendem práticas de habitação e movimentação por todo o mangue no decorrer do seu ciclo de vida. E aqui falo apenas dos movimentos observados por mim e destacados por meus anfitriões. Se fosse explorar os desenvolvimentos desse crustáceo em momentos que fogem da experiência sensível e perceptiva dos meus interlocutores – como a fase larval do caranguejo – as extensões territoriais percorridas por ele seriam consideravelmente maiores, extrapolando o próprio mangue.

São nos baixos e nas beiras dos igarapés onde as fêmeas ficam *ovadas* – cheias de ovos de caranguejo. A vadiação, portanto, é momento crucial na reprodução da vida do caranguejo. Fase na qual os caranguejos andam “feito doidos” no mangue à procura de fêmeas. Tornam-se alvos fáceis para seus predadores, movendo-se em grandes quantidades sobre a superfície do mangue. Às vezes em plena luz do dia, mas geralmente o fazem à noite. Foi numa conversa às vésperas da vadiação dos caranguejos com meus anfitriões da cidade de Parnaíba que os homens se empolgaram a conversar sobre esse momento.

Dunga: Na vadiação você anda nesse mangue todinho e não vê um buraco, mas quando dá de meio dia à tarde tá cheio de caranguejo andando. Saindo de dois, três de dentro de um buraco desse daí.

Chico: Uma vez eu fui na vadiação em Luiz Correia, não tinha um caranguejo... Aí a negrada disse: “rapaz eles vão brincar amanhã”. Aí, quando eu fui lá de noite... Eu falei: “rapaz, esses caranguejos saíram foi de onde?” Parecia que estavam, assim, era jogando carrada de piçarra [de caranguejo]. Não tinha caranguejo não... Mas quando chegava lá na vadiação saíam era de muitos!

Dunga: Eles faziam era destampar, a gente via eles destampando e saindo de dois, três. Só num buraco!

Eu: E eles não brigam não, quando ficam assim de dois dentro de um buraco só?

Dunga: Não brigam?? Eles já saem é lutando! Já saem se rasgando!

Chico: Às vezes você vê dois, três montados em cima de uma fêmea.

Eu: E é só de noite?

Dunga: De dia também, mas eles estão mais brabos. E a força deles maior – da vadiação – é mesmo à noite.

Além de ocorrer preferencialmente em uma região do mangue – na beira dos igarapés e áreas mais aladas –, a vadiação também tem suas horas do dia, à noite e épocas específicas do ano. Os meses da andada dos caranguejos variam de acordo com os manguezais em tela. Assim como o caminhar dos humanos, os movimentos dos caranguejos também diferem se estamos falando de manguezais com maior interferência da água doce, ou da água salgada. A vadiação nos manguezais do doce acontece nas marés grandes dos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março. No salgado, os caranguejos somente vadeiam de janeiro a março. A vadiação, portanto, acontece do início a meados do inverno e possui uma forte relação com o aumento dos fluxos hídricos e da lua, uma vez que é apenas na maior maré de cada um desses meses que os caranguejos vadeiam, mas não só.

Com a forte incidência de chuvas, é comum que os caranguejos tenham uma “vadiação fora de época” no “coração do inverno”: abril. Um mês com grande incidência de chuvas. É quando se diz que os caranguejos “melaram”, ou seja, se reproduzem – ainda que em menor quantidade – no limite do seu período de procriação. É interessante ressaltar também que antes da *vadiação* – período reprodutivo propriamente dito – os caranguejos podem “frescar” ou “ficarem de fuleragem”. Isso ocorre em algumas áreas de mangue por ocasião das primeiras chuvas do inverno. “Água nova entrando no rio”. Frescar, ou ficar de fuleragem, é sinal de que os caranguejos estão prestes a vadear e até ensaiam alguns movimentos nesse sentido, mas não o fazem com toda força e vigor.

Além de territorialmente demarcados pelos movimentos dos caranguejos, os diferentes momentos do ciclo de vida anual desses crustáceos ocorrem em meses específicos do ano. Períodos da “andada” – vadiação – são, de longe, os mais conhecidos. A captura nos momentos de reprodução do bicho é proibida pelos órgãos ambientais locais e federais, que estabelecem dias específicos dos meses de janeiro a março nos quais a atividade é expressamente proibida²⁷.

²⁷No Delta, durante as semanas do dia 11 a 16 de janeiro; 10 a 15 de fevereiro e 10 a 15 de março de 2020 (ano em que acompanhei esse processo), a captura estava proibida pelos órgãos ambientais. Geralmente esses dias coincidem com as maiores marés de cada mês. Cada área de manguezal, contudo, possui suas especificidades. No doce, os caranguejos costumam brincar antes, logo em dezembro. Mas isso depende da incidência de chuvas. Em 2020, ano em que o inverno “demorou pegar” e as águas pluviais só chegaram com abundância em janeiro, a brincadeira de

Normalmente, os caranguejos engordam entre os meses de junho e julho. Nessa época, suas patas saem com uma facilidade tremenda, o que tem um impacto direto na comercialização do crustáceo, conforme veremos no último capítulo. Engordar é o primeiro processo vital efetuado por caranguejos antes de se deslocarem para os altos, onde ficarão entupidos.

A entupição ocorre entre os meses de agosto e setembro. Outubro e novembro é o momento em que eles desentopem. Saem dos seus buracos com suas novas carapaças. Estão bem mais magros e frágeis do que quando entraram. Requer alguns dias e contato com o vento, como me disseram meus anfitriões, para que a nova carapaça endureça rijamente. Ainda assim, ela será mais delicada que o exoesqueleto de um caranguejo velho. O momento de desentupição também é conhecido como “safra do caranguejo”, pois sua presença abunda no mangue e, como acabaram de destampar a boca dos seus buracos, fica bem mais fácil localizá-los no mangue. Até aqui, contudo, falei especificamente dos manguezais do doce. Em manguezais mais próximos da costa e com maior interferência das águas salgadas, as temporalidades são outras, ainda que se assemelhem.

No salgado, essas fases acontecem um mês depois de já terem se iniciado no doce: a vadiação: janeiro à abril; a engorda, em julho e agosto; a entupição, em setembro e outubro; o destampamento ou desentupição/safra do caranguejo, em novembro e dezembro. Corro riscos ao estabilizar as coisas assim. Só o faço com a seguinte ressalva e, sem medo de ser repetitivo, retomo: apesar de desenvolverem certas temporalidades e hábitos, os processos vitais dos caranguejos não são completamente previsíveis e determináveis. Excetuando-se a vadiação – que ocorre no inverno e intimamente dependente das águas pluviais e da lua/maré –, é possível ver caranguejos aleatórios – ainda que poucos – destampando, engordando e se entupindo durante o ano inteiro, de janeiro a dezembro.

dezembro não ocorreu. Em janeiro, sobretudo nos manguezais com maior interferência do doce, as águas foram tantas que dificultaram a vadiação em certas pontas de mangue. Se sua presença nos baixos é essencial para a andata, em grandes quantidades ela torna a vadiação inviável. Além disso, apesar de se reproduzirem temporalmente entre janeiro e março, as semanas e meses em que isso ocorre varia de manguezal para manguezal. O mesmo acontece com a entupição (ecdise, troca de carapaça) e o período de engorda.

FASE DO CICLO	MANGUE DO DOCE	MANGUE DO SALGADO	LOCALIZAÇÃO NO MANGUE
Engorda	Maio/Junho/Julho	Julho/Agosto/Setembro	Todo o mangue (destaque para tronqueiras e baixos)
Entupição (Ecdise)	Julho/Agosto/Setembro	Agosto/Setembro/outubro	Maior ocorrência nos altos
Safra (caranguejos se desentupindo pós ecdise)	Outubro/Novembro	Novembro/Dezembro	Todo o mangue
Vadiação (reprodução)	Dezembro/Janeiro/Fevereiro/Março	Janeiro/Fevereiro/Março	Todo o mangue (com destaque para os baixos e margens dos igarapés)
Melação (vadiação mais fraca ocasionada pelas chuvas)	Abril	Abril	Todo o mangue (com destaque para os baixos e margens dos igarapés)

Quadro 4 – Ciclo de desenvolvimento do caranguejo e localização no mangue

Minha intenção ao falar desses processos foi mostrar que os caranguejos empreendem práticas de habitação e movimentação bastante específicas no mangue. Se, por um lado, o andar dos caranguejeiros é o engajamento prático na produção de um conhecimento cinético, por outro, esse saber se dá na interação com viventes que também empreendem suas próprias práticas de deslocamento no mangue. Ao ocuparem os altos, os baixos e as encostas dos rios e igarapés em diferentes épocas do ano, esses crustáceos “paisageam” ao seu modo – para usar a expressão de Thiago Cardoso (2018). Ao se entupirem, povoam o mangue com imensos montes de terra. Preenchem toda a superfície da lama com seus rastros, ao vadiarem. Propiciam uma profusão de buracos abertos, quando se desentopem.

Os deslocamentos de caranguejos e caranguejeiros nos manguezais do Delta se entrelaçam às raízes do mangue. Nem sempre os manguezais foram presenças exclusivas nas margens e coroas dos rios, contudo. Tempos atrás eles disputavam espaço, ou melhor, eram desmatados para o cultivo de arroz. Os caranguejos, hoje amplamente capturados e principal fonte de renda para as famílias de diversos pescadores, eram considerados uma espécie de praga do arroz. Nosso caminhar, agora, irá voltar no tempo. Acompanharemos os emaranhamentos entre humanos, manguezais e caranguejos na história recente do Delta. Coisa de cinquenta anos atrás, mais ou menos.

Os mangues e outros mais que humanos em movimento através da história

“Antigamente, esses mangues onde a gente trabalha agora era tudo plantação de arroz” – frase várias vezes repetidas pelos caranguejeiros com quem caminhei, sobretudo os mais velhos. O plantio de arroz era desenvolvido por diversas famílias de pescadores e pescadoras do Delta. Esse cultivo também marcava o domínio das ilhas e margens do rio Parnaíba por um antigo posseiro da região, autodeclarado dono das terras. As comunidades residentes no Delta deviam pagar renda pela terra cultivada, a proporção era de $\frac{1}{4}$: a cada quatro sacas de arroz produzida, uma deveria ser destinada ao posseiro. Renda que foi diminuindo até deixar de ser paga quando o arroz deixou de ser uma atividade suficientemente lucrativa, fazendo com que posseiro e agricultores acumulassem prejuízos seguidos.

Essa época também é lembrada como um período no qual nenhuma família podia construir casas de alvenaria e coberta de telhas. Somente casas de adobe e cobertas por palha eram permitidas, pois, constantemente precarizadas pelo tempo, não indicavam posse permanente do terreno. Conforme observamos no capítulo 1, há uma grande diversidade fundiária no Delta a depender da região. Aqui, trago novamente o caso dos plantios de arroz para pensarmos o lugar das árvores de mangue, dos caranguejos e de outros vivos e não vivos na constituição do Delta. Importa discutir como o movimento das águas, das árvores de mangue e de certos bichos – além dos caranguejos – também é crucial nas histórias relacionadas aos manguezais do lugar.

O arroz foi e continua sendo cultivado em diversas regiões do Delta do Parnaíba. Não sei como esse cultivo se processa hoje – precisaria de mais tempo para investigar. Ao que parece, contudo, ele não mais é feito nas áreas de manguezais, mas em regiões alagadiças próximas a elas. O declínio dos cultivos de arroz e a emergência das árvores de mangue nos lugares anteriormente ocupado pelas plantações marcam a emergência do caranguejo enquanto principal produto extrativista da região. As narrativas a respeito do fim das grandes plantações são inúmeras. Variam entre as próprias comunidades da ilha das Canárias (Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba) e, também, entre os municípios em que circulei durante a realização da pesquisa: Araíoses (MA), Parnaíba (PI) e Ilha Grande (PI). Ao contar essa história, meus interlocutores a fazem a partir de diferentes lugares do Delta, rememorando situações vivenciadas na infância ou na juventude. Alguns participavam ativamente do cultivo, outros ajudavam seus pais e parentes mais velhos, outros sequer eram nascidos nessa época.

Assim como meus anfitriões, o meu esforço em narrar acontecimentos desse período faz parte de uma tentativa sempre parcial e situada de enquadrar no presente acontecimentos do passado. Tentarei sintetizar algumas narrativas que ouvi junto a moradores e caranguejeiros da comunidade do Torto (Araíoses, MA – Resex Delta do Parnaíba) e da cidade de Parnaíba (PI). Minha intenção é menos trazer um retrato fidedigno dessa época – coisa que nunca pretendi – e mais demonstrar como os movimentos das árvores de mangue, humanos, animais e demais viventes foram e são cruciais na composição dos mangues no Delta. Seguindo a inspiração das sessões anteriores, portanto, aqui é também sobre movimentos (no/do mangue) que irei falar.

Para o cultivo do arroz, áreas consideráveis de manguezal eram desmatadas. A rizicultura prosperou no Delta até meados da década de 1980, quando foi perdendo espaço na economia local e continuou a ser cultivada apenas por algumas famílias e em pequena escala para o consumo doméstico. No auge dessa produção, dona Joana²⁸ – moradora da cidade de Parnaíba – lembra dos esforços que ela, o marido, parentes e amigos desempenhavam no cultivo desse

²⁸ Nome fictício. Faço isso ao descrever o “tempo do arroz” para proteger a identidade dos meus interlocutores que, ao lembrar das represálias que sofreram na época, certificavam-se de que eu não estava com o gravador de voz ligado, temendo que, de alguma forma, o conteúdo de suas falas pudessem lhes prejudicar caso familiares dos antigos posseiros tomassem conhecimento.

grão. Hoje com quase setenta anos, dona Joana emigrou do Maranhão para o Piauí ainda jovem, aos 17, quando conheceu seu marido – pescador de manjubas – e com ele constituiu família. Nesta época alternava entre o trabalho da roça e da pesca, mas tinha pouca intimidade com a agricultura de vazantes, isto é, nas margens do rio:

- Lá, no Maranhão a gente trabalhava direto, aqui já é diferente. No quarto minguante a gente plantava o arroz... Aqui no Piauí era mais o arroz. Assim, porque a maré grande alaga a terra do mangue, então a gente tem que aproveitar o quarto [minguante] pra brocar o jiquiri... Aí o homem vai, passava um monte de tempo para alimpar o jiquiri. A gente trabalhava a lua minguante todinha pra limpar e roçar o jiquiri. Aí na maré crescente a gente ia pescar.

O preparo da terra para o plantio, portanto, obedecia às temporalidades da maré. O roçado do mangue e outras espécies vegetais que o acompanhavam, como o jiquiri, ocorria na maré de quarto [maré pequena], lua minguante. Também o plantio do arroz acontecia nessa época. No tempo em que passavam cobertos d'água, os grãos de arroz iam brotando. Havia dois modos de plantá-lo, segundo dona Joana e outros agricultores com quem conversei. Os grãos poderiam tanto ser enterrados diretamente sobre a lama quanto serem cultivados em canteiros para, já em broto, serem transplantados para as antigas áreas de mangue. O que ocorria, sobretudo, quando a lama estava mole o suficiente para isso. “Aí a gente ia furando o buraco com o pau e botando três fiozinhos de arroz. Os pezinhos feitos. Aí a gente vivia da pesca e vivia do arroz. O arroz a gente já não comprava” (Dona Joana).

Algumas famílias, ao se prepararem para o cultivo, levavam de casa um baião de dois (arroz misturado com feijão) já pronto. No mangue, capturavam caranguejos e cozinhavam-nos em grandes panelas. A alternância entre as atividades de pesca e cultivo, conforme observamos na fala de dona Joana, era uma constante entre as famílias do Delta. No caso de homens caranguejeiros, as atividades variavam entre o cultivo de arroz e a cata de caranguejo. Nessa época, a cata não era tão importante economicamente quanto o arroz. Além disso, como normalmente o é nas agriculturas de vazantes, a rizicultura somente era praticada no inverno, época das chuvas, ocorrida de meados de dezembro a junho, momento em que as águas do rio estavam mais adocicadas, nem de longe lembrando o quanto salgariam nos meses seguintes, no verão.

Com a devastação dos manguezais, caranguejos e outros crustáceos perdiam parte de seus ambientes e fontes de alimento. Neste cenário de destruição, eles passaram a se alimentar (também) da palha do arroz ainda em broto, o que matava o vegetal logo no início do seu ciclo germinativo. Não preciso dizer o quanto isso era malvisto pelos rizicultores. Foi questão de tempo para que os caranguejos fossem alçados à categoria de “praga do arroz”. Era preciso detê-los. Com o aumento da demanda pelo grão no mercado regional, os governos locais passaram a incentivar amplamente o uso de agroquímicos nos cultivos (Flores, 2004). As famílias ribeirinhas do Delta tiveram, então, livre acesso aos venenos. Utilizavam-no indiscriminadamente, colocando-se inclusive a si próprias em risco.

Seu Carlos²⁹ – antigo caranguejeiro e ex-cultivador de arroz – contou-me de vários amigos que sofreram de intoxicações e problemas respiratórios por conta do manuseio dos grãos contaminados. As pessoas, falou-me, misturavam o veneno em pó aos grãos de arroz. Faziam isso em uma cuia e saiam jogando as sementes a esmo na lama do mangue. “Não falhava um [grão], todos pegavam [brotavam]”. Seu Carlos lembra também que depois disso era possível ver os caranguejos saindo de suas tocas embriagados pelo veneno. Ficavam zanzando sem rumo sobre a terra para morrerem logo em seguida. Às custas da destruição dos mangues, adoecimento dos/as trabalhadores/as e matança de caranguejos e outros viventes, o arroz prosperava.

Foi a partir da década de 1980 que o cultivo desse grão começou a decair – ainda que atualmente continue sendo cultivado (em menor quantidade) em áreas próximas à beira do rio ou terrenos alagadiços. As causas para o colapso do arroz são várias. Consegui articular algumas nos diferentes lugares por onde caminhei. Juntas fazem parte de uma história que, antes de tudo, fala da força e potência dos manguezais em (re) povoar ambientes (Silveira, 2020). Para tanto, um conjunto de viventes e não-viventes entraram em movimento.

Dona Joana e outros agricultores-pescadores da cidade de Parnaíba contaram-me de uma grande enchente ocorrida em 1975. Foi quando as capivaras tomaram de conta das margens e coroas do rio. Até então, suas presenças não eram vistas. Vieram com a cheia, disseram-me. A chegada das capivaras marca a impossibilidade dos cultivares de arroz. Elas destruíam tudo com seus apetites

²⁹ Nome fictício.

vorazes, sobretudo quando vinham em bandos. “E as bichas eram valentes! Eram não, são! A gente ficava em cima das árvores com pedaços de pedra e de pau pra espantar elas, mas não tinha jeito. Elas acabavam com tudo”, lembrou-me dona Joana.

A história das capivaras não é a única. Em Parnaíba, mas, principalmente, no Torto – lugar onde as capivaras sequer foram mencionadas – foi o aumento no índice de salinidade do rio que gerou o fim do arroz e propiciou a re-emergência dos manguezais devastados. Os motivos para isso variam. Alguns falam que as águas começaram a salgar depois que a usina hidrelétrica de Boa Esperança – megaempreendimento operado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e inaugurado nos anos 1970 – foi construída. Com o represamento das águas em barragens à montante do Parnaíba – situadas entre os municípios de Guadalupe (Piauí) e São João dos Patos (Maranhão) –, o fluxo de água doce que circulava para o Delta nunca mais foi o mesmo.

Outros interlocutores disseram que há muito tempo os invernos não são tão bons quanto antigamente. Invernos ruins significam poucas chuvas: “a água [do rio] não adoça”. Aos poucos os arrozais iam ficando *muxibentos*, dando sérios indícios de que não vingariam. Há ainda quem diga que as águas do rio salgaram porque um braço de rio abriu na *boca da barra* – na desembocadura do Parnaíba com o Oceano Atlântico. Isso teria feito com que a água do mar adentrasse maiores porções do rio. Ouvi ainda explicações de cunho mais econômico, falando da perda de competitividade do arroz produzido no Delta frente a outros mercados locais. O fato é que as águas salgaram, as capivaras chegaram e – seja como for – o arroz deixou de ser uma opção (comercial e de subsistência) viável desde, pelo menos, meados da década de 1970. Aos poucos, os manguezais foram retornando.

Como afirmei em outro lugar com Pedro Silveira (Coelho Pereira e Silveira, 2021), a ressurgência dos mangues marca o retorno das convivalidades multiespécies características desses ambientes. O caranguejo e outros crustáceos deixaram de ser uma praga. Espécies vegetais, que não o arroz, também foram aos poucos perdendo o status anterior de “mato”, ou seja, plantas a serem devastadas – ainda que seus nomes e propriedades fossem amplamente (re)conhecidas. Se o arroz era “símbolo” de uma padronização produtivista do meio, os mangues eram/são os lugares de diversos emaranhamentos entre as linhas de vida de

plantas, caranguejos, humanos e uma infinidade de outros viventes. Ainda que os arrozais estejam longe de ser como as *plantations* típicas do antropoceno (Tsing, 2019; Tsing *et.al*, 2017), eles operavam seguindo um princípio semelhante, a saber, a negação das diversidades culturais e biológicas propiciadas pelas árvores de mangue. Movimentar-se, habitar, deixar marcas, criar ambiências e caminhos não são atividades unicamente humanas ou animais.

Ecologias do movimento: habitar, conhecer, gestar

Caminhar, dançar, andarilhar são o que chamarei de “artes do movimento”. Envolvem não apenas um simples deslocamento no espaço ou variações através do tempo, mas implicam ainda práticas perceptivas de engajamento e mudanças no e com o meio. Engendram aprendizados técnicos que vão desde movimentos corporais até práticas de conhecimento sobre e com as raízes, os solos, os caranguejos e as temporalidades do território. É a partir dos movimentos, por fim, que o próprio corpo vai se constituindo nas interações com o mangue. Neste contexto, o corpo se funda a partir do próprio movimento. Diferentes espécies vegetais pedem ao andarilho dos mangues variações bastante complexas de suas movimentações. A depender da árvore de mangue, o tempo de permanência do pé (e, conseqüentemente, do peso do corpo em determinado local) pode se demorar por alguns minutos, ou envolver passadas rápidas a fim de que as raízes não quebrem.

As técnicas do caminhar podem ser comparadas à dança, se quisermos pensar por essa chave. Foi seguindo essa pista que recorri às descrições labanianas do movimento. Vocabulário para a etnografia de um ato crucial na cata dos caranguejos: o equilíbrio sobre as raízes, ou melhor, o conhecimento com e sobre as raízes. Movimentar-se é, por excelência a forma de conhecer o mangue. Por mais que meus anfitriões me dessem orientações precisas a respeito de como manter a região abdominal, de como movimentar pernas e mãos e, inclusive, de como modular a respiração para andar de forma mais vagarosa ou rápida, essas práticas só podem ser de fato apreendidas se levarmos em consideração o ambiente no qual elas são executadas. No esforço descritivo desses movimentos, portanto, ressalto que eles só podem ser vistos a partir da interação de pelo menos quatro elementos: o corpo e as habilidades técnicas de cada catador; os materiais, seres e

instrumentos carregados por ele durante sua caminhada; o ambiente no qual a caminhada se realiza; e, por fim, as temporalidades da maré.

A caminhada para entrar no mangue não é a mesma de sair. Ao voltar para o porto, o caranguejeiro geralmente traz consigo o calão com os caranguejos capturados. São cerca de vinte quilos cuidadosamente equilibrados no ombro através de uma vara de mangue. Afinal, não são apenas caranguejos: são os caranguejos mais o peso da vara e toda a lama incrustada nos crustáceos e no próprio corpo. Somente na beira do rio o excesso de terra é lavado. Em manguezais mais próximos da costa, mais suscetíveis a grandes amplitudes da maré, as raízes do mangue vermelho passam horas debaixo d'água, o que propicia a ocorrência de lodo e pequenas algas que crescem associadas às raízes. Isso as torna escorregadias, potencialmente perigosas aos catadores, sobretudo se ao seu corpo também se soma o dos crustáceos capturados. Novos cálculos de como transferir o peso de uma perna a outra são feitos, bem como a atenção para a possibilidade da existência de ostras nas raízes próximas é redobrada. Além das torções, luxações e escoriações próprias de uma eventual queda, as ostras apresentam o risco de cortes profundos na carne.

Caminhar no mangue envolve não somente as andanças ao longo de veredas já feitas ou sobre as raízes (sejam elas mais frágeis, do salgado, ou mais resistentes, quando nos manguezais do doce). Implica também na criação de novos caminhos. Em manguezais com forte presença de outras espécies vegetais, como cipós e jiquiris, o acesso aos buracos e o deslocamento pelo ambiente só é possível graças às *veredas* criadas pelo ato cotidiano de deslocamento dos caranguejeiros. Veredas e caminhos, portanto, são, a um só tempo, produzidas para e através do caminhar.

Por fim, mas não menos importante, o caminhar de caranguejeiros e aprendizes antropólogos deve considerar a própria temporalidade da maré. Entrar no mangue para a captura é algo feito na maré vazante, quando as áreas de manguezal ficam completamente descobertas. Com o avançar das horas, a maré segue seu ritmo e enche. Porções de mangue que no início do trabalho estavam descobertas, ficam alagadas. Igarapés ou pequenos braços de rio anteriormente atravessados a pé, tornam-se impraticáveis à andarilhagem. É preciso nadar. Disso eu não falei, mas o movimento nos mangues – a depender da hora do dia e da maré – não é feito apenas por terra, mas também nas águas. O acoplamento corpo+calão,

além das técnicas de movimentação sobre as raízes, também precisa desenvolver habilidades natatórias que considerem a força da correnteza. Isso quando o corpo inteiro já pede por descanso depois de horas na captura.

Nem todos os carangueiros possuem as habilidades necessárias para atravessar um igarapé ou braço de rio com um calão nas costas. Em casos mais trágicos, soube de histórias de catadores que morreram afogados na tentativa de salvar os amarrados³⁰. Dunga me contou que, certa vez, quase padeceu desse mesmo fim. Disse que o fôlego lhe faltou. Era preciso colocar mais força nas pernas e no único braço livre para se manter com a cabeça fora d'água. A maré estava enchendo. O calão, posicionado em um dos ombros, pressionava seu corpo para baixo. Afundava. Já estava quase sem forças, falou, quando decidiu deixar a maré levar seus caranguejos. “Era a mercadoria ou eu. Entre perder um dia de trabalho e perder a vida eu prefiro perder os caranguejos”. Que sorte ele ainda ter tido tempo de fazer essa escolha, pensei.

Sem calão e carregando apenas garrafas pet com água e amendoim, achei difícil a travessia a nado. Afinal aprendi a nadar em piscinas! Apesar de saber como me locomover e não afundar na água, lidar com a correnteza do rio era um complicador a mais. Pior: era o próprio meio no qual a natação acontecia. Além disso, uma coisa é nadar com os pés livres, outra é fazer essa mesma atividade com botas pesadas e cheias de terra. Desenvolver habilidades técnicas de nado nessas condições é essencial para o deslocamento em algumas *pontas de mangue* e certos momentos da maré. O movimento nos mangues, portanto, só é melhor compreendido se nos valem de uma abordagem ecológica, o que significa considerar as interações experienciadas entre caminantes, seus ambientes, os vivos e não vivos que os compõem. Descrever e analisar esses “caminhares” pelos mangues, portanto, não pode ter como foco único os movimentos do corpo. É preciso considerar o contexto de interações ecológicas e biofísicas no qual ele ocorre. Tudo isso contribui no desenvolvimento de um conhecimento cinético (Tsing, 2019).

Foi seu José da Conceição, indígena Pataxó que através da narrativa de Thiago Cardoso, nos disse: “é andando e conversando que se aprende” (2018: 401). Ainda falarei do conversar. Por hora é no ato de andar e aprender que me

³⁰ Conjunto de dez cordas de caranguejo, totalizando quarenta unidades do bicho.

demorarei. No caso dos mangues, esse aprendizado é tanto corporal e locomotor quanto diz respeito a um conhecimento sobre (e com) múltiplas formas de vida/não-vida e ritmos de existências. Algo que só pode ser feito em movimento. É nesse sentido que a fala de seu Zé e as experiências narradas nesse capítulo, a meu ver, dialogam com a proposta de um “conhecimento cinético” elaborada por Tsing (2019), mas não só. Fazem-me lembrar do quanto mover-se é também habitar determinado ambiente.

Na perspectiva habitante proposta por Ingold (2000), humanos e outros viventes se constituem a si mesmos e aos ambientes através de uma complexa malha de relações. Ingold, então, se contrapõe ao que chamou de “perspectiva da construção”, segundo a qual o trabalho produtivo seria apenas uma transposição (construção) para/no mundo real de formas previamente imaginadas ou criadas pelo humano. Ancorado na psicologia ecológica de James Gibson (1982), Ingold aproxima humanos e outros viventes em suas experiências de ação e percepção no mundo.

Os ambientes, nesse sentido, não seriam meros cenários ou superfícies rígidas, pois só podem ser experienciados enquanto instâncias abertas aos movimentos e práticas dos sujeitos. Transitando pelos mangues, humanos e caranguejos deixam registros duradouros de suas passagens, abrem caminhos, fazem tocas e galerias. A vida, portanto, não ocorre aqui ou ali, mas vai se constituindo ao longo das trilhas tecidas pelos viventes em um processo contínuo. Viver é habitar um ambiente e, conseqüentemente, mover-se nele. Assim, “cada ser é instanciado no mundo como um caminho de movimento ao longo de um modo de vida” (Ingold, 2015:26). É o caminho que funda o ser. Falar do caminhar de humanos e das movimentações de caranguejos é acompanhar como vida e práticas de conhecimento vão sendo tecidas através dos mangues, seja acima ou abaixo de sua superfície. Afinal, estou falando de um aprendizado feito, também, junto aos crustáceos.

Caranguejos são animais territorialistas, dizem os biólogos a respeito da etologia desse crustáceo (Castilho-Westphal, Ostrensky, Pie, Boeger, 2008). São bichos que vivem solitários no interior de suas galerias, protegendo-as com esmero da invasão de outros, sejam humanos ou também caranguejos. O territorialismo, nessa perspectiva, fala do comportamento de um ser

profundamente ligado ao seu território e pouco afeito a compartilhá-lo. De fato, a valentia dos caranguejos ao se debaterem com (ou fugirem de) outros viventes que lhe cruzam o caminho foi algo fartamente narrado e observado por e com meus interlocutores. Porém, mais do que o “caráter territorialista” do caranguejo – que também me foi apontado – os parceiros com quem caminhei ressaltavam os hábitos “andarilhos” do bicho.

O caminhar dos caranguejeiros, antes de qualquer coisa, acompanha os deslocamentos dos caranguejos pelo mangue entre os altos e baixos. A depender do estágio de vida no qual o crustáceo se encontre, ele pode ocorrer em diferentes porções do mangue. Os buracos, longe de serem lugares fixos na imensidão, são eventos ecológicos que acompanham os processos vitais de crescimento, engorda, ecdise e reprodução do caranguejo. Além disso, é a presença ou ausência desses indícios que irão fazer meus interlocutores caminharem léguas de distância em um só dia, ou ficarem em uma área reduzida de mangue, andado em círculos, porque se deparando constantemente com os caranguejos. Em dias nos quais “os caranguejos se escondem”, o que também tem a ver com as temporalidades da maré, como observamos no capítulo 1, éramos obrigados a caminhar por pontas de mangue que poucos de nós conhecíamos bem, a não ser aqueles acostumados a andar muito. Esse conjunto de fatores evidenciam ainda as configurações agentivas (Pitrou, 2017b) nas quais os crustáceos se constituem. Graças a coatividade da maré, dos movimentos dos próprios caranguejos no mangue e dos seus momentos de engorda e ecdise é que os buracos – e conseqüentemente, os caranguejos – ocorrem.

Os movimentos dos caranguejos, assim, estão relacionados com seus processos vitais e são profundamente calcados no mangue. O territorialismo dos caranguejos, nesse sentido, é aqui entendido na medida em que eles mesmos – os crustáceos – possuem existências territorializadas. São viventes que ocorrem ao longo do chão, dos caminhos e das veredas que compõem o mangue. No território. São, a um só tempo, sujeitos e participantes dos ritmos ecológicos que engendram uma multiplicidade de meios. Andar pelo mangue, para os caranguejos, parece ainda ser condição de suas existências no sentido reprodutivo. O período de reprodução do caranguejo, ocorrido nas marés de maior amplitude do inverno, caracteriza-se por uma intensa circulação desses animais nas áreas de mangue

mais baixas. Lugares próximos aos igarapés e córregos d'água. Momento no qual eles assumem um comportamento atípico. Liberam uma espuma branca do corpo e saem de suas tocas à procura de parceiros/as para a cópula – hábito que em nada lembra seu comportamento defensivo, ensimesmado e solitário de outros momentos do ano. A não ser pelo fato de os machos continuarem valentes na disputa por fêmeas.

Reproduzir-se, para os caranguejos, é movimentar-se. Sair de um lugar e andar (aparentemente) a esmo, fazer buracos em locais inusitados, construir galerias mais próximas umas das outras. Não por acaso, esse momento da vida dos caranguejos é amplamente conhecido por “andada”. Em alguns lugares do Brasil, e no Delta, há ainda quem chame de “brincadeira” ou “carnaval”. A expressão que mais ouvi entre meus anfitriões, contudo, foi “vadiação”. Quando dezembro chegava, as conversas nos portos e canoas giravam em torno de frases curtas. “O caranguejo está perto de vadiar, eles estão se limpando”; “vamos ver se esse ano eles vão vadiar no siribal”; “lá pro doce [manguezais de mais interferência da água doce] eles já vadiaram”.

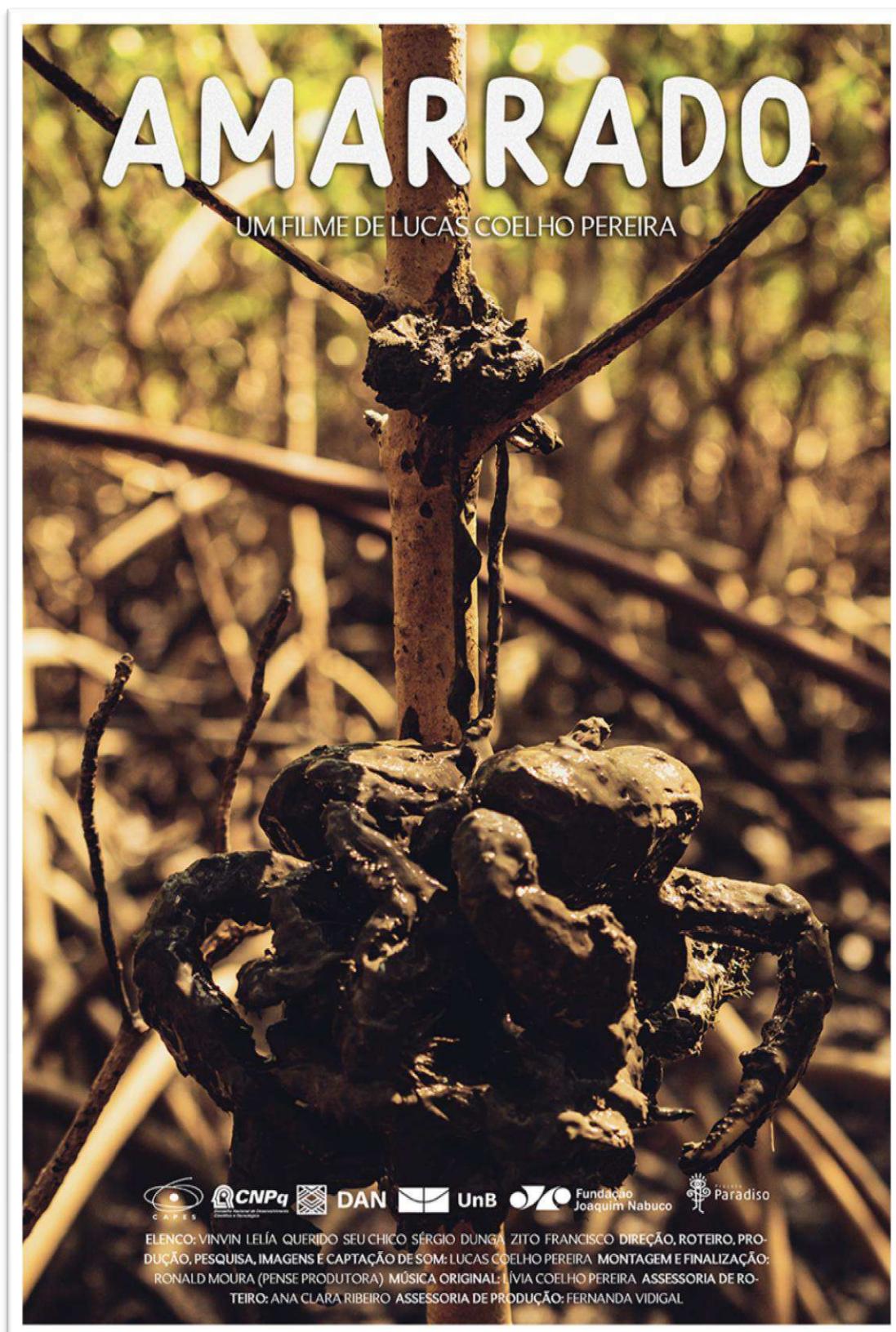
Vadiar, entre outras definições presentes no dicionário online Michaelis, significa andar à toa, de um lado para o outro, divertir-se com brincadeiras e até mesmo ter relações sexuais. Vadiar, assim como o andar dos humanos no mangue, só pode ser compreendido em uma dinâmica mais ampla de relações e práticas. O movimento reprodutivo dos caranguejos depende das temporalidades das marés e, conseqüentemente, do ciclo da lua. Não podemos desconsiderar ainda a influência das chuvas – entre os meses de dezembro a junho – no processo de “renovar a água do rio” (Dunga), aumentando o seu nível. Além disso, a vadiação é o momento que sucede a ecdise. Sua ocorrência depende desse passo anterior que, conforme observamos, possui épocas distintas a depender da região habitada pelo caranguejo – se em manguezais mais ou menos próximos das águas doces ou salgadas. O movimento, inclusive das águas estuarinas e pluviais, portanto, interfere diretamente nas linhas de vida e atividade dos crustáceos.

É nesse sentido que utilizei movimento enquanto horizonte analítico e metodológico para pensarmos os processos de constituição mútua entre manguezais, humanos, caranguejos e um conjunto de outros fatores em relação.

O movimento – agora pensado no nível das caminhadas – permite-nos compreender ainda as transformações no ambiente ao longo do tempo. Retomo seu Zé da Conceição: “é andando e conversando que se aprende” (Cardoso, 2018: 401). Foi ao longo das andanças nos mangues que ouvi a maioria das histórias sobre as antigas roças de arroz. Nas margens de uma ilha ou ao passarmos de canoa na beira de um igarapé, seu Chico, seu João e dona Joana rememoravam o tempo dos mais velhos e expressavam profunda admiração ao perceberem o ambiente completamente repovoado pelos manguezais.

O movimento – as artes do movimento –, por fim, pode também ser entendido como um modo, por excelência, de ação e percepção nos mangues. Algo que ainda se vale do acoplamento com um conjunto de objetos e materiais para que a captura do caranguejo ocorra. No próximo capítulo falarei de como esse caminhar se reverte nos movimentos perceptivos da captura. Momento no qual o corpo do caranguejeiro somente pode ser compreendido a partir do seu acoplamento com um conjunto de ferramentas e materiais.

INTERLÚDIO
Filme etnográfico



Ficha técnica

Sinopse: Pegar caranguejos é se emaranhar numa imensidão de raízes. A caminhada no mangue guarda os segredos de quem conseguiu equilíbrio na incerteza da lama e educou o olhar para a localização dos crustáceos. No Delta do rio Parnaíba – entre os estados brasileiros do Piauí e do Maranhão – “amarrado” é um conjunto de quarenta caranguejos. Encontrá-los é desafio até mesmo para catadores experientes.

Direção, roteiro, pesquisa, fotografia e produção: Lucas Coelho Pereira

Elenco: Vinvin (José Wilson Monteiro Figueiredo), Lélia (Manoel Raimundo Carvalho da Silva), Querido (Roberto Quelis da Silva Nascimento), seu Chico (Francisco das Chagas de Oliveira Ribeiro), Sérgio (Paulo Sérgio Carvalho da Silva), Dunga (Antônio Carlos Fernandes da Rocha), Zito (João Fernandes da Rocha), Francisco (Francisco das Chagas Ferreira da Silva).

Trilha sonora original: Livia Coelho Pereira

Montagem e finalização: Ronald Moura (Pense Produtora)

Assessoria de roteiro: Ana Clara Ribeiro

Assessoria de produção: Fernanda Vidigal

Filme disponível no canal do Laboratório de Imagem e Registro de Interações Sociais (Íris/DAN/UnB) no *Vimeo*.

Link: <https://vimeo.com/canaliris>



CAPÍTULO 3

A captura

Práticas habilidosas de movimento e percepção no mangue implicam atenção a um conjunto variado de fatores. Além do solo e das raízes sobre as quais se aterrissa o passo, os materiais atrelados ao corpo e as ferramentas manuseadas no contexto da captura podem ampliar, reduzir ou mesmo atrapalhar as habilidades motoras e perceptivas dos caranguejeiros. Neste capítulo, observaremos como uma análise das habilidades envolvidas na cata requer uma abordagem ecológica, nos termos propostos por Ingold (2000). Isso porque as relações dos catadores com os caranguejos somente são melhor compreendidas se, considerando o ambiente no qual ocorre, atentarmos para todo um sistema ações.

Gregory Bateson (1998) destacou o quanto o ato de perceber o mundo não deve ser entendido como algo contido na internalidade da mente do organismo-pessoa. Sua indicação é de que os processos perceptivos e cognitivos se estabelecem na interação entre o ente perceptor e seu ambiente circundante. Assim, a pele não seria uma camada de “encapsulamento” do sujeito, digamos assim, mas algo que se abre para o meio. Olívia von der Weid (2015), ao acompanhar pessoas com deficiência visual e aprender sobre diferentes formas de manusear uma bengala, deixa evidente o quanto o corpo de pessoas cegas se faz, por exemplo, no acoplamento com um conjunto de artefatos e tecnologias. A ação de captar pequenas elevações ou declives no solo, bem como a textura do chão mostra de maneira incontornável o papel do ambiente e de um conjunto de dispositivos no cotidiano de pessoas com cegueira ou baixa visão.

Pegar caranguejos, por sua vez, também requer que o humano catador se acople a um conjunto bastante amplo de objetos e materiais. Nesse contexto, perceber o mangue é se movimentar nele e o tecido com qual nos vestimos, por exemplo, incide diretamente em nossas capacidades de locomoção. Além disso, ferramentas como o cambito trabalham junto com o catador na localização dos crustáceos em suas galerias, bem como no ato de decifrar os seus caminhos subterrâneos.

Roupas, ferramentas e até mesmo as palhas de carnaúba utilizadas para amarrar os caranguejos, relacionam-se de maneira íntima com o corpo do catador,

cuja conformação anatômica informa o modo e dimensões com as quais esses materiais serão confeccionados. Preparativos anteriores à captura, assim, falam das possibilidades de atuação no mangue. Até mesmo a fumaça devém ferramenta (Fagundes, 2019b), criando campos de ação e percepção (Sautchuk, 2007) sem os quais nem a captura nem as andanças nela envolvidas seriam possíveis. Nas seções “preparativos” discutirei sobre isso.

Graças aos movimentos efetuados no mangue uma variedade de sinais perceptuais (Devos, Vedana e Barbosa, 2016; Bateson, 1998) tornam-se acessíveis aos caminantes. Montículos de areia, fezes e rastros deixados na boca de um buraco são indicativos poderosos da presença dos caranguejos. Assim como em outras modalidades de pesca (Devos, Vedana e Barbosa, 2016; Sautchuk, 2007), a visão ocupa um lugar central nesse processo. O olhar, então, dá-se em um contexto mais amplo de “educação da atenção” (Ingold, 2016; 2020). Nem sempre, contudo, o caranguejeiro pode contar com os olhos, pois – além do mangue percorrível e visível – há ainda o mangue subterrâneo – a galeria dos caranguejos – acessível apenas com o cambito ou as mãos. No momento exato da captura, a visão é um sentido dispensável.

Pegar caranguejos articula diferentes experiências perceptivas. O que conecta todas elas, contudo, é um contínuo processo de constituição de habilidades no qual caranguejos e outros bichos devem ser constantemente atendidos – no sentido de atencionalizados (Ingold, 2016). Os cuidados com a vida e a integridade física dos caranguejos, por exemplo, não se encerram com a captura. Afinal de contas trata-se de um animal cujo comércio depende de sua vivacidade. Caranguejos mortos ou muito machucados são apenas resíduos orgânicos. Assim, cuidar da vida de caranguejos ao se enredar pelos mangues é se engajar perceptivamente com todo o ambiente, conforme veremos.

Deste modo, se as duas primeiras seções a seguir tratam dos acoplamentos indispensáveis aos corpos de caranguejeiros em seus deslocamentos pelo mangue, as três subsequentes falam das andanças e do ato da captura propriamente dito. Depois, as seções “não matar” e “manter vivo” – ainda que continuem falando de movimentos de ação e percepção na cata – têm como foco os cuidados a serem tomados com a vida dos crustáceos durante e após a captura – até saírem do

mangue. Por fim, teço alguns comentários a respeito da constituição de habilidades [*skills*] (Ingold, 2000; Sautchuk, 2007, 2015) na lida com o caranguejo.

Preparativos: palha e roupas

As margens do Parnaíba são entremeadas por pequenos portos. Lugares sempre mantidos com a vegetação aparada e algum cajueiro ou mangueira frondosa. Sombra para os pescadores (afinal, não é pouco o tempo passado nesses ambientes). O porto é, por excelência, o lugar onde preparos e decisões importantes são tomadas. Não à toa, há vários cuidados com a limpeza e manutenção desse espaço. As folhas são varridas, ciscadas e eventualmente queimadas, quando em grandes quantidades. É no porto onde são deixadas tanto as roupas como o material de trabalho e ainda bicicletas (no caso de caranguejeiros da cidade de Parnaíba). Cada porto tem um nome e, em alguns casos, um dono ou dona: o/a proprietário/a da casa cujos fundos (ou porta) é na beira do rio.

No porto, as conversas, brincadeiras e risadas se misturam ao trabalho. Foi no porto, em Parnaíba, que soube do motivo da queimadura no pé de Vinva. Ele jogava bola com seus filhos pequenos e, sem se dar conta, acabou chutando um fogareiro aceso. Seria um dia difícil de trabalho para ele. Equilibrar-se no mangue não é para iniciantes, como observamos no capítulo 2. Imagine fazer isso com um dos pés machucados. Zito, por sua vez, me falou dos times nos quais apostara antes de sair de casa, pois costumava marcar os placares numa máquina de jogos do boteco. Porco e Chico conversavam sobre os melhores igarapés para colocar a caçoeira e terem peixes, muitos deles. Ora concordavam ora brigavam ferrenhamente em discordância, até terminarem aos risos (às vezes mais, às vezes menos contrafeitos um com o outro).

Dunga parecia indiferente a todos, muito concentrado tentando consertar um dos problemas recorrentes na rabeta da canoa. Diferente dos outros trabalhadores, Dunga, o patrão, estava sempre às voltas com alguma questão que dissesse respeito a todo o grupo, como a compra de fumo ou cachaça na quitanda mais próxima, ou a procura pelos remos da canoa que deveriam estar escondidos em algum lugar do porto, embaixo de uma canoa velha, sob um monte de folhas secas ou envolto em alguma lona. Camuflado. Eventualmente ficava negociando sobre compras e vendas de caranguejo pelo celular.

Apesar de ir para o mangue, Dunga não tinha tanto tempo de preparar seu material de trabalho como faziam os outros (pior: como requeriam os outros). Suas principais preocupações eram outras. “O bonitinho aí só quer que a gente faça as coisas pra ele. Ele mesmo não faz não. Ô patrão pesado esse nosso, tá vendo aí?”. Essas pilhérias eram feitas aos gritos para que ele escutasse. O tom era de brincadeira e, por isso mesmo, nem de longe ingênuo. Dunga sorria, continuava fazendo o que estava a fazer. Por vezes retrucava: “não foi eu que cortei essas palhas bem aí pra ti, não? Eu tô aqui consertando motor”; ou “eu tô aqui ajeitando o cambito”; ou “eu tô aqui separando as fumaceiras pra nós”. Coisas das quais falarei adiante. Geralmente o observava de longe, sentado com algum parceiro conversando e aprendendo sobre as inúmeras atividades que antecedem a entrada no mangue. Foi enquanto amarrávamos as palhas de carnaúba que Vinva me mostrou o pé queimado:

- Na hora eu não senti nada, o sangue quente. Mas depois, rum! Foi dor, mestre! Foi dor! Dor, dor, dor, dor, dor! De noite até dei febre.

- Ele tá pensando que é menino, ó, professorzinho! Tu tem que ir pro mangue, caboclo! Vai jogar bola mais os culumim, vai! – Seu Chico gostava de conversar com os amigos de forma irônica.

- Sai pra lá Chico véi, não cuida das tuas coisas não... Faz direito esses cigarros!! – brincava Vinva. O cara também tem que se divertir um pouquinho, não é? Esse negócio de o cabra só trabalhar não dá certo não. A gente morre e o serviço fica... Olhe aí professor, o jeito da queimadura. Arrancou o tempo!

- Nossa, cara, imagino – falei crispando o rosto, fechando os olhos.

Ver ferimentos não é comigo e, por mais que ele me mostrasse a sola do pé parcialmente em carne viva, tratei logo de desviar o olhar e, também, o assunto.

- Me ensina como faz esse nozinho, Vinva?

As palhas para o amarrar o caranguejo (e executar uma infinidade de outros nós exigidos pela captura) são feitos com a folha do “olho” da carnaúba, ou seja, as folhas ainda em broto situadas no cume da palmeira. Toda palha de carnaúba aberta com suas folhas plenamente espalmadas já foram “olho”, momento-estado no qual são consideradas mais fortes e resistentes. Não se amarra caranguejos com as demais folhas. “Elas são podres” – disse-me Zito uma vez. Quebram com facilidade antes mesmo de o caranguejo ser amarrado.

Folhas/palhas de carnaúba não retiradas ainda em broto apodrecem com mais facilidade, sequer podem fazer mais de duas idas ao mangue. Na segunda já estão super frágeis, quebradiças, encharcadas pelas águas do mangue. Uma umidade que nunca seca.

As folhas de carnaúba são sanfonadas feito um leque (ver Mosaicos 3 e 4). Cada pedacinho da palha tem sua contraface do outro lado e a especificidade de sua forma é crucial para a feitura da corda. Mas não basta apenas separar o que no vegetal veio unido; é preciso cortar o pedúnculo da folha junto com sua parte mais dura. Depois, as extremidades inferiores e superiores devem ser retiradas, porque rijas demais para permitirem leveza e maleabilidade. A parte de cima, chamada de “costas”, a de baixo, “bucho”. Nada disso serve: são descartadas com um leve puxão da unha (às vezes é preciso separar as fibras da palha com os dentes e, então, puxar). Cada um faz a seu modo, porque se há um padrão nas atividades que venho descrevendo nesta tese, esse padrão é ditado pelo corpo anatômico e pelos ritmos dos próprios caranguejeiros.

Eu queria prestar atenção nas conversas do Vinva a me contar dos seus filhos. Histórias da sua bebezinha de meses com seus olhos vivos e “esperta que só ela”, ou do seu menino mais velho apaixonado por carne de caranguejo. Mas enquanto me falava das crianças, Vinva me apontava o olhar para o movimento das suas mãos cobertas pelo pó branco da carnaúba e era nisso que minha atenção recaía, na verdade. Não estava ainda suficientemente treinado para acompanhar a técnica e a conversa ao mesmo tempo.

Antes de serem separadas, as folhas da carnaúba foram medidas de acordo com o tamanho do antebraço de Vinva. É sempre quem manuseará as palhas no mangue aquele a definir seu comprimento. Apesar de geralmente variarem entre 40 e 50 centímetros, não há uma medida padrão. O que leva alguns parceiros a não gostarem de trabalhar com as palhas cortadas por outros. Isso não impede, contudo, que palhas maiores sejam benquistas em alguns casos, sobretudo quando se sai à captura de caranguejos grandes, caranguejos pantanal (mais de dez centímetros de carapaça).



Mosaico 12 - Aparando as palhas





Mosaico 13 – Amarando as palhas

No caso de caranguejos pequenos ou “médio-bom” (entre sete e nove centímetros), cortes maiores dificultam o trabalho, deixam muita sobra e requerem uma maior precisão dos nós. As pequenas agradam mais. Às especificidades de tamanho da palha somam-se outras: as de espessura. Há quem corte palhas mais finas e prefira trabalhar assim, o que exige maior delicadeza e precisão na feitura da corda, pois os caranguejos podem rompê-la com mais facilidade.

Dunga, por exemplo, quando não tinha tempo de fazer suas próprias palhas pegava as confeccionadas com algum trabalhador seu, mas tinha seus preferidos: aqueles que cortavam a palha e realizavam os nós em dimensões mais ou menos parecidas com aquelas talhadas por ele. Vinva era um desses. Seus cortes tinham muita precisão e rapidez. Os pedaços da palha que compunham uma única dobra (na folha da carnaúba) eram cortados juntos e isso dialoga com a forma como caranguejo é amarrado na palha, conforme veremos adiante – no capítulo 4. Peguei uns pedaços já cortados e fiquei treinando fazer o nó, que é o eixo central de organização da corda. Ela é composta por dois lados, cada um deles com duas pontas e é o nó a conectar os quatro fios da fibra de carnaúba que estrutura a corda. Há alguns detalhes técnicos a serem observados nisso, repare:

Quando for dar o nó na palha, tem que dobrar um pouquinho a ponta – Vinva me explicava pacientemente, observando com cuidado se eu seguia suas orientações –, aí dá o nó! A ponta da direita tu passa por baixo e fecha o nó com a da esquerda. Depois puxa, vai, puxa! Pras pontas ficarem curtas.

Ao passo que liga as diferentes fibras da carnaúba, o nó também impede o movimento. As imobilizações ocasionadas por ele são essenciais para que o caranguejo fique preso à corda, permitindo-lhe mais ou menos movimento a depender da composição momentânea da corda. Um caranguejo frouxamente amarrado muito facilmente quebra a palha. O que significa que o nó não foi suficiente para lhe barrar a locomoção das patas. Da mesma forma se dá com o preparo das vestimentas, boa parte delas necessitando de acertos feitos com nós, principalmente aquelas destinadas à proteção dos pés, braços e mãos.

Enquanto aprendia com Vinva sobre o amarrado das palhas, Zito, ao nosso lado, fazia alguns reparos na sua roupa. Costurava rasgos na calça e camisa com linhas de ráfia e fabricava uma dedeira nova. Dedeiras e luvas são essenciais na

captura do caranguejo, no Delta. Ambas feitas de tecido e utilizadas apenas na mão que vai ao buraco. As dedeiras são cortadas na medida dos dedos e cobrem-nos por completo. A luva protege todo o braço até a base do ombro. Suas duas extremidades são abertas, a primeira para a entrada do braço, obviamente, a segunda para a passagem dos dedos – uma vez vestida a peça.

Alguns caranguejeiros – pouquíssimos – compravam luvas de tecido próprias para o trabalho com fios elétricos, com rugosidades de plástico na superfície do lado correspondente à palma da mão. Durante um bom tempo utilizei uma dessas, inclusive. Mas alguns colegas observavam que luvas assim, apesar de práticas na hora de vestir, não são boas. Caso a parte de algum dedo rasgue, toda a peça estará inutilizada. Isso ocorria com frequência, diziam eles. Sobretudo porque a luva não se desgasta de maneira uniforme. As partes correspondentes aos dedos polegar, indicador e médio rompem ou ficam super frágeis em poucos meses de trabalho, por conta da forma como a mão é posicionada para a captura do caranguejo. O que nos mostra uma relação íntima entre corpo, habilidades técnicas e materiais envolvidos na captura.

Dedeiras são artesanalmente confeccionadas, eventualmente compradas; ou mesmo trocadas por cordas de caranguejo com alguma costureira da comunidade. De todo modo, elas evitam o prejuízo ocasionado por luvas de tecido. Caso as dedeiras se rompam ou sejam perdidas, outras podem ser facilmente obtidas, bastando apenas linhas de ráfia, agulha e um pequeno pedaço de pano (que pode ser cortado de uma camisa velha, embora haja uma preferência generalizada por dedeiras e luvas feitas de tergal, porque mais resistente). Ao me ver observar suas atividades de corte e costura, Zito comentou:

- Não trabalho sem isso. Mas tem cabra que é guerreiro, siô! Você lembra daquele dia lá no Cajueiro da Praia com o Charles, né?

- Lembro, a luva dele rasgou, dedeira também e o cara continuou trabalhando...

- Foi, siô! Eu não me garanto de fazer isso não! Quando termina o dia, o braço da gente chega tá em brasa! Ardendo mesmo que fogo!

-Ora! De tanto roçar na lama! E quando pega em um pedaço de raiz ou pedaço de pau? Puuutz... – comentei

- Você é louco! O cara chora, viu?!



Mosaico 14 - Dedeiras



Mosaico 15 – Zito e sua luva



Nem sempre, contudo, essas vestimentas fizeram parte de uma “cultura material” da cata de caranguejo no Delta do Parnaíba. Zito e outros caranguejeiros contaram que no tempo dos antigos não havia isso de luvas e dedeiras. O trabalho no mangue era feito de braços e mãos nuas, sujeitas às constantes fricções com a terra, pedaços de folhas, raízes, pedregulhos, galhos, restos de matéria orgânica em decomposição, carapaças de caranguejos mortos.

Certa vez, um caranguejeiro aposentado e inativo na profissão, me fizera acariciar seu braço para mostrar como, até hoje, sua pele guarda as consequências daquele tempo. A pele do braço direito (porque era destro) constantemente exposto ao atrito no processo da captura apresentava uma textura mais rija, grossa e quase sem pelo, diferente do braço esquerdo. Ouvi relatos de que, não raro, os antigos entravam no mangue descalços, apenas de cueca ou completamente pelados. Braga (2016), ao trabalhar com caranguejeiros no município de Ilha Grande, também situado no Delta, apresenta narrativas semelhantes. Os casos trazidos por esse historiador contam de homens que evitavam estragar suas poucas peças de roupa com o trabalho no mangue, tamanha situação de vulnerabilidade social e econômica dos pescadores à época.

“Hoje se a luva faz um rasguinho de nada os caras já não querem trabalhar, voltam pra casa”. Fala de um caranguejeiro velho ao reparar as vestimentas das gerações atuais. Zito não alcançou o tempo dos antigos. Aliás, nenhum dos interlocutores com quem caminhei pelos mangues, homens – em sua maioria negros – na faixa dos 18 aos 50 anos. Mas ele lembra que na infância – antes do uso das botas de plásticos ser amplamente difundido – chegou a trabalhar com calçados feitos de ráfia. Uma sobreposição de camadas e mais camadas de sacolas de ráfia, unidas com o auxílio de um ferro em brasa. Moldadas no tamanho do pé e amarradas com as mesmas fibras plásticas. Os materiais das coisas não são mero detalhe se você é alguém a transitar cotidianamente pelo mangue. Aprendi isso a custo de muito tempo. A custo de esperar o tempo, as águas e o vento agirem sobre minhas roupas.

O pano das camisas não é algo tão relevantes assim. Podem ser de tecido sintético ou de algodão. Tive das duas, assim como vários de meus parceiros. O material das calças, contudo, deve ser observado. No início das minhas andanças pelos mangues do Delta, usava uma calça jeans que durou poucos meses,

proporcionou-me muitas quedas e a vergonha de andar quase pelado em vários momentos.

Além de ainda não saber caminhar com o mínimo de destreza exigido pelo mangue, o jeans não me permitia abrir as pernas numa amplitude razoável para o meu equilíbrio nas raízes. Resultado: caía constantemente. Com o passar do tempo (e um incremento considerável na minha flexibilidade), a calça começou a rasgar à medida em que eu ensaiava passos mais largos. Olhava para os meninos e percebia que Zito, por exemplo, mais alto e mais velho que eu, dava passadas grandiosas e suas calças sequer estralavam. Meu jeans não só estralava (aquele barulhinho de pano rasgando) como também rasgava. Perdi as contas dos remendos que fiz. Até o dia em que nenhum remendo foi suficiente: a calça sempre rasgava em algum ponto próximo da costura. Foi Zito quem me alertou:

O pano da tua calça tá podre. Tu pode é remendar, ele vai rasgar de novo. Com o jeans é assim: ele rasga em qualquer lugar, não segue o caminho da costura. Por isso que eu gosto de andar com essas calças aqui, tipo social, não tem? Quando rasga é bem no sentido da costura, aí é só remendar.

Conversávamos sobre isso no porto, antes de seguir rio adentro. A essa altura eu já não mais prestava atenção em Vinva – retomando a cena utilizada como fio narrativo – tão absorto que estava na conversa com Zito. Ele me mostrou sua calça repleta de remendos no fundo e nas pernas – diferente da minha, com costuras em todas as partes do tecido. Um dia cheguei a trabalhar seminu: minha cueca completamente aparente pelos rasgos imensos no pano. A gota d'água!! Na manhã seguinte comprei uma calça feita de material sintético, quase plástica. Livre adaptação – conforme meu gosto – dos conselhos de Zito e outros caranguejeiros.

Usei-a por quase todo o trabalho de campo. Em seus últimos meses de vida útil começou a rasgar no próprio tecido, antes apenas requeria pequenos reparos (às vezes nem tão pequenos assim, confesso) na costura. Por fim, acabei comprando a mesma roupa usada pela maioria dos caranguejeiros com quem convivi: uma calça de lycra, estilo colã. “Agora ele acertou! Olha aí rapaz! Profissional”, disseram-me alguns colegas admirados ao me ver usando a mesma roupa deles. De fato, ganhei bastante mobilidade e segurança no andar ao vestir as pernas com um tecido elástico – fato corriqueiro, sobretudo, entre caranguejeiros mais jovens.

Além de atentar para o tecido da roupa a ser vestida, preparar-se para a captura é cuidar de muitos nós. Nos pés, antes de calçarmos as botas, são amarrados pedaços de pano emulando meias. O forro. Na cabeça, eu e outros parceiros igualmente cabeludos, amarrávamos uma camisa. Proteção hiper necessária para não sujarmos o cabelo com respingos de lama e, também, evitar que galhos, espinhos e folhas enganchassem em nossas cabeças.

As dedeiras são fixadas na base dos dedos graças a pequenos nós feitos com linhas de ráfia. A luva, por sua vez, é amarrada ao braço com palhas de carnaúba em dois pontos: no punho, logo após a articulação do antebraço e um último cerca de cinco dedos abaixo da articulação do ombro. Esses nós precisam ser fortes o suficiente para não permitir a entrada de grandes quantidades de lama e, o que é mais importante, manter a luva presa ao braço. Nós frouxos ou facilmente afrouxáveis (como os que eu fazia inicialmente, por exemplo) dificultam o movimento da mão no buraco – por demais estreito para um braço humano e ainda mais exíguo quando pensamos no acoplamento braço+água+terra contido pela grossa camada de tecido.

Além disso, fibras soltas podem facilmente enganchar em galhos de raízes sob o solo, dificultando a saída do braço. Uma luva solta, caindo do braço, ou uma argola de palha de carnaúba marcando forte na articulação do antebraço ou do punho são incômodos difíceis de contornar. É preciso parar e arrumar (mais uma vez) a vestimenta. Perde-se tempo.

Os materiais escolhidos para a feitura das vestimentas, sobretudo das calças, não são mero detalhe. A depender do têxtil, você pode ganhar ou perder mobilidade e flexibilidade. A relação com o corpo anatômico do caranguejeiro e suas capacidades de locomoção devem ser levadas em consideração ao falarmos dos materiais relacionados à pesca de crustáceos. Para além do material das vestimentas, convém indagar dos artefatos com os quais meus anfitriões se relacionam. Sigo uma importante dica de Sautchuk (2010): compreender a existência de pescadores e pescadoras requer atentar não apenas para os animais com os quais eles e elas interagem, mas também para os objetos presentes nessa relação. Assim, ainda que possamos falar em uma série de características que

agregam pescador e pescadora artesanal numa única categoria³¹, diferentes modalidades de pescarias e pescados conformam pescadoras e pescadores também distintos (Silveira *et al*, 2013; Ramalho 2016).

Parte considerável da sócio-antropologia sobre pesca produzida no Brasil atentou para a cultura material das comunidades pesqueiras, ainda que com temas, problemas e inspirações teóricas distintas (Sautchuk, 2007). De algum modo, também me relaciono com estes estudos, sobretudo porque os materiais e artefatos manipulados por meus interlocutores são – na maioria dos casos – condições necessárias para o desenrolar das ações no mangue. Eles medeiam, por um lado, as relações entre caranguejeiros, ambiente, caranguejos e demais viventes. Por outro, eles são elementos constitutivos da própria atividade de cata e se relacionam intimamente com o corpo dos caranguejeiros em suas dimensões anatômica, motora e perceptiva. É através do manuseio de um conjunto de materiais e ferramentas que o caranguejeiro faz a si mesmo. Esses objetos, por sua vez, somente são confeccionados graças a um ajuste fino entre eles e o corpo de quem os utiliza. O que deve sempre ser considerado no contexto dos engajamentos práticos desempenhados no mangue.

Preparativos: cigarros, fumaceiras e cambitos

No porto, seu Chico espalhava o fumo sobre um pedaço de papelão ou saco de ráfia. Assim ele preparava os cigarros da turma. Vez ou outra, algum parceiro chegava perto e lhe ajudava nessa tarefa. Por dia de trabalho, meus interlocutores chegavam a “fumar” de quatro a sete cigarros. Uso fumar entre aspas porque, como eles mesmos me disseram (e também me ensinaram), “se a gente fumasse tudo isso já estava morto. Ninguém traga não, fica só baforando mesmo”. Entrar no mangue é emaranhar-se numa rede de relações com outros viventes. Considerá-los em seus movimentos pelo mangue, não raro, é criar estratégias de evitação. Produzir campos de ação nos quais a presença de companhias incômodas seja, pelo menos, minimizada. Para tanto, os caranguejeiros não agem diretamente sobre o meio, mas utilizam-se de artefatos que empreendem certas mudanças nos lugares por

³¹ Entre as principais experiências compartilhadas por quem se define como pescador ou pescadora artesanal, Carlos Sautchuk (2010: 1) elenca as seguintes: “o valor da relação entre os ambientes terrestre e aquático, a incerteza da atividade, o tipo de vinculação com o Estado e a organização política semelhante ao longo do território nacional, o uso limitado de inovações técnicas custosas e complexas, os problemas de acesso aos recursos e de seu repasse ao mercado consumidor”.

onde caminham: os cigarros. A fumaça impede (atenua, na verdade) a aproximação de mosquitos e muriçocas na medida em que age ativamente (Ferret, 2014) criando um campo do qual insetos hematófagos são expulsos ou não mais conseguem adentrar.

Sem fumaça, pegar caranguejos se torna uma atividade bastante custosa. Lembro de um parceiro que, tendo esquecido fósforos, isqueiro ou qualquer outra coisa que fizesse fogo para, então, obter fumaça, perdeu um dia de trabalho. O número de cigarros utilizados no mangue depende de uma série de fatores, como umidade; qualidade do fumo e técnicas empreendidas na feitura do cigarro; raizal escolhido para trabalhar (se com mais interferência da água doce ou da água salgada); época do ano; período da maré. Quase todas essas variáveis, de alguma forma, relacionam-se em maior ou menor grau com a incidência de mosquitos e/ou muriçocas.

Zito, por exemplo, uma vez confessou-me: “não gosto muito de trabalhar com o cigarro que a negrada faz”. Perguntei o motivo: para ele, os cigarros feitos por alguns colegas deixavam o fumo bastante rente ao papel. Apertado. O que lhe obrigava a ter de tragá-lo constantemente a fim de evitar o apagamento do fogo. Nem sempre isso era possível. Além de ter o cigarro apagando mais vezes do que gostaria, Zito ficava verdadeiramente incomodado em ter de empreender um movimento em demasia (porque super necessário) dentro da dinâmica mais ampla e complexa de movimentos exigidos pela captura, conforme veremos a seguir. Zito gostava de deixar o fumo “nem muito frouxo, nem muito apertado”, de forma que a porronca fosse queimando aos poucos, sem que ele tivesse de cuidar constantemente para manter o cigarro aceso.

Manguezais mais distantes da costa e, portanto, mais sujeitos aos índices variáveis de salinidade dos rios costumam ter uma maior interferência de mosquitos e muriçocas. Cigarros maiores, seja em comprimento quanto em espessura, são feitos para situações adversas, limites, ou seja, azucrinantes! Manguezais de águas salobras são bons exemplos disso. Cigarros menores, por sua vez, são indicativos de que o lugar a se trabalhar naquele dia está relativamente livre de insetos hematófagos. Vale ressaltar, contudo, que a incidência dos mosquitos não depende unicamente do lugar, região ou ponta de mangue, mas, sobretudo, da fase na qual se encontra a maré (ver Quadro 3, pág. 78).

Retomarei o argumento brevemente. As marés de lançamento, típicas dos primeiros dias das luas nova e cheia, caracterizam-se por “trazerem” consigo muitos mosquitos. Aqui, mais uma vez, destaco como estes viventes empreendem ações influenciadoras dos preparos descritos, ou seja, como as técnicas utilizadas na feitura dos cigarros relacionam-se com a presença ou ausência de insetos que, por sua vez, possuem ciclos de vida e desenvolvimento intrinsecamente dependentes da cadência das marés.

Mosquitos e muriçocas possuem temporalidades distintas. Os primeiros obedecem ao ritmo semanal das marés, que por sua vez relaciona-se com os ciclos da lua. Eles possuem períodos de desenvolvimento e maturação relativamente curtos. Mas não tive com os caranguejeiros nenhuma conversa mais elaborada a seu respeito, a não ser o fato de que: “eles vêm com a maré de lançamento”, “eles só chegam quando a maré está lançando”, ou “a maré bate no mangue e eles se espantam”. Essa última explicação veio acompanhada do comentário de que é na água onde os mosquitos nascem e, conseqüentemente, se desenvolvem.

Há duas grandes marés no mês, uma que ocorre na lua nova e outra, na lua cheia. A maré possui um ritmo de funcionamento específico. Nos primeiros dias das luas nova e cheia a maré caminha para atingir seu nível máximo, ganhando em amplitude. É aí que os mosquitos aparecem e os cigarros precisam ser confeccionados de forma a atender a proliferação voraz dessas presenças.

Depois disso, a maré vai gradativamente diminuindo seu alcance (luas de quarto crescente e minguante), quando meus parceiros dizem que ela está “quebrando” ou “de quebramento”. Nesse período “os mosquitos afastam mais”, ou seja, suas presenças no mangue deixam de incomodar, tendendo a zero. Lembro de, em dias assim, trabalhar sem sequer usar repelente.

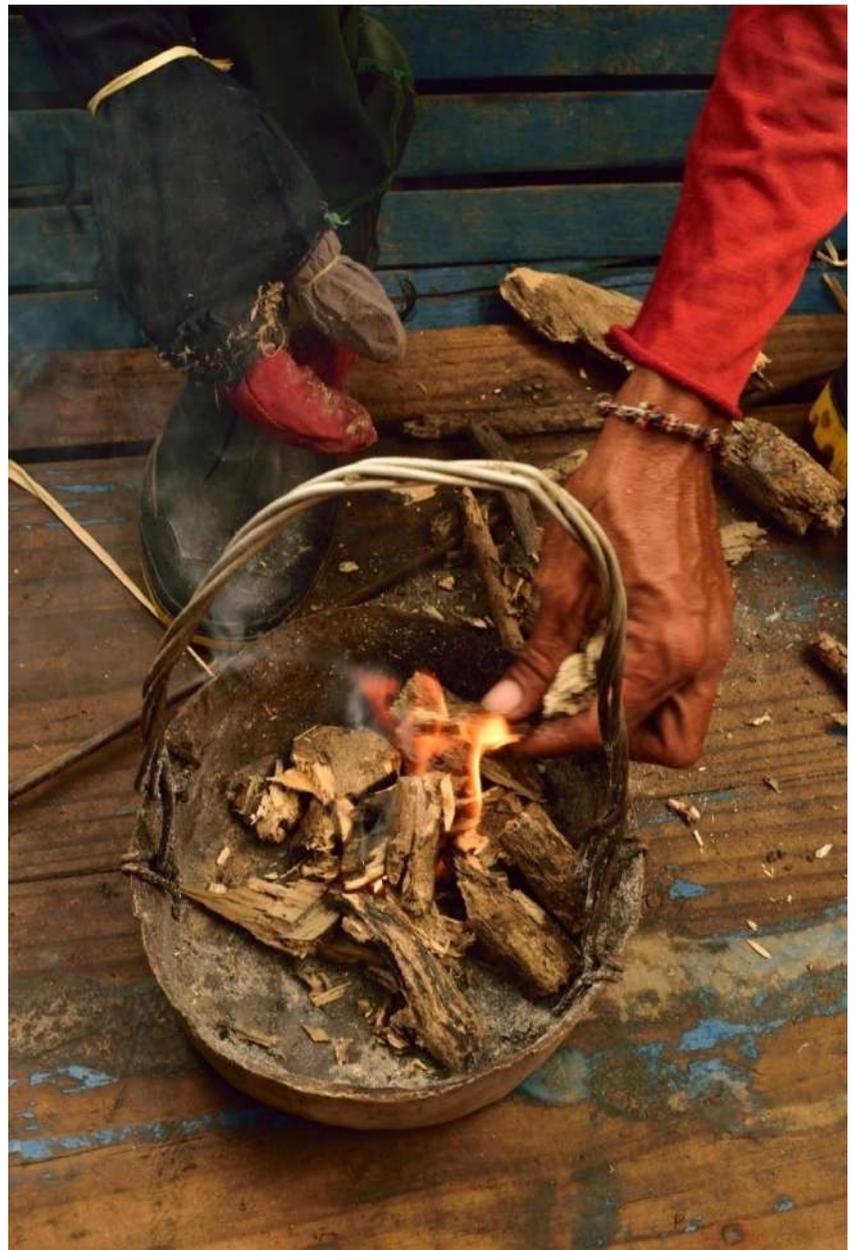
Com as muriçocas é diferente. Apesar de também se relacionarem com a maré, elas só aparecem em um período específico do ano, geralmente de meados de setembro a início de dezembro. A “safra das muriçocas” acompanha a consolidação do verão e o seu fim anuncia a chegada do inverno. Se os mosquitos podem ser driblados com a fumaça do cigarro ou (no meu caso) com algumas camadas de repelente sobre a pele, as muriçocas são mais difíceis de lidar e exigem outras ferramentas e preparos técnicos, como a fumaceira. É preciso, portanto, uma dose extra de fumaça.



Mosaico 16 – Preparando os cigarros da turma



Mosaico 17 – Fumaceira



As fumaceiras são pequenas painéis de alumínio já bastante gastas pelo uso doméstico. Uma vez inutilizáveis na cozinha, são essenciais para o trabalho no mangue. Acrescenta-se uma alça de arame à panela velha e essa leve alteração no artefato é essencial para que possamos transportá-la no mangue sem nos acidentarmos.

A alça auxilia ainda na feitura do fogo. Explico: fumaça da fumaceira é produzida graças à queima de matéria orgânica vegetal morta e seca. Geralmente se utilizam gravetos de toda e qualquer madeira, mas alguns comburentes são mais preferidos que outros (porque mais eficazes). Pedacos secos de mangue siriba, por exemplo, são capazes de queimar por um longo tempo sem necessariamente gerarem fogo, apenas fumaça. Uma fumaça ardilosa, de cheiro forte, extremamente irritante aos olhos humanos e anti-muriçoca, por excelência. Antes disso, cascas de coco são geralmente utilizadas para “fazer o fogo pegar”, porque bem mais inflamáveis que as cascas da siriba. Empreender a feitura do fogo é algo que depende ainda da alça da fumaceira, como falei acima. É graças a ela que conseguimos girar o artefato no ar, fazendo o vento circular em seu interior, ocasionando a queima.

Nem todo caranguejeiro gosta de trabalhar com a fumaceira e somente o faz quando as muriçocas lhe obrigam. Vinva é um desses. Para ele, a fumaceira “atrapalha demais o serviço do cara” e, de fato, convém uma atenção bastante elaborada na relação com este artefato durante a captura. Mais uma coisa a se observar enquanto se atende a um sem-número de variáveis e viventes, conforme ainda veremos no final do capítulo. O fato é que, antes de entrar no mangue, os caranguejeiros estão envolvidos em uma série de preparos técnicos e escolhas de materiais que se relacionam tanto com o ambiente com o qual eles irão interagir, quantos com os viventes a serem encontrados ou evitados no caminho e, por último, mas não menos importante, com suas preferências pessoais e conformações anatômicas. O processo de feitura das palhas, tomando o antebraço como medida padrão do corte, deixa isso bastante evidente. Mas é sobretudo na feitura do cambito que observamos isso de maneira gritante.

Um dia, acompanhando Dunga, o silêncio do mangue era entrecortado por suas reclamações. Resmungos. Palavrões. Raiva. O motivo: havia ido trabalhar com o cambito de seu Chico. Deixara o seu não sabia onde e – na pressa de embarcar na

canoas – acabou pegando qualquer um. Resultado: acabara rendendo bem menos do que gostaria, perdendo caranguejos “por besteira” no buraco ou mesmo topando-os com o cambito sem que sua mão o alcançasse depois. O cambito é um vergalhão de ferro em formato de “J” utilizado para forçar a subida do caranguejo à superfície. A utilização desse artefato alterna as investidas feitas por meio dele no buraco com a descida da própria mão do caranguejeiro à toca – momento no qual o crustáceo se encontra disponível para a captura sem qualquer auxílio. Há quem o chame de “braço de aço” (Zito). Não é à toa. Seu comprimento deve dialogar com as dimensões anatômicas do membro de quem o irá utilizar e deve ser feito na exata medida da distância entre a articulação do ombro e a ponta do dedo médio. A depender do sujeito (ou do tipo de caranguejo capturado, conforme observaremos no capítulo 4), seu tamanho pode variar entre 60 e 90 centímetros.

Assim como no caso da calça, a escolha do material com o qual o cambito será confeccionado faz diferença. Uma vez na toca do caranguejeiro, o ferro deve ter o mínimo de maleabilidade para se dobrar perante os caminhos do bicho. Entre os caranguejeiros da cidade de Parnaíba, um metal duro demais era pouco apreciado. “Tem que ser de ferro em aço, um ferro mais mole e sem essas serreias”, foi o que Dunga me disse quando cheguei ao porto com um metro e meio de ferro. Ele fez o cambito, mas não deixou de tecer suas críticas.

Comprei um ferro relativamente grosso e com várias rugosidades – relevos ao redor do metal. “A pata do caranguejo engancha, olha”. Percebi então, que os materiais usados na captura devem dialogar com os sujeitos a ele relacionados e, obviamente, com as intenções do caranguejeiro. Um bom cambito é aquele que não provoca a perda de patas ao caranguejo e isso depende (também) de suas propriedades materiais. Porque uma vez agarrada em um ferro duro, grosso e com *serreias*, a pata do caranguejo facilmente se desprende de seu cefalotórax. Um cambito *liso* evitaria contratempos assim, pois não é raro que o “cara [caranguejo] enganche a pata no cambito” (Vinva).



Mosaico 18 - Cambito. Ao lado, Porco - como Luiz Henrique era conhecido - mostrava-me como o tamanho de seu cambito - do cabo até o início do gancho - deveria ter aproximadamente o tamanho do seu braço.



Cabo e gancho do cambito são essenciais para a orientação do catador no momento da captura. A torção do cabo deve ser feita levando em conta a direção do gancho. Ajustes finos são executados nos momentos finais de fabricação do artefato. Há quem goste de gancho e cabo em sentidos contrários (como a maioria dos caranguejeiros do Torto), mas há aqueles que preferem uma simetria perfeita entre essas duas partes, confeccionando ambas para o mesmo lado. Lembro de Dunga levantando o ferro na altura do rosto, fechando um dos olhos e mirando concentradamente o cambito na busca pelo alinhamento preciso. Uma vez feito, o cabo é coberto por uma embira de borracha, o que facilita seu manuseio. Aqui, mais uma vez os nós aparecem. “Emborrachado”, é o nó na ponta do cabo que indicará a direção do gancho.

Os nós são operações técnicas da maior importância na vida de pescadores e pescadoras. Graças a eles, anzóis são unidos a fios de nylon, as canoas são amarradas em mourões ou galhos de mangue na beira do rio. Antes, contudo, elas têm seus *pesos* jogados dentro d’água: âncoras de ferro atadas por uma corda na popa da canoa. No caso da cata de caranguejo, como vimos até agora, os nós são essenciais no preparo das vestimentas e ferramentas necessárias à captura, bem como na feitura da própria *corda de caranguejo*, conforme ainda veremos no capítulo 4. Os nós, portanto, são elos que podem impedir certos movimentos, prender, não deixar correr (como no caso daqueles amarrados às luvas e aos crustáceos) ou, por outro lado, conectar coisas que não estariam juntas, permitindo o livre fluir de determinadas ações. Tanto em um caso como no outro, os nós são elementos que nos direcionam a atenção para os encontros entre diferentes materiais, ferramentas, organismos e pessoas³².

Agora que já cortamos as palhas, preparamos nossas vestimentas, cigarros e cambitos, sigamos para os emaranhamentos de técnicas, ritmos e viventes presentes na captura a partir da interação com as galerias dos crustáceos

³² No mundo da vida, de acordo com Ingold (2015b), os nós seriam princípios fundantes. Significam os agregados entre diferentes linhas de vida, que, não fossem, os nós, seriam apenas um fluxo incontinuo (Ingold 2015: 14). Eles quebrariam ainda com uma perspectiva rígida de entendimento do mundo. Nós não são blocos de construção, nem contêineres e muito menos cadeias. Imagens que, na perspectiva de Ingold (2015b: 15), jogam com a ideia de “blocos unidos em estruturas”, “elementos rigidamente articulados” e, por fim, operam com noções de “dentro” e “fora”, emulando um mundo composto por sujeitos auto-contidos e encapsulados em si mesmos. O nó, por sua vez, interpela-nos para um mundo de emaranhamento total entre os organismos que, longe de estarem unidos apenas por suas superfícies, encontram-se integralmente implicados uns aos outros.



Mosaico 19 - Na
embarcação



Mosaico 20 – Marcones veste o *forro* de sua bota. Minutos antes de entrar no mangue.

Localizando os rastros: Zito e o mangue visível

Decidi acompanhar Zito. Isso não significa dizer que não trarei também minhas experiências vividas com outros caranguejeiros. Falo de Zito porque a narrativa será marcada pelo ritmo do seu caminhar. Zito é irmão mais velho de Dunga, morador de um quilombo urbano situado na periferia de Parnaíba. O Catanduvas – também conhecido como Vila dos Morenos – é lugar de caranguejeiros antigos. Na ilha das Canárias, muitos velhos rememoraram o tempo em que pescadores desse bairro saíam de suas casas a remo rumo ao que, hoje, são os manguezais da Resex. Tempo dos antigos, “de primeiro”, como falam. Muito depois disso, Zito chegou a morar na ilha das Canárias, quando jovem e solteiro. Morava em um rancho junto com amigos e dedicava-se unicamente à cata para o abastecimento de um “comprador certo”. Essa migração entre diferentes cidades ou povoados do Delta era bastante comum entre meus anfitriões caranguejeiros, sobretudo quando eram jovens.

Assim como outros parceiros, Zito (que tinha 41 anos quando o acompanhei) começou na atividade de cata ainda criança, acompanhando seu pai e amigos mais velhos pelos manguezais do Delta. Com eles – e na relação com o raizal – soube se localizar no mangue, pisar sobre as raízes, atentar para as pistas deixadas na lama. “Esse negócio de pegar caranguejo não tem ciência não, a ciência é localizar o buraco”, como me falou certa vez um caranguejeiro antigo.

Zito costumava caminhar com a cabeça baixa, corpo ereto e olhos fixos ao chão. Eu procurava seguir seus passos sem lhe atravessar o caminho, evitando até mesmo me distanciar de suas pegadas e traçar rotas paralelas. Saber onde pisa e como pisa é algo essencial. Você pode desfazer o rastro de um caranguejo com as marcas de sua bota, deixando-o completamente fora das possibilidades de captura do seu interlocutor. Os olhos e olhares de Zito indicavam os caminhos a serem traçados por ele, bem como formas particulares de ação e percepção no mangue. A visão, como bem colocou Ingold (2000), pode ser entendida como uma forma de ação no mundo.

Olhar, em si, implica uma série de movimentos corporais: move-se o globo ocular, a cabeça, o pescoço e até mesmo o tronco, no caso de mirarmos algo atrás de nós, por exemplo. No caso do mangue, olhar é ainda projetar o próprio movimento no espaço. Reparando o chão e as águas turvas empoçadas entre o

raizal, Zito sabia se empreenderia a descida até o nível do buraco ou seguiria caminho. Ele e outros caranguejeiros tiveram bastante paciência ao me ensinar essa “ciência da localização”.

Há buracos de tudo no mangue: de corredeiras, de siris, de cobras, de caranguejos machos e de *feminhas* (caranguejo-fêmea). Diferenciá-los não é algo simples, pelo menos para mim não foi. Mas Zito contou-me que com ele também fora assim. Só depois de dois ou três anos acompanhando seus mais velhos ele finalmente se sentiu seguro em empreender a difícil tarefa de localização. Devia ter algo entre doze ou treze anos, tendo em vista que suas primeiras idas ao mangue começaram por volta dos oito. Um dos primeiros ensinamentos de Zito a mim foi sobre como identificar os rastros de caranguejos machos, pois apenas eles podem ser capturados.

As normativas dos órgãos ambientais são bastante explícitas com relação a isso (ICMBio 2016). Mas, para além das regulamentações oficiais, a não captura das *feminhas* é considerada pelos catadores do Delta de vital importância na continuidade da espécie e, conseqüentemente, da própria atividade de cata. Caso fossem amplamente pegadas, como ocorre com machos, as ovas de novos crustáceos seriam interrompidas sem sequer chegarem ao rio. Além dessa questão de cunho mais conservacionista, relativamente atenta aos ciclos vitais e ecológicos emaranhados nas relações entre humanos e animais, há ainda dimensões mercadológicas, morais e alimentares – pelo fato de fêmeas possuírem menos carne – a serem destacadas. Somente caranguejos machos são comprados pelos atravessadores, o que está diretamente relacionado às normativas dos órgãos ambientais. Assim, pegar *feminhas* não apenas implica em prejuízo econômico e contravenção legal, como perda de prestígio e confiabilidade entre atravessadores e patrões. Dizer que um caranguejeiro “só pega fêmea”, inclusive, é uma maneira jocosa de criticar a qualidade de sua mercadoria. Uma afirmação nítida de que seus caranguejos são tão pequenos quanto *feminhas*.



Imagem 3 – Caranguejo macho e caranguejo fêmea

Fêmeas, portanto, também são eliminadas por serem “miudinhas demais” (Zito). Tamanho é critério bastante importante na lida com os caranguejos. A dimensão do crustáceo informa seu preço, sua qualidade, os olhares de admiração sobre a mercadoria e, conseqüentemente, sobre o próprio caranguejeiro. Lembro de alguns parceiros capturando *bololozões* aos gritos: “olha esse caranguejo aqui. O patrão chega baba!”. O tamanho mínimo para a captura de caranguejo na Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba é de seis centímetros. No interior da Resex a regra é de sete. Seja como for, crustáceos menores que isso sequer possuem uma boa saída no mercado e, de partida, são *condenados* por atravessadores, conforme veremos no capítulo 4. A caminhada de Zito leva tudo isso em consideração. Mas como saber diferenciar, primeiro, um caranguejo macho de uma *feminha* e, depois, um caranguejo miúdo de um caranguejo maior? A lama ensina.

Caranguejos machos e fêmeas possuem diferenças morfológicas bastante acentuadas. Biólogos nominam isso “dimorfismo sexual”. Além da distinção com relação ao tamanho, caranguejos-fêmeas possuem cefalotórax de feições mais arredondadas quando comparadas aos machos. Os abdomes deles são meio retangulares e mais estreitos que os delas. Eles possuem pinças maiores e

apresentam uma ligeira diferença de tamanho entre ambas (ainda que isso não seja uma regra). As pinças delas – *feminhas*– são ambas pequenas e possuem praticamente a mesma dimensão. Caranguejos (machos) têm muitos pelos em suas patas e por isso caminham mais lentamente, conforme me observaram os caranguejeiros. Seus rastros são mais largos.

Chamei de pinça o que os caranguejeiros costumam nominar como “patas” – também conhecida enquanto garra ou primeiro pereópode em outros sistemas de conhecimento. O que não é pata é “perna” e suas extremidades finas e pontiagudas foram a mim apresentadas por Zito e outros parceiros como “unhas”. A partir de agora usarei as nomações morfológicas dos caranguejos conforme aprendi entre meus interlocutores.

A preciosidade do caranguejo é a *pata*: quanto maior a *pata* de um caranguejo, mais bonito ele é considerado. Tamanho é sinônimo de beleza e qualidade. Isso pode conferir maiores preços ao crustáceo. Antes de descer ao chão, Zito e outros caranguejeiros me ensinaram como reparar algumas pistas e evitar capturar em galerias cujos indícios deixados na lama dão testemunhos de um caranguejo pequeno. Caranguejos maiores geralmente deixam para trás montes maiores de lama e suas galerias também possuem aberturas (*bocas*) maiores. Isso, apesar de ser considerado uma boa pista, não é certo. Não raro, é possível encontrar caranguejos grandes em buracos que fornecem indícios opostos. O contrário também ocorre. Tais indícios que induzem ao equívoco são vistos como expressões da esperteza dos caranguejos e sua enorme capacidade de enganar seus predadores, sobretudo humanos.

Vale destacar ainda que, em determinadas épocas do ano, conforme observamos no capítulo 2, os caranguejos mudam de buracos entre si, abrem novas galerias, ocupam e transitam por diferentes lugares do manguezal. O que, mais uma vez, nos leva a constatação de que nem sempre os bichos fornecem pistas condizentes com sua morfologia – seja por conta de sua astúcia em ludibriar predadores, seja por conta das suas andanças ou, mais especificamente, da sua *vadiação*, período no qual se reproduzem.

Antes de mensurar o possível tamanho do caranguejo, convém diferenciar buracos de caranguejo machos e fêmeas. Os primeiros possuem rastros mais largos e maiores em sua entrada – consoantes com o tamanho avantajado do caranguejo e

seu número maior de pelos. As fêmeas, menores e mais leves, deixam pequenos riscos na lama, como se pisassem o chão com a ponta das patas. Além dos montes de areia, a espessura e firmeza dos rastros deixados na lama são essenciais. Soube ainda que alguns catadores atentam para outro índice: as fezes dos crustáceos. Pequenos cilindros medindo cerca de um centímetro de comprimento e pouco mais de cinco milímetros de diâmetro. Quanto maiores as fezes, maior o caranguejo. A mim foi particularmente difícil distinguir as bostas dos crustáceos entre a lama e pequenos pedaços de matéria orgânica em decomposição, sobretudo gravetos de mangue.

Nenhuma dessas pistas é garantia de que as inferências a respeito do tamanho ou sexo do caranguejo estarão corretas. Rastros de fêmeas maiores podem ser eventualmente confundidos com rastros de machos, o que é relativamente raro, mas não impossível. Além disso, é importante destacar que os rastros dos crustáceos duram, em geral, um ciclo de maré e, portanto, são feitos e desfeitos continuamente. Seja como for, todos os indícios deixados na lama devem ser considerados em seu conjunto, nunca isoladamente. Levando-se em consideração, inclusive, as mudanças de galeria que os caranguejos empreendem no manguezal durante seu ciclo de vida. Somente a correlação precisa entre todas essas variáveis possibilita operar com uma maior chance de acertos e capturar caranguejos grandes. Caranguejeiros jovens e aprendizes antropólogos como eu rendem pouco, erram bastante e se desgastam muito nessa atividade essencial à captura: o treino do olhar – habilidade desenvolvida a partir dos movimentos de ação e percepção no mangue. Um olhar andarilho.



Mosaico 21 - Buracos de caranguejo. Na primeira imagem, rastros finos sobre a lama indicam a presença de um caranguejo fêmea. Na segunda, rastros mais grossos e marcados sugerem um caranguejo macho.

Pegar caranguejos é, sobretudo, andar, andar muito. Mas a cadência das passadas e algumas decisões particulares de cada caranguejeiro podem tornar o dia de trabalho mais ou menos exaustivo. Cada um tem seu ritmo. Usando o aplicativo *mytrails* percebi que, em média, os caranguejeiros caminham 20 quilômetros nas cerca de sete horas diárias passadas no mangue. Zito não é daqueles que gosta de andar tanto. “Às vezes, quando o cara caminha demais, ele só caminha, caminha e não pega nada”. A princípio não acreditei nessa declaração, acostumado que estava em (a duras penas) acompanhar caranguejeiros velozes e que “gostam de andar”. Só depois de um tempo percebi como o rendimento de Zito era igual ou, por vezes, superior ao dos seus parceiros mais caminhadores. Percorrer longas distâncias no mangue nem de longe se converte em uma maior capacidade de pegar as 12 ou 15 cordas esperadas – meta³³ para um dia normal de trabalho entre caranguejeiros experientes.

Fazer o giro: andanças

Zito preferia guiar seu percurso a passos lentos e precisos, observando de forma mais detida e analítica a superfície do chão. Seu caminhar era compassado, por vezes parava se equilibrando sobre as raízes, reparando onde encaixar o próximo passo, a próxima descida. A mim me parecia que cada movimento seu era milimetricamente pensado. De fato, era. Não que caranguejeiros de caminhares mais rápidos e olhar aparentemente preocupado só com o equilíbrio sobre as raízes também não calculem suas ações. O caminhar-olhar de Zito, contudo, deixava tudo mais simples de ser captado. Eu percebia seus movimentos e podia inclusive prevêê-los. Foi assim que aprendi o quanto caminhar no mangue para a captura do caranguejo envolve movimentos circulares (ou ovalados) a fim de que, depois de “fazer o giro” por diferentes pontas de mangue, pudéssemos retornar para o mesmo ponto onde havíamos iniciado nossa trajetória que, geralmente, era o local no qual havíamos aportado a canoa.

³³ A palavra “meta” deve ser usada de maneira cautelosa porque, a despeito de os caranguejeiros irem para o mangue na esperança de pegarem, em média, de 10 a 15 cordas de caranguejo (aproximadamente 50 crustáceos), nem sempre isso é possível. A depender da maré, da estação do ano, do ciclo de vida do caranguejo, da ocorrência ou ausência de muriçocas e da disposição do catador em determinado dia, o número de cordas pode ser bem abaixo ou bem acima disso – a não ser que o caranguejo esteja *dosado*, isto é, que haja um número de indivíduos a serem capturados previamente estabelecidos pelo patrão conforme a demanda do mercado, o que costumava ocorrer no povoado do Torto – de que falaremos no capítulo 4.

O olhar atento de Zito seguia o movimento das raízes à procura dos buracos. Os caranguejos costumam fazer suas moradas próximas aos sistemas radiculares que crescem ao redor do caule das árvores de mangue. Ao se abaixar para pegar um caranguejo, não raro, você avista outras possibilidades de captura nas suas proximidades. “Porque caranguejo gosta mais de ficar na sombra. É muito difícil você encontrar um caranguejo em um aberto, sem mangue. Ele gosta mais de ficar na sombra do mangue, que é mais frio pra ele e tem comida à vontade” (Sérgio). A facilidade de sombra (frieza) e comida (folhas e raízes) acompanha a disposição dos caranguejos na superfície do mangue. Procurar pelos crustáceos tendo como referência o lugar de onde havíamos saído nos levava a fazer um movimento girante no mangue.

Esses “giros” conferiam ao manguezal certa ordem e simetria, além de ajudar na localização dos próprios caranguejeiros na imensidão do mangue. Todo o trajeto pode ser pensado como uma sequência de giros menores que vão se entrecruzando até formarem um maior, que culmina no ponto de partida: o porto ou o local onde a canoa foi amarrada.

As raízes se espalham por todos os lados, misturam-se umas às outras, difícil precisar onde começam e onde terminam, quando e como se emaranharam, mas é relativamente fácil saber a árvore de mangue que lhe deu origem. Se o giro maior – que compreende todo o percurso realizado em um dia de trabalho – tem como referente a canoa amarrada no rio, os outros sucessivos giros – menores –, como me ensinou Zito, tem como referência principal o ponto do qual se origina determinada tronqueira. O giro, portanto, fala do próprio ato de movimentar-se e nos informa sobre andanças mais ou menos circulares (ou ovaladas) realizadas no mangue a fim de se localizar nele – sempre considerando o caminho de volta – ao passo que também se procura pelos buracos. Zito só partia para outro ponto no mangue depois de rodar ao redor das tronqueiras mais próximas. Seu movimento de subida além do nível das raízes e, depois, de escolha de novos lugares considerava o começo, o meio e, novamente, o começo da sua caminhada.

Seu olhar era um olhar “girante”. Sua cabeça, junto com o corpo, girava para frente, para trás e para os lados, mas não estabelecendo pontos fixos em cada uma dessas direções, mas projetando “giros” através do manguezal. Planejar o giro e, no giro, localizar os buracos de caranguejo exige concentração e movimentos de

percepção e ação precisos. A depender do mangue, todas essas ações são feitas sobre as raízes, descendo-se até a lama (por entre o raizal) somente para empreender a captura.

Zito é um homem bastante silencioso, comedido não somente no andar como também nas palavras. Ao ver um caranguejo digno de ser capturado (porque, aparentemente, macho e grande), pé ante pé ele descia à superfície do solo, posicionava-se na beira do buraco de forma que seu corpo pudesse se deitar para empreender a captura. Apesar de apenas o braço ser introduzido na lama, o corpo inteiro participa desse movimento. No Delta do Parnaíba, a técnica de captura majoritariamente utilizada pelos caranguejeiros é o braceamento³⁴.

Pegar: movimentos de superfície

Zito coloca primeiro o braço e tenta encontrar o caranguejo com a ponta dos dedos. Caso o crustáceo esteja completamente fora do seu alcance, ele introduz o cambito. Esta ferramenta, então, com o suporte de sua mão, irá realizar a operação de forçar a subida do caranguejo. Repare: o cambito não puxa propriamente o caranguejo na direção do caranguejeiro. Caso isso ocorresse, o bicho perderia todas as patas e pernas. O cambito, aos pouquinhos, vai coagindo o caranguejo a sair de sua toca, impossibilitando-o de descer e deixando a ele apenas uma saída: a boca do buraco. Uma vez que o caranguejo está ao alcance da mão de Zito (e isso só é sabido graças à semelhança entre os comprimentos do artefato e do braço do caranguejeiro), nosso anfitrião, mais uma vez, introduz o membro na galeria. Tudo ocorrendo de forma rápida e coordenada, o caranguejo será capturado. Mas me deterei nas questões envolvendo braço, cambito, caranguejo e os movimentos

³⁴ No Delta Parnaíba (APA e Resex), a única técnica permitida pelos órgãos ambientais é o braceamento: uso do braço para pegar o caranguejo, que pode ser auxiliado pelo cambito (ou gancho). Há, contudo, diversas outras formas de se pegar caranguejo Brasil afora que, apesar de proibidas no Delta (ICMBio, 2018), são permitidas em outras regiões. Caranguejos também podem ser capturados com o uso de armadilhas, popularmente conhecidas como ratoeiras, confeccionadas com lata de óleo ou canos de PVC e colocadas na boca do buraco do caranguejo. Assim, uma vez que o crustáceo adentre o recipiente, sua saída é impossibilitada. Além desta, os caranguejos também podem ser pegos por “tapagem”, quando o catador tapa a galeria do crustáceo forçando-o a se deslocar rumo à superfície. Há ainda as redinhas ou laços, armadilhas confeccionadas com fios de ráfia e posicionadas na abertura do buraco. Ao saírem, os caranguejos ficam emaranhados e com pouca possibilidade de movimentação. Exceto no braceamento, técnica na qual o caranguejo é capturado no momento exato em que o catador o alcança, em todas as outras o catador sai andando pelo mangue tapando ou colocando as armadilhas nos buracos – seja ratoeira ou redinhas. Na volta, ele recolhe os caranguejos capturados, bem como as armadilhas não utilizadas. A partir do projeto “Ecologia Política da Pesca de Crustáceos no Nordeste Brasileiro”, sob coordenação de Pedro Silveira, uma cartografia destas técnicas em diálogo com a ecologia política das paisagens onde ocorrem está em andamento.

subterrâneos de todos esses viventes e artefatos no próximo tópico. Por ora, continuemos acompanhando os movimentos de ação e percepção ocorridos na superfície.

Retomo: o braço de Zito, de outros caranguejeiros e de quem quer que decida se aventurar na captura deve ser visto na relação com o restante do corpo e todos seus movimentos e percepções. A mão do lado de fora é essencial na subida do caranguejeiro à superfície e no próprio equilíbrio do corpo rente a lama. É segurando-se a uma raiz, fazendo força com a palma da mão contra o chão e movimentando o quadril deitado na superfície, que Zito consegue apoiar-se para pelejar com o caranguejo ao mesmo tempo em que o retira de dentro de sua galeria e se põe de pé ou sentado. Trata-se de um movimento pesado, baixo e lento.

Uma boa coordenação desses gestos garantirá o sucesso da captura. Manobrar a concentração para executá-los requer ainda um controle da própria respiração. Não à toa alguns caranguejeiros compararam esse movimento a uma espécie de mergulho, tamanha a ritmicidade entre os atos de inspiração e expiração. Inspira, prende, desce no buraco, vai expirando aos poucos enquanto encontra o caranguejo, encontrou, vai inspirando ao passo que o movimento de subida é realizado. Resumindo: Inspira/desce, pega o caranguejo/expira, inspira/sobe. Ter o corpo livre de picadas de mosquitos, muriçocas e, sobretudo, maribondos e abelhas é algo não apenas confortável e necessário, como também vital. Cigarros e fumaceiras ajudam nisso.



Mosaico 22 – Zito e o mangue visível

Zito, assim como outros parceiros, não entra no mangue sem fontes de fumaça. Seu cigarro está sempre a postos. Protege o pescoço, o rosto e os braços das picadas dos insetos hematófagos, além de aliviar o zunido infernal desses pequenos viventes voando ao redor da orelha. O que atrapalha a atenção, a precisão dos movimentos e o tempo minimamente necessário para empreender a captura.

- Esses mosquitos toda hora no pé do meu ouvido pedindo farinha!

- Farinha?

- Presta atenção na zuada deles. É mesmo que tá dizendo: farinha, farinha, farinha, farinha.

- É... Lembra um pouco, né? O “inha”, bem fininho... Isso tira o sossego da pessoa! – comentei sorrindo.

- Não tô lhe dizendo, siô! Essas muriçoca são demais, tem dia que elas são tanta que impede até o cabra de trabalhar.

- Sério?

- Rum, bota a negrada pra correr! Esse seu repelente aí é que nem mel pra elas. As bicha não afastam de jeito nenhum. O jeito é trazer a fumaceira.

Um dia, acompanhando outro caranguejeiro, senti esse incômodo. A princípio imaginei que seria apenas na pele. Ledo engano. As nuvens de mosquitos, quando muitas, te impedem praticamente de respirar, porque a fumaça deve ser mantida extremamente próxima ao corpo. Além disso, esses insetos são muito facilmente aspirados por nossas narinas, entram pela boca e descem garganta adentro gerando engasgos e tosses. Você já sabe que introduzir o braço no buraco requer modulações específicas da respiração. Com nuvens de mosquito e fumaça, o simples ato de respirar torna-se uma tarefa hercúlea. Aqui, a fumaça apresenta certas dubiedades: ao mesmo tempo em que propicia a captura, sua presença não controlada (ou, por vezes, incontrolável) pode atrapalhar.

Os gases emitidos pela queima de mangue siriba ou fumo vão ditar o próprio campo de ação do caranguejeiro. Aqui, me inspiro em Carlos Sautchuk e sua noção de campo operatório. Ao falar da pesca do pirarucu na Vila do Sucriju (Amapá), ele comenta o quanto a existência do pescador no lago se dá “de acordo com as projeções de sua percepção e de sua capacidade de ação” (Sautchuk 2007:

99). Campo operatório, portanto, diz respeito às áreas de atuação do sujeito em determinado ambiente. Não se trata de uma zona estabelecida a priori, mas se constitui na relação entre o que o meio propicia à ação e as capacidades motoras e perceptivas dos viventes (sejam eles humanos ou animais). É neste sentido que campo operatório nos fala do campo de ações possíveis em determinado contexto. No caso em tela, a fumaça, ao espantar mosquitos e muriçocas, propicia um campo de ação para captura. Longe disso, muito dificilmente o caranguejeiro conseguirá a concentração necessária para a atividade. Em situações de grande presença de mosquitos e muriçocas, o corpo de Zito precisa da fumaça a fim de executar seu trabalho.

A fumaceira deve ser colocada no mesmo sentido do vento, de forma a criar uma zona de fumaça ao redor de seu corpo. Isso o deixará parcialmente livre das picadas. Mas, caso o vento mude bruscamente de direção (o que ocorre constantemente), a fumaça pode tanto seguir para outro sentido – deixando o caranguejeiro completamente desprotegido – como ser direcionada diretamente para o rosto do catador, impedindo-lhe de respirar. Ela causa ainda bastante irritação aos olhos e às mucosas nasais, mais do que o fumo ou os gases emitidos pela queima de qualquer outra madeira que não a siriba. Esse é um dos motivos para parceiros como o Vinva, por exemplo, evitarem trabalhar com este artefato: “fumaceira *empaia* [atrapalha] demais o cara”. O cigarro, a despeito de atender apenas a certas partes do corpo, geralmente é mais apreciado – principalmente em épocas com menor incidência de mosquitos e muriçocas. Mas isso, conforme observamos, varia de acordo com a época do ano, os ciclos da maré, o lugar e as preferências de cada caranguejeiro.



Mosaico 23 -
Lelía e a fumaceira

		CIGARROS	FUMACEIRA
LOCAL		Mais usados em Parnaíba ³⁵	Mais usada no Torto ³⁶
ÉPOCA DO ANO		Todo o ano	Todo o ano (com ênfase para os meses de setembro a novembro na “safra das muriçocas”)
CAMPO DE AÇÃO		Reduzido e próximo ao corpo. Produz menos fumaça.	Amplo e difuso, expandindo-se para maiores porções do ambiente. Produz mais fumaça
INSETOS QUE COMBATE		Mosquitos e muriçocas, sobretudo – ainda que sirva para outros insetos, sua eficácia é baixa.	Mosquitos, muriçocas, abelhas e maribondos.
MARÉ	DE LANÇAMENTO	Maiores e em mais quantidade (alta ocorrência de mosquitos)	São mantidas sempre acesas e próximas ao corpo
	DE QUEBRAMENTO	Menores e em menor quantidade (baixa ocorrência de mosquitos)	Podem passar horas apagadas ou distantes do corpo

Quadro 5 – Usos de cigarro e fumaceira

³⁵ Ainda que também os sejam no Torto, em parceria com a fumaceira.

³⁶ Meus anfitriões de Parnaíba somente a utilizavam na safra das muriçocas. O uso ou não da fumaceira, contudo, depende bastante das preferências de cada catador. Na safra das muriçocas, contudo, mesmo aqueles que não gostavam de andar com a fumaceira se obrigados a utilizá-la

Seja como for e de onde venha, a fumaça propicia ao andarilho dos mangues zonas de ação nas quais: (i) é possível concentrar-se para a localização das galerias de caranguejos potencialmente capturáveis e (ii) uma vez encontrado o buraco, a fumaça faz fazer de forma ativa, no sentido proposto por Ferret (2014), um campo de ação relativamente confortável para a realização da captura. Além dessa zona restrita ao corpo do caranguejeiro, a fumaça vai criando no mangue espaços cada vez mais livres de insetos hematófagos, espantando-os para longe. (Certo dia, andando com Dunga, ele me fez reparar em como os mosquitos e muriçocas aumentavam à medida que nos distanciávamos da área próxima ao buraco onde havíamos parado.)

Eu, enquanto acompanhava Zito, amarrava suas cordas (ação da qual falarei no capítulo 4) e cuidava da sua fumaceira, posicionando-a ao seu lado quando necessário, levando-a comigo para todos os cantos e impedindo as toras de siriba de pegarem fogo. Assim como é preciso acender um novo cigarro quando o antigo é consumido, também as cascas de siriba precisam ser repostas na fumaceira quando viram cinzas. Zito estava ocupado quando fui fazer isso. Fiquei batendo em um galho de siriba morta até quebrar toras de sua madeira. Meu parceiro, observando o barulho (talvez até incomodado), olhou em minha direção e, muito rapidamente, percebeu que a siriba na qual eu batia (e que para mim era apenas um pedaço de pau seco) também era a casa de dezenas de marimbondos. “Olha os marimbondo, siô”.

Atordoado e sem saber de onde eles vinham, não sabia sequer em qual direção correr. A fumaceira ao lado de Zito estava em vias de apagar, apenas algumas brasas preservavam as últimas faíscas. Ele então quebrou pedaços de um galho seco qualquer, mais próximo a ele, e foi em minha direção fazendo fumaça. Os marimbondos se dispersaram e nesse dia descobri como a fumaça também previne do ataque de insetos um pouco mais perigosos do que mosquitos, como marimbondos e abelhas.

Ao final desse dia, meu parceiro conseguiu capturar doze cordas de caranguejo. Um número ok. No porto, um jovem caranguejeiro de vinte anos que estava trabalhando próximo a nós capturou apenas seis. A despeito de circularem pelos mesmos lugares e até mesmo passarem pelos mesmos buracos de caranguejo, um caranguejeiro experiente possui um olhar mais treinado na *ciência*

de localização dos bichos. Saber identificar e decifrar as pistas na lama – uma forma de ação e percepção do ambiente – é tão ou mais importante quanto o vigor físico necessário nas andanças do corpo pelo mangue.

A experiência no mangue é um atravessamento pelas forças e fluxos de vida que o compõem. Agir nesse ambiente é, sobretudo, percebê-lo. O que se faz em movimento. Nem de longe percepção deve ser entendida aqui como algo passivo, com o sujeito perceptor apenas captando sinais do ambiente externo e processando esses estímulos por meio de sensações. Penso com Ingold (2000) que perceber o mundo é agir nele, engajar-se de maneira prática com o ambiente e, conseqüentemente, executar ações. O ato de ver, por exemplo, (movimento perceptivo) implica em uma projeção da ação no meio. Localizar galerias de caranguejo está intrinsecamente relacionado ao ato de descer até elas (no caso de um caranguejo capturável) ou simplesmente ignorá-las, deixando-as para trás à procura de outras. O que não deixa de ser uma ação – negativa, pois coisas deixaram de ser feitas. A ênfase no movimento é central nessa elaboração.

“Observação implica movimento, [...] isto é, locomoção com relação ao ambiente rígido, porque todos os observadores são animais e todos os animais são moventes” (GIBSON, 1972:72 *apud* INGOLD, 2015:37). A percepção, neste sentido, implica em um modo de ação no mundo – não algo que a antecede – e envolve um processo ativo na busca por informações. Gibson questiona diversas dicotomias caras aos estudos de cognição e, por tabela, à própria Antropologia (Gibson, 1986; Ingold, 2000, Carvalho e Steil, 2013). Ele advoga que o acesso dos sujeitos ao mundo se dá de forma direta, ou seja, através de seus engajamentos. Não de forma mediada por representações mentais que antecedem as interações, pois o mundo somente se desvelaria a partir dos movimentos dos organismos em sua superfície. Dicotomias entre corpo e mente, ação e representação, portanto, seriam no mínimo inapropriadas ao entendimento do processo perceptivo. Para ele, o ato de perceber envolve todo o organismo na relação com seu ambiente.

Ingold (2000) apreende disso que a produção de conhecimento se dá através de engajamentos práticos no mundo. O sujeito perceptor capta informações ao se envolver nas atividades cotidianas executadas por ele. É um conhecimento prático. Não se trata, portanto, de uma projeção cultural em um mundo materialmente dado a priori, mas de uma investigação criativa a respeito

do que o ambiente oferece à percepção do sujeito. Perceber um objeto ou evento, conclui o autor, relaciona-se a captar o que ele oferece ou propicia (*to afford*) à ação em determinado contexto (Ingold 2000: 166).

Conceito sem tradução precisa no português, a ideia de *affordances* foi desenvolvida por Gibson a fim de designar as possibilidades e oportunidades fornecidas pelo ambiente ao observador. Uma superfície dura e plana, por exemplo, oferece/propicia um lugar seguro e sem grandes obstáculos para a caminhada de seres com patas e pés. Não se trata unicamente de condições físicas e materiais, portanto, mas de combinações entre o que o ambiente proporciona e as habilidades e capacidades perceptivas do sujeito. Nas palavras do autor, *affordance*

is neither an objective property nor a subjective property; or it is both if you like. An affordance cuts across the dichotomy of subjective-objective and helps us to understand its inadequacy. It is equally a fact of the environment and a fact of behavior. It is both physical and psychical, yet neither. An affordance points both ways, to the environment and to the observer (GIBSON, 1986: 129).

Para Ingold (2000), contudo, Gibson presume que o mundo no qual o observador se movimenta é fixo e já apresentaria – a priori – todas as *affordances* (propiciações/oferecimentos) disponíveis para que qualquer vivente o habite. Inspirado pela fenomenologia de Merleau-Ponty (2006), o antropólogo britânico discorda de tal pressuposto. O mundo e suas propriedades, longe de serem algo dado de antemão, emergem junto com o observador no contexto das atividades que o envolvem. Assim, ao mesmo tempo em que percebem, os organismos também produzem seus ambientes. Nesse contexto, perceber é se movimentar no mundo e atender (no sentido de atentar) às suas *affordances*. O que significa educar a atenção no contexto dos engajamentos práticos com o meio.

As pistas deixadas pelos caranguejos podem ser entendidas como *affordances* (propiciações/oferecimentos) indispensáveis à captura. É graças aos montículos e rastros deixados na lama pelos crustáceos que os caranguejeiros conseguem não só identificar caranguejos capturáveis como também mensurar a possível dimensão e o sexo do bicho. São estes elementos, conforme observamos até aqui, que irão orientar a ação de nossos anfitriões em suas andanças pelo

mangue. A simples presença dos buracos, contudo, não é indício de que o caranguejo será capturado. Localizar a galeria é tarefa das mais capciosas. Envolve aprender a decifrar e relacionar, mais do que memorizar um conjunto específico e limitado de pistas – o que dialoga com as movimentações pouco previsíveis dos caranguejos no mangue, considerando sua esperteza e inteligência em disfarçar seu local de morada contra possíveis predadores (não apenas humanos).

No início do meu processo de aprendizado, pensei que decorando as informações expostas até aqui conseguiria, finalmente, localizar os crustáceos. Ledo engano. Repetidas vezes era corrigido por meus parceiros que atentavam para pistas não percebidas por mim e que indicavam um caranguejo não tão grande, fêmea ou ainda impossível de ser capturado porque alojado em uma superfície repleta de raízes – como ainda veremos adiante. Digo isto para pontuar que não se trata de apreender formulações mentais sobre as configurações das galerias, mas sim de se relacionar com o mangue ativamente e, assim, educar a atenção neste processo interativo (Ingold, 2016, 2020). Catar não apenas caranguejos como também informações visuais e perceptivas. Tudo isso é feito no equilíbrio incerto das raízes e na instabilidade da lama.

É através do ato de caminhar que as linhas de vida de caranguejeiros e caranguejos se encontram. O momento andarilho da captura caracteriza-se por uma percepção, sobretudo, visual do mangue. O que não significa dizer que desconsidere a agência dos outros sentidos na captura e muito menos que seus diferentes momentos estejam restritos a este ou aquele órgão perceptivo. O mundo não é experienciado de forma recortada por meio de pistas sensoriais isoladas (Ingold, 2015).

A proeminência do olhar não é uma exclusividade da captura na lama dos mangues. Uma vez no rio, em suas atividades de pesca, meus anfitriões ensinaram-me a atentar para as tremulações na superfície da água. Tal conhecimento é essencial na observação do deslocamento de cardumes (de arenques (*Pellona flavipinnis*), por exemplo) ou da presença de determinados peixes (como o pema ou o camurim, dotados de maiores dimensões)³⁷. No caso da cata de caranguejo,

³⁷Sautchuk (2007), ao acompanhar pescadores laguistas na Vila do Sucuriçu (Amapá), descreve como uma boa percepção visual do lago é imprescindível na captura do pirarucu. Através do espelho d'água, Mocê e outros pescadores conseguiam acompanhar as movimentações do peixe e, assim, lançar o arpão de forma precisa. Além disso, como bem destaca o autor, conseguir avistar

olhar está diretamente relacionado ao ato de andar no mangue. Os esforços diretos de captura, contudo, ocorrem tanto no mangue visível – da superfície para cima – como naquele inacessível aos olhos. Ao introduzir o braço na galeria, nossos anfitriões se deparam com relações cujo acesso se dá unicamente por meio do toque, seja ele direto ou mediado pelo cambito. No mangue não-visível, portanto, os modos de ação e percepção variam consideravelmente e acompanham as artimanhas e os caminhos subterrâneos feitos pelos caranguejos.

Até agora acompanhamos o que ocorre na superfície dos mangues durante o processo da captura, mas o que dizer das interações entre braço, cambito e caranguejo sob a lama? Como lidar com caranguejos já capturados sobre a terra? Quais cuidados tomar? O que isso nos diz sobre a multiplicidade de viventes habitantes no mangue e as práticas a eles relacionadas?

Pegar: movimentos subterrâneos no mangue não-visível

Um dos parceiros de Zito nessa turma é Vinvin. Lembro de quando ele trabalhou com o pé machucado por queimaduras. Equilibrava-se sobre as raízes quase de uma perna só, pisando parcialmente a sola do pé queimado sobre as superfícies. Um complicador a mais na dinâmica instável do movimento nos mangues. Vez ou outra, seu ferimento era magoado por uma pisada mais brusca ou leves escorregões. Nessas circunstâncias, o caminhar de Vinvin transcorria bem mais lento do que gostaria, acostumado que estava a andar longas distâncias, rápido. Mas não vou falar sobre suas pernas e tampouco seu caminhar. Minha atenção recai agora para os movimentos dos seus braços e mãos no momento exato em que empreende a captura.

Uma vez localizado o caranguejo, é preciso realizar um conjunto de pequenas ações. Não se sai colocando a mão de qualquer jeito, convém saber para qual lado o caranguejo vai. Eles são considerados bichos espertos, enganadores. Não só dão pistas confusas sobre seus reais tamanhos, conforme vimos acima com Zito, como também cavam suas galerias em locais de difícil acesso a seus predadores humanos (e outros primatas que habitam o mangue, como veremos adiante).

determinada área do lago implica em uma presença potencial do pescador, seja da sua embarcação, seja da sua ferramenta de captura.

O campo de ação propício para a captura não está dado. Vinva, outros caranguejeiros e aprendizes no ofício precisam ainda “ajeitar o buraco”. Isso significa quebrar pedaços de raízes próximas à galeria e abrir caminho no chão para passagem do braço. A vereda feita pelo caranguejo, sobretudo em sua superfície, é estreita demais para o membro humano. Ajeitar o buraco significa alargá-lo. Isso Vinva o faz com a mão cerrada e o antebraço rijo, concentrando o peso do corpo no próprio punho. Essa ação corporal propiciadora da captura, contudo, torna-se menos dispendiosa quando realizada em manguezais mais moles, de solo lamacento e pouco *estopado*, isto é, com menos raízes sob sua superfície. Do contrário, *ajeitar o buraco* exige muito mais força do catador e, em alguns casos, soube de caranguejeiros no Delta que recorriam ao uso de cavadores para isso. Homens mais velhos, por exemplo, evitam trabalhar em lugares de solos mais duros. Eles já não conseguem abrir buracos usando majoritariamente a força do próprio peso.

A relação do corpo com o ambiente é central em todo o processo da captura. Desde o caminhar até a ação de *ajeitar o buraco*, ato executado com a mesma rapidez com a qual se desce ao chão. Nem sempre a força do punho é suficiente para isso. Há ainda quem pise forte no buraco com a parte posterior do pé. Embaixo, sob a terra, o caranguejo esconde-se mais ainda. Ele é bastante sensível aos sons e vibrações no solo, contaram-me. Assustam-se fácil, até mesmo com trovões. Além disso, são rápidos. Todas essas ações devem ser coordenadas e estimo que o tempo médio para pegar um caranguejo é 5 minutos. Este intervalo é mais do que suficiente para que Vinvin o capture ou desista e parta à procura de outro.



Mosaico 24 – Ajeitando o buraco. Acima Vinvin ajeita o buraco aos chutes na primeira sequência. Na última foto toda sua força se concentra no punho a fim de alargar a toca para a entrada do seu braço.

Só depois de ajeitado o buraco o braço é introduzido. Aliás, o próprio ato de ajeitá-lo é a um só tempo, a ação que propicia a captura e, também, o seu início. Geralmente ajeita-se a galeria com o punho cerrado para depois abri-lo. O que não deixa de ser uma estratégia para evitar que as pontas dos dedos sejam atingidas por pontas de raízes. Depois disso, Vinvin me ensinou a seguir Tateando pelo lado, com a palma aberta, deixando as costas da mão rente às paredes da galeria, a fim de irmos prevendo o caminho feito pelo caranguejo, como se o estivéssemos arroteando.

A esperteza e inteligência do caranguejo, entre outras coisas, é observada na sua capacidade de inventar caminhos sob o solo. Raros são os crustáceos encontrados em linha reta perpendicular à entrada de sua galeria. Eles, inclusive, seguem cerca de 30 centímetros em uma linha paralela à do chão para só então descer rumo ao fundo. Esse caminho mais rasteiro, pista inicial para saber qual direção foi tomada pelo caranguejo, é feito na direção oposta ao montículo de lama deixado por ele no mangue visualmente perceptível (montículo que procurei representar abaixo com essa elevação em preto antes do buraco). Destaco isto porque em situações adversas ao caranguejeiro – com o solo parcialmente coberto de água ou buracos tampados de lama –, é exatamente esse detalhe – o montinho – que irá guiar o catador nos momentos iniciais de interação com o buraco.

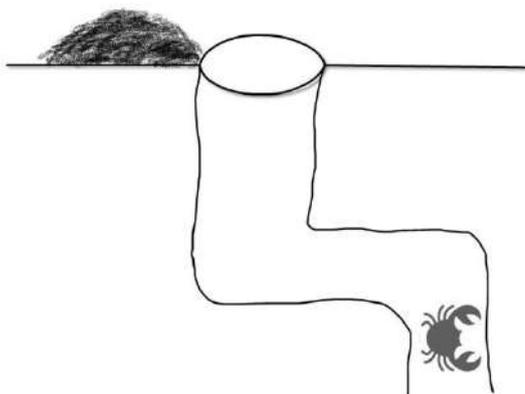


Imagem 4 – Montinho de lama na boca do buraco

No desenho, a seta segue para baixo, indicando um provável trajeto do bicho. Mas caranguejo é cheio de artimanhas, costuma fazer buracos diferentes.

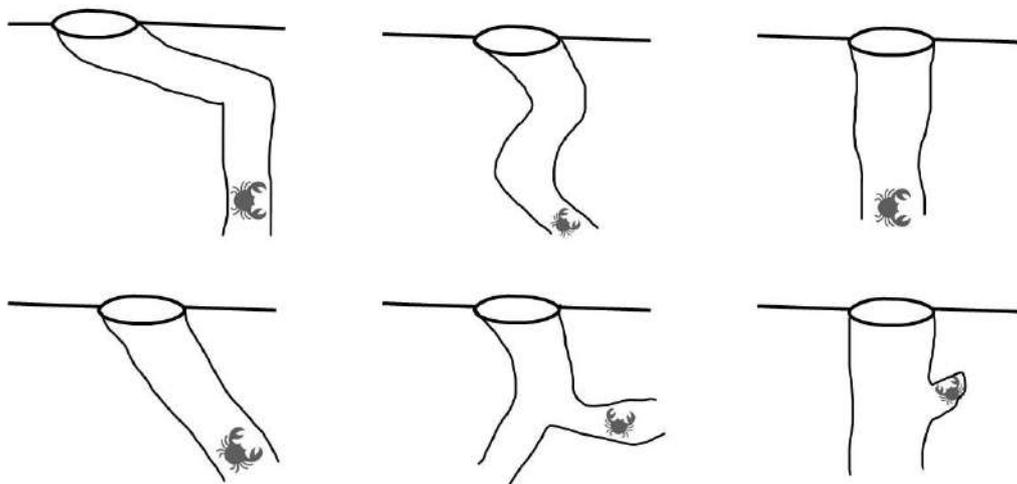


Imagem 5 – Possíveis trajetos do caranguejo no buraco

Os desenhos acima indicam possibilidades de diferentes arquiteturas das galerias dos caranguejos, indicando diferentes caminhos que o braço do catador deve percorrer para alcançar o crustáceo. Essa imagem nem de longe chega perto da infinidade de caminhos possíveis sob o chão. Serve apenas como indicativo do quanto a captura envolve boas doses de criatividade e improviso. O improviso, nesse sentido, longe de ser uma mera abertura ao acaso, relaciona-se a um corpus de saberes em contínuo processo de desenvolvimento a partir da prática (Sautchuk, 2012). É aí que o cambito entra, executando uma série de movimentos articulados pelo catador. As operações com esta ferramenta, apesar de se relacionarem com um aprendizado mais amplo a respeito do manuseio do artefato, somente podem ser apreendidas dentro de um conjunto de relações sempre variáveis envolvendo caranguejeiros (suas habilidades e dimensões anatômicas), as características do ferro e as artimanhas do caranguejo sob o chão.

Assim como a mão deve ser introduzida pelas beiradas da galeria, também assim deve ser feito com o cambito. Vinva e outros caranguejeiros me ensinaram que o gancho do cambito vai à frente decifrando o caminho executado pelo caranguejo. O movimento dessa ferramenta ao descer fundo na galeria vai fazendo semicírculos de forma a perceber se há cavernas, rebancos ou novas rotas na

galeria. Cavernas ocorrem quando o crustáceo se esconde em um local de acesso impossível ao cambito. O rebanco não é tão profundo quando uma caverna, mas ainda assim gera dificuldades. Quando há uma bifurcação na galeria e uma outra rota é estabelecida pelo caranguejo dentro do buraco, cabe ao cambito persegui-la.

Todo esse processo ocorre em um mangue não-visível, entremeando um agregado de raízes e lamas percebidas pelo corpo sem o sentido da visão. Com o cambito no buraco, Vinvin tateia, intui, deixa-se levar pelos caminhos que se abrem à sua ferramenta. O toque do cambito no caranguejo é sentido pelo braço do catador, mas também por seus ouvidos, que presenciam um barulho metálico, como se dois ferros houvessem se encontrado. É através desse som e da forma como o caranguejo é percebido com auxílio do cambito, que Vinva irá posicionar a ferramenta de modo a forçar a subida do caranguejo sem machucá-lo. Pois o cambito não empreende a retirada brusca do caranguejo, apenas força sua saída impedindo-o de voltar ao fundo da sua galeria. Executar essa operação requer não apenas conhecimento e imaginação sobre os prováveis posicionamentos do caranguejo no buraco, como também uma capacidade de improvisação ao lidar com caranguejos alojados de formas não usuais. Requer, antes de tudo, movimentos ritmados que dialogam com as movimentações do caranguejo, bem como sua disposição entre as raízes.

Ingold (2015:95), ao abordar habilidades técnicas como essa, destaca três temas relevantes a serem observados. Primeiro: a qualidade processual do uso de ferramentas. No caso em tela, o manuseio do cambito envolve uma sequência de operações – não apenas no interior da galeria, mas inclusive antes de ser introduzido. Cada uma dessas ações é pré-condição para as que virão depois e consequência imediata do desenvolvimento das anteriores (Ingold, 2015). O ato de tatear o buraco do caranguejo é essencial no deciframento do caminho feito pelo crustáceo. Somente ciente disso, Vinvin irá submergir o cambito no rumo correto. Assim, localizar o caranguejo é condição primeira para a utilização do cambito.

Vinvin, então, age com o cambito e não contra ele. É a partir do acoplamento preciso entre sua mão e o cabo do cambito que nosso anfitrião irá refazer o caminho percorrido segundos antes por sua mão. Nesse meio tempo também o caranguejo pode ter se movimentado e assim chegamos ao segundo ponto: a sinergia entre profissional, ferramenta e material. Não é propriamente com um

material que Vinvin e outros caranguejeiros estão a se relacionar, mas com caranguejos. Ocorre que, em exemplo destacado por Ingold, ele está falando do seu ato de cortar madeira – isso sim um material. É quando o autor destaca que, ao fazê-lo, produz um efeito não apenas do serrote, mas “de todo sistema de forças e relações criado pelo envolvimento íntimo do serrote, do cavalete [que dá apoio à madeira], da peça e do meu-[seu] próprio corpo” (2015: 101). Essa reflexão é pertinente para pensarmos a captura, ferramentas e relações nela envolvidas.

Pegar caranguejos utilizando do cambito exige uma sinergia de movimentos entre a ferramenta, o caranguejeiro e todo o corpo de quem o manipula. Não é apenas a mão que executa os movimentos: o corpo deve estar posicionado no solo de forma a propiciar a subida do tronco no ritmo em que o cambito é retirado da galeria do caranguejo. Para tanto, a mão não utilizada diretamente nessa função deve se apoiar no chão ou nas raízes próximas de forma a dar impulso a esse movimento – juntamente com um dos joelhos. Afinal, executar essa atividade exige que se fique semideitado. Sob o solo, o caranguejo também se movimenta e faz força contrária à ação do cambito. É neste sentido que falar do cambito na captura é relacioná-lo com várias outras coisas dentro de um campo de ação. Somente assim a ferramenta “busca o caranguejo”.

Ingold (2015) inspira-se em Leroi-Gourhan (2002) para falar que uma ferramenta só existe por meio do gesto que a anima. O efeito gerado pelo cambito, portanto, não está nele mesmo, mas no contexto relacional em que é inserido – assim como a mão e o corpo se manifestam apenas por meio das ações que executam. Nesse processo, estão as capacidades de movimento e sentimento desenvolvidas por meio de um histórico de engajamentos práticos com a atividade. Com isso, chegamos ao terceiro ponto das considerações de Ingold (2015) sobre habilidades técnicas: o vínculo entre percepção e ação. O manuseio do cambito pode parecer um gesto repetitivo para quem o observa de fora. São vários movimentos de subida e descida do ferro até que o caranguejo se encontre em um ponto capturável pela própria mão do caranguejeiro. Para quem o executa, contudo, esta ação exige ajustes constantes.

O caranguejeiro precisa educar sua atenção a fim de perceber as variações rítmicas necessárias para o manuseio do cambito. Executar essa tarefa requer destreza, o que, inspirado no teórico russo do movimento Nicholai Bernstein, é

definida como “uma sintonia dos movimentos com uma tarefa que surja” (BERNSTEIN, 1996:23 *apud* INGOLD, 2015, 195). Isso significa que a prática habilidosa de Vinvin, por exemplo, reside não na execução mecânica de atos repetitivos, mas na sensibilidade perceptiva de executar gestos sempre variáveis – ainda que aparentem ser os mesmos – ao forçar a retirada do caranguejo. Caso não atenda responsivamente aos ritmos exigidos pelo crustáceo, a atividade do caranguejeiro pode ser frustrada. Não raro, quando o caranguejo não reage aos movimentos de subida da ferramenta, o cambito precisa ser parado por alguns segundos, como veremos adiante. São coisas que o caranguejeiro habilidoso deve considerar.

Além disso, é preciso atentar para o modo como o bicho se encontra no buraco. Ele entra em sua casa de lado, com a pata maior para dentro e a menor para fora. Ao sair, faz o caminho inverso. No buraco, portanto, o caranguejo geralmente se posiciona de forma lateral. Dialogando com isso, o gancho do cambito deve ser introduzido entre a pata maior e suas pernas para, então, ir conduzindo o crustáceo em direção à superfície com pequenos movimentos repetitivos. Subindo e descendo aos poucos. Uma forma considerada errada de se utilizar o cambito é colocando-o de “qualquer jeito”, trazendo o caranguejo unicamente por seu cefalotórax (peito/cabeça) sem observar o correto posicionamento do gancho entre suas pernas – o que ocasiona a quebra de sua carapaça e a perda de patas e unhas.



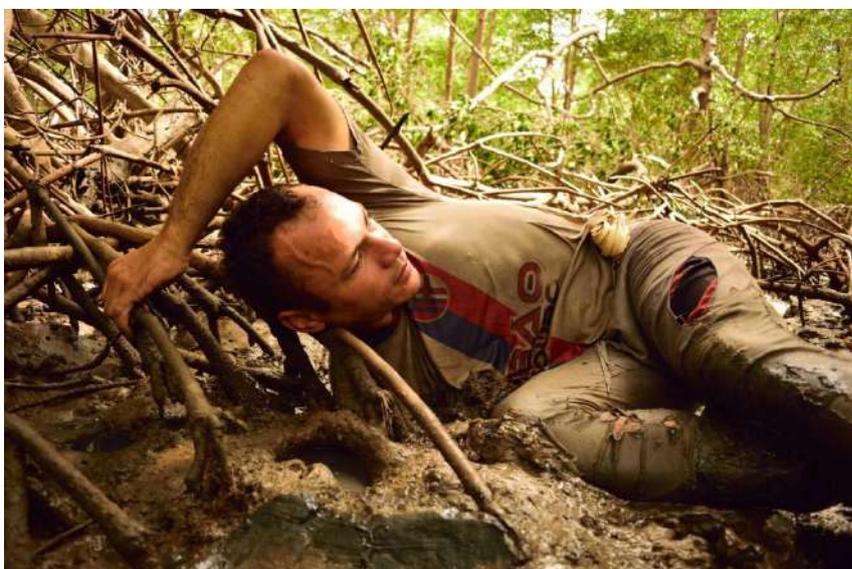
Imagem 6 – O jeito correto de posicionar o cambito

Nem sempre o caranguejo se encontra de lado. Alguns buracos podem abrigar crustáceos com garras voltadas para a entrada do buraco, ou seja, na mesma direção e em sentido contrário aos dedos do catador. Um perigo, contou-me Vinvin, principalmente porque antes de introduzir o cambito é a mão que efetua esse primeiro movimento de descida, ajeitando o buraco e decifrando os possíveis caminhos traçados pelo caranguejo. Só depois disso é que o acoplamento entre o braço e o cambito inicia sua perseguição ao bicho. Notem aqui que o processo de captura envolve várias transformações e ajustes. O primeiro deles diz respeito às próprias habilidades corporais e perceptivas do catador (no mangue visível e no mangue invisível). Depois, pegar caranguejos envolve *ajeitar* tanto estes viventes quanto seus ambientes de forma a torná-los propícios para a captura. Se o buraco é *ajeitado*, o caranguejo também o é em seu interior.

Isso ficou mais evidente para mim quando, orientado por Vinvin e outros parceiros, engajei-me na captura usando apenas o braço. Antes de puxar o caranguejo, é preciso que nos certifiquemos de que, primeiro, não seremos pinçados e, depois, de que ele não irá perder as patas. Assim como nossa mão se movimenta no buraco, o caranguejo também o faz na tentativa de se defender de seu predador. É preciso imobilizá-lo. Fazemos isso pegando-o de costas, onde o campo de ação de suas garras é praticamente nulo, a não ser que o caranguejo se desvencilhe da palma da mão ganhando espaço em algum caminho da galeria. Com a cabeça (cefalotórax) do caranguejo contra nossa mão, ele se torna inofensivo. Esse posicionamento permite que nossos dedos indicador e médio pressionem com força sua pata maior, imobilizando-a contra seu corpo crustáceo. A pata menor e as pernas do seu lado ficam, assim, contrárias ao nosso pulso, movimentando-se no ar. As dedeiras dos dedos mais diretamente envolvidos na captura desgastam-se mais facilmente que aquelas acopladas aos dedos mínimo e anelar. Pegar caranguejo é também *lutar* e *botar força* com ele, e isso se dá basicamente com a palma da mão e nossos dedos indicador, médio e polegar.



Mosaico 25 - Mangue não visível. Cuidado e atenção de Querido aos caminhos subterrâneos de caranguejos *enrascados*.



Caranguejos, ao serem capturados, atuam no sentido de se desvencilharem. Fato incontestado entre meus anfitriões. Os crustáceos procuram meios de escapar dos nossos dedos com o movimento de suas patas, pernas e unhas. Se os caranguejeiros também se cansam com os esforços envolvidos na captura – *luta* iniciada na própria procura pelo bicho – também os caranguejos se extenuam com isso. Principalmente se estiverem (ou forem) *enrascados*³⁸. Quando isso ocorre, prepare-se para níveis dobrados de dificuldade. O emaranhado de raízes presentes no mangue visível também continua sob a superfície. Caranguejos costumam fazer morada entre raízes por demais estreitas, dificultando o acesso da mão. Nós, humanos – caranguejeiros e antropólogo –, ficávamos conversando admirados, sem entender como um caranguejo de 13 centímetros de carapaça conseguia se alojar em espaços tão estreitos.

Malabarismos e contorcionismos de toda ordem são feitos. Eventualmente a captura é frustrada e o caranguejo perde patas e unhas antes mesmo de chegar à superfície. Cena comum era o cambito sair da lama com uma pata agarrada ao seu gancho, o que tornava sua comercialização inviável. Fato semelhante ocorre quando, embora capturado, a carapaça do bicho tenha sido furada/quebrada pelo cambito. Isso quando caranguejeiros inexperientes não acabam por matá-lo dentro da galeria. A matéria vai se decompondo e, não raro, outros caranguejeiros, ao tentarem capturar um possível caranguejo no mesmo buraco, deparam-se com o mais terrível de todos os cheiros. Alguns chegam a vomitar, ficam meio tontos, levam alguns segundos até se recuperarem. Não sem antes praguejarem o *filho do cão* que fez aquilo. Matar um caranguejo sem conseguir capturá-lo – por vezes – requer mais esforço. Envolve tentativas frustradas, entradas e saídas do cambito no buraco, novos e repetidos cálculos de como movimentar o corpo e o braço, leva-se tempo *lutando* com um caranguejo *enrascado*.

A morte do caranguejo numa captura frustrada prova o quanto os movimentos executados pelo catador devem ser sentidos por ele, o que envolve ritmo. Não há repetição nos seus gestos. Cada caranguejo possui dimensões específicas e se encontra em um ambiente que lhe é próprio e único. Não há dois buracos iguais. O movimento do cambito deve estar relacionado aos outros

³⁸ Caranguejos enrascados são caranguejos de difícil acesso, seja por seu posicionamento no buraco, seja por estarem em uma galeria repleta de raízes a dificultar sua captura.

movimentos com os quais se desenrola. Um desses é o movimento do próprio caranguejo. Caso ele não responda ao sobe-e-desce do cambito, muito provavelmente algo em sua galeria o impossibilita de subir. Ele pode ter esgueirado parte do corpo em um rebanco ou ter se prendido entre raízes ou algum pedaço de madeira.

É preciso descer com a mão e perceber o que aconteceu. Às vezes isso não é possível, geralmente quando o espaço no qual se encontra o caranguejo só permite a entrada do cambito. Insistir em executar o mesmo movimento repetidas vezes em situações assim esperando que – de alguma forma – o caranguejo saia por onde conseguiu entrar, é arriscar matá-lo ou machucá-lo. Melhor é sair na busca por outros. Assim, tendo a concordar com Ingold (2015: 108): “o manuseio habilidoso de ferramentas é qualquer coisa, menos automático, sendo na verdade ritmicamente responsivo às condições ambientais em constante mudança”.

Decifrar o ponto certo entre insistir na captura de um caranguejo ou desistir dele é marca de caranguejeiros que *sabem trabalhar*. Muito raramente ouvi a expressão “bom caranguejeiro”. As qualidades dos meus anfitriões eram destacadas não através de um adjetivo, mas, sobretudo, pela expressão conjunta de dois verbos: *saber trabalhar*. Conclusão número um: um caranguejeiro experiente se faz a partir de um conjunto de engajamentos práticos com o meio e outros viventes. Esse saber voltado para as práticas torna-se visível no cuidado e na atenção dispensada aos caranguejos. É preciso saber que, por maior que seja o crustáceo, *botar força* com ele, em muitos casos, pode levá-lo a uma morte sem ganho algum. Conclusão número dois: quem *sabe trabalhar* sabe quando é preciso desistir de uma captura infrutífera, além de reconhecer se – uma vez capturado – o caranguejo terá força para se manter vivo em seu longo trajeto mangue a fora (sobre o que falaremos no capítulo 4).

Não matar: sobre cuidado e persistência

A lida com animais e plantas, em alguns contextos (Coelho Pereira, 2017; Virgílio 2018), também é descrita como uma *luta, peleja, labuta, trabalho*, ou, no caso dos caranguejos, algo com o qual se *bota força*. A lida com esses bichos envolve doses consideráveis de atenção às suas expressões e um trabalho constante e ativo com relação a ele. Mesmo em situações que o subjagam,

caranguejeiros devem estar atentos ao fato de caranguejos estarem fracos ou com poucos reflexos ou praticamente sem movimentos depois de capturados.

Quando isso ocorre, o crustáceo deve ser deixado no mangue. Só assim terá condições de se recuperar e sobreviver, contou-me Vinvin. Do contrário, morreria antes mesmo de sair do mangue e ele precisa estar vivo. O que não é mero detalhe. Isso é algo crucial para a venda do bicho, bem como para o prestígio (e o bolso) do caranguejeiro que *sabe trabalhar*. *Botar força* com o caranguejo deixa-o cansado. Quando saem muito forçados, praticamente não se mexem. Ficam mansos, amuados e é possível amarrá-los na corda sem que eles se *estribuchem* tanto, mas também há casos nos quais são capturados sem tanto *sofrimento*, pouco *maltratados* ou *judiados*. É quando são pegos apenas com a mão ou quando, assustados, acabam saindo do buraco por conta própria. Nesses casos, prepare-se para amarrar um caranguejo valente, quase indomável, com o qual é preciso ter agilidade ao prendê-lo na palha de carnaúba. Caso contrário, ele pode embolá-la por inteiro ou, o que é pior, *morder* seu dedo.

“Caranguejo é bicho valente, só entra no mercado amarrado”. Essa frase brinca com a valentia de um sujeito geralmente derrotado em seus confrontos interespecíficos, mas que sempre reage! Fala também da falta de habilidade desse bicho em conviver com outros. Solitário que é, briga até com outros caranguejos, questão de se encontrarem. Acuado, age na defensiva, andando para trás e para os lados à procura do primeiro buraco onde possa se entocar. Suas garras puxam o oponente para junto de si e buscam carregá-lo para o fundo de sua morada. A valentia do caranguejo, característica recorrente nas conversas que tive com Vinvin e outros parceiros, só perde para outra qualidade sua: a esperteza. É nesse sentido que *botar força* com ele implica não apenas um confronto físico, mas também uma disputa intelectual envolvendo estratégias e artimanhas.

Não raro, ao conversar com Vinvin e outros interlocutores sobre os crustáceos, ouvi frases como “caranguejo é bicho sabido”. “Ele tem inteligência sim, não é porque é bicho que ele não tenha a inteligência dele, do jeito dele”, ou “tudo no mundo tem o seu pensar”. Essas declarações dão pistas sobre uma ideia não intelectualista de inteligência e abrem janelas para pensarmos as capacidades criativas dos caranguejos em seus movimentos com e contra outros. Algo que pode ser melhor observável ao acompanhar os crustáceos tentando se defender de seus

predadores humanos com os quais – também – “botam força”. É nesse sentido que “lutar”, “pelejar” e “botar força” fornecem pistas importantes sobre a captura.

As artimanhas dos caranguejos são expressas tanto no mangue visível (através das pistas falsas deixadas na lama sobre o seu real tamanho) quanto na diversidade de caminhos possíveis em suas galerias sob o solo. Além de *lutar* (no sentido de se esforçar) para encontrá-lo na imensidão do mangue, é preciso ainda *botar força* com ele (no sentido físico) para retirá-lo de sua toca. Esse último ato, sobretudo, envolve considerar a criatividade desses crustáceos em seus engajamentos no mangue. “Pra pegar caranguejo você tem que levar no capricho e não se invocar com as ideias dele”. Demorei um tempo até entender essas palavras de um antigo catador. Que ideias seriam essas? Como são expressas? E o que significa em termos práticos levar no capricho?

Além do buraco propriamente dito, alguns caranguejos fazem ainda o “suspiro”. Uma espécie de segunda saída. Abertura situada logo ao lado da principal, mas que não apresenta tantas pistas, como rastros, fezes ou montículos de lama. Pelo suspiro o caranguejo pode sair (acuado com a captura) e embrenhar-se em outro buraco das proximidades. Ficando, portanto, completamente fora do campo de ação do caranguejeiro. Aliás, nisso reside uma das principais *ideias* capazes de provocar (*invocar*) os catadores: a capacidade frequente que os caranguejos têm de sumirem, a despeito de já terem sido tocados – um forte indício de sucesso na cata. Eventualmente, se a galeria for mais profunda que os cerca de dois metros do acoplamento “braço+cambito” ou apresentar caminhos e veredas não perceptíveis ao catador, o caranguejo ganha/desaparece ao ocupar esses espaços. Porém, a forma como ele faz isso é descrita como um verdadeiro enigma. “Caranguejo tem um mistério com ele” (Daniel).

Foi quando percebi que as *ideias* do caranguejo se relacionam, sobretudo, com sua habilidade de movimentação (e de fuga) no interior da galeria, ainda que aparente estar inescapavelmente no campo de ação e percepção do caranguejeiro. Mas não é apenas sob o chão que o caranguejo desaparece, ele também some na superfície do mangue visível. Lembro de caminhar com Vinvin durante um dia inteiro e encontrarmos poucos buracos no caminho. Tamanha foi nossa surpresa quando, nos minutos finais de nossa caminhada, avistamos várias (muitas!) pistas de galerias. Ambos sorrimos boquiabertos, abismados, contrafeitos! “Como assim

só agora eles aparecem?”, falei para Vinvin que, rindo entre dentes, me respondeu: “caranguejo é cheio de onda!”.

No capítulo 1, falamos sobre como a maré e o fluxo das águas interfere na formação de rastros de caranguejos no mangue. A imprevisibilidade com relação a isso, por outro lado, também é experienciada como parte de suas *ideias*, do *seu pensar*, isto é, como habilidades desempenhadas por ele e que são impossíveis de serem previstas, controladas ou, em última instância, capturadas. Destaco ainda quando os caranguejos soltam suas patas ou, a despeito de estarem no campo de ação e percepção do cambito, posicionam-se de tal forma a impossibilitar o manuseio correto da ferramenta – a menos que o catador lhe pretenda quebrar inteiro. O que é considerado, a um só tempo, maldade e prejuízo, pois é consenso entre os caranguejeiros não maltratar animais de maneira geral e porque não se obtém lucro algum do crustáceo sem patas. As artimanhas dos caranguejos, contudo, provocam raiva, frustração, deixam a pessoa *invocada* (irritada)! Lidar com todos esses sentimentos envolvidos na captura sem se desgastar (tanto) ou praguejar contra os caranguejos (o que é considerado mau agouro) só é possível caso essa relação seja levada no *capricho*.

A princípio, entendi por *capricho* um esmero técnico na atividade de cata. De fato, não deixa de ser. É preciso saber lidar com as *ideias* do caranguejo e localizá-lo a despeito de as pistas serem incertas. Feito isso, *ajeitar o buraco* requer decifrar caminhos sob a lama, no mangue invisível. O cambito deve ser posicionado exatamente entre a pata grande e as pernas do crustáceo. Para tanto, o catador conta somente com suas percepções física e motora. Vai tateando o melhor posicionamento com base na dinâmica entre o caranguejo e o acoplamento braço + cambito. *Capricho*, portanto, no contexto dessas ações, parecia se referir a sofisticções bastante elaboradas no engajamento prático dos caranguejeiros com o mangue. Contudo, *levar no capricho* fala muito mais da persistência e teimosia implicadas no jogo de captura e fuga presente na cata. Sinônimo de pirraça, afinco e obstinação na lida dos caranguejeiros com os caranguejos.

“Caranguejo é esperto, mas nós temos que ser mais espertos do que ele” (João³⁹). Prever seus movimentos, surpreendê-lo, ganhar no cansaço. O bom treino dessa esperteza é façanha de caranguejeiros experientes. Pessoas que não

³⁹ Nome fictício. O interlocutor pediu para não ser identificado.

desistiram da atividade frente todo tipo de *covardia* (no sentido de sabedoria/malandragem) acionadas pelos caranguejos. No começo, tudo é pior. Catadores iniciantes se aventuram em mais buracos que os profissionais e ainda assim capturam menos. Mesmo Vinvin, com mais de dez anos no ramo, frustrava-se com frequência por ter pego um caranguejo pequeno onde imaginava ser um grande.

“Se em todo buraco que a gente metesse a mão fosse um caranguejo bom [com pata grande, macho e pelo menos 6 centímetros], ligeirinho a gente inteirava as dez cordas”, dizia Vinvin. Cansei de ver meus interlocutores devolverem caranguejos ao mangue ou desistindo de um buraco depois de se esforçarem por minutos sem sucesso algum. Teimar na captura do bicho e não se deixar vencer por sua esperteza crustácea é essencial na constituição do catador que *sabe trabalhar*. Conheci ex-caranguejeiros que me justificaram abandonar a captura pela falta de paciência em *levar no capricho*, habilidade das mais importantes.

Paciência, atenção e inteligência são qualidades essenciais. Essas características são expressas em movimentos de ação e percepção tanto no mangue visível quanto no mangue sob os nossos corpos, aquele acessível apenas através do acoplamento braço+cambito. Apesar disso, os caranguejos não são os únicos vivos para os quais essas habilidades são direcionadas. Tão crucial quanto capturá-los é sair com eles vivos do mangue, conforme falei anteriormente. Só assim é possível obter algum ganho comercial. Observamos quais cuidados devem ser tomados para evitar morte ou maus tratos ao caranguejo durante a captura. O que não disse é que todo esse zelo continua com o bicho já amarrado e sobre a lama. Cuidar da vida dos caranguejos é (também) trabalhar a percepção para decifrar a proximidade de seus (outros) possíveis predadores.

Manter vivo: a peleja com corredeiras (*Goniopsis cruentata*) e macacos-prego

Andando com Vinvin, reparei que os caranguejos já capturados ficavam sempre próximos a ele. Vez ou outra, acompanhando a ocorrência de buracos em tronqueiras contíguas, nos distanciávamos das cordas. Vinvin, então, ficava de pé, sobressaltado, olhando para todos os lados: “tu lembra onde a gente deixou?”. Esquecer o lugar onde os caranguejos foram deixados é um risco real – ainda que

raro. Algo extremamente comum, contudo, é ter sua mercadoria destruída por macacos.

Na procura por caranguejos, a atenção é focada em pistas deixadas sobre a lama. Com a mão no buraco, ato que alguns caranguejeiros comparam a um mergulho, as habilidades de manuseio do cambito e de movimentações do próprio corpo sobre a lama ganham centralidade. Alguns até fecham os olhos. De certa forma, as possibilidades de ação dos caranguejeiros estão restritas à galeria do crustáceo. O campo de percepção visual, baixo e rente a chão, fica extremamente limitado. A percepção, porém, não é algo restrito a um outro sentido e dá-se amplamente por todo o corpo nos fluxos do ambiente que lhe atravessa (Ingold, 2015). Ao capturar o caranguejo, propriamente, Vinvin e outros interlocutores percebem a presença de macacos-prego pelos sons que emitem, sejam vocalizações ou ruídos provocados pelo caminhar nas raízes e galhos de mangue.

Macacos-prego são profissionais em distrair catadores e seus acompanhantes, sejam amarradores ou antropólogos. Lembro do dia em que me foi dada a função de vigiar os caranguejos. Meu parceiro iria procurar buracos em tronqueiras distantes e eu já estava muito cansado. Querido (era com ele que eu andava) não se distanciou tanto a ponto de podermos trocar uma palavra ou outra aos gritos. Apesar de não nos vermos totalmente, podíamos ouvir os sons que nos arroteavam. Dois macacos, da copa de um mangue altíssimo, começaram a brincar. Eles se agarravam para depois pularem de um galho a outro. Eu apenas ria, olhando encantado para o alto, acompanhando o movimento dos dois pequeninos. Um deles começou a jogar pedaços de galhos contra o chão. Parecia querer me atingir ou, pelo menos, chamar mais ainda minha atenção. Querido ouviu o barulho e, assim como Vinvin vez ou outra fazia, levantou-se de supetão, emergindo das raízes aos gritos: “os macacos! os macacos!”

Distraído, não percebi que dois outros macacos estavam prestes a se aproximar das cordas de caranguejo. Descobertos, fugiram. Eu e Querido rimos muito e ele alertou-me: “só andam em bando, fazem a maior gaiatice pra distrair o cara”. “O macaco é o maior bandido que tem no mangue” (Seu Chico). As histórias envolvendo esses pequenos primatas são inúmeras. Eles se aproveitam de momentos bem específicos da captura e do distanciamento dos catadores para surrupiarem as cordas. Além de perderem o que foi capturado no decorrer do dia,

os caranguejeiros ainda lidam com a frustração de verem os crustáceos mortos “por nada”, “porque eles [os macacos] só comem a gordura [do caranguejo]”. Alguns sequer os comem.

Seu João, caranguejeiro antigo, 60 anos, contou-me do dia em que se distraiu na procura por buracos. Só depois de muito tempo deu-se conta de que os caranguejos haviam ficado para trás. Mirando no ponto onde havia marcado, observou um macaco imenso, preto, muito diferente de todos os outros que já havia visto na vida. O bicho sentou-se ao lado da sua roda de caranguejos e, com as patas, começou a quebrar todas as cordas. Os caranguejos saíram em debandada, entrando nos buracos. Ao ver seu João correndo em sua direção a fim de juntar os caranguejos libertos, o bicho se foi. Até hoje ele não sabe se o que vira fora mesmo um macaco ou alguma visagem. Mas não é incomum que macacos peguem caranguejos somente para deixá-los em outro lugar ou jogá-los da copa dos mangues, sem comê-los.

Em resumo: além de capturar caranguejos, é preciso sair com eles vivos do mangue. Pelo menos até entregarem a mercadoria para seus atravessadores. Macacos-prego não são as únicas ameaças na execução dessa atividade. Meus anfitriões deixavam os amarrados de caranguejo no chão. Não demorava muito tempo para que as corredeiras se aproximassem vagarosamente e comesçassem a cavoucar os caranguejos na articulação de suas patas, junto ao cefalotórax. Ao fazer isso, puxam a carne do peito do caranguejo com suas pequenas pinças. Elas saciam a fome, eles morrem e os caranguejeiros ficam no prejuízo. A fim de evitar isso, o catador deve atender e se engajar em um campo de ação e percepção muito mais abrangente que suas relações diretas com o caranguejo em si. Entre uma captura e outra ele deve se assegurar de que as corredeiras não estão atacando seus amarrados, eventualmente chegando perto das cordas para afugentá-las ou jogando pedaços de lama em sua direção. São animais bastante sensíveis aos movimentos humanos, dispersam-se com facilidade.

Considerações finais: “o rapaz aqui sabe trabalhar”

Pegar caranguejos, conforme demonstrei no decorrer desse capítulo, envolve o caranguejeiro em um emaranhado de relações com viventes, materiais e técnicas. Lidar com o mangue é, sobretudo, desenvolver habilidades através de uma educação da atenção. Aqui tomo o termo habilidade [*skill*] na perspectiva

proposta por Ingold (2000). Para ele, habilidade [*skill*] não pode ser entendida como uma propriedade do corpo humano individual (ou demais organismos) em si mesmos, mas deve ser concebida dentro de um conjunto de ações práticas. Coisas, organismos, matérias primas e artefatos, nesse sentido, só podem ser apreendidos na própria atividade, ou seja, na sinergia estabelecida entre eles. Exatamente por isso, o autor complementa que habilidade não pode ser entendida como uma mera técnica do corpo: “para entendermos a verdadeira natureza da habilidade [*skill*] [...] devemos restabelecer o organismo humano no contexto original do seu engajamento ativo com o que constitui seu entorno”.

Habilidade, então, passa a ser considerada como um “campo total de relações constituído pela presença do organismo-pessoa, indissociavelmente corpo e mente, em um ambiente ricamente estruturado”. Disso resulta que o “estudo das habilidades não somente se beneficia de, mas demanda uma abordagem ecológica” (Ingold, 2000: 353). Observamos, por exemplo, como as relações nas quais os caranguejeiros estão implicados envolve considerar práticas e movimentos de sujeitos outros: os caranguejos são alguns deles. Além de localizar seus buracos no mangue, convém perceber a forma como os crustáceos estão alojados em sua galeria, pois somente assim o cambito poderá ser introduzido sem machucar o bicho, seja quebrando-o, ocasionando a perda de patas ou mesmo matando-o.

É graças a essa atenção focada no caranguejo que o catador saberá até quando deve “lutar”, “pelejar”, “botar força” com ele ou, simplesmente, “deixá-lo de mão” e seguir à procura de outros. A habilidade de pegar caranguejos, portanto, não se trata unicamente da ação mecânica de trazer o crustáceo à superfície com a mão ou o auxílio de um gancho – o cambito. Assim como toda prática habilidosa, a cata envolve ainda “qualidades de cuidado, julgamento e destreza” (Ingold, 2000: 353). Sobretudo na relação com os caranguejos, repito, mas não só, pois envolve uma atenção ativa a todo o ambiente no qual a atividade está implicada. O catador habilidoso deve considerar os materiais utilizados em suas ferramentas e vestimentas, as variações nos ciclos de inverno e verão, a presença ou ausência de mosquitos e muriçocas, bem como de outros viventes – como macacos e corredeiras. O que nada mais é senão um envolvimento atento e perceptivo com o meio e outros viventes.

Ancorado no neurocientista russo Nicholai Bernstein, Ingold argumenta então que “a essência da destreza descansa não nos movimentos corporais em si mesmos, mas na responsividade desses movimentos às condições do entorno, que nunca são as mesmas de um momento a outro” (Ingold, 2000, 353). A cada nova descida da mão ou do ferro, a lama volta a dominar o espaço vazio da galeria. O caranguejo movimenta-se. Eventualmente, pode esgueirar-se em rebancos ou outros caminhos sob o solo. O que exige agilidade e criatividade. Insistir em executar movimentos sem variações é uma falta de destreza que, não raro, implica na morte do caranguejo ainda na toca – imperícia geralmente cometida por catadores inexperientes ou aprendizes antropólogos. Desta forma, “a destreza seria justamente a capacidade de se ajustar às inúmeras e às vezes ínfimas variações de uma tarefa que parece, mas apenas parece, ser sempre a mesma” (Sautchuk 2015: 123).

Sendo assim, a prática habilidosa não poderia ser reduzida a uma fórmula e tampouco transmitida intergeracionalmente como um conjunto particular de regras, arremata Ingold (2000). Não se trata de um conjunto de representações mentais formadas através da observação. Tampouco seria algo simplesmente aplicado na prática por meio de imitações mecânicas. Apesar dessa crítica, ele não nega o lugar da observação e da imitação na aprendizagem de habilidades, mas não entende que a observação de praticantes habilidosos seja algo separado do próprio engajamento ativo e perceptivo entre o aprendiz praticante e seu ambiente. O aprendizado de habilidades, portanto, ocorre por meio de uma atenção ativa do neófito aos seus arredores e aos seus próprios movimentos. Constituir habilidades, então, é visto como um processo de engajamento prático com o mundo por meio do qual o aprendiz vai ajustando seus movimentos de forma a adquirir a fluência rítmica de praticantes experientes (Ingold, 2000: 353).

Longe de transmitir um corpus de representações ou esquemas pré-formatados, o trabalho das gerações mais velhas seria orientar as mais novas em contextos que as propiciem agir e perceber o mundo por conta própria – fornecendo suporte para que elas possam catar as possibilidades do mundo e engajar-se conforme seus movimentos de ação e percepção (Ingold, 2000: 353). Isso se daria através da “educação da atenção”, expressão que Ingold empresta de Gibson, conforme falamos anteriormente. Tornar-se um caranguejeiro experiente

envolve, antes de tudo, aprender a caminhar no mangue. Isso não se faz memorizando movimentações corporais ou incorporando padrões através da observação, conforme observamos no capítulo dois. É algo que se faz caminhando! Submetendo o corpo ao equilíbrio das raízes e experimentando andanças em manguezais absolutamente variáveis no que diz respeito à sua resistência e espaçamento entre as raízes. É caminhando, ainda, que se aprende a localizar as galerias de caranguejo.

Localizar esses bichos envolve boas doses de criatividade ao relacionar evidências – geralmente incertas – deixadas na lama. Só assim o sexo e o tamanho do crustáceo poderão ser inferidos com melhor precisão, prática de conhecimento imprescindível na constituição de um caranguejeiro que *sabe trabalhar*. Saber trabalhar envolve também manusear corretamente o cambito, capturar caranguejos grandes sem feri-los ou matá-los, entender quando uma captura deve ser abandonada e, por último, mas não menos importante, sair do manguezal com os crustáceos vivos. *Saber trabalhar*, portanto, não se traduz necessariamente em um acúmulo de saberes, a despeito da própria expressão poder sugerir isso. Esta habilidade⁴⁰ é mais bem descrita como um processo por meio do qual o catador aprende a agir atenta e responsivamente a um conjunto de viventes, materiais disposições e ritmos sempre variáveis. Nesse contexto, tanto *saber trabalhar* quanto expressões que dizem respeito às *ideias, inteligência e esperteza* dos caranguejos indicam não apenas ações meramente mentais, mas processos que envolvem práticas corporais, movimentos e engajamentos físicos que se aplicam tanto a humanos quanto a crustáceos.

⁴⁰Para Sautchuk (2015: 125), a noção de habilidade [*skill*] tem o mérito de focar nas ações enquanto um conjunto de movimentos articulados, mas pondera que fazer um melhor uso dessa categoria implica em atentar para o campo mais amplo das relações no qual ela emerge, para além do humano. Sua crítica ao Ingold de *Perception of Environment* (2000), livro no qual o autor aborda as habilidades [*skills*] com maior precisão analítica, está no fato de ele conceituar habilidade [*skill*] como um campo total de relações constituído pela presença do organismo-pessoa. Mesmo reconhecendo que Ingold (2002) considera a constituição de habilidades [*skills*] por animais e outros viventes – tomando-a como algo profundamente relacional –, Sautchuk afirma que o foco no organismo-pessoa acaba por eclipsar as diferentes localizações e composições do humano no processo como um todo. É como se a noção de habilidade [*skill*] fosse pouco capaz de perceber os diferentes níveis e hierarquias entre os diversos organismos e artefatos em um sistema total de relações e ações. Tendo a concordar com Sautchuk, sobretudo no que diz respeito à dica metodológica de não confundir habilidades [*skills*] com a totalidade do processo em análise. Em obras posteriores, o peso de Ingold nas noções de habilidade [*skill*], ambiente, organismo-pessoa é mais leve, ainda que não considere uma ruptura total com essas categorias.



CAPÍTULO 4

Mercadoria viva

Caranguejos e caranguejeiros estão emaranhados em várias relações que atravessam e transcendem o território (capítulo 1), os manguezais (capítulo 2) e as práticas de captura (capítulo 3). Em diálogo com tais atravessamentos, neste capítulo falarei dos vínculos comerciais e de trabalho que igualmente atravessam escolhas, práticas e técnicas anteriores e posteriores à cata “propriamente dita”. Atentarei para esse conjunto de ações e momentos com foco nas várias transformações e composições dos caranguejos desde o mangue até seu transporte interestadual. Nesse processo, o crustáceo vivente devém mercadoria dotada de características particulares. Interessa-me saber como isso ocorre.

Não se trata de opor, de um lado, o animal e, do outro, a mercadoria, mas de pensar como, a partir desses agenciamentos (aos quais poderíamos acrescentar outros), diversas práticas e transformações emergem. Assim, acompanhamos alguns dos caminhos traçados pelos caranguejos quando – uma vez nos seus ambientes – suas linhas de vida são cruzadas pelas dos humanos caranguejeiros.

O caranguejo recém capturado não é o mesmo que chega à mesa dos consumidores. Até lá um conjunto de técnicas e processos transformativos acionam diferentes devires desse crustáceo, ao passo que também pretendem padronizar e qualificar os indivíduos capturados. Quando meus amigos pegavam o animal, ora chamavam-no de bicho, ora de rapaz (ou cara), ora de mercadoria. No último caso, costumavam também se referirem a seus patrões: “com uma mercadoria dessas, o patrão chega baba [se impressiona positivamente]!”. O caranguejo, então ocupava esse lugar múltiplo. Neste contexto, um conjunto de relações – não apenas comerciais, mas também patronais – atuam na composição dos crustáceos, transformando-os.

Essas transformações dizem respeito a diferentes práticas e sistemas por meio dos quais os crustáceos fluem ao longo do seu ciclo de vida. Em algumas situações de relação com os humanos, um caranguejo torna-se, além de um vivente, uma mercadoria. Kopytoff (2008) destaca o quanto as coisas e, inclusive, viventes, como pessoas em contextos marcados pela escravidão colonial, por exemplo, podem entrar e sair da condição de mercadoria. A mercantilização é um

processo, nas palavras do autor; algo que mais tem a ver com o caráter contextual do ente (ou artefato) em um sistema específico de relações, do que propriamente com um status imutável e definido a priori. Ainda que siga caminhos teóricos distintos, Anna Tsing (2009, 2013, 2015a) também destacou o quanto uma mercadoria nunca é única e exclusivamente uma mercadoria durante toda sua trajetória. Ela analisa os cogumelos Matsutake (Tsing, 2015a) na fricção (Tsing, 2005), isto é, no (des)encontro criativo e estranho entre diferentes sistemas de valoração que, tanto constituem os cogumelos como dádivas em um sistema de relações, obrigações e reciprocidades, quanto mercadorias em um contexto no qual o valor das coisas é medido pelo seu potencial de uso e troca (Tsing, 2013).

A abordagem de Anna Tsing (2013) a respeito da mercadoria difere de outras bastante difundidas na antropologia (Appadurai, 2008, 2013; Kopytoff, 2008; Strathern, 2006, 2014). Ela está preocupada com as mercadorias da forma como ocorrem em sistemas capitalistas e, assim, aproxima-se das discussões de Marx (2013a) ao considerá-las a partir do processo de alienação que as constitui. Arjun Appadurai, por sua vez, volta-se menos para as circunstâncias nas quais esses elementos são produzidos – afastando-se de abordagens mais clássicas focadas na produção. Sua questão é com os processos de circulação nos quais coisas e artefatos diversos são trocados. Em outras palavras, o que interpela Appadurai é a própria trajetória das coisas nos seus mais variados fluxos. Mercadoria, então, passa a significar artefatos (mas não só) passíveis de serem trocados, sendo essa característica – a trocabilidade – definidora da “situação mercantil na vida social de qualquer coisa” (Appadurai, 2008: 27).

Ao fazer isso, Appadurai expande sua análise a uma variedade ampla de contextos, não apenas capitalistas. Em última instância, mercadoria passa a significar tudo o que seja passível de troca. Assim, o autor rejeita certas dicotomias bastante caras ao pensamento antropológico – como aquela entre dádiva e mercadoria. A seu ver, oposições como essa reforçariam estereótipos de sociedades simples *versus* complexas, por exemplo, colocando de um lado coletivos pautados na reciprocidade enquanto princípio estruturador da vida social e, do outro, “sociedades” pautadas na racionalidade lógica e burocrática. Ao se livrar dessa dicotomia, o autor pretende observar diferentes aspectos das trocas ocorram elas onde ocorrerem, atentando sobretudo para seus respectivos contextos.

Tsing (2013) pontua que, ao fazer isso, Apadurrai perde de vista as especificidades da troca de mercadorias no capitalismo contemporâneo, principalmente no que se refere a certas particularidades da conversão de mercadorias em dinheiro. Além disso, como desconsiderar a exploração de ecologias diversas e a acumulação de capital amplamente presentes em processos como esses? Tais questões, centrais no pensamento da autora, são de alguma forma acionadas a partir da oposição entre dádiva e mercadoria. Ao fazer isso, contudo, Tsing (2013, 2015a) não realiza uma dicotomia entre diferentes tipos de sociedade. Sua preocupação é perceber de que forma o capitalismo se apropria de formas não capitalistas de produção para continuar existindo – fenômeno considerado por autores como Harvey (2004), Meillassoux (1976), Federici (2017) e Luxemburgo (1970) (para citar alguns) de importância crucial nos contínuos processos de acumulação primitiva (Marx, 2013a) ou acumulação por espoliação (Harvey, 2004), ou ainda, *salvage accumulation* (TSING, 2015a; 2015c). Termos que não são sinônimos, mas se relacionam. Voltarei a esse ponto na última seção deste capítulo em diálogo com meus amigos caranguejeiros a respeito do dinheiro obtido na lida com caranguejos.

Retomando a oposição entre dádiva e mercadoria, Tsing destaca o quanto apenas em momentos bem específicos os cogumelos são única e exclusivamente mercadorias. Seu principal argumento é o de que o cogumelo vai se fazendo mercadoria graças às consecutivas classificações pelas quais passa desde que é coletado pelos catadores, vendido para atravessadores – que os classificam por tamanho, textura e qualidade – até os repassarem para outros compradores que, mais uma vez, irão classificar os cogumelos. Somente depois disso eles são colocadas em caixas e despachados dos Estados Unidos, ou da China, para o Japão, seu principal mercado consumidor. Lá, cogumelos são presentes caros, dádivas que reforçam laços de amizade, alianças de família e assim alimentam relações que se pretendem duradouras.

Tsing trabalhou a oposição entre dádiva e mercadoria, fazendo dialogar a teoria maussiana sobre o dom (Mauss, 2003) com a discussão a respeito da alienação⁴¹ e mercantilização das coisas desenvolvida por Marx (2013a, 2013b).

⁴¹ Interessante notar, contudo, que o conceito de alienação de Ana Tsing se diferencia daquele proposto por Marx. Se para este alienação diz respeito ao processo de apartar algo das suas

Mercadoria, nesse contexto, caracterizar-se-ia como algo desengajado dos seus produtores e alienado das relações que lhes constituem. A meu ver, essa definição, forjada a partir da ideia de alienação marca uma das principais afecções do devir-mercadoria dos caranguejos. Ele já não é mais considerado *xuruminga*, *pantanal*, ou oriundo dessa ou daquela ponta de mangue, é apenas um crustáceo com sexo e medidas previamente estabelecidas por compradores e órgãos ambientais. Contudo, se o caranguejo devém mercadoria – alienada, padronizada, facilmente trocada por dinheiro –, ele também se constitui como vivente e, enquanto tal, só pode ser compreendido a partir das relações ecológicas, políticas e vitais que o constituem. Pensar os caranguejos em seus devires e processos biointerativos (Bispo, 2015) portanto, é essencial na sua própria composição enquanto mercadoria.

Afinal de contas, para as pessoas com quem convivi é impossível conceber a existência de caranguejos sem os manguezais, os movimentos da maré e as assembleias multiespécies (Kirksey e Helmreich, 2010; Tsing, 2019) que compõem seus ambientes. Assim, a noção de vivente, aqui inspirada na antropologia da vida proposta por Fagundes (2019b) e nas reflexões de Pitrou (2015, 2016), lança-nos para o conjunto de relações ecológicas e processos vitais por meio dos quais determinado ser se constitui e continua a se constituir no decorrer de todo o seu ciclo de desenvolvimento. Além disso, em suas tocas sob a lama os caranguejos não são de nenhum caranguejeiro específico. Eles simplesmente são e estão no mangue.

Já para Strathern (2006, 2014), um pressuposto contido na ideia ocidental de mercadoria é a noção de propriedade. Mercadorias só são consideradas alienadas do trabalho que as geraram porque, antes de qualquer coisa, há uma noção de posse entre o trabalho de alguém e os produtos resultantes disso (Strathern, 2006). Nesse contexto, a dicotomia entre dádiva e mercadoria diria respeito a diferentes sistemas de relação nos quais as coisas, pessoas e outros seres (como animais, por exemplo) são constituídos. A dádiva, então, cria pessoas e vínculos, fortalece relações que, por sua vez, são a própria condição de existência dos seres. A mercadoria, por outro lado, caracterizaria vínculos marcados pela

relações de produção, para Tsing este processo fala do desengajamento das coisas do conjunto de relações – inclusive multiespecíficas – das quais faz parte (Tsing, 2013).

alienabilidade, ou seja, por relações de posse entre uma pessoa (ego) e aquilo que ela produz ou possui.

O que Strathern mostra ao acompanhar os melanésios – coletivo que compõe um sistema no qual a noção de alienação não opera –, é que as coisas não são desengajadas entre si e se constituem a partir de uma multiplicidade (ou feixes) de relações. Porcos são criados pelas mulheres em suas casas, embora sejam obtidos por seus maridos em trocas cerimoniais. Isso faz com que uma vez tendo se dedicado aos cuidados dos suínos, as mulheres recebam-nos de volta – seja como carne para suas refeições, seja como novas criações. Homens também participam do “trabalho” com os porcos de forma que a “produção” destes é resultado de um fluxo de esforços tanto do marido quanto da mulher. Porém, uma vez negociado em trocas cerimoniais pelos maridos, as relações domésticas que lhe deram origem são eclipsadas e o porco passa a ser visto unicamente com relação às dívidas que o homem adquire, ou não, nas trocas com outros homens. O porco, então, transita de um domínio a outro, transformando-se em dívida cerimonial. Isso mostra como diferentes formas de valoração e constituição de coisas e objetos trocáveis podem coexistir em um mesmo sistema de relações. Esse caso etnográfico também nos ajuda a pensar os caranguejos em seus múltiplos devires e, conseqüentemente, os seus variados processos de transformação.

Na condição de viventes, caranguejos somente se constituem graças a um conjunto de relações bastante amplos, que vão desde as dinâmicas ambientais dos mangues até as interações com outros viventes. Na constituição do seu devir-mercadoria, o encontro com humanos caranguejeiros instaura um processo transformativo crucial. O caranguejo, pouco a pouco, é apartado das relações que lhe originaram e passa a ser visto como fruto do trabalho de um catador específico, a quem passa a pertence. De integrante de uma ampla malha de interações, o caranguejo torna-se (também) produto de um dono. Apesar disso (ou emaranhado nisso, melhor seria dizer), o devir-mercadoria é dependente da condição do caranguejo enquanto vivente para se efetivar. Afinal de contas, o caranguejo deve ser comercializado vivo. Nesse capítulo, mostrarei como esse processo transformativo ocorre em múltiplos planos e momentos distintos.

Um caranguejo morto não vale nada, é sumariamente descartado. Assim, a vida do caranguejo é atravessada pelo valor/devir-mercadoria desde o momento

em que cai em mãos humanas. Por outro lado, suas qualidades como vivente também o fazem produto vendável. Se os cogumelos de Tsing seriam exclusivamente mercadoria apenas por algumas horas – enquanto viajam encaixotados em aeroplanos –, para mim é difícil precisar quando os caranguejos são unicamente uma coisa (mercadoria) ou outra (viventes). Ambas ocorrem desde o momento da captura e seguem por toda a cadeia. Mesmo quando estão sendo transportados em caixas – desde que não estejam congelados – rumo às praias de Fortaleza-CE ou outros destinos, uma série de cuidados com a vida e a vitalidade deste bicho são tomadas. No mangue, por sua vez, a escolha de certas áreas para a captura leva em consideração padrões estéticos e tamanhos rigorosamente exigidos pelo mercado e por órgãos ambientais.

O mundo da mercadoria se emaranha no mangue e vice-versa. A cata, portanto, instaura um conjunto de transformações (cf. Strathern, 2006) ou conversões – no sentido proposto por Munn (1977) – no qual o vivente caranguejo, paulatinamente, emerge como mercadoria. Não se trata, contudo, de um processo simples: diversas técnicas e sistemas de ação agem no sentido de transformar esse vivente em um produto vendável. Nem todos atingem esse status, muitos morrem no caminho, outros são apenas consumidos pelos caranguejeiros enquanto alimento e há ainda aqueles que não se enquadram nas padronizações exigidas e são descartados. Ainda que caranguejos assim morram nos dias subsequentes, seu destino até aí é sempre incerto, como ainda falarei.

Ainda que meus amigos caranguejeiros gozem de certa autonomia com relação às suas atividades, fator destacado em diversos outros ofícios pesqueiros (Maldonado, 1986; Diegues, 1983; Ramalho, 2007), a cata é reiteradamente afirmada como um *trabalho*. A partir disso, minha intenção nas páginas seguintes é destacar as especificidades de um trabalho (e de um comércio, conforme veremos) feito em torno do vivo. Assim, na primeira seção apresento as complexas relações entre caranguejeiros e seus patrões, em diálogo com as particularidades do que se é pescado: os caranguejos.

O devir-mercadoria dos crustáceos, presente desde a captura, longe de ser algo dado de antemão, vai se constituindo por meio de transformações consecutivas. Técnicas de cata e de seleção dos caranguejos contribuem nesse processo. Os vários intermediários pelos quais os bichos passam, por sua vez,

desempenham um papel transformador essencial. O caranguejo vivente será então convertido em uma mercadoria bela e de qualidade, potencialmente comprável por patrões, clientes ou atravessadores. A escolha de crustáceos vistosos e grandes – conforme o gosto do freguês ou a exigência do mercado – começava antes mesmo da captura quando, ainda no porto, meus anfitriões decidiam em qual ponta de mangue trabalhariam. Falarei disso na segunda seção. Tanto na primeira como na segunda, porém, mostro como o devir-mercadoria do caranguejo está relacionado a dinâmicas vitais próprias e a fluxos da paisagem que ditam não apenas os níveis de produtividade em determinada semana (melhor seria dizer “maré”), como também a própria constituição física e comportamental desses crustáceos, isto é, o caranguejo vivente em seus devires biointerativos.

Este capítulo reafirma de diferentes formas o quanto os caranguejos passam por vários processos transformativos que, em diferentes momentos, acionam devires distintos, ainda que não excludentes. Técnicas, modos de classificação e seleção, relações patronais e dinâmicas capitalistas de conversão de caranguejos em dinheiro e riqueza acumulada atuam nesse processo. Na segunda seção, ao descrever o que influencia a escolha de certo local de trabalho, mostro ainda como mangues diversos geram caranguejos também distintos. A escolha do local de captura marca uma das várias transformações do crustáceo em seu devir-mercadoria.

Na terceira seção, evidencio como um conjunto de práticas e injunções orientadoras da cata se fazem presentes também no *corte*: momento no qual, após a captura, os patrões selecionam os caranguejos que serão comprados e os descartados. Argumento que o corte efetiva uma transformação essencial de caranguejos recém capturados em caranguejos vendáveis, ou seja, crustáceos bonitos, dentro dos padrões exigidos e que continuarão na cadeia. Os que ficam para trás não têm o seu devir-mercadoria plenamente ativado, são considerados caranguejos *condenados* (desclassificados).

Na quarta seção, considerações acerca do comportamento (*gênio*) do caranguejo nos levarão a perceber como, na confecção das cordas, as técnicas de feitura estão intimamente relacionadas a pré-requisitos estéticos sobre como cordas bonitas e chamativas devem ser feitas. Nesta atividade, fazer as cordas deve levar em conta as qualidades e disposições dos caranguejos com os quais se

interage. O cuidado para que o crustáceo não perca suas patas ou quebre a palha de carnaúba onde será amarrado, perpassa todo o conjunto de ações envolvidas na confecção da corda, que opera como um importante acionador do devir-mercadoria dos caranguejos ainda no mangue.

Na quinta seção, os dilemas em torno da relação entre o caranguejo-mercadoria e o caranguejo-vivente ganham maior dramaticidade. Como garantir que caranguejos sobrevivam a longas viagens? Quais cuidados tomar? O que fazer com uma mercadoria que deve ser mantida viva e apenas sobrevive, em média, 48 horas, depois de retirada do mangue? Os cuidados, normativas e questões envolvendo o transporte do caranguejo vivo no Delta mostram de que forma a preocupação com a vida dos crustáceos acompanha toda sua trajetória. Diante disso, no último tópico, em diálogo com Tsing (2015a) e retomando as dimensões mercadoria/vivente, teço algumas considerações sobre as especificidades da lida com o caranguejo-uçá.

Na sexta e última seção, o devir mercadoria desses animais é convertido em dinheiro para meus amigos caranguejeiros. Não qualquer dinheiro, mas um “dinheiro amarrado” com o qual não se consegue fazer muita coisa a não ser garantir o próprio sustento. Aproveito essa deixa para refletir sobre acumulação primitiva e formas de relação capitalistas e não-capitalistas nas interações entre humanos, caranguejos e manguezais.

Maré boa, maré ruim: os padrões e a cadeia de transformações do caranguejo

Quase todos os caranguejeiros que acompanhei possuíam um patrão, ou seja, um atravessador com o qual meus anfitriões mantinham relações de fidelidade e para quem – preferencialmente – vendiam sua mercadoria. O patrão, geralmente, é um homem da própria comunidade. Alguém que conhece pessoalmente cada um dos seus trabalhadores e, muito frequentemente, também trabalhou (ou ainda trabalha) na captura dos crustáceos. Não é raro, portanto, que o patrão também seja irmão, primo, tio, cunhado, vizinho, compadre, amigo íntimo da maioria dos *peões* da sua *turma* – como eles falam.

Nas comunidades da Resex (ilha das Canárias, zona rural do município de Araiões), todos os caranguejeiros fazem parte da *turma* de algum patrão. Em Parnaíba, cidade com um número considerável de atravessadores, donos de

restaurantes e compradores de caranguejo, a relação patrão-caranguejeiro não me pareceu tão predominante, embora ocorra. Quase todo comprador de caranguejos da cidade é também patrão de alguma turma específica. Há, contudo, muitos homens trabalhando por conta própria, vendendo sua produção a quem pagar melhor, sem necessariamente se manter fiel a atravessador algum. Quando estava com meus parceiros nos portos de bairros da periferia de Parnaíba, lembro de ver os patrões passando em suas motos à procura de crustáceos para a feira. Essa me pareceu ser uma das principais funções do patrão na cadeia: comprar caranguejo para revendê-los.

Todo o custo com as ferramentas necessárias à captura, lanches realizados durante o trabalho e deslocamento para o mangue é arcado pelos próprios catadores. São eles que compram ou confeccionam as palhas de carnaúba para a feitura das cordas e vestimentas, luvas, dedeiras, botas, cigarros e cachaça. O lanche nem sempre é uma constante. Geralmente, passávamos de seis a nove horas por dia no mangue, saindo de casa na maré vazante e retornando na enchente. O alimento, contudo, só era uma questão quando os caranguejeiros se aventuravam em manguezais distantes dos seus locais de moradia, ou quando iam capturar *arranchados*. O que geralmente ocorre quando os manguezais são longínquos e – tendo em vista os gastos com gasolina e mantimentos – não compensa realizar apenas um dia de captura. Deve-se acampar/*arranchar* nas dunas ou coroas de rio próximas ao mangue.

Nesses casos, o patrão costuma arcar com os maiores gastos da turma e cada caranguejeiro contribui com algo. Um leva frito de peixe, outro de frango, outro de fígado e ainda há aqueles que se responsabilizam pela cachaça. Da minha parte, contribuía com o patrão na compra de farinha e gasolina. Levava ainda rapadura, amendoim, doces de goiaba e banana. Vez ou outra, uma garrafa de cachaça, coisa que deixava meus colegas patrões meio receosos. “Não traga mais bebida não, Lucas, se não esses homens se embriagam e não trabalham”, visto que, mesmo se eu não levasse, já teríamos cachaça em quantidade suficiente para pelo menos três dias.

A figura do patrão ocupava grande centralidade em saídas como essas, principalmente por conta do seu papel de provedor da turma, mas “no final ele sempre desconta do nosso bolso, das cordas de caranguejo. Então acaba sendo a

gente quem paga essa gasolina, não é ele não. Tudo aqui é a gente [os carangueiros] mesmo” – era o que os catadores me diziam, sérios, quando conversávamos a sós. Na presença do patrão, afirmações assim eram anunciadas em tom jocoso e, geralmente, seguidas de escárnio com relação a ele. Um misto de brincadeira e belicosidade.

Não há, portanto, uma participação ativa ou minimamente considerada relevante da parte do patrão no que diz respeito ao cotidiano do trabalho e à entrada de novos carangueiros na atividade. Cada um é responsável por adquirir seus próprios materiais e suprimentos. Alguns patrões possuem canoas ou lanchas e se responsabilizam de recolher seus carangueiros nos portos da comunidade (ou do bairro), bem como de trazê-los de volta com a mercadoria ao final do dia (no caso dos carangueiros de Parnaíba), ou no início da tarde (para os residentes no Torto). Há, contudo, quem vá para o mangue a pé ou em sua própria canoa, moto, carro ou bicicleta, arcando sozinho com todos os custos da embarcação ou veículo.

Trabalhar para um patrão, porém, significa ter “alguém certo” para comprar sua mercadoria (sobretudo em tempos de baixa temporada) ou te acolher em momentos de sufoco – como doença, nascimento de filhos, morte de parentes ou outras situações de aperto financeiro. Os patrões – seja nas zonas rurais ou urbanas do Delta – eventualmente emprestam dinheiro para os seus trabalhadores. Dívidas que os carangueiros pagam com a produção.

Durante a realização da pesquisa, a comunidade do Torto, na Resex do Delta, contava com cerca de oitenta carangueiros que se dividiam nas turmas de quatro patrões – também moradores da comunidade. Os quatro possuíam um pequeno comércio para a venda de mantimentos alimentares como farinha, ovos, óleo, cuscuz, salsicha, frango, carne e outros itens básicos de alimentação. Além, é claro, de fumo e cachaça. Na trajetória dos patrões com quem convivi, o passo seguinte à decisão de ter uma turma, ou seja, trabalhar comprando caranguejo, era começar a revender bens de primeira necessidade.

Os principais compradores desses comércios são os carangueiros da turma do dono. Existem patrões que não abrem vendas e seus trabalhadores compram na quitando de algum comerciante de sua confiança. A dívida seria quitada depois. O que, comentaram-me os patrões, era fonte de muita dor de

cabeça e prejuízo. Por isso, mais cedo ou mais tarde, os patrões acabam por abrir seus próprios mercadinhos ou, o que é mais raro, sequer financiam alimento para seus caranguejeiros.

Todos os patrões com quem conversei iniciaram na atividade como catadores. Alguns, inclusive, continuavam na cata junto com o exercício da liderança do grupo. Tornar-se patrão é um claro indício na melhoria das condições socioeconômicas gerais de um caranguejeiro. Envolve, pelo menos, três coisas: reserva de dinheiro para a compra de crustáceos, aquisição de uma canoa grande ou lancha e contatos com compradores externos à comunidade. Conheci um caranguejeiro que se tornou patrão graças ao dinheiro do seguro maternidade de sua companheira – recurso com o qual pôde adquirir uma embarcação para levar trabalhadores ao mangue e comprar seus primeiros amarrados de caranguejo (um conjunto de dez cordas de caranguejo, perfazendo um total de 40 unidades). Há ainda aqueles que passaram a comprar caranguejos depois de terem sido apresentados – encaminhados, melhor seria dizer – a donos de restaurantes ou pousadas da região. Um patrão, portanto, faz-se não apenas graças ao capital financeiro que possa ter, mas também com e por meio das relações que estabelece com potenciais compradores.

O modo como os caranguejeiros são pagos por seus patrões varia muito, tanto no Torto (Araioses-MA) quanto em Parnaíba. Alguns patrões pagavam no momento em que recebiam os caranguejos. Outros efetuavam o pagamento apenas no final da semana, quando vendiam os crustáceos na feira ou recebiam o dinheiro dos seus compradores. No Torto, esse pagamento também era chamado de *saldo*. Muito frequentemente os catadores faziam compras de alimentos no mercadinho dos seus patrões. O valor dos gastos era descontado do pagamento que receberiam no final da semana, de modo que, quase sempre, o dinheiro conseguido com a cata nos dias anteriores estava parcialmente comprometido. O *saldo* era o que restava disso. Lembro de quando alguns parceiros me falavam da dificuldade em receber o dinheiro *livre*, isto é, sem os descontos das dívidas anteriormente feitas com o patrão⁴² – sejam aquelas realizadas pela compra de

⁴²A relação entre patrões e caranguejeiros lembra, mas não tanto, o sistema de aviação bastante descrito em comunidades pesqueiras amazônicas (Alves, 2006; Maneschy, 2005; Furtado 1993; Sautchuk, 2008). Neste tipo de relação, o patrão fornece mercadorias a crédito ao pescador, que fica em dívida e deve pagar as contas adquiridas com sua produção. De maneira geral, esses vínculos

mantimentos, seja por empréstimos. Além desses, outros descontos são feitos do pagamento dos carangueiros: aqueles referentes aos caranguejos *condenados/cortados*, ou seja, descartados por estarem fora dos padrões de qualidade exigidos, sobre o que falaremos na próxima seção.

Conforme pude acompanhar nas comunidades da Resex e em alguns bairros da cidade de Parnaíba, a relação entre patrões e carangueiros é comumente marcada por laços de compadrio, amizade e parentesco. Há grande dependência dos carangueiros com relação aos seus patrões que, não raro, são os principais fornecedores de mantimentos para sua família. Há, nesses acordos, uma forte expectativa de fidelização entre ambas as partes. Apesar dessa pretensão de fidelidade absoluta entre catadores e *donos de turma*, o trânsito de carangueiros entre grupos de diferentes patrões é bastante comum. Geralmente, ocorre suscitado por conflitos referentes ao *corte* do caranguejo, momento no qual caranguejos fora dos padrões são desclassificados, mas não só.

Patrões que pagam seus trabalhadores logo após a entrega da mercadoria costumam atrair muitos carangueiros, o que gera um leve desfalque nas turmas de patrões já estabelecidas, uma vez que novos patrões se utilizam disso com frequência a fim de se estabelecerem. É comum ainda que carangueiros saiam de relações com determinado patrão sem que suas dívidas sejam quitadas. O débito não necessariamente obriga um catador a permanecer em determinada turma.

Da parte dos patrões, há uma reclamação geral de que os catadores são enrascados (cheios de confusão/enrolados), pessoas não confiáveis e que não se preocupam com nada nem ninguém a não ser consigo mesmos. O que não impede que alguns catadores – geralmente mais fiéis ao patrão e muito habilidosos na captura – sejam citados (pelos patrões, vale destacar) como exemplos de sujeitos honestos e competentes em sua função. “Em todo trabalho você tem aqueles que se

são marcados ainda por fortes laços de confiança, lealdade, parentesco, compadrio e amizade. O crédito dado pelo patrão (aviador, pois é aquele que avia) geralmente consiste em mantimentos tanto para o pescador – nos dias em que passa pescando – quanto para sua família, mas podem incluir ainda financiamento dos petrechos de pesca, reparos na embarcação ou empréstimos para a compra de canoa. No caso da cata de caranguejo no Delta, contudo, apesar de o patrão eventualmente fornecer suprimentos para os trabalhadores de sua turma, isso não é visto como um investimento para a realização da captura, cujos gastos são de exclusiva responsabilidade do carangueiro. O dinheiro recebido ao final da semana de trabalho era chamado ou de pagamento ou de saldo (este último termo era acionado apenas na comunidade do Torto, situada na zona rural do município de Araisos-MA). Em ambos os casos, as dívidas adquiridas pelo carangueiro com o seu patrão já vinham descontadas.

destacam mais, né? Seja pelo zelo, seja pelo desleixo”, disse-me certa vez um patrão.

Da parte dos catadores, meus parceiros falavam que “esse negócio de caranguejo é uma máfia”⁴³, que apenas os “de cima” lucravam e a eles cabia o trabalho pesado. Os patrões ganham muito mais do que o devido sobre nossas costas, diziam. Trabalham sem *aperreio de sol quente*, sem frieiras ou fungos, sem picadas de insetos, sem mordidas de caranguejo e almoçam nas horas certas. Tudo o que eles, caranguejeiros, não têm. Assim, sair de uma turma – quando o patrão dá provas cabais de que o explora e não reconhece ou valoriza o seu trabalho – é decisão recorrente, ainda que algumas dívidas fiquem eternamente penduradas. Há sempre outras turmas na qual um caranguejeiro pode entrar.

Os patrões da comunidade – intermediários locais ou comunitários – também possuem seus próprios patrões. Eles revendem o caranguejo para bares e restaurantes do litoral piauiense, sobretudo da cidade de Parnaíba e, em menor quantidade, Teresina. Além dos patrões locais – intermediários comunitários – há ainda intermediários regionais, que compram a mercadoria dos primeiros e a repassam para bares, restaurantes e feiras locais. Os principais compradores dos intermediários regionais são homens de outros estados – intermediários externos –, geralmente residentes no Ceará, nos municípios Fortaleza ou Chaval (Crespo, 2020: 97).

A maior parte do caranguejo produzido no Delta do Parnaíba é destinada ao mercado consumidor das praias de Fortaleza, no Ceará (Crespo, 2020). Todos os patrões residentes em comunidades da Resex, por exemplo, vendiam seus caranguejos para intermediários regionais que, por sua vez, compravam os crustáceos sob encomenda do principal comprador de caranguejo do Delta: o Chico do Caranguejo, dono de bares e restaurantes na cidade de Fortaleza (CE). Chico começou a comprar caranguejos das comunidades do Delta ainda na década de 1980 e, até hoje, segue sendo um dos principais compradores do crustáceo. Além dele, há mais três ou quatro compradores em Fortaleza. De maneira geral, a cadeia do caranguejo-uçá no Delta do Parnaíba se caracteriza pela abundância de vendedores (apenas na comunidade do Torto, durante a pesquisa de campo, havia

⁴³Na última seção do capítulo, junto às elaborações dos caranguejeiros a respeito de como o capitalismo funciona, retomarei essa fala.

pelo menos 80 caranguejeiros) e um número reduzido de compradores. O que, na análise de Crespo (2020), marca o caráter oligopsônico dessa cadeia.

Até chegar ao consumidor final, o caranguejo passa, portanto, por pelo menos dois intermediários. Saindo das mãos dos caranguejeiros, o crustáceo é vendido ao patrão (intermediário comunitário) que, por sua vez, revende a bares, restaurantes e, sobretudo, intermediários regionais. Estes se responsabilizam por abastecer feiras, mercados, estabelecimentos culinários do litoral piauiense e, principalmente, os intermediários externos situados na cidade de Fortaleza. São eles, inclusive, quem ditam o número de crustáceos a serem capturados diariamente. Estou falando especificamente do Chico do Caranguejo, o maior e principal comprador. A depender da época do ano e da maior ou menor procura de caranguejo pelos clientes, Chico determina um número de cordas a serem capturadas em determinado dia para seus encarregados ou intermediários regionais.

Jesus, nascido e criado na comunidade do Torto (Araioses-MA), é um desses. Na época da pesquisa, ele já residia há mais de vinte anos na cidade de Parnaíba (PI). Quando jovem, trabalhou como catador de caranguejo junto com irmão e amigos em sua comunidade de origem. Nesta época, pegar caranguejos era uma atividade relativamente fácil, pois os bichos faziam galerias menos profundas, “era mais raso”. Hoje, meus interlocutores são unânimes em afirmar como os caranguejos estão mais difíceis e fazendo galerias cada vez mais fundas do que antigamente, conforme desenvolvi em outro momento (Coelho Pereira e Silveira, 2021). Fato que os levou à utilização do cambito, um vergalhão de ferro em formato de “J”, que implica na adoção de novas técnicas de captura e relação com o crustáceo (ver capítulo 2). Foi exatamente isso que forçou Jesus a abandonar a cata. Sem conseguir manusear o cambito de forma satisfatória, meu colega decidiu mudar de profissão.

Jesus mudou-se então para Parnaíba. Lá trabalhou como frentista em um posto de gasolina por vários anos até pedir demissão e começar a se envolver com a compra e revenda de caranguejos. Os crustáceos, contudo, não são sua única mercadoria. Jesus se define como “dobreiro” – pessoa que trabalha no comércio intermediando relações de compra e venda, geralmente conectando possíveis compradores a vendedores e obtendo parte dos lucros em virtude dessa mediação.

Com os caranguejos não é diferente. Ele costuma ganhar de cinquenta centavos a um real sobre cada corda de caranguejo (4 caranguejos) vendida ao Chico, esse grande comprador de Fortaleza.

Semanalmente, Chico do Caranguejo costuma encomendar três remessas de caranguejo a Jesus. Essas encomendas variam, no mínimo, entre quatrocentas e quinhentas cordas de caranguejo a cada remessa. Menos que isso não compensa o empenho de Jesus e, muito menos, dos caranguejeiros. Nem sempre o número de cordas encomendadas é atingido, o que depende de um conjunto de fatores. Farei uma breve digressão.

No inverno – final de dezembro a início de junho –, a cata do caranguejo é bastante prejudicada. O esforço de captura dos meus anfitriões aumenta e a quantidade de crustáceos pegos diminui. O mangue, em virtude das chuvas, dificulta o caminhar, exigindo mais força e energia de quem quer que se aventure em suas terras. A despeito de um dia ter amanhecido exuberante de luz solar, caso tenha chovido durante toda a noite anterior, andar nos manguezais será uma tarefa difícil. Além da lama – mais fluida e movediça –, as raízes tornam-se escorregadias e são constantemente molhadas pelos pingos d’água, que continuam a cair das copas horas seguidas depois das chuvas. A instabilidade do tempo e a constante presença das nuvens densas do inverno ameaçam ainda os cigarros de palha e fumaceiras, fontes de fogo (e, sobretudo, fumaça) que, necessariamente, devem estar acesas durante toda a captura.

Assim, no verão, em comparação ao inverno, o número de cordas capturadas é maior. Outro fator crucial no aumento ou diminuição da produção é a maré. Não sou o primeiro e tampouco serei o último a, juntamente com meus anfitriões, afirmar que “caranguejo é de maré”, ou seja, sua ocorrência depende de uma relação direta com os fluxos hídricos (Maneschy, 1993, 2005; Maneschy e Oliveira, 2014; Oliveira, 2013; Saraiva e Corrêa, 2016a, 2016b; Nordi, 1992). No capítulo 1, detalhei esse fato, aqui o retomarei brevemente. Marés grandes, como as marés das luas nova e cheia, dificultam a captura. Elas cobrem vastas porções de mangue, deixam o terreno mais movediço e desfazem os rastros deixados pelos caranguejos na lama, dificultando sua localização – visto que é através dos seus rastros e das galerias abertas no chão do mangue que os crustáceos se fazem visíveis no campo de ação e percepção do catador. Marés de lua – como também

eram chamadas por meus parceiros – também demoram a sair do mangue, isto é, demoram a vaziar/secar e, somente quando a maré seca, a captura pode ser iniciada.

Em dias de lua, meus parceiros iam ao mangue muito mais tarde do que costumavam ir. Saíam de casa quase meio-dia, geralmente depois de já terem almoçado, o que tornava os nossos movimentos pesados e preguiçosos, como se não bastasse a terra mais molhada e mole que o comum sob nossos corpos. “É pior trabalhar de barriga cheia do que de barriga vazia”, diziam meus colegas. Eu apenas confirmava, sentindo o almoço pesar e o incômodo voraz de uma sesta sacrificada. Se a nossa disposição física não era das melhores, a presença rara e esporádica dos caranguejos em manguezais nessas circunstâncias era uma dose a mais de dificuldade.

Nas marés de quarto (nas luas de quarto crescente e minguante), a situação mudava completamente. Entrávamos e saíamos mais cedo do mangue e, o que é melhor, os rastros dos caranguejos tornavam-se facilmente identificáveis. É quando, geralmente, “a maré está boa” e a captura ocorre a contento. Contudo, uma maré boa no inverno jamais será melhor quanto uma no verão, em virtude das chuvas constantes e torrenciais daquela estação. Buracos de caranguejo, portanto, conforme venho argumentando até aqui, não são meros indícios da presença dos bichos, mas devem ser entendidos enquanto fenômenos ecológicos (Barbosa e Devos, 2017) a se relacionarem com um conjunto amplo de variáveis e as experiências sensíveis e perceptivas do catador.

Outro fator a ser observado nas análises das altas e baixas na produtividade do caranguejo é o seu próprio ciclo de desenvolvimento. Nas épocas do ano em que os crustáceos estão engordando para “pegar os altos”, ou seja, realizar a ecdise, suas patas de deslocam muito facilmente do cefalotórax. Esse fator, atrelado à abundância de caranguejos entupidos, ou *de leite*, torna difícil uma boa captura, reduzindo drasticamente a produção. Por fim, mas não menos importante, é interessante considerar o envolvimento dos catadores em outras atividades produtivas no decorrer do ano ou em eventos de grande comoção comunitária, como os festejos locais. Nos meses de derrubada da palha de carnaúba (meados do verão), vários parceiros alternavam seus dias na cata com idas ao carnaubal, o que

reduzia o número de trabalhadores de uma turma. Da mesma forma, os dias posteriores a grandes festas, costumavam possuir um rendimento menor.

Considerando essa multiplicidade de variáveis, em semanas com alta produtividade (uma “semana boa”) apenas a comunidade do Torto pode enviar para o Porto dos Tatus – na cidade de Ilha Grande, de onde a mercadoria é escoada – cerca de três mil e seiscentas cordas de caranguejo, ou seja, catorze mil e quatrocentas unidades de crustáceo. Se é inverno ou verão, se a maré propiciou ou não a emergência dos buracos de caranguejo, se os caranguejeiros estão ou não engajados com outras atividades extrativas ou se algum evento comunitário de grande comoção local ocorreu, portanto, são alguns aspectos que impactam diretamente na produtividade. Em semanas na qual a produção é ruim, o número de cordas pode cair para menos de mil.

Digressão feita, voltemos para o lugar de Jesus na cadeia de “produção”/transformações do caranguejo. Sua função é repassar ao intermediário local (o patrão) a quantidade de cordas encomendadas pelo Chico do Caranguejo e outros compradores da cidade de Fortaleza. Na comunidade do Torto esta pessoa era seu irmão, o Forrozeiro, que recebia essa informação e designava aos outros patrões do povoado o número de cordas que cabia às suas turmas naquela remessa.

- O Chico vai lá e liga pro Jesus. “Jesus, eu quero quinhentas cordas”. O Clécio [outro comprador de Fortaleza] liga pro Jesus e fala: “eu quero quatrocentas”. Aí o Jesus me liga e diz: “Forró, eu quero novecentas cordas pra amanhã”. O trabalho do Jesus é só dizer isso. Novecentas! Aí eu vou bater cabeça! Eu vou botar tantas [cordas] pro Leão, tantas pro seu Riba... Aqui tem outros compradores, né? O Louro... E aí o que fica eu vou dividir com os meus trabalhadores.

Forrozeiro, então, designa o número de cordas de cada turma, inclusive da sua, com base na demanda recebida de fora e no número de trabalhadores que cada turma possui. Turmas maiores são incumbidas de pegar mais caranguejos que turmas menores. No interior da turma, os patrões distribuem ainda as cordas entre seus catadores. Geralmente todos recebem o mesmo número de cordas, que costuma ser entre 10 e 12 para cada um, mas, eventualmente, a catadores experientes se pede que capture um número maior que os demais. O ato de limitar o número de cordas a serem capturadas chama-se *dosagem*.

A dosagem ocorre quando os compradores externos limitam o número de cordas que desejam. Nem sempre isso acontece. Em períodos nos quais os grandes compradores estão precisando de muitos caranguejos e as condições ambientais são adversas (no inverno, por exemplo, ou quando os crustáceos estão mais difíceis de serem encontrados por estarem em ecdise), a captura é “liberada”. Isto é, independente de quantas cordas os caranguejeiros peguem – seja dez, quinze, vinte ou mais – todas serão compradas pelo patrão (comunitário) que as repassará – de intermediário em intermediário – até os compradores de Fortaleza. Na dosagem isso muda de figura, pois o número de cordas é previamente estabelecido. O caranguejo começa a ser *dosado* quando as vendas em Fortaleza estão ruins – período de baixa temporada nas praias – ou quando o caranguejo está em abundância no mangue ao ponto em que, se os caranguejeiros trabalhassem livremente, seria impossível escoar tanta mercadoria.

Na cidade de Parnaíba, onde os grandes compradores de Fortaleza praticamente não chegavam, ainda que alguns dos meus interlocutores vendessem crustáceos sob encomenda para lá, a prática da dosagem era quase inexistente. Embora, nesses casos, a quantidade de caranguejos a serem capturados fosse previamente estabelecida, quase nunca era necessário limitar o número de cordas a serem pegas por cada caranguejeiro. O principal destino dos caranguejos capturados em Parnaíba eram as feiras, bares e restaurantes da cidade e região. Assim, considerando-se, obviamente, as épocas de alta e baixa temporada (do que ainda falarei), quanto mais caranguejos fossem pegos melhor. “Aqui a gente não trabalha com esse negócio de dosagem. Aqui o caranguejo é liberado”, diziam meus anfitriões residentes na Parnaíba. Geralmente, os caranguejos que seguiam para Fortaleza eram caranguejos maiores, comumente mais encontrados nos manguezais da comunidade do Torto, local onde o Chico do Caranguejo possuía intermediário.

No Torto, dias nos quais o caranguejo era dosado eram dias de trabalho árduo. Meus anfitriões se mostravam chateados quando começava “essa *frescura* de dosagem”. “Parece que o caranguejo se some”. Isso porque, quando os caranguejos eram dosados, as exigências sobre a qualidade dos crustáceos aumentavam. Se, por um lado, o número de cordas era limitado, por outro, elas deveriam ter menos caranguejos passíveis de serem desclassificados/cortados

pelos padrões. Um prejuízo direto ao caranguejeiro, que perdia não apenas dinheiro como também o tempo dedicado ao esforço de captura. De todo modo, estivesse o caranguejo sendo dosado ou não, os cuidados, as práticas e as escolhas voltadas para a captura de um caranguejo de qualidade – isto é, grande, com boas cores e, conseqüentemente, bonito – orientavam os preparos e as decisões dos meus interlocutores antes mesmo de eles adentrarem mangue.

O caranguejo selecionado: escolhendo a *ponta de mangue*

Os caranguejos habitam os manguezais do Delta ao seu modo. Eles também vão se constituindo de diferentes formas nas relações com seus ambientes. Manguezais diferentes gestam crustáceos também distintos, sobretudo no que diz respeito a quatro aspectos: cor, tamanho, sabor e *gênio* – do que falarei mais especificamente no próximo tópico. Aqui, mais uma vez, a divisão entre manguezais do doce e do salgado parecia operar entre meus anfitriões à medida que me guiavam na observação dos caranguejos. Além disso, as três primeiras qualidades do caranguejo (cor, tamanho e sabor) são essenciais na negociação dos catadores com atravessadores e demais compradores. Elas indicam aspectos bastante observados nas transações comerciais (e atribuição de preço) em torno da mercadoria viva, além do fato de constituírem fatores cruciais no devir-mercadoria do caranguejo, visto que crustáceos fora do tamanho podem não ser plenamente efetivados como produtos vendáveis. Tudo isso é levado em consideração pelo caranguejeiro antes mesmo de decidir qual ponta (área) de mangue irá trabalhar.

Decidir um local para a captura envolve um conjunto articulado de fatores. O primeiro deles diz respeito às *qualidades* do caranguejo, do que falaremos no decorrer dessa seção. Depois, é preciso reconhecer o ciclo de desenvolvimento vital dos crustáceos. Reprodução (vadiação/brincadeira), engorda, entupição e ecdise ocorrem em momentos específicos do ano, conforme observamos no capítulo 2. Ainda assim não podemos crivar datas fixas para esses eventos que, apesar de ocorrerem geralmente nos mesmos meses, apresentam grande variação dentro de um mesmo manguezal e, sobretudo, de um mangue para outro. Principalmente se pensarmos na divisão articulada por meus interlocutores entre “mangues do doce” e “mangues do salgado”.

Nos primeiros, os caranguejos se entopem/ ficam de leite mais cedo do que nos segundos. Assim, entre os meses de agosto e setembro boa parte dos manguezais com maior interferência das águas doces apresentam caranguejos de leite. O que aumenta o esforço exigido na captura – porque as andanças na busca por caranguejos capturáveis é maior – ao passo que a produtividade cai. Em momentos assim, meus parceiros preferiam se aventurar em manguezais mais próximos da costa, onde os caranguejos só começariam a se entupir em grandes quantidades por volta do final de setembro/início de outubro. Os mangues do salgado também eram mais frequentados na “safra das muriçocas” que, como vimos, coincide com a “safra do caranguejo” e perturba o trabalho nos mangues entre os meses de setembro e novembro, a depender das fases da lua e do comportamento da maré.

Com pequenos insetos hematófagos minando qualquer capacidade de concentração necessária na captura, a melhor decisão era procurar outras pontas de mangue. Havia dias nos quais nem óleo diesel⁴⁴, nem fumaceira abastecida com cascas de siriba eram suficientes para espantar as muriçocas e conseguir pegar caranguejos de modo mais sossegado nas áreas do doce. Além disso, um segundo ponto era levado em consideração ao se decidir qual ponta de mangue trabalhar: saber se o local escolhido foi frequentado ou não pela própria turma ou por outros caranguejeiros nas últimas semanas. Esse tópico era motivo de diversas conversas nos portos antes de seguirmos para o mangue. Um mangue “pisado”, ou seja, já percorrido anteriormente por outros, apresenta poucas possibilidades de captura. “Tá só a pisadeira”, como me diziam.

Por fim, o tipo de caranguejo previamente encomendado pelo comprador/patrão ou o julgamento do catador a respeito das características estéticas melhor apreciadas na feira, guiam – junto com os dois fatores elencados até aqui – a escolha do melhor local para a captura. É quando entram em cena os critérios de cor, tamanho e sabor. Muitas vezes esses e outros aspectos eram a mim

⁴⁴Alguns caranguejeiros que acompanhei passavam óleo diesel no corpo para espantar mosquitos e muriçocas. Eles eram minoria com relação aos demais que usavam outros métodos – como cigarro e fumaceira – para o mesmo fim. O óleo diesel não era considerado tão eficiente porque requeria vários retoques e, de maneira geral, era visto como uma substância bastante atraente para abelhas que, ao “sentirem o cheiro” do produto, costumavam atacar o catador. Além disso, usar o óleo, para os caranguejeiros do Delta, era tornar a pele mais vulnerável ao aparecimento de espinhas, o que preferiam evitar.

referidos como *qualidades* do caranguejo. Expressão que trazia em si certa dubiedade. Qualidade como característica, natureza ou essência de algo; e/ou qualidade como julgamento de superioridade ou inferioridade das características dos caranguejos em função do comércio.

Isso nos aproxima do devir-mercadoria dos caranguejos, sem nos afastar das suas afecções enquanto vivente e sujeito com quem se interage – status expresso, sobretudo, por meio da categoria *gênio*, da qual falo adiante. Os engajamentos com os caranguejos no que diz respeito às suas *qualidades* e *gênio* e, conseqüentemente, a escolha ou não de certa ponta de mangue para trabalhar, mostram como diferentes devires do caranguejo se emaranham na prática cotidiana da captura. Não há propriamente um momento em que o devir vivente do crustáceo sai de cena dando lugar a um devir mercadoria. Essas afecções ocorrem juntas em todos os momentos, a partir do segundo em que as linhas de vida (Ingold, 2007) do caranguejeiro e do caranguejo se encontram. Assim, a relação entre ambos é tanto pessoal e intersubjetiva (Sá, 2010), emergindo no contexto dos agenciamentos em que se dá, quanto arregimenta relações hierárquicas onde – a partir do ato da captura – apenas um dos entes em interação é considerado sujeito ao passo que o outro (além disso) é (ainda) objeto-mercadoria. Essas duas afecções – que correspondem ainda a diferentes modos de relação com os crustáceos – não são auto exclusivas e tampouco impedem a proliferação de outras.

Nesse emaranhamento de sujeitos, afetos e coisas, cores não são meros detalhes. Apenas com essa informação meus parceiros indicavam onde foram capturados os crustáceos pegos por outros colegas.

Um dia, acompanhando Zito, ele me explicava extasiado as cores dos caranguejos que encontrávamos:

- A qualidade do caranguejo depende do habitar⁴⁵ dele. Onde tem muito mangue vermelho, estopado, duro, o caranguejo é amarelo, jandaia. Desse jeito aqui! [falava ele me mostrando o bicho]. E onde é só siribal e mangue manso, ele é azul e branco. Tem a ver também com as folhas que ele come. A cor dele depende

⁴⁵ A princípio pensei que Zito estivesse falando de “habitat” e o perguntei sobre isso. Ele disse então que estava falando do “lugar onde ele [o caranguejo] habita” e continuou suas explicações falando de “habitar”, palavra que decidi utilizar nesta etnografia, também, a partir de outros desdobramentos.

também das folhas, o alimento deles. Já o do siriba e do mangue manso, eles só comem folha de siriba e aí não ajuda na cor dele não.

- E aqueles meio verdinho, meio esbranquiçado, meio azulado? – perguntei

- É, do mangue manso, siribal. Agora, o jandaia [amarelo] só dá assim: onde só tem mangue vermelho, sem siriba.

- E isso tem a ver com a água ser doce [salobra], ou ser salgada também, tem?

- Tem não, é só do mangue mesmo. Porque ali pro mangue grande/mangue alto, você vê que a água lá é doce, salobra, e o caranguejo lá é amarelo também. Já onde é siribal e mangue manso a qualidade do caranguejo já é diferente. Ele é mais escuro.

O caranguejo jandaia é considerado um caranguejo bonito. Meus anfitriões brilhavam os olhos quando o encontravam. Um crustáceo de coloração amarela e alaranjada. As cores são mais vibrantes e claras quanto mais jovens são os bichos. À medida que envelhecem, suas carapaças vão ficando mais escuras, considerando que, a depender do ambiente, alguns caranguejos podem possuir tons mais escurecidos desde jovens. Tudo isso, conforme me ensinaram, relaciona-se com os hábitos alimentares do caranguejo que, por sua vez, têm a ver com o “habitar” dele. Jandaia é um caranguejo típico de mangues com forte preponderância do mangue vermelho. Habitar diz dos processos de estabelecimento de morada e circulação dos próprios caranguejos. Caranguejos tanto paisageam (Cardoso, 2018) os mangues com seu caminhar subterrâneo, quanto são constituídos por ele.

No caso dos caranguejos habitantes no mangue siriba, a proximidade com as folhas dessa árvore – fartamente presentes em sua dieta – produz crustáceos de uma coloração mais escura. Geralmente azul escuro ou, em alguns casos, verde escuro. “um azul mais turvo, um verde mais turvo”, como certa vez me disseram. Assim eram os caranguejos do Siribal, no Torto, e dos mangues da Roça, do [Igarapé do] Furo, da Ilha do Jacaré e do Porto da Camisa em Parnaíba, por exemplo – manguezais como aqueles em que eu, Dunga e outros parceiros caminhávamos com o tronco encurvado, conforme observamos no capítulo 2.

As formas de habitar desse crustáceo também falam sobre seu tamanho e propriedades de sua carne. Nesse caso, diferente da cor – mais relacionada com o tipo de mangue que majoritariamente compõe sua dieta –, a variação dos índices

de salinidade ocupa uma função central. Geralmente os caranguejos habitantes nas áreas com maior interferência dos rios e, portanto, residentes em porções de mangue dominadas pela “água salobra” [doce], são caranguejos maiores. Medem cerca de oito centímetros de carapaça e são considerados por meus anfitriões como um caranguejo “médio-bom”. Expressão que apontava tanto para o seu tamanho esperado (no mínimo sete centímetros: médio) quanto para as exigências dos compradores, pois apresenta patas grandes (bom).

O que não significa dizer que todos os caranguejos de um mesmo manguezal possuam o mesmo tamanho, muito pelo contrário. As variações de um caranguejo para outro em uma mesma área são consideráveis, mas é reconhecido entre os caranguejeiros que determinadas pontas de mangue propiciam caranguejos maiores que outras. Crustáceos menores do que sete centímetros – além de proibidos pelos órgãos ambientais e *condenados* pelos compradores, conforme veremos a seguir – eram chamados por meus anfitriões de *xurumingas*, *baratinha* ou *pulgas*, porque muito pequenos. Caranguejos assim atentavam contra a reputação dos meus anfitriões, que, por vezes, enraiveciam-se quando algum colega brincava chamando-os de “pegador de baratinha”.

Para ser capturado nos manguezais do Delta, um caranguejo deve ter, no mínimo, seis centímetros, variando de pequeno (6) à médio-bom (por volta de 10 centímetros). Mas há ainda caranguejos maiores, com cerca de 12 centímetros de carapaça e encontrados apenas em manguezais específicos. São os *caranguejos pantanal* ou, simplesmente, *pantanal*. Um caranguejo imenso. Obtido em mangues de solo duro, pois repleto de raízes, com ampla presença do mangue vermelho. Habitam galerias mais profundas que todos os caranguejos normais (médio-bom), podendo alojar-se a quase dois metros sob a superfície. São caranguejos mais velhos, considerando que estes crustáceos trocam de carapaça e crescem ininterruptamente ao longo de todo seu ciclo de vida.

O pantanal exige esforços extenuantes em sua captura. Impossível pegá-lo só com o braço. É preciso utilizar-se de cambitos (vide capítulo 3) bem maiores do que aqueles utilizados no cotidiano da captura em outros locais. Não consigo esquecer quando – depois de um dia na captura do *pantanal* – estava assistindo televisão à noite com Querido e sua família. Percebi seus olhos baixos, vermelhos, como se estivesse bêbado. Querido não bebe. Ao ver que eu olhava detidamente

para seu rosto, ele me comentou: “cara, eu tô cansado! O caranguejo pantanal puxa muito do cara. Puxa mais do que o médio. O cara se cansa mais. Olha aqui: minha munheca tá inchada... Meu ombro tá doendo... O pantanal arromba o cara!”.

Caranguejos grandes, vistosos e belos são aqueles que os turistas e compradores gostam, ainda que não sejam considerados por meus anfitriões tão saborosos quanto aparentam ser. Há, contudo, um consenso geral nos lugares onde convivi no Delta: os caranguejos do salgado – dos manguezais mais próximos da costa – são os mais gostosos, apesar de pequenos. Sua gordura amarelinha é citada com brilho nos olhos e água na boca. Tamanho, porém, é mais importante que sabor na venda do caranguejo.

Quanto maior um caranguejo, mais caro ele é vendido. Os caranguejos do salgado (geralmente capturados nas comunidades das Caiçaras, do Passarinho e em outros manguezais mais perto da costa, sejam maranhenses ou piauienses) eram menores e vendidos pelos caranguejeiros aos atravessadores/patrões a 2,50 a corda (4 caranguejos). Apesar de mais saborosos, caranguejos pequenos capturados em “manguezais do salgado” valem menos do que o preço médio (cerca de R\$ 4,00).

Caranguejeiros da cidade de Parnaíba, por exemplo, vendiam suas cordas a R\$ 3,50. No Torto, comunidade situada na Resex do Delta e com forte preponderância de manguezais do doce, onde abundavam caranguejos grandes, uma corda saía da mão dos caranguejeiros a R\$ 4,00⁴⁶. Esses eram os preços para caranguejos médios-bons, entre sete e dez centímetros. O caranguejo pantanal, o maior de todos, era o mais caro. Sua corda poderia variar de R\$ 5,50 a R\$ 8,00 – neste último caso, ela geralmente era vendida diretamente pelos próprios catadores a algum dono de restaurante ou pousada da região.

Exceto na Resex, onde o preço do caranguejo capturado na comunidade do Torto se mantinha em quatro reais durante todo o ano, na cidade de Parnaíba e outras comunidades do Delta esses preços variavam conforme a época do ano e a maior presença ou ausência de caranguejo no mangue, conforme ainda veremos. A economista Fátima Crespo, em sua pesquisa sobre a cadeia de valor do caranguejo-

⁴⁶ Estes eram os valores adotados durante o período de pesquisa de campo, entre os anos de 2018 e 2010. No final de 2021, quando terminava de escrever a tese, esse preço subiu – no Torto – para R\$ 5,00 entre os caranguejeiros que vendiam suas cordas para intermediários ligados ao comércio de Fortaleza (CE).

uçá no Delta do Parnaíba, destaca a imensa variabilidade de preços entre diferentes comunidades de catadores da região. Ela indica os preços médios, máximos e mínimos para o caranguejo e sua correlação com a renda média dos catadores, considerando-se vinte dias de trabalho mensal e quantidade média de 68 unidades de caranguejo.

Comunidades/ Localidades	Preço mínimo (R\$)	Preço máximo (R\$)	Preço médio (R\$)	Renda diária média (R\$)	Renda mensal média (R\$)	Renda média (US\$ ¹)	P. relativa (%)	Renda mínima (R\$)	Renda máxima (R\$)
Passarinho	0,62	0,87	0,75	50,66	1.013,20	265,93	59,6	843,20	1.183,20
Caiçara	1,00	1,50	1,25	85,00	1.700,00	446,19	100,0	1.360,00	2.040,00
Torto	1,00	1,50	1,25	85,00	1.700,00	446,19	100,0	1.360,00	2.040,00
Morro do Meio	0,50	1,50	1,00	68,00	1.360,00	356,96	80,0	680,00	2.040,00
I. G. Paulinos	0,37	1,00	0,69	46,58	931,60	244,51	54,8	503,20	1.360,00
Tutoia	0,75	1,12	0,94	63,58	1.271,60	333,75	74,8	1.020,00	1.523,20
Remanso	0,62	1,40	1,01	68,68	1.373,60	360,52	80,8	843,20	1.904,00
Cajazeiras	0,40	0,50	0,45	30,60	612,00	160,63	36,0	544,00	680,00
Água Doce	0,40	0,75	0,58	39,10	782,00	205,25	46,0	544,00	1.020,00
Pedrinhas	0,62	1,40	1,01	68,68	1.373,60	360,52	80,8	843,20	1.904,00
Barreirinhas	0,30	1,00	0,65	44,20	884,00	232,02	52,0	408,00	1.360,00
Bolacha	0,68	1,00	0,84	57,12	1.142,40	299,84	67,2	924,80	1.360,00
Carnaubeiras	0,30	1,25	0,78	52,70	1.054,00	276,64	62,0	408,00	1.700,00
Araioses	0,90	1,40	1,15	78,20	1.564,00	410,50	92,0	1.224,00	1.904,00
Ilha Grande	0,37	1,25	0,81	55,08	1.101,60	289,13	64,8	503,20	1.700,00

¹ Cotação do dia 2 de janeiro de 2019: US\$1,00 equivale a R\$3,81.

Imagem 7 - Preço médio do caranguejo (unidade) em diferentes comunidades do Delta, com destaque em amarelo feito por mim para a comunidade do Torto. Fonte: Crespo, 2020: 128).

Nas comunidades da Resex, sobretudo nas Caiçaras e no Torto – onde parte do meu trabalho de campo foi feito –, o preço do caranguejo é o mais alto. Uma corda custa, em média, 4 reais, conforme havia dito. Nessas localidades, contudo, a maior parte dos caranguejeiros trabalham apenas três dias na semana, ou seja, doze dias mensais. O que lhes confere uma renda média mensal bem abaixo daquela estipulada por Crespo (2020), como a própria autora reconhece. Além disso, Chico e seus intermediários esperam que os caranguejos do Torto (Resex) sejam sempre grandes, ainda que – conforme os caranguejeiros – ele não pague um preço justo para tanto. Essa é uma fonte constante de conflitos entre esse intermediário externo, compradores comunitários e caranguejeiros.

Conforme temos observado até aqui, pegar caranguejos grandes e belos exige maiores esforços do que capturar crustáceos menores. Envolve ainda – por

parte dos caranguejeiros – uma escolha prévia para quais manguezais ir ou não. Indicativo que, a meu ver, fala da inseparabilidade entre as práticas de captura no mangue e as exigências mercadológicas em torno do que é capturado. Não por acaso, logo depois de pegos e entregues aos patrões, os caranguejos passam pelo *corde*, um importante passo no devir mercadoria dos crustáceos.

O caranguejo condenado

Até chegarem aos consumidores, os caranguejos passam por diversos processos de transformação. Nesse trajeto, a uniformização e a padronização dos viventes são sempre almejadas em cada etapa de sua mercantilização. O devir-mercadoria, apesar de latente, requer um conjunto de procedimentos técnicos e classificatórios – entre outros – para ir se efetivando. No próprio ato da captura, apenas caranguejos machos, médios-bons (a partir de sete centímetros de carapaça) são capturados. De acordo com o que vinha argumentando acima, porém, a definição do tipo de caranguejo a ser pego começa bem antes da captura propriamente dita e se inicia no momento em que, ainda no porto, os caranguejeiros empreendem longas conversas a fim de saber em qual ponta de mangue irão trabalhar. Há dias em que caranguejos médios-bons ou pequenos (6 centímetros, no mínimo, para a região da APA fora da Resex) são amplamente permitidos pela turma, outros não.

Lembro de quando Dunga, caranguejeiro e patrão na cidade de Parnaíba, estava com vários caranguejos empilhados em sua casa sem que conseguisse vendê-los. A feira não garantia lucro algum e, dia após dia, ele retornava com sua mercadoria praticamente intacta. Pouco a pouco, os caranguejos começavam a morrer e os que persistiam perdiam vigor, vivacidade e peso, tornando-se menos atraentes a possíveis compradores. Não entendia como, mesmo com alguns amarrados em casa, Dunga continuava a ir para o mangue com sua turma. “Porquê? Você não tá cheio de caranguejo em casa?” “É”, respondia ele, “mas muitos deles já estão morrendo e ficando feios. A gente está vindo pro mangue pra pegar caranguejo grande e bonito. Enfeitar as cordas”. Era assim que meu anfitrião falava da dimensão estética (e mercadológica) de caranguejos vistosos: compensar a feiura e desgaste dos caranguejos antigos e tornar as cordas mais bonitas para novas idas à feira.

Em dias assim, escolhíamos manguezais específicos, bem diferentes daqueles que costumávamos frequentar cotidianamente. Os caranguejeiros adentravam o mangue com uma missão expressa: só caranguejos grandes. Diferente dos caranguejeiros do Torto, os de Parnaíba vendiam sua mercadoria diretamente para o feirante (que, não raro, também era o patrão). Nessa forma de organização, o “corte”, assim como a “dosagem” praticamente não existia, ainda que caranguejos mortos, muito machucados ou com patas faltando fossem descontados do valor pago ao catador em Parnaíba. De certa forma, portanto, o corte também era operado aí, ainda que com menos centralidade coletiva como na comunidade do Torto. Mas o que é o “corte”? Se pensarmos – inspirados por Strathern (2006) e Munn (1977) – a lida com o caranguejo-uçá enquanto um processo de sucessivas transformações/conversões por meio das quais o devir-mercadoria do crustáceo vai se constituindo a cada etapa, o corte – conforme realizado na comunidade do Torto e, portanto, diretamente relacionado ao mercado interestadual dos crustáceos – consiste em um momento transformativo crucial no qual o animal já está fora do mangue e nas mãos do patrão (ou atravessador). Munido de uma faca ele irá desfazer as cordas dos caranguejos, uma a uma, e selecionar os bichos que irão seguir na cadeia na condição de mercadoria e aqueles que não.

Zequinha, por exemplo, um dos patrões com mais trabalhadores no Torto, rompia com precisão as palhas de carnaúba. Os caranguejos bons ele jogava em um grande balde de plástico, os condenados eram despejados à parte em um recipiente menor. Os critérios de corte dos caranguejos são amplamente conhecidos. Caranguejos menores de seis centímetros ou sem a pata maior eram descartados, assim como aqueles cujas duas patas eram pequenas. Crustáceos com as unhas (patas menores) arrancadas ou bastante feridos também o eram, pois muito dificilmente chegariam vivos ao Porto dos Tatus.



Mosaico 26 – Corte do Zequinha. Caranguejos condenados são colocados no balde menor. Os outros são ensacados e seguem em seu devir mercadoria.



Mosaico 27 – Caranguejeiros observam o corte. Turma do Zequinha, comunidade do Torto.

Zequinha atualizava, perante todos, os mesmos conhecimentos que guiam a própria captura. Executar essa tarefa exige procedimentos técnicos de medição dos crustáceos – que pode contar com o auxílio de ferramentas ou não – e, ainda, na avaliação da vivacidade dos crustáceos. Animais, machucados, mortos ou com poucos reflexos vitais são *condenados* (desclassificados).

Se no mangue o devir-mercadoria dos caranguejos era apenas uma potência em vias de concretização, no *corte* os crustáceos são – pela primeira vez – transformados (ou traduzidos, para usarmos um termo de Tsing, 2015) em produtos vendáveis. Esse ato marca não apenas a saída total do caranguejo do seu ambiente, como também a perda de sua posse por parte do caranguejeiro, que deixa de ter qualquer controle sobre as condições da alienabilidade (Strathern, 2006) dos crustáceos. A transformação dos caranguejos em mercadoria, contudo, não é algo finalizado com o corte. Ainda que sejam comprados pelo patrão, os bichos podem deixar de ser uma mercadoria – algo com valor de troca e uso (Marx, 2013a; Appadurai, 2008; kopytoff, 2008) – caso venham a morrer. O devir-mercadoria do caranguejo – que depende sobretudo da sua condição de vivente – é algo cultivado de forma ativa de intermediário a intermediário até que o crustáceo chegue aos consumidores. Isso ficará mais evidente ao falarmos das técnicas de transporte desse animal.

Caranguejos condenados significam prejuízo para o catador. Cada bicho desclassificado pelo patrão ou morto no caminho até o *corte* é, em média, um real a menos no seu *saldo*/pagamento. Animais vivos, porém fora dos padrões (pequenos ou com patas faltando), tomam vários caminhos a partir do corte. Eles podem ser aproveitados, ou revendidos pelo patrão para o beneficiamento da sua carne ou reavidos pelos próprios catadores para o mesmo fim, ainda que essa atividade não seja considerada tão lucrativa⁴⁷. Outros podem se tornar alimento na panela de quem os capturou e há ainda aqueles que são devolvidos ao mangue. As possibilidades destes caranguejos remanescentes de continuarem vivos e sem sequelas, contudo, depende profundamente das suas condições de captura. Caranguejos pegos exclusivamente com a mão tem mais probabilidades de

⁴⁷São necessários, em média, quarenta caranguejos para a obtenção de um quilo de carne que, na época da pesquisa, era vendido por cerca de vinte reais, o que torna a atividade trabalhosa e pouco rentável, quando a mesma quantidade de crustáceos dentro dos padrões exigidos pode chegar a cinquenta. O beneficiamento da carne é uma atividade geralmente feita por mulheres.

sobreviver do que aqueles capturados com o cambito. Eles saem menos *judiados*, menos maltratados, como meus amigos costumavam falar. Legat e Puchnick(2003), em pesquisa sobre a sustentabilidade das técnicas de pesca do caranguejo-uçá no Delta, corroboram essa constatação.

Por mais que os caranguejeiros escolhessem com afinco apenas bons caranguejos, o corte já era algo previsto pelos catadores. No Torto, se a dosagem fosse de dez cordas de caranguejo, por exemplo, meus amigos pegavam uma a mais. A décima primeira era para compensar os caranguejos que porventura fossem condenados. O corte feito pelo patrão geralmente acontece sob os olhos atentos dos caranguejeiros. Às vezes não. Alguns deles chegam ao porto bem antes disso, deixam seus caranguejos na sombra de alguma árvore e logo seguem para casa.

No caso do Torto, em outros momentos o corte também ocorria às vistas dos patrões da comunidade, sem caranguejeiros por perto e sob a supervisão de Forrozeiro – encarregado de repassar a mercadoria para Jesus, seu irmão e comprador residente na cidade de Parnaíba responsável pelo contato com os compradores de Fortaleza. Cortes assim ocorriam na lancha que levaria os caranguejos para o Porto dos Tatus, na cidade de Ilha Grande – Piauí, local de onde os caranguejos eram escoados.

Apesar de haver ampla concordância sobre os critérios de corte dos caranguejos, não era incomum haver discordâncias entre caranguejeiros e seus patrões sobre o número de caranguejos condenados. Esse confronto raramente ocorria no momento do corte, mas se expressava em reclamações e maledicências nos dias posteriores ao recebimento do pagamento (do saldo). Meus parceiros caranguejeiros costumavam reclamar que alguns patrões cortavam mais cordas do que deveriam, de forma que era corriqueiro alguém que pegou muitas cordas em determinada semana receber apenas pouco mais do que outro que teve um rendimento menor nas capturas. Isso era visto como um desestímulo aos caranguejeiros, que não viam motivos em se empenharem para pegar caranguejos maiores e melhores, sabendo que, independentemente disso, boa parte deles seriam condenados. Nem todos os patrões eram assim, observavam, mas essa reclamação era constantemente repetida. Esses conflitos, não raro, ocasionavam a

saída de um caranguejeiro de determinada turma para outra, onde geralmente era recebido com facilidade.

Nem sempre Zequinha cortava os caranguejos na comunidade. Passou a fazê-lo depois de perceber que o número de caranguejos condenados nos Tatus era maior do que o que ele observava como justo. Sem contar a seleção que os próprios caranguejeiros fazem dos crustáceos ainda no mangue – transformando-os virtualmente em produtos vendáveis a partir da captura –, os caranguejos, passam por pelo menos dois intermediários – e, portanto, novas classificações e valorações em torno do seu devir mercadoria – até chegarem aos seus consumidores. Assim, no porto dos Tatus, os caranguejos são submetidos a um novo corte. Agora, coordenado por Jesus, que irá separar os animais médios-bons dos grandes e descartar os menores de sete centímetros que, porventura, não tenham sido condenados anteriormente. Os caranguejos que ficam de fora, no porto dos Tatus, geralmente são comercializados para o processamento da carne, os demais seguem na cadeia para serem vendidos *in natura*.

Há épocas em que são cortados mais caranguejos que o normal. O que se relaciona diretamente com o ciclo de desenvolvimento do crustáceo no decorrer do ano. Nos meses de junho e julho, o caranguejo está engordando para dar início ao processo de ecdise. Durante a engorda, é comum que o caranguejo fique *despatador*, ou seja, perdendo as patas com muita frequência. Capturar e amarrar crustáceos passa a ser uma tarefa bastante delicada, exigindo o máximo de suavidade possível nos movimentos realizados pelos catadores. Ainda assim, do mangue à beira do rio, onde os caranguejos serão lavados, alguns crustáceos perdem suas patas. No corte, o simples ato de serrar as palhas de carnaúba para desfazer as cordas pode acabar levando algum caranguejo a perder seu pereiópode⁴⁸.

Existe uma correlação direta entre um caranguejeiro e as características dos caranguejos capturados por ele. Há caranguejeiros que se destacam por trazerem crustáceos pouco sofridos ou machucados, o que revela um bom domínio da técnica, isto é, uma sintonia fina entre os seus próprios movimentos e os

⁴⁸ A engorda não é o único momento de fragilidade dos caranguejos. Na época da troca de carapaça, caranguejos de leite (ver capítulo 2) – muito vulneráveis – sequer são capturados, pois não servem para o consumo. Nos meses seguintes à ecdise, outubro/novembro (a depender do lugar), os bichos estão mais magros e suas carapaças, apesar de duras, não são tão resistentes quanto a dos caranguejos mais velhos.

movimentos do bicho no buraco, como observamos no capítulo 3. Espera-se que, de caranguejeiros assim, poucos caranguejos sejam condenados.

Há também aqueles (mal) afamados por trazerem caranguejos pequenos ou feridos, com patas e unhas caídas ou *escacheladas* (prestes a cair, pois com o ligamento da articulação do pereiópode ao cefalotórax rompido). Crustáceos que, muito provavelmente, serão condenados. Graças a essas informações, literalmente trazidas no corpo dos animais, os patrões conseguem identificar os caranguejos de cada trabalhador da sua turma apenas no “olho”. Mas elas não são as únicas e somente vistas em conjunto com outras fornecem os indícios necessários para que um amarrado de caranguejos seja identificado com seu catador e o patrão possa, enfim, descontar as cordas do saldo do trabalhador em questão.

Outro fator a ser levado em consideração é a própria forma como os caranguejos são dispostos na corda. Apesar de ser uma ação técnica relativamente padronizada, como observaremos na sessão seguinte, a feitura da corda varia muito de caranguejeiro para caranguejeiro. Lembro do dia em que Zequinha conseguiu identificar no amarrado de Querido quais cordas haviam sido feitas por ele e quais foram feitas por mim. “Mas como o senhor sabe?”, perguntei. A mim, todas as cordas pareciam idênticas. “O Querido torce a corda de fora para dentro e você torce de dentro para fora”. Explico: antes de atar as duas pontas da palha de Carnaúba é preciso torcê-las, como falarei a seguir, a fim de torná-las mais resistentes. Esse movimento pode ser feito de duas formas, como observou Zequinha, cada uma dá pistas sobre as técnicas adotadas pelo caranguejeiro. Além desta, uma série de outras variações pode ocorrer.

Há homens que amarram a pata maior dos caranguejos, o que é conhecido como “piar o caranguejo”, a fim de que seus movimentos e, conseqüentemente, a perda de pereiópodes seja evitada. Há quem *pie* as duas patas, há quem *pie* apenas uma. O nó de fechamento da corda pode ser dado na ponta da palha, mas há quem o faça mais próximo ao meio, deixando um aro menor para a acomodação dos caranguejos no calão. Inclusive, algumas vezes esse pequeno nó eventualmente é feito sem que sobre palha nas extremidades. Há quem disponha os caranguejos mais firmemente próximos um do outro (o que é desejado), há quem os amarre mais frouxos. Cada uma dessas particularidades (sobre as quais haveria muitos

outros detalhes a dar) atua no sentido de conectar diretamente caranguejeiros e seus caranguejos.

Especificidades pessoais à parte, destaco que a confecção da corda é um importante passo na transformação dos caranguejos em produtos vendáveis. Sua feitura envolve ações técnicas que consideram desde a harmonia estética dos caranguejos amarrados, a fim de torná-la atraentes para patrões e demais compradores, até as próprias características comportamentais dos crustáceos. Atos que devem ser executados com bastante cuidado, pois os caranguejos podem perder suas maiores preciosidades: as patas. Foi no meu aprendizado amarrando os caranguejos que descobri a quarta característica (ou qualidade) que os constituem: o gênio.

O caranguejo bonito: técnica e estética na feitura da corda

Os caranguejos saborosos e esverdeados do salgado possuem um *gênio* diferente daqueles do doce. A princípio pensei que era apenas impressão minha, mas não. Parte crucial (e majoritária) do meu aprendizado em campo foi amarrando os caranguejos na corda. Um trabalho que, antes de tudo, exige saber caminhar no mangue de modo que a distância entre quem cata e quem amarra seja a menor possível. O amarrador – como é chamada a pessoa que amarra os caranguejos – deve estar a postos tão logo o catador capture o crustáceo. Ele irá recebê-lo e amarrá-lo na palha de carnaúba. Assim eu fazia, o que requer cuidado e agilidade.

Todos os caranguejeiros que conheci iniciaram na atividade de captura amarrando o caranguejo dos seus pais ou parceiros mais velhos. Tão logo adquirissem experiência na cata, eles abandonavam essa atividade – uma função menor – e passavam a pegar caranguejos por conta própria, aumentando seus ganhos. O amarrador, portanto, tanto ontem como hoje, é um caranguejeiro aprendiz. No decorrer do meu trabalho de campo, costumava amarrar os caranguejos para os parceiros que acompanhava. Parte considerável dos meus aprendizados no mangue são relacionados a esta prática. De maneira geral, são os próprios caranguejeiros que capturam e amarram seus crustáceos, a não ser que estejam orientando algum mais novo na atividade ou precisem de ajuda extra para aumentar a produção.

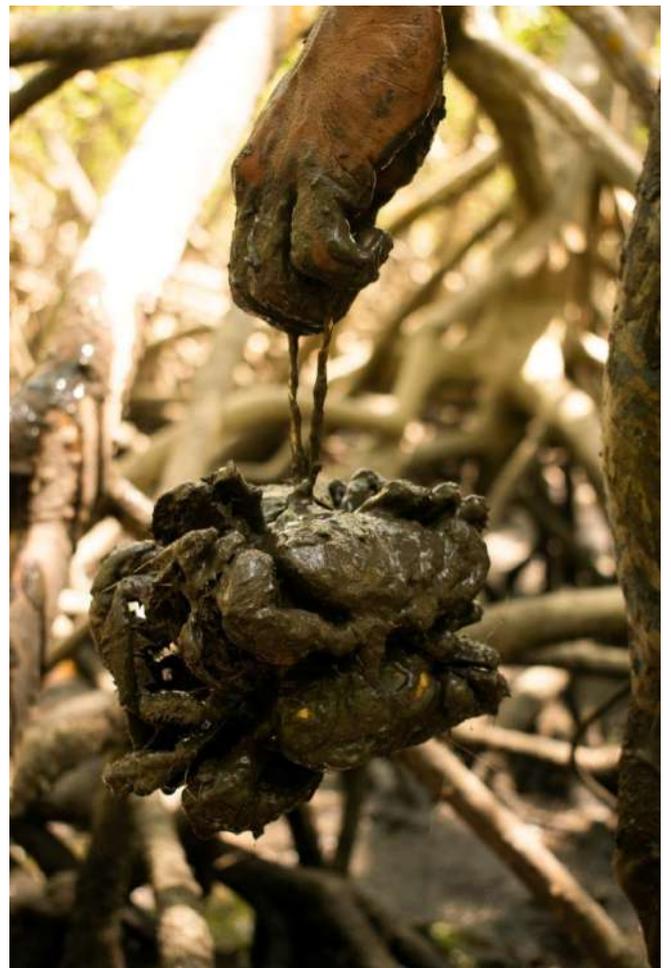
A corda possui dois lados, cada um deles com dois fios de palha de carnaúba unidos por um nó. Este funciona como uma espécie de eixo central da própria corda, a partir do qual são amarrados quatro caranguejos, dois de cada lado. Ao amarrar o primeiro caranguejo, meus anfitriões me orientavam: “o nó tem que ser colocado no meio do peito [cefalotórax] do caranguejo”. Eu sempre me atrapalhava nisso, no início. Com o contato das minhas mãos sujas, as palhas ficavam cobertas de lama, grossas de terra, ligentas, escorregadias.

É impossível desconsiderar a lama ao desempenhar essa operação técnica. Para mim, era difícil conseguir o mínimo de destreza para a separação dos dois fios da palha e – um por vez, em cada lado do caranguejo – passá-lo por debaixo da pata maior, envolvendo todas as suas pernas por trás até chegar à parte posterior de sua carapaça. Na sua base traseira, então, era feito um nó com as duas pontas da palha. Sobre esse nó um segundo caranguejo era amarrado, utilizando-me do comprimento restante do fio da palha de carnaúba. A orientação dos meus anfitriões era precisa e deveria ser observada atentamente. Caso o nó do primeiro caranguejo amarrado na palha não ficasse exatamente no centro do seu cefalotórax, iria sobrar menos palha em um dos lados da corda para o caranguejo seguinte, o que poderia implicar em ter que desfazer toda a corda a fim de acondicionar os quatro caranguejos. Eventualmente, o nó puxava mais para a direita ou mais para a esquerda, o que também envolvia maiores riscos de o crustáceo quebrar a corda com as rugosidades de sua pata.

A segunda parte exigia uma cautela ainda maior. Amarrados os dois caranguejos em uma metade da corda, era preciso atar os outros. Isso era feito unindo os cefalotórax dos dois caranguejos de cada lado da corda. Enquanto as patas de um atacavam o caranguejo já amarrado, as quatro patas dos dois caranguejos presos à palha ameaçavam não apenas o crustáceo que eu manuseava como também meus dedos. Era preciso fazer o mesmo procedimento descrito acima para a primeira metade da corda: passar o fio pelas patas grandes e amarrá-lo atrás de sua carapaça. Depois, era posicionar o quarto caranguejo sobre esse nó e finalizar a corda.



Mosaico 28 – Fazendo a corda. Primeiro a palha de carnaúba é amarrada no cefalotórax do caranguejo. Os dois fios de palha soltos à sua frente acondicionarão mais dois caranguejos e, sobre o nó das suas costas, o quarto crustáceo será amarrado.



Mosaico 29 – Fechando a corda

Decidi não falar das mordidas que levei, de como doeram e tiraram sangue. Percalços do aprendizado. Mas quero destacar um complicador perene nesse processo: as movimentações dos caranguejos enquanto eram amarrados. Engajar-me nisso foi crucial para entender o *gênio* desses bichos e, paralelamente, a estética almejada na corda.

Os caranguejos não ficam imóveis ao serem presos. Eles agem ativamente para se desvencilharem das palhas e das nossas mãos. Na verdade, ao se perceberem capturados, atacam o que estiver por perto. Suas pinças podem se agarrar a pedaços de galhos próximos ou nas pequenas protuberâncias das raízes de siriba. Podem morder nossos dedos e, quando isso ocorre, é preciso aguentar a dor e esperar que a pressão de suas pinças ceda e você puxe o dedo rapidamente. As patas podem ainda enganchar na palha de carnaúba e impedir a feitura da corda. Podem se atacar mutuamente ou desferirem golpes contra as pinças e pernas do caranguejo posicionado logo abaixo. Ao pinçar algo, o crustáceo corre o risco de perder seu pereópode caso tentemos fazê-lo soltar de maneira brusca o que foi agarrado, o que é considerado um prejuízo.

A grande preciosidade do caranguejo é sua pata. Sem ela, é desejável que o crustáceo seja devolvido ao mangue. Além de atentar para que ele não a perca durante a captura, portanto, outros cuidados devem ser tomados ao amarrá-lo. Isso implica rapidez na execução dos movimentos de quem amarra. Assim, a atividade de captura se divide em dois momentos cruciais: a cata propriamente dita, na qual uma série de cuidados devem ser tomados para não machucar o caranguejo ou fazê-lo perder suas partes; e, imediatamente depois, a feitura da corda. Nesta fase, o crustáceo pode perder a pata agarrando-a ao que estiver mais próximo do seu campo de ação. Para a tristeza e frustração dos meus interlocutores, repetidas vezes fiz caranguejos bonitos, isto é, com patas imensas, perderem esse pereópode valiosíssimo enquanto os amarrava. Tal inabilidade jogava por água abaixo (ou, melhor seria, mangue adentro) todo o esforço exigido na captura daquele crustáceo que, sem a pata, seria devolvido à lama.

Depois descobri que a agitação do caranguejo é diretamente proporcional à inexperiência do amarrador. Um catador habilidoso é rápido nessa atividade. Questão de segundos. O bicho sequer se *estribucha*, faziam-me observar. Com o tempo fui desenvolvendo essa técnica. Ainda assim percebia o quanto os

caranguejos de águas salobras – capturados nos manguezais do doce – eram mais valentes, espertos e arredios do que aqueles capturados em manguezais do salgado. Os caranguejos capturados em áreas de maior interferência das águas marinhas, portanto, eram considerados mais lerdos. Não brigavam tanto entre si e tampouco dificultavam o trabalho de quem os amarrava. Compartilhei essas impressões com meus anfitriões. Eles me disseram que era assim mesmo: “o caranguejo do salgado é um caranguejo mais bobão, mais besta [ingênuo]. Eles não dão muito trabalho pra gente”.

- Mas porque será, Sérgio? – perguntei

- Não sei, cada caranguejo de cada lugar tem um gênio. Os caranguejos do arrastador [mais próximo da costa] são mais mansos que o do siribal.

- Verdade, faz sentido...

- Porque a gente não fala assim: rapaz, o pessoal daquele lugar ali são enrascados [cheios de confusão, enrolados]? A gente não fala? Pois com os caranguejos é a mesma coisa: cada lugar tem seu tipo de caranguejo e cada caranguejo tem seu gênio.

O gênio e o tipo do caranguejo (o que inclui características como cor, tamanho e sabor) estão intimamente relacionados ao ambiente habitado por eles. É preciso estar atento a como isso influencia o comportamento e movimentação dos caranguejeiros não apenas no momento da captura, mas nos processos técnicos que envolvem a feitura da corda – um momento importante no processo de transformação dos crustáceos em seu devir mercadoria. Além dos nós e da relação entre os caranguejos e palha de carnaúba, o amarrador (ou seja lá quem amarre os caranguejos, pois geralmente é o próprio caranguejeiro, como já apontei) deve saber o que é e como fazer uma corda bonita, ou seja, que chame a atenção dos patrões e demais compradores. Nesse aspecto, novamente, a lógica de que tamanho é sinônimo de beleza volta a operar.

Caranguejos maiores são colocados nas partes superiores da corda. O que significa que, em cada uma de suas duas partes, crustáceos assim devem ser os últimos a serem amarrados, de forma que – ao fecharmos a corda – a sua superfície apresente caranguejos que chamem atenção. Logo, maiores em cima, menores em baixo. Fechar a corda também é um ato técnico delicado. Feita as duas pontas, desamarramos a palha que repousava na parte traseira da carapaça e então

juntamos – carapaça com carapaça – os dois caranguejos dos lados opostos da corda. Dois nós são feitos para juntar as duas pontas. Depois, segurando na extremidade dos dois fios, torcemos a palha. Assim, a folha seca da carnaúba terá a resistência necessária para aguentar o peso do acoplamento de quatro caranguejos mais a lama seca durante todo o trajeto que meus interlocutores farão até a beira do rio, quando os caranguejos são lavados e – ainda nas cordas – vendidos para atravessadores e patrões.

Ao efetuar o nozinho na ponta solta das cordas, meus interlocutores ensinaram-me a levantar o acoplamento de caranguejos e torcer a palha no ar, fechando assim a corda. Aprendiz que sou, todas as vezes em que fazia esse ato, repetia o nozinho no ar. Assim fiz durante todo o ano em que acompanhei meus parceiros. Ocorre que o caranguejo possui um ciclo anual de desenvolvimento, conforme observamos no capítulo 2. Como afirmei anteriormente neste capítulo, em alguns momentos do ano o caranguejo está mais frágil, fato que acontece em basicamente dois períodos. Nos meses de junho e julho, o caranguejo começa a engordar para dar início ao seu processo de ecdise, quando começa a “pegar os altos”, período no qual suas patas e pernas se desprendem do cefalotórax com bastante facilidade. Foi nessa época que, ao fechar a corda girando-a no ar, Dunga – um dos meus interlocutores – me advertiu que eu não balançasse a corda com tanta força. “Se balançar demais assim a pata dele cai”. Dunga então me ensinou a torcer os fios da palha com a corda ainda no chão, sem que eu a girasse, a fim de garantir que os crustáceos permanecessem inteiros.

Em outubro e novembro, por sua vez, é a safra dos caranguejos, momento no qual os bichos trocaram de carapaça, saíram dos altos e estão retornando para as tronqueiras – os baixos do mangue – onde irão passar boa parte do seu ciclo de vida até a próxima ecdise. Nas semanas seguintes à *desentupição*, os caranguejos estão bonitos, com cores vistosas e claras, bem diferente das escuras carapaças envelhecidas que carregavam antes. Bichos assim chamam a atenção de patrões e fregueses, diziam meus anfitriões. Seguindo a lógica de organização da corda, eu começava a confeccionar o acoplamento de quatro caranguejos da mesma forma que havia feito desde o início do ano (maiores em cima, menores em baixo). Novamente meus parceiros me chamaram a atenção.

Disseram que, como os caranguejos estavam mais novos (recém desentupidos), suas carapaças ainda estavam frágeis e poderiam ser facilmente quebradas pelas pinças de um (duro) caranguejo velho. Assim, ainda que fossem menores que alguns caranguejos mais antigos, eles deveriam vir na parte de cima da corda. Mais uma vez as técnicas de feitura desse acoplamento sofreram mudanças. Naquela época do ano, a lógica de maiores em cima, menores em baixo caía por terra. O que valia era: mais novos em cima, mais velhos em baixo. Caso contrário os caranguejos lindos e jovens terminariam estilhaçados.

Confeccionar e fechar uma corda de caranguejos, portanto, deve dialogar com as propriedades e qualidades dos viventes com os quais se interage. Não se sai executando uma ação à toa, como eu iniciei fazendo enquanto aprendia a amarrar, reproduzindo quase que mecanicamente a sequência de nós necessárias e rigorosamente apreendidas. Um amarrador que *saiba trabalhar* deve operar com leves variações na organização técnica e estética da corda no decorrer do ano. Somente assim seus gestos levarão em consideração as disposições dos crustáceos tanto em seu momento de engorda quanto nas semanas posteriores à ecdise.

Quando no buraco, ainda há dúvidas se o caranguejo entrará em vias de ser mercantilizado ou não. Caso escape do catador (vivo ou morto) ele continuará no mangue. Em virtude disso, posso concluir que a corda aciona de maneira incontestável o devir mercadoria dos caranguejos. Dela eles podem até sair mortos, presenteados a alguém, transformados em alimentos sem sequer serem vendidos, mas a afecção mercadoria está sempre no horizonte desde então. Por isso mesmo, os cuidados a serem tomados com esse vivente transcendem a captura e a feitura da corda da corda. Lidar com caranguejos vivos e as pressões comerciais em torno desses animais envolvem, além da estética, as tecnologias de transporte; as normativas ambientais; e as relações dos atravessadores com os bichos fora do mangue.

Caranguejos ganhando o mundo: dilemas do transporte de viventes-mercadorias

Depois de capturado, os caranguejos vivem, em média, de dois a três dias, podendo, em alguns casos, chegar a quatro. Esse número depende de um conjunto de circunstâncias, a começar pelo local de origem do crustáceo. Caranguejos capturados em manguezais do salgado, ou seja, mais próximos da costa, morrem

bem mais rápido que aqueles pegos em manguezais do doce – relativamente distante da costa e com maior interferência de água salobra. Os primeiros vivem no máximo dois dias, apenas os últimos, com muito zelo, podem chegar ao quarto dia de vida fora do mangue. Apesar disso, a origem dos bichos de nada adianta na vivacidade dos crustáceos caso não se leve em consideração as técnicas e cuidados empreendidos na sua captura.

Caranguejos mais rasos e pegos unicamente com a mão costumam durar mais, pois são capturados com menos dificuldade. É preciso considerar que, ao passo que os caranguejeiros forçam a subida dos crustáceos, estes também realizam um esforço semelhante no sentido contrário. Crustáceos mais profundos e, por vezes, alojados entre raízes de mangue ou outras árvores, raramente são acessados pelas mãos dos meus anfitriões caranguejeiros. Nesses casos a utilização do cambito faz-se necessária. Crustáceos capturados com o auxílio dessa ferramenta dão mais trabalho aos caranguejeiros. O vergalhão de ferro, quando não manipulado corretamente, pode ferir o bicho, ocasionando furos em suas carapaças. Quando isso acontecia, meus anfitriões devolviam o caranguejo ao mangue, pois de nada adiantaria tirá-lo dali. Horas depois ele morreria. De maneira geral, caranguejos tirados com o cambito viviam menos que aqueles obtidos exclusivamente a partir do braceamento.

Na captura, seja utilizando o cambito ou a mão, caranguejos enrascados podem até não perder suas patas maiores, seus bens mais preciosos, mas algumas unhas ou pernas podem ficar no caminho. O caranguejo, ainda assim, vai para a corda, visto que suas patas grandes continuam intactas, mas são maiores as possibilidades desse crustáceo morrer. Eventualmente, caranguejos assim são descartados no primeiro corte. Além do local de origem e das técnicas de captura do crustáceo, o transporte dos caranguejos até seus consumidores finais impacta diretamente nas suas possibilidades de vida e morte.

Eventualmente, Zequinha realizava o corte na beira do rio, como observamos acima. Outras vezes seu corte era feito junto com os caranguejos dos demais patrões já na lancha que leva a mercadoria do Torto aos Tatus. Até chegar ao município de Ilha Grande, nos Tatus, é feita uma viagem mais curta que dura de duas a três horas. Os caranguejos são transportados soltos dentro de sacos de ráfia

ou dispostos em amarrados, ou seja, um conjunto de dez cordas de caranguejos e empilhados.



Imagem 8 – Caranguejos na lancha. Devidamente acondicionados, os caranguejos seguirão por água do Torto (Araiozes – MA) para o porto dos Tatus (Piuí) de onde seguirá para fortaleza (Ceará).

Há poucas mortes nesse pequeno trajeto. Nos Tatus, como havia falado, os caranguejos passam por um novo corte. Apenas caranguejos maiores de sete centímetros, não-machucados e com as duas patas grandes intactas seguem. Cerca de dez anos atrás, o grande gargalo da comercialização do caranguejo no Delta ocorria a partir desse ponto. Na cadeia de transformações do crustáceo, o único momento no qual o devir-mercadoria sai de cena é quando o animal morre antes de chegar aos seus consumidores, passando a ser apenas resíduo orgânico.

Saindo dos Tatus, os caranguejos seguiam em carrocerias de caminhão até seu destino final, Fortaleza. Os amarrados eram empilhados uns sobre os outros e, depois, uma lona preta era amarrada sobre eles. O transporte geralmente ocorria à noite, a fim de evitar um maior ressecamento das brânquias dos caranguejos devido à forte incidência solar. No trajeto, contudo, milhares de caranguejos

morriam esmagados pelo peso dos demais e o ressecamento das brânquias era uma realidade incontornável. Até oito amarrados eram empilhados uns sobre os outros (Legat e Puchinick-Legat, 2009; Legat *et al*, 2006a, 2006b; Legat e Puchinick, 2003). Com suas pinças, muitos caranguejos acabavam se matando. O resultado disso era uma taxa de mortalidade que variava de quarenta a sessenta por cento. Mais da metade dos caranguejos capturados no Delta, portanto, morria antes mesmo de chegar ao consumidor final e era sumariamente descartado. Importante destacar que, historicamente, o caranguejo era vendido e consumido nas próprias regiões de captura. É, portanto, a venda do crustáceo para regiões cada vez mais distantes que traz um conjunto de questões e dilemas relacionados ao transporte. Nesse contexto, o método do choque térmico introduz o costume de comer caranguejo inteiro comprado morto e congelado.

Uma vez mortos e fora do gelo, os caranguejos sofriam a ação de diversos microorganismos. Muito rapidamente, entravam em estado de putrefação. Os caranguejos sobreviventes chegavam à Fortaleza em péssimas condições. Haviam perdido bastante peso no trajeto, suas brânquias encontravam-se ressecadas e a capacidade de reação a estímulos externos era bastante demorada. Apenas vários minutos depois de libertos, os caranguejos tentavam empreender a fuga. Além disso, era com dificuldade que agarravam o que estivesse ao seu alcance. Algo bastante diferente do comportamento normal do caranguejo quando, ainda no mangue, traz certas dificuldades a quem o amarra na palha, por exemplo. Suas pinças prendem o fio da carnaúba, raízes de siriba e o próprio dedo do amarrador, o que estiver mais próximo no momento. Caranguejos que não agem assim estão bastante debilitados.

Entre os anos de 2004 e 2005, pesquisadores funcionários da Embrapa Meio Norte realizaram um conjunto de pesquisas (Legat *et al*, 2005, 2006a, 2006b; Legat e Puchinick-Legat, 2009; Legat e Puchinick, 2003; Crespo, 2018) junto a caranguejos, caranguejeiros, patrões e atravessadores. A investigação se destinava a desenvolver tecnologias de transporte que reduzissem o número de mortes de crustáceos e garantissem maior vivacidade aos animais transportados.

Nas publicações realizadas pela equipe da pesquisa, há um detalhamento dos procedimentos realizados na atividade. Ao todo, foram observados quatro mil quatrocentos e quarenta caranguejos (4440), dos quais novecentos e sessenta

(960) foram transportados para Teresina e três mil quatrocentos e oitenta (3480) para o mercado de Fortaleza (Legat *et al*, 2006b) – números que indicam para onde escoam a maior parte da produção de crustáceos do Delta. Os crustáceos analisados foram divididos em quatro grupos (ou modos de tratamento), conforme a metodologia de transporte adotada.

O primeiro deles foi organizado segundo a forma tradicional de transporte realizada à época, com os caranguejos dispostos em amarrados de dez cordas e empilhados uns sobre os outros. Assim, a equipe teria um controle dos índices de mortalidade e das condições de vivacidade dos caranguejos até chegarem ao seu destino final. Os amarrados possuíam cinquenta centímetros de diâmetro e trinta de altura. Eles eram empilhados de oito a doze, seguindo os moldes de como eram transportados costumeiramente, no chão da carroceria dos caminhões. O grupo (ou modo de tratamento) dois dispunha os caranguejos em amarrados dentro de caixas plásticas (também denominadas como “caixas agrícolas”) e cestos (jacás) confeccionados com palha de carnaúba. Cada viagem contou com uma caixa e um cesto contendo oitenta caranguejos em cada, ou seja, oito amarrados.

No terceiro modo de tratamento, os caranguejos foram dispostos soltos em caixas agrícolas e jacás, ou seja, não mais atados em cordas e amarrados como no tratamento anterior. Tanto os oitenta caranguejos do grupo dois como os do grupo três, vale ressaltar, contaram com uma proteção de espuma de preenchimento de almofadas embebidas em água no fundo das caixas e cestos, e entre os animais. No quarto e último grupo, os amarrados de caranguejo foram colocados em uma prateleira de alumínio “com largura e comprimento de 50cm, e altura regulada através de sistema de furos para evitar a ocorrência de espaços entre o amarrado e a prateleira superior, a fim de impedir a queda dos animais” (Legat e Puchinick-Legat, 2009: 118). Cada prateleira acondicionou um amarrado.



Imagem 9 – Imagens dos diferentes tratamentos experimentados. A: método I; B: Método II; C: Método III; D: Método IV. Fonte: Legat e Puchnick-Lefat, 2009: 118)

Durante doze meses, os caranguejos foram transportados para Fortaleza e Teresina, partindo de Ilha Grande, Piauí, seguindo as quatro metodologias descritas até aqui. Os aspectos observados pelos pesquisadores foram a vivacidade dos crustáceos, a porcentagem de caranguejos sobreviventes e a perda de pereópodes e quelípodos. No primeiro tratamento, também chamado de grupo controle, pois nele foi mantida a forma tradicional de transporte dos crustáceos, a porcentagem de caranguejos mortos foi maior. Variou de 25% a 55%, além de apresentar caranguejos com grandes perdas de patas e pouca vivacidade. Na metodologia II, a mortalidade variou de 10% a 15%. Na III, com os caranguejos soltos dentro dos cestos e jacás e forrados com espumas umedecidas, o número de caranguejos mortos foi de 0% a 5% (Legat *et al*, 2006b).

A metodologia de transporte IV foi abandonada depois de poucos meses de teste devido à dificuldade de transportá-la na carroceria dos caminhões e o alto custo envolvido na confecção das prateleiras de alumínio. Isso levou patrões e

atravessadores a descartarem sua utilização ainda no momento da pesquisa (Legat e Puchinick-Legat, 2009). De todo modo, a mortalidade dos caranguejos do grupo IV variou de 20% a 25%. Nesse método, contudo, a vivacidade dos animais foi considerada tão baixa quanto aquela dos caranguejos transportados pelo modo usual, além de apresentarem um alto índice de perda das patas. Os caranguejos submetidos aos métodos II e III apresentaram maior vivacidade. Média e alta, respectivamente. Além de perderem poucas patas e apêndices, quando comparadas com as outras duas formas de transporte. Na tabela abaixo, Legat *et al* (2006b: 23) sistematizam as taxas de mortalidade do caranguejo-uçá de acordo com a metodologia (ou tratamento) de transporte utilizado.

Tratamento	I	II	III	IV
Mortalidade %	25 – 55	10 – 15	0 – 5	20 – 25
Perda de pereiópodos %	13	8	3	18
Perda de quelípodos %	6	3	1	10
Vivacidade dos animais	baixa	média	alta	baixa

Imagem 10 –Taxas de mortalidade do caranguejo-uçá conforme diferentes tratamentos no transporte. Fonte: Legat, 2006b: 23)

Dos quatro grupos, o III se mostrou o mais satisfatório. A equipe de pesquisa, então, recomendou a utilização dessa metodologia nos locais onde houvesse grande mortalidade de caranguejos seguida de descarte durante o seu transporte. Assim, os caranguejos deveriam ser transportados soltos dentro de caixas plásticas “com espuma, emborrachado ou tecido embebido em água no fundo da caixa entre e sobre os animais” (Legat e Puchinick-Legat, 2009:120). Os jacás feitos de palha de carnaúba foram indicados apenas em viagens curtas, perdendo em praticidade para as caixas plásticas que, de acordo com a equipe, poderiam ser empilhadas em quantidades maiores e mais facilmente higienizadas após a utilização. Recomendou-se ainda que as espumas utilizadas nas caixas fossem lavadas com jatos de água de alta pressão, evitando, assim, a proliferação de microorganismos (Legat e Puchinick-Legat, 2009:120).

Os anos posteriores à realização da pesquisa, encerrada entre 2005 e 2006, seriam marcados por grandes mudanças na lida com o caranguejo-uçá. A tecnologia de transporte desenvolvida pela Embrapa Meio Norte passou a ser implementada no Delta, através de órgãos estaduais, municipais e acordos com catadores e compradores de caranguejo. Pouco tempo depois, foi difundida para a região de Belém, no Pará e, desde então, a questão passou a ser discutida pelo IBAMA até a criação do ICMBio, em 2007 (Crespo, 2018).

Na esteira do debate em torno dos altos índices de mortalidade do caranguejo-uçá e com os subsídios fornecidos pela pesquisa, em julho de 2013, o Ministério da Pesca e Aquicultura criou a Instrução Normativa nº 09 (IN 9/2013) (Crespo, 2018), que “dispõe sobre normas e padrões para o transporte de caranguejo-uçá, *Ucides cordatus*, nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará”. Assim, a regra visa:

Art. 1º Estabelecer normas de acondicionamento para fins de transporte terrestre e aquaviário de carga viva de indivíduos de caranguejo-uçá, *Ucides cordatus*, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará.

Art. 2º Permitir o transporte de espécimes de caranguejo-uçá vivos, considerando os seguintes critérios:

I - as pessoas físicas ou jurídicas devem estar inscritas no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, para transporte de espécimes de caranguejo-uçá vivos;

II - as pessoas físicas ou jurídicas devem se enquadrar no disposto no inciso I deste artigo e devem estar acompanhadas de documento de comprovação de origem do produto;

III - os espécimes de caranguejo-uçá devem estar acondicionados desamarrados da seguinte forma:

a) quando em transporte terrestre: em caixas plásticas vazadas, forradas com espuma de acolchoamento embebida em água, conforme modelo descrito no anexo desta norma;

b) quando em transporte aquaviário: acondicionados em caixas plásticas vazadas, sacos, paneiros, peras ou acomodações que garantam a sobrevivência dos espécimes.

Parágrafo único. Após o descarregamento, as caixas e as espumas de acolchoamento devem ser lavadas e higienizadas.

Ainda que tenham sido implementadas no Delta – a título de teste e monitoramento – antes mesmo da IN 09/2013, as novas medidas de transporte do caranguejo somente passaram a ser fiscalizadas pelos órgãos ambientais em 2014, ou seja, após a normativa entrar oficialmente em vigor (Crespo, 2018). Recentemente, o modo de transporte dos caranguejos do Delta para Fortaleza passou por novas transformações. Agora, implementadas pelos próprios intermediários. Caranguejos médios-bons continuam sendo transportados

conforme as exigências da normativa, mas crustáceos grandes, com carapaças de 10 a 12 centímetros, são colocados em caixas térmicas de isopor com camadas de rasps de gelo entre os animais, a fim de reduzir a zero o número de patas perdidas.

Ao chegarem no porto, os crustáceos grandes (caranguejos pantanal) são jogados em uma caixa d'água com água gelada e, devido ao choque térmico, ficam paralisados. Eles então são dispostos, um a um, sobre uma camada de gelo nas caixas de isopor e assim vão sendo organizados conforme a seguinte sequência: gelo-caranguejo-gelo-caranguejo-gelo. Além do caranguejo vivo, o delta manda para Fortaleza crustáceos resfriados (mortos). Caranguejos comercializados nos mercados locais ou enviados para Teresina seguem sendo distribuídos unicamente *in natura*.

Uma vez resfriado – como compradores e donos de restaurante costumavam falar –, o caranguejo não perde mais suas patas e pode ser guardado em freezers e congeladores por semanas sem apodrecer. Seu gosto é menos apreciado pelos degustadores do que o do caranguejo vivo, abatido minutos antes de consumo. O caranguejo congelado é menos saboroso e sua carne não descola do exoesqueleto do crustáceo com tanta facilidade. “É como se ela ficasse *apregada* (fixa)”, comentou comigo um amigo caranguejeiro. Em virtude disso, a venda do caranguejo vivo ainda é uma constante. Somente para Fortaleza parte dos caranguejos seguem sendo resfriados, como havia dito.

Preocupações com a vida e a vivacidade do caranguejo-uçá perpassam todo o seu ciclo de transformações. Elas se fazem presentes desde o momento da captura, quando a sintonia com os movimentos executados pelo caranguejo dentro do buraco e as técnicas utilizadas para puxá-lo de lá ganham centralidade; perpassam a confecção das cordas, quando as patas e unhas dos caranguejos devem ser atentamente cuidadas; e aparecem durante o transporte do caranguejo para os consumidores. Na captura, a regra de não pegar caranguejos fêmeas e tampouco machos menores de seis centímetros (na região da APA) e de sete (no interior da Resex) é uma orientação negativa (proibição) no sentido de garantir a reprodução e permanência da espécie no mangue. Em virtude disso, mas não só (como observamos acima), caranguejos fora destes padrões são cortados/condenados.

No caso do transporte do caranguejo, as normativas são de caráter positivo, isto é, elas prescrevem formas de ação e relação com os crustáceos após sua retirada do mangue. Não há na normativa (IN 09/2013) e nos trabalhos publicados pelos pesquisadores que a subsidiaram referência a termos como “bem-estar animal”⁴⁹. Esta expressão é bastante difundida em contextos pecuaristas para orientar maneiras de lidar com o gado que não lhe causem dor ou sofrimento, considerando seu caráter senciente (Froehlich, 2015, 2016, 2017; Sordi, 2013, 2016). De algum modo, contudo, essa categoria informa a experiência dos pesquisadores que, anos após a realização do estudo, utilizam-na ao lançar o Selo Caranguejo Verde (Embrapa, 2009), como ainda veremos.

De todo modo, tanto na perspectiva de pesquisadores, caranguejeiros e demais humanos envolvidos nos processos transformativos desse crustáceo, a preocupação com o que poderíamos chamar de “bem-estar animal” é traduzida na criação de condições e técnicas capazes de lhe preservarem a integridade física e, principalmente, a vida. Ou, dito de outra forma, o bem-estar do caranguejo está diretamente relacionado à redução do número de crustáceos mortos antes de chegarem ao mercado consumidor.

A categoria de “bem-estar animal” diz respeito a um conjunto de práticas e relações entre humanos e animais. Conforme destacado por Froehlich (2016, 2017), a questão do bem-estar animal emerge a partir do momento em que se reconhece determinados animais como seres sencientes, capazes de sentir dor, sofrerem, bem como executarem ações conforme suas próprias vontades. Ao acompanhar fazendas de criação e produção bovina, Froehlich descreve como fazendeiros e criadores desenvolviam estratégias a fim de que o gado circulasse livremente pelos corredores dos currais, não sentissem fome, sede ou estresse. O uso da força na lida com os bois era proibido em diversas circunstâncias. No seu

⁴⁹Conforme apontado por Graciela Froehlich (2016:19), o termo “bem estar animal”, cunhado pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) tem como base a definição do *Farm Animal Welfare Council* (FAWC) da Inglaterra que, em 1993, estabeleceu um conjunto de liberdades básicas para que os animais vivam em bem estar, a saber, “os animais devem estar livres de medo e estresse; livres de fome e sede; livres de desconforto; livres de dor e doença e livres para expressar seu comportamento natural”. A autora destaca ainda que, “além dos animais de consumo, há medidas e estudos científicos voltados ao bem-estar animal dos animais de companhia, para aqueles mantidos em cativeiro, nos zoológicos, e inclusive aos animais selvagens” (Froehlich 2016:19). Essas reflexões são ainda decorrentes dos trabalhos feitos pelo Comitê Brambell que, na Inglaterra da década de 1960, avaliou a situação de animais vivendo em regimes de produção intensiva.

lugar, os criadores deveriam lidar com *jeito*, de forma a fazerem os animais agirem de modo mais livre e fluido, sem que se machucassem a si mesmos ou uns aos outros. Assim, entre outras coisas, evitar-se-iam hematomas no corpo do bicho, ocasionando perda de carne e desvalorizando o produto final.

O manejo agressivo dos animais é entendido como algo que reduz a produtividade. Nesse contexto, uma série de cuidados é tomada desde a criação até o matadouro, sendo o “abate humanitário o capítulo recente mais importante na trajetória de implementação de práticas de bem-estar animal na indústria da carne” (Froehlich, 2017: 406). Todo o processo é feito para que, uma vez no abatedouro, os animais não sofram lesões ou percebam que logo serão mortos. Neste cenário, as práticas de bem-estar animal estão associadas, por um lado, a formas de diferenciação dos produtos no mercado de carnes e, por outro, à mitigação do mal estar moral perante o sofrimento e a morte animal.

No caso dos caranguejos, não é a morte dos crustáceos em si que mobiliza órgãos ambientais, pesquisadores e compradores de caranguejo a desenvolverem tecnologias de transporte dos crustáceos, mas sim o fato de essas mortes resultarem em desperdício, causando perdas na produtividade e diminuição radical do estoque de caranguejos no mangue. Para os catadores de caranguejo, o cuidado com os crustáceos no momento da captura – ainda que não traduzido como “bem-estar animal” – passa também por essa dupla preocupação que, por um lado, entende o caranguejo como ser com o qual se relaciona e de quem se depende para o sustento e, por outro, conecta-se com um caranguejo-mercadoria que será classificado e transformado conforme padrões de qualidade.

Nesse cenário, além do estabelecimento da IN 09/2013, as tecnologias de transporte e estocagem do caranguejo-uçá vivo serviram de subsídio para que a Embrapa Meio Norte lançasse, em 2010, o selo Caranguejo Verde. Uma certificação destinada a bares, restaurantes, pontos de venda e transportes estaduais e intermunicipais de caranguejos. Possuir o selo significa, entre outras coisas, que “os caranguejos foram capturados, estocados, manuseados e transportados de acordo com a tecnologia desenvolvida, assegurando *menores taxas de descarte, menor impacto ambiental e melhor bem-estar do animal*” (Embrapa, 2009: 4) [grifo meu]. Estabelecimentos certificados com o selo podem cobrar preços mais altos por seus produtos, considerando-se que o crustáceo fora comprado do catador por

um preço maior que o comum e os gastos envolvidos no transporte qualificado foram maiores⁵⁰.

O consumo dos caranguejos, por sua vez, geralmente feito em bares e restaurantes da região, está bastante associado a momentos de lazer e diversão. Marca encontros agradáveis, com o consumo de bebidas alcoólicas – geralmente cerveja – e conversa entre amigos. Caranguejo é tanto refeição (acompanhado por baião-de-dois⁵¹, farofa e vinagrete) como “tira-gosto” (aperitivo apreciado junto com bebidas alcoólicas). É também refeição familiar para as famílias de caranguejeiros aos finais de semana ou quando se recebe alguma visita especial. Em todas essas situações a preferência unânime é de que o caranguejo seja abatido pouco antes de ser servido. É vivo, portanto, que o caranguejo deve chegar aos estabelecimentos ou residências onde será preparado. Em virtude das especificidades do crustáceo, que perde vivacidade e morre pouco depois de 48 horas depois de retirado do mangue, o comércio do caranguejo não pode esperar. “Caranguejo não é carne de gado”, como me dissera Jesus – comprador de caranguejos – certa vez.

Fechando a corda

A comparação negativa do caranguejo com os produtos cárneos de origem bovina se deve ao fato de que o crustáceo apresenta uma perecibilidade muito maior do que a carne de gado, que pode ser congelada sem grandes danos. Até mesmo para que os crustáceos sejam resfriados, como no caso de parte da produção destinada a Fortaleza, é preciso agilidade. Ainda assim, o sabor do caranguejo é alterado, fazendo a mercadoria perder valor e qualidade muito mais rapidamente que qualquer outro tipo de carne no decorrer dos dias passados em freezers ou câmaras frias. O tempo para o consumo é bastante curto uma vez que o animal se encontra fora do mangue. Entendo, contudo, que a comparação entre caranguejo e carne de gado ganha diferenças mais acentuadas quando pensamos em como caranguejos e bois se transformam em produtos cárneos vendáveis. Anna Tsing (2019, 2013) me ajuda a pensar isso.

⁵⁰Precisaria, contudo, de maiores pesquisas para investigar – não apenas as controvérsias envolvidas no surgimento desse selo, como também a sua efetiva implementação em estabelecimentos da cidade de Parnaíba e de Fortaleza.

⁵¹ Preparo específico de arroz misturado com feijão.

“A carne, nas sociedades ocidentais modernas, é um produto industrial” (Sordi, 2016: 121). As fazendas de criação empreendem um conjunto de técnicas de manejo do rebanho com o objetivo de transformar bois em carcaças para a obtenção da carne. O próprio animal, se pensarmos por outra perspectiva, também é fruto de um imbricado processo que envolve desde conhecimentos biogenéticos articulados para melhoramento racial e seleção artificial, até diferentes normas sanitárias que incidem não apenas sobre o modo como será a lida com o animal durante sua vida, mas também nos trâmites envolvendo seu abate (Sordi, 2013, 2016).

O cotidiano nas fazendas, como apontado por Froelich (2015, 2016, 2017), é estruturado de forma que os bois se alimentem e bebam adequadamente, não sofram estresse, medo ou violências desnecessárias. Pequenos declives no solo ou corredores muito largos, como observou a autora nas Fazendas Beira Alta, situadas no Mato Grosso, poderiam fazer os animais andarem muito lentamente, seguindo trajetos diferentes do planejado ou, ainda, sentirem-se agitados frente a irregularidades do solo, potencialmente percebidas por eles como um grande fosso (Froehlich, 2017). Nesse contexto, as regras prescritas em manuais e normativas para o bem-estar animal agem no sentido de mediar as relações entre criadores e bois a fim de, entre outras coisas, evitar sofrimentos e lesões aos animais.

De todo modo, o cuidado com o gado é feito pensando em sua posterior transformação em carcaça. Lesões e altos índices de cortisol, por exemplo, podem fazer a carne perder valor comercial (Sordi, 2016). Por outro lado, o “manejo racional” do gado nas fazendas de criação também objetiva padronizar a produção, livrando-a ao máximo de elementos externos que possam interferir negativamente no seu produto final: a carne. O gado é o produto de um conjunto de técnicas, práticas e gerenciamentos que visam manter sob controle suas relações com outros, sejam viventes, não viventes ou *affordances* do meio (Gibson, 1986). A modernização das práticas agropecuárias de produção de carne, portanto, depende de um relativo isolamento do animal para uma – sempre almejada – padronização.

Alguns aspectos das modernas fazendas de criação agropecuária – seja de gado, porcos, ou outros animais destinados a produtos cárneos – lembram-nos as reflexões de Tsing sobre escalabilidade. Este conceito é elaborado pela autora para falar de projetos que se expandem sem que seus termos iniciais sejam alterados,

ou seja, os objetivos primeiros são mantidos ao passo que a empreitada assume dimensões cada vez maiores. Para que isso ocorra, certos elementos devem ser isolados e privados de qualquer tipo de relações potencialmente transformadoras com outros. As diversidades cultural e biológica dão lugar a padronizações simplificadoras que visam o aumento da produtividade – como no caso de fazendas de criadores de porcos da Jutlândia, exemplo trazido pela autora, onde os leitões são desmamados antes mesmo de adquirirem sistema imunológico para isso. Eles passam, então, a ingerir antibióticos que matam, inclusive, suas bactérias intestinais. Assim, as fêmeas podem se reproduzir ao máximo. “A eficiência é conseguida pela taylorização do processo de reprodução e pela remoção de impedimentos através de um espaço de vida estéril e monitorado de perto” (Tsing, 2019: 209).

O principal modelo da escalabilidade, contudo, são as plantations açucareiras portuguesas do período colonial (Tsing, 2019, 2015b). A cana de açúcar trazida para as Américas era uma espécie estrangeira, sem qualquer vínculo com a biota nativa. Às custas da devastação das florestas, expropriação territorial dos povos indígenas e trabalho forçado de pessoas do continente africano, os canaviais prosperaram. Tsing aponta o quanto o sucesso desse empreendimento colonial se deve à produção de elementos completamente alienados entre si e, também, do lugar no qual se encontravam: os chamados *nonsoel* (do inglês *non social landscape elements* - Tsing, 2019: 179), que iam desde a mão de obra escravizada e desconhecadora do território até a própria planta. Apesar disso, o sucesso das *plantations*, bem como de todo projeto escalonável, não era total. Negros escravizados fugiam para a formação de quilombos e fungos deterioravam muito rapidamente as mudas de cana recém-chegadas. De todo modo, o exemplo das *plantations* mostra como a produção de cana requeria uma constante limitação e monitoramento das relações estabelecidas em seu cultivo (Tsing, 2019, 2015b).

No caso dos caranguejos, bem como dos cogumelos Matsutake apresentados por Tsing, eles se recusam a serem transformados em elementos não sociais da paisagem. Parafraseando Tsing, os crustáceos exigem a diversidade das dinâmicas multiespécies do mangue (Tsing, 2019: 189). Diferente dos bois – criados e abatidos em fazendas – ou mesmo de outros crustáceos como os camarões-cinza – que podem ser produzidos em tanques instalados em áreas de manguezais,

causando uma série de impactos e conflitos ambientais – , não existe tecnologia para produzir caranguejos-uçás em cativeiro. Trata-se de um “produto” exclusivamente extrativista, indomesticável por dinâmicas industriais de produção queousem apartá-los dos manguezais⁵². Assim, enquanto viventes, os caranguejos só podem ser entendidos a partir dos processos vitais e ecológicos que lhes originam. Diferentes tipos de mangues, em co-atividade com os índices de salinidade da água – sempre variante a depender se o mangue é mais próximo ou mais distante da costa –, gestam distintos tipos de caranguejo. Educar a atenção para os crustáceos, é perceber que cada um deles possui suas especificidades a depender do ambiente que lhes origina. Até mesmo as técnicas e ferramentas de captura variam conforme o caranguejo a ser pego. Longe de ser um mero detalhe técnico, isso nos informa das assembleias multiespécies, dos ambientes e dos meios nos quais os caranguejos florescem.

A “produção” do caranguejo-uçá – e sua conseqüente transformação em mercadoria – se inicia bem antes da captura, se quisermos estabelecer inícios. De todo modo, a palavra “produção” transcende a ideia de mera confecção de produtos. Ela deve ser entendida aqui como o emaranhamento de um conjunto de processos: 1) vitais, que coincidem com a ocorrência do caranguejo enquanto vivente e toda sua atividade de nutrição e crescimento – englobando ainda a própria emergência dos manguezais em sua multiplicidade de dinâmicas e seres (vivos e não-vivos); 2) técnicos, pois envolve saberes, práticas e formas de relação indispensáveis à captura em todos os seus momentos, desde a escolha da área de mangue a ser investigada ao ato de pegar propriamente dito; e 3) mercadológicos capitalistas, quando o caranguejo, ao tempo em que é vivente, é também mercadoria e deve ser manejado conforme padrões previamente exigidos pelo mercado e definidos por agências reguladoras, como Ibama e ICMBio.

⁵² Apesar de usar o termo indomesticável, reconheço que também podemos refletir sobre a lida com o caranguejo-uçá enquanto práticas de domesticação. Lembro, por exemplo, de compradores de caranguejo que faziam tanques nos quais os crustáceos eram despejados, regularmente molhados com água e alimentados com folhas de mangue por até, no máximo, uma semana. Depois desse tempo os caranguejos não vendidos já estavam mortos ou bastante debilitados. Destaco isso apenas para pontuar que, embora possamos pensar antropológicamente sobre ações domesticatórias na relação com os crustáceos, não foi essa a direção que tomei neste trabalho. Em vez disso, destaco a recalcitrância de caranguejos-uçá a certas lógicas comerciais de produção.

A feitura da corda – enquanto técnica essencial para a comercialização dos crustáceos – talvez seja o ponto onde todas essas dimensões tornam-se (mais) visíveis em sua articulação. A corda, esse conjunto precioso de quatro caranguejos, segue exigências estéticas do mercado em sua organização (maiores em cima, menores em baixo). As particularidades do vivente caranguejo, contudo, devem ser atentamente observadas. Caso haja caranguejos jovens, com suas carapaças recém-trocadas, eles devem vir em cima, ainda que sejam menores ou mais feios que caranguejos mais velhos. Do contrário, poderão ser mortos pelas pinças do crustáceo disposto acima. É na corda, ainda, onde os caranguejos serão vendidos para patrões e atravessadores, que a utilizam como unidade mínima da venda. A despeito de intermediários externos encomendarem os caranguejos em unidades, o repasse da remessa para patrões e caranguejeiros sempre acontece em cordas. Elas marcam, portanto, a múltipla constituição do crustáceo que pretendi explorar neste capítulo, a saber, o caranguejo vivente – atrelado a dinâmicas biointerativas específicas e dependente de certas condições externas a fim de que sua vida seja mantida – e o caranguejo mercadoria – parcialmente alienado das relações que lhes permitiram ser.

Como mercadoria, os caranguejos não são apenas crustáceos encontrados em manguezais específicos e capturados de certo modo, são também produtos a serem selecionados conforme seus tamanhos, cores e estados físicos nos quais se encontram. Os diversos procedimentos técnicos de transformação – a captura incluída – distanciam cada vez mais os caranguejos dos manguezais de onde vieram. Os sucessivos cortes separam caranguejos grandes dos pequenos e excluem os que perderam as patas. A permanência do caranguejo enquanto vivente, contudo, é não apenas uma constante como condição necessária para atribuição de valor ao caranguejo mercadoria. Um caranguejo morto é apenas lixo, resíduo orgânico.

Os cuidados e práticas em torno do transporte lidam com esse dilema. A preocupação com o bem-estar animal – termo que aparece apenas no documento que estabelece o Selo Caranguejo Verde – traduz-se em medidas que visam manter os caranguejos vivos, ou seja, relaciona-se com a garantia da qualidade do produto, mas não só. Cria critérios de diferenciação do preço do caranguejo nas barracas onde são comercializados. Os intermediários externos, no final das contas, são os

que mais concentram capital em toda a cadeia produtiva do caranguejo, como destacado por Crespo (2020). Além disso, a redução da mortalidade dos crustáceos não implicou aumento no preço pago ao catador, somente anos depois de implementada a tecnologia de transporte é que isso viria a ocorrer. O que nos leva a uma quarta camada de processos envolvidos na produção do caranguejo: aquela que diz respeito às relações de patronagem entre caranguejeiros e compradores, como observamos na primeira sessão deste capítulo. Neste cenário, o caranguejo-mercadoria e o caranguejo-vivente são apenas duas das múltiplas possibilidades de constituição de um mesmo ente.

Alguma conclusão: “ dinheiro amarrado”

Além de mercadoria, os caranguejos também se convertem em dinheiro no bolso dos meus amigos. No Torto, um dos momentos mais esperados da semana era o dia do pagamento, quando meus parceiros iam para a casa dos seus patrões ao final da tarde e esperavam, um a um, serem chamados por eles a fim de receberem seu saldo. Nem todos os patrões faziam isso, havia aqueles – tanto no Torto como em Parnaíba – que deixavam o dinheiro de cada um dos seus trabalhadores em casa ou entregava-lhes quando, por ventura, cruzasse com ele nos dias próximos ao repasse do pagamento. Ao conversarmos sobre os recursos advindos da cata de caranguejo, os caranguejeiros diziam frequentemente que o dinheiro do caranguejo é um “dinheiro amarrado”.

- Amarrado? Não entendi. Por quê? – Perguntei um dia para Sérgio – antes de entrarmos no mangue.

- Porque tudo no caranguejo é amarrado! Não vê? A gente pega ele e amarra. Amarra o peito, amarra a pata, amarra tudo. A gente também só trabalha amarrado. Amarra a palha [de carnaúba] na luva para não descer, amarra as palhas e o cigarro na cintura, amarra as botas para não entrar muita lama... Tudo é amarrado!

- E o dinheiro, por que é amarrado também?

Além de mim e Sérgio, Daniel, um jovem caranguejeiro, estava presente vestindo suas roupas enquanto conversávamos na sombra de uma siriba. Ao ouvir nossa conversa, ele se aproximou na tentativa de me explicar o que Sérgio talvez não estivesse conseguindo.

- É amarrado porque não anda, não vai pra frente. A gente trabalha, trabalha e o dinheiro do caranguejo dá mal pra comprar o que comer e o que vestir. É um dinheiro que não rende, que tá sempre amarrado, que nem o caranguejo.

Por vezes, alguns amigos diziam que “esse negócio de caranguejo é uma máfia! Só quem ganha são os homens lá de cima, o Chico do Caranguejo”. A eles – os caranguejeiros – cabia o trabalho pesado, o não comer nas horas certas, aguentar picadas de mosquitos e executar uma tarefa que se dava às custas de alguns maus tratos com o bicho e consigo mesmos.

- Já imaginou? Você está na sua casa, assistindo sua televisão e chega uns homens com uns ferros na mão, quebrando as paredes, quebrando tudo e tirando você de lá de dentro à força? É isso que a gente faz com os caranguejos, mas se eles têm que garantir a sobrevivência deles, a gente também tem que garantir a nossa.

Falas como essa, dita por seu Chico, caranguejeiro de Parnaíba, geralmente vinham acompanhadas da reflexão de que um dinheiro obtido com tamanha brutalidade sobre um animal era, inevitavelmente, um “dinheiro amaldiçoado” – outra variação do dinheiro amarrado. Patrões – geralmente ex-caranguejeiros moradores da comunidade – também falavam do dinheiro do caranguejo como “amaldiçoado”. Eles traziam exemplos de como isso se dava na prática. Contavam da história de compradores que faziam muito dinheiro e, do nada, perdiam tudo, ficavam sem sequer uma lancha para recolher os caranguejos que deveriam comprar.

As histórias não eram apenas dos outros, mas também de si mesmos, ressaltando momentos de aperreio no qual tiveram a casa incendiada ou parentes adoecidos e gastaram o que podiam e o que não podiam para se refazerem. Por vezes, atribuíam acontecimentos assim à inveja de parentes ou inimizadas. Os exemplos não faltavam: “Olha o Fulano [preservarei a identidade da pessoa], a vida inteira comprando caranguejo nunca conseguiu reformar a casa. Só conseguiu agora porque a mulher dele é funcionária da prefeitura e fez um empréstimo. Dinheiro de caranguejo é assim, a gente não consegue fazer nada de grande com ele. Ligeiro ele chega, ligeiro ele vai”.

Tanto patrões comunitários como caranguejeiros concordavam nesse aspecto, ainda que atribuíssem a causa dessa “maldição” a fatores distintos. Os

primeiros diziam das más condições de trabalho às quais caranguejeiros eram submetidos e, em alguns casos, de como eles – os próprios patrões – acabavam ganhando e contribuindo com isso. Os segundos reconheciam-se a si mesmos como o elo mais fragilizado de todo o comércio de crustáceos, precedidos apenas pelos próprios caranguejos, com os quais também se solidarizavam, ao passo que viam sua venda e morte como inevitável.

Em pesquisa realizada no início dos anos 2000, estimou-se serem extraídos anualmente cerca de 21 milhões de caranguejos no Delta do Parnaíba (Legat *et al.*, 2006a). A maior parte do capital obtido nessa atividade não fica na mão dos caranguejeiros ou mesmo dos patrões comunitários, mas concentra-se, sobretudo, entre os intermediários externos: proprietários de barraca, donos de restaurantes e outros estabelecimentos de lazer e turismo localizados na cidade de Fortaleza (CE) (Crespo, 2020). Falas sobre a “maldição” e o caráter “amarrado” do dinheiro obtido na lida com o caranguejo dão importantes pistas sobre como o capitalismo converte relações sociais não capitalistas em capital, acumulando riquezas e concentrando renda.

Para Marx (2013a), a acumulação primitiva representa o ato inaugural do capitalismo. Somente após a expropriação dos camponeses europeus das áreas rurais, homens e mulheres privados de qualquer relação com a terra transformaram-se em pessoas livres sem qualquer possibilidade de se manterem a não ser migrarem e venderem sua força de trabalho. A acumulação primitiva, portanto, marca a separação entre produtores e meios de produção (Marx, 2013a) a fim de tornar a acumulação capitalista viável.

Se, para Marx (2013a), acumulação primitiva seria um fenômeno datado, vários autores contestam essa formulação, destacando o quanto essa questão não apenas é fundante do capitalismo, como continua com força total até os dias atuais das mais variadas formas (Harvey, 2004; Federici, 2017; Tsing, 2015a; Luxemburgo, 1970). Mercantilização da terra e da força de trabalho, expropriação territorial de camponeses, processos coloniais de apropriação de ativos, dentre outros, são alguns exemplos de como a acumulação primitiva continua operando (Harvey, 2004: 121). Além disso, formas sociais não capitalistas – organizações produtivas de povos e comunidades tradicionais, bem como o trabalho de famílias camponesas, por exemplo – são constitutivos das dinâmicas de reprodução do

capitalismo (Meillassoux, 1976; Federici, 2017), seja fornecendo matéria prima, conhecimentos ou mão de obra barata para grandes empreendimentos.

Olhar para a acumulação, portanto, como pontuado por Bear, Ho, Tsing e Yanagisako (2015), permite-nos perceber como o capitalismo vai transformando pessoas, plantas e animais em recursos no interior de diversos processos produtivos. Assim, para além dos processos diretamente relacionados à questão de produção, consumo e distribuição, estas autoras nos interpelam a perceber tais dinâmicas dentro de um conjunto mais amplo de relações entre humanos e não-humanos.

Em diálogo com a noção de acumulação primitiva proposta por Marx, Tsing utiliza o termo *salvage accumulation*, destacando o caráter perene dos processos de acumulação primitiva que, não raro, são acompanhados de processos brutais de violência. “Savage and salvage are often twins: Salvage translates violence and pollution into profit” (Tsing, 2015a: 64). Nesse contexto, a principal característica da *salvage accumulation* consiste em obter lucros a partir de coisas ou dinâmicas que o capitalismo não possui qualquer capacidade de manufaturar. O que envolve, por exemplo, os processos vitais e ecológicos que originam matérias primas largamente utilizadas por firmas e mercados capitalistas. Ainda que o capitalismo não tenha como produzir combustíveis fósseis ou controlar o processo digestivo de animais ou emular a fotossíntese das plantas, ele tira vantagens disso (Tsing, 2015c). Podemos falar o mesmo a respeito dos caranguejos.

Estima-se que um caranguejo leve, pelo menos, três anos até atingir seis centímetros, tamanho mínimo com o qual pode ser capturado (Mateos, 2001). Até lá, os processos que lhe originam passam ao largo da agência humana. Ganham centralidade as relações dos crustáceos com viventes diversos, como plantas, fungos, outros animais e uma miríade de processos ambientais que implicam na composição dos próprios manguezais. Sem os mangues, dificilmente a vida dos caranguejos prosperaria. Além disso, manguezais diferentes propiciam a ocorrência de caranguejos também distintos – uns maiores outros menores, uns mais bonitos outros feios, uns mais saborosos outros menos – como desenvolvi no decorrer desse capítulo. O capitalismo não manufatura mangues, mas se beneficia da diversidade biológica presente neles.

Meus amigos caranguejeiros, por sua vez, não são capacitados por intermediários externos para exercerem suas atividades. Os conhecimentos que atualizam no cotidiano da captura foram gestados em longos anos de engajamento prático com seus ambientes sob a orientação de homens mais velhos e em parceria com outros colegas. A cata para a venda é mais um aspecto dos vários entrelaçamentos das linhas de vida dos meus anfitriões com os mangues que, entre outras coisas, são frequentados para a busca de alimentos, para a pesca, a retirada de madeira e em momentos de lazer e diversão. Tanto caranguejos, quanto caranguejeiros e suas habilidades são gestados em relações que prescindem das lógicas capitalistas de mercado. Assim, para Tsing (2015c), a conversão de coisas com outros históricos de relações sociais e ecológicas em riqueza capitalista diz respeito às dinâmicas de *salvage accumulation*.

Para se efetivar, esse processo requer múltiplas traduções e conversões (Tsing, 2015a), ou transformações, conforme tenho articulado. Violências de toda ordem estão contidas aí e não por acaso, no diálogo com padrões e amigos caranguejeiros, esse processo de transformação também implica maldição⁵³. Caranguejos são transformados em dinheiro na mão dos humanos que mais diretamente lidam com sua “produção”. Não qualquer dinheiro, mas um dinheiro “amarrado”/ “amaldiçoado”. Entre várias outras coisas descritas aqui, a captura também é vivenciada por meus amigos como uma sequência de violações aos caranguejos que, sossegados, têm sua casa invadida por homens armados com ferro (o cambito). Depois disso, são tirados à força, amarrados e expostos ao público nas feiras. Não se faz algo assim a outrem sem consequências. “Tudo que vai, volta”, diz a experiência dos meus anfitriões.

⁵³ Taussig (2010), em seu trabalho junto a camponeses e mineiros colombianos e bolivianos, fala de como práticas capitalistas de exploração e expropriação eram relacionadas ao Diabo. Este ser, então, funcionava como um operador cosmológico da destruição, um ser perigoso com o qual se negociava através de ritos mágicos a fim de obter proteção e maior rendimento no trabalho. O pacto com o Diabo, contudo, era algo potencialmente perigoso tanto para quem o realizava quanto para as pessoas à sua volta. A improdutividade dos canaviais e os deslizamentos de terras nas minas bolivianas eram associados a ele. O caráter maléfico do capitalismo – localizado em uma figura bastante localizada cosmológicamente – acionava valores pautados no egoísmo, no acúmulo individual de bens e no esfacelamento de trocas baseadas na dádiva. No caso do dinheiro amarrado oriundo dos caranguejos, o Diabo, ou qualquer figura que o assemelhe, não é acionado. O caráter maldito e amarrado dos recursos financeiros obtidos daí emanaria – em uma primeira dimensão – das relações violentas dos humanos com os caranguejos e – adicionalmente – das precárias condições de trabalho às quais caranguejeiros são submetidos.

A maldição do dinheiro do caranguejo não é atribuída a castigo de Deus ou do Diabo ou de qualquer entidade protetora dos mangues, mas às violências perpetradas contra o caranguejo no processo de torná-lo mercadoria. Caranguejeiros, de certa forma, também se veem amarrados a este destino trágico. Submetidos a duras condições de trabalho, meus amigos percebiam a si mesmos como sujeitos amarrados – não apenas às palhas de carnaúba que lhes sustentam a vestimenta –, mas a um conjunto de relações nas quais, geralmente, saem perdendo frente a outros – patrões, intermediários externos etc. – que ganham muito mais “com esse negócio de caranguejo”.

À medida que se afastam dos caranguejeiros, os crustáceos passam por diversos intermediários, pessoas especialistas em transformarem (traduzirem) as coisas em valores capitalistas (Tsing, 2015a). Nas mãos dos patrões, caranguejos devem mercadoria criteriosamente qualificada conforme tamanho, cor, sabor e procedência. A maldição/transformação segue em curso. Patrões comunitários se reclamam dos intermediários regionais e externos. Dizem que eles ganham mais do que deveriam e, ao passo que também tecem críticas aos caranguejeiros – cobrando fidelidade e rendimentos cada vez melhores –, reconhecem as dificuldades e agruras do trabalho nos mangues.

A transformação dos caranguejos em mercadorias vai além das operações realizadas por intermediários. O transporte e as normativas a eles relacionadas também opera uma transformação/conversão essencial. Talvez o transporte seja o primeiro momento no qual os caranguejos estão completamente alienados das relações que lhes deram origem, rigidamente condicionados conforme certos padrões de forma a garantir sua vida e, conseqüentemente, sua viabilidade enquanto mercadoria. A alienação que constitui os crustáceos enquanto seres desengajados dos mangues e do trabalho dos caranguejeiros só pode ser compreendida em um contexto de múltiplas conversões e amarrados. A “maldição” – enquanto processo de transformação – é parte constitutiva disso.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas marés de lua – cheia ou nova – demorávamos ir para o mangue. Era preciso esperar as águas descobrirem as raízes e, conseqüentemente, os buracos dos crustáceos. Em dias assim, eu e meus anfitriões ficávamos horas nos portos fazendo reparos nas roupas, cortando as palhas, conversando sobre caranguejo, vida alheia ou futebol. Por vezes, era melhor sairmos de casa apenas de onze horas em diante, depois do almoço. As marés, além de marcarem horários possíveis para a entrada no mangue, relacionam-se com os ciclos de desenvolvimento, reprodução e ocorrência dos caranguejos. Patrões e caranguejeiros costumavam atribuir a ela dias de ótimo rendimento na captura. “Essa maré foi boa”. O contrário também acontece: em “marés ruins” é possível andarmos, andarmos, andarmos e não pegarmos sequer doze caranguejos. Marés grandes fazem com que o caranguejo siga mais tarde que o comum para os seus destinos de comercialização. Elas podem invadir quintais e cercados, chegar à porta das casas. Coisas que causam espanto.

No decorrer dessa tese, assim como a maré em suas capacidades transformadoras e conectivas – procurei articular diferentes aspectos da lida com o caranguejo-uçá no Delta do Parnaíba. Lida que envolve tanto “produção” – pensada como emaranhamentos entre processos vitais, técnicos e comerciais – quanto constituição de territórios e formas específicas de se relacionar com humanos e outros mais que humanos. A ideia de uma *lida*, portanto, congrega ecologias feitas “com, contra e a partir de outros” (Coelho de Souza, 2017; Soares-Pinto, 2017).

Adentrar os manguezais é educar a atenção (Ingold, 2016, 2020) para um mundo feito/composto por caranguejos, árvores de mangue e um conjunto amplo de viventes e forças. Caranguejos são exímios fazedores de mundo (Cardoso, 2018). Ao escavarem suas galerias, entupirem-se ou voltarem a circular pela lama nos dias posteriores à ecdise, os crustáceos transformam a paisagem, auxiliam na oxigenação do solo e, assim, contribuem na emergência de uma diversidade de outros seres. Lidar com seres que se movimentam de forma habilidosa por (e através) do chão requer movimentos igualmente sofisticados por parte de caranguejeiros e aprendizes antropólogos.

Assim, mover-se no mangue é, sobretudo, desenvolver habilidades motoras e perceptivas capazes de captar os indícios indicativos da presença dos crustáceos, mas não só. Implica ainda dialogar os movimentos corporais com a resistência das raízes e as diferentes densidades de solo. “Cada mangue é um mangue”, como repetidas vezes ouvi dos meus anfitriões ao me ensinarem diferentes modos de me locomover –a depender de onde estávamos. Atentar para os sinais perceptuais (Bateson, 1998; Devos, Vedana e Barbosa, 2016) relacionados ao caranguejo requeria um passo anterior de suma importância: sintonizar o próprio corpo às ecologias do caminhar (Cardoso, 2018; Tuck-Po, 2008).

Se a maré tem a capacidade de conectar diferentes manguezais, ela também os diferencia. O fluxo das águas propicia composições bastante heterogêneas de áreas de mangue. Grosso modo, meus anfitriões se referiam a essas diferenças como “manguezais do doce” – lugares de menor incidência das águas marinhas – e “manguezais do salgado” – situados em locais mais próximos da costa. Os primeiros possuem raízes mais resistentes e propiciam a emergência de caranguejos mais espertos, arredios e um pouco mais difíceis de serem amarrados, ao contrário dos segundos. Não apenas as árvores de mangue, portanto, passam por processos de heterogênesse: os caranguejos também. Com isso não me refiro apenas a características tais como cor, tamanho, sabor, mas – principalmente – ao *gênio*, isto é, às qualidades comportamentais que especificam caranguejos a partir do feixe de relações (Strathern, 2006) no qual se constituem.

A lida com estes viventes também assume o caráter de uma *luta* pessoalizada. A captura, então, se converte em um lugar no qual se *bota força* com e contra os caranguejos, tanto fisicamente quanto no ato de decifrar suas artimanhas criativas sob a lama. As habilidades envolvidas na captura, além de atenção às ecologias do caminhar, envolvem o manuseio de ferramentas – o cambito – de forma a dialogar com o posicionamento e movimentos dos crustáceos no interior de suas galerias. Afinal de contas, seus buracos nem sempre são retilíneos: os animais fazem voltas, escondem-se em caminhos subterrâneos inacessíveis ao catador, esgueiram-se em rebancos de terras ou entre raízes. Assim, botar força com caranguejos implica também tomar cuidado com eles: não os machucar, ferir ou matar. Cuidados que transcendem a captura e acompanham (e orientam) a lida com os bichos em diversos momentos do seu ciclo vital.

Caranguejos são convertidos (também) em mercadorias vivas. De nada adiantaria capturá-los e sair do mangue com os animais mortos ou gravemente feridos. Esse fato me fez perceber como a captura requer uma atenção ampla, aberta, difusa e orientada para todo o ambiente circundante ao catador. Corredeiras e macacos prego podem “roubar” a “mercadoria”, termo que, em muitos casos, era um substitutivo para caranguejo. A transformação de caranguejo em mercadoria e, posteriormente, em dinheiro, contudo, não é um processo simples e tampouco unívoco. Caranguejos devém mercadoria a partir de múltiplas transformações, desde o momento em que suas linhas de vida são cruzadas pelas dos catadores. Contudo, vale destacar que a mercadoria é apenas um entre vários devires possíveis aos caranguejos capturados.

Se, por um lado, o caranguejo-mercadoria depende de relações com humanos como principal condição para sua existência, o caranguejo-vivente se origina graças a um emaranhado de relações multiespécie e processos vitais nos quais os humanos não ocupam centralidade. A existência dos crustáceos – ainda que seja convertida em valor comercial – depende exclusivamente da dinâmica dos mangues para se fazer possível. De outro modo, os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas pelos caranguejeiros também se relacionam intimamente com os manguezais. É evidente que caranguejeiros mais jovens necessitam da orientação e acompanhamento de homens mais velhos em seus aprendizados sobre a cata, mas esse aprendizado, em última instância, só é possível graças aos engajamentos práticos dos meus anfitriões com a lama, as árvores, os caranguejos e uma série de outros viventes que compõem os mangues.

O aprendizado da cata é um aprendizado que se faz caminhando e visitando manguezais distintos e, não raro, distantes entre si. É basicamente o ato de percorrer diferentes porções do território que constitui um caranguejeiro. O *território pesqueiro* que procurei articular no primeiro capítulo desta tese é algo que se faz a partir do momento em que se caminha e se reconhece diferentes paisagens. Longe de ser algo rigidamente delimitado por fronteiras, procurei me apropriar dessa categoria a partir dos lugares vividos, das dinâmicas e das práticas de conhecimento desenvolvidas pelos pescadores e pescadoras com quem caminhei – seja nas relações com suas casas, bairros, comunidades, com os manguezais, carnaubais, rios ou lagos. Nesse movimento, inspirado por Mello

(2016), refleti sobre como a noção de *território pesqueiro* se expande para pensarmos uma diversidade de formas de vida – humanas e não humanas – gestadas a partir do encontro com a maré, mas não só.

Território pesqueiro nos direciona ainda para processos mais amplos de constituição de subjetividades e diferentes processos políticos de luta pela terra e pelas águas, alguns culminando no estabelecimento de unidades de conservação no Delta. Se hoje os manguezais ocupam grandes porções territoriais e o caranguejo emerge como principal fonte de renda para diversas famílias, anos atrás as florestas eram desmatadas e o arroz era cultivado em seu lugar com o auxílio de agroquímicos. Esse momento de destruição das dinâmicas multiespecíficas marca também uma época na qual homens e mulheres deveriam pagar renda a supostos proprietários locais para poderem morar e produzir, além de serem proibidos de construir casas de alvenaria.

Assim, procurei articular diferentes ecologias (Guattari, 1990; Mello, 2016, 2010; Ingold, 2000) envolvidas na lida com o caranguejo-uçá, desde a relação das pessoas com a terra e os manguezais até a cata e comercialização dos crustáceos. Nesse processo, diversas instâncias se emaranham. Guattari chama de ecosofia uma proposta estético-política que procura dar conta da articulação entre três campos principais: ecologia mental, ecologia social e ecologia ambiental. Todos os capítulos desta tese são atravessados transversalmente por essas ecologias que, longe de se apartarem, encontram-se completamente implicadas uma na outra. Assim, no capítulo 3, por exemplo, é difícil falar das relações com o ambiente, caranguejos e ferramentas (ecologia ambiental, plano das “visibilidades”) sem perceber como essas instâncias se articulam na constituição corporal e, conseqüentemente, subjetiva dos catadores. No capítulo 4 isso ganha outra nuance quando os nós que amarram caranguejos também são acionados para falar das condições sociais (e pessoais) dos meus anfitriões.

Nos capítulos 1 e 2, o histórico das relações sociais e políticas com o território é atravessado pela sazonalidade das estações e pelos movimentos dos próprios crustáceos no mangue. A lida com o caranguejo, portanto, para além da “produção” de uma mercadoria, foi entendida aqui como fruto da articulação de ecologias diversas, que envolvem o território, interações multiespécie, movimentos habilidosos nos mangues, práticas e relações comerciais. Lidar com

caranguejos, portanto, é se engajar tanto em processos técnicos e vitais de (e com) humanos e outros viventes, quanto se enredar em dinâmicas mercantis nas quais os conhecimentos dos catadores, crustáceos e os próprios mangues – de alguma forma – são convertidos/transformados em valor de troca.

As transformações/conversões implicadas no devir-mercadoria dos caranguejos envolvem “maldição” e “amarração” do próprio dinheiro que disso resulta. Um dinheiro amarrado/amaldiçoado. Ao ser amarrado, os fluxos que conectam um caranguejo ao mangue são rompidos. Ainda que ele seja posteriormente devolvido à lama, um corte foi feito: ele foi capturado e muito dificilmente retornará nas mesmas condições de antes. Amarrar, portanto, é parte do processo de separação do crustáceo vivente das relações que lhe originaram. Ele então ingressará em relações próprias do capitalismo contemporâneo, no mundo da mercadoria. Amarrar, atar, fazer um nó me lembra a noção de “circuito fechado” – acionada por José Carlos dos Anjos – ao falar do fechamento (e da abertura) de caminhos em cosmologias de religiosidades afro-brasileiras. “Abrir os caminhos significa aliviar os percursos de um empreendimento de possíveis interferências negativas” (2006: 19).

Circuitos fechados são aqueles que impedem a livre circulação dos fluxos de vida e, assim, significam atraso, destruição ou morte. Cruzamentos ou ruas que se fecham em T, por exemplo, são ideais para trabalho de fechamento de caminhos. Uma encruzilhada em forma de cruz (+), contudo, pode servir tanto a este processo quanto ao seu avesso: essa conformação espacial pode ser tanto um começo – abertura de um fluxo – quanto o fim (Anjos, 2006). Assim, se o circuito é fechado, ele é carregado de energias negativas, não anda, embota. Analogamente, amarrar também pode ser entendido como fechar.

A ação de atar os caranguejos, de certa forma, está inserida em uma dinâmica capitalista de subjugação de outros viventes, dos mangues e dos próprios corpos dos caranguejeiros frente uma dinâmica capitalista de acumulação de riquezas e exploração de ecologias diversas. Amarrar, portanto, fecha um circuito aberto de relações com outros e origina, por conseguinte, um dinheiro amarrado/amaldiçoado, com o qual não se consegue fazer muita coisa. O caráter amarrado dos caranguejos, dos caranguejeiros e do dinheiro, por outro lado, também propicia ganhos para quem os acessa. Ainda que não seja tanto (sobretudo

para caranguejeiros e patrões – os intermediários comunitários), esse dinheiro possibilita comprar roupas e alimentos, construir casas e diversas outras coisas. Assim como a encruzilhada, o “amarrado”, então, abre certas possibilidades de vida e bloqueia outras. Todavia, sua qualidade restritiva e violenta preponderava nas conversas que tive com meus anfitriões. A maldição do “dinheiro do caranguejo” encerrava um circuito fechado de violações às mais variadas formas de vida, inclusive humanas, implicadas na transformação do caranguejo em mercadoria capitalista.

A riqueza, a fartura e a comida na mesa, por outro lado, não eram coisas atribuídas (pelo menos não exclusivamente) ao “dinheiro do caranguejo”. Ainda que ele tivesse parte importante nisso, os crustáceos e os rendimentos deles obtidos eram atribuídos a dinâmicas mais amplas de relação com os manguezais, os rios, a terra e, principalmente, com a maré. Estas, sim, propiciadores de uma vida farta na qual “só passa fome quem quer”. A possibilidade de plantar, de pescar e, ainda, de trabalhar em uma diversidade de outras funções para além da cata – como o corte da palha de carnaúba e a prestação de serviços – evidenciava a riqueza de viver em um lugar em que, sabendo atentar para as linhas de vida de outros seres, toda fartura é possível. Assim, se a maré conecta, expande e propicia a vida em sua diversidade, amarrar restringe, instaura o devir mercadoria dos caranguejos e ata humanos caranguejeiros a um dinheiro que, se por um lado possibilita a aquisição de certas coisas, por outro é visto como um dinheiro amarrado/amaldiçoado diante das relações capitalistas que lhe originam.

Nesse contexto, uma diversidade de viventes, caminhos e territórios se constituem por meio de múltiplos de processos vitais comerciais, técnicos e políticos. O que tentei nesta tese foi refletir como algumas dessas dinâmicas ocorrem a partir da lida com o caranguejo-uçá.

Referências

- AB'SÁBER, Aziz. 2001. **Litoral do Brasil**. São Paulo: SP Produção e Comunicação
- ACHESON, James. 1981. Anthropology of fishing. **Annual Review of Anthropology**(10): 275-316.
- ALEGRETTI, Mary Helena. 2002. A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sustentabilidade). Brasília: Universidade de Brasília.
- ALENCAR, Edna Ferreira. 1991. Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: a pesca feminina na ilha dos Lençóis. **Dissertação** (Programa de Pós Graduação em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. 2007. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **Ruris**, Campinas, vol. 1, n. 2: 157-188.
- ALVES, André. 2004. **Os argonautas do mangue**. Campinas: Editora Unicamp/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- ALVES, Elio de Jesus Pantoja. 2006. Mudanças e continuidades do aviamento da pesca artesanal. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2.
- ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Do mangue à casa: família e trabalho na economia do carangueijo. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) Belém: UFPA, 2002.
- ALVES, Rômulo Romeu da Nóbrega; NISHIDA, Alberto Kioharu. 2002. A ecdise do caranguejo-uçá, *ucides cordatus* l. (decapoda, brachyura) na visão dos caranguejeiros. **INCI**, Caracas , v. 27, n. 3, p. 110-117.
- ANDERSON, Jon. 2004. Talking Whilst Walking: A Geographical Archaeology of Knowledge, **Area**, 36: 254 – 61.
- ANDRADE, Mário de. 1984. Remate de males. In: TORRES, Alexandre Pinheiro, org. **Antologia da poesia brasileira**. Volume III. Porto: Lello & Irmão.
- ANDRADE, Oswald. 1991. **O santeiro do mangue e outros poemas**. São Paulo: Globo.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. 2006. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares.
- APPADURAI, Arjun. 2008. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun. 2008A **vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

APPADURAI, Arjun. 2013. Commodities and the politics of value. In: **The future as cultural fact: Essays on the global condition**. London: Verso.

aspectos da adaptação humana aos manguezais do Rio Grande do Norte.

ASSAD, Luiz Tadeu *et al* 2012. **Industrialização do caranguejo-uçá do delta do Parnaíba**. Brasília: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba: Instituto Ambiental Brasil Sustentável.

ASWANI, Shankar. 2020. New Directions in Maritime and Fisheries Anthropology. **American Anthropologist**, 122(7)

BAILÃO, A. S. *et al*. 2018. Entreviver – desafios cosmopolíticos contemporâneos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 13-23.

BARBOSA, Gabriel Coutinho; DEVOS, Rafael. 2017. Parallaxe e “marcação por terra”: técnicas de navegação entre jangadeiros na Paraíba e Rio Grande do Norte (Brasil). **Mana** 23(3): 343-372.

BARBOSA, Gabriel Coutinho; VEDANA, Viviane; DEVOS, Rafael. Habilidades Perceptuais entre a Captura e o Comércio de Pescado. 2021. **Ilha**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 153-175.

BARRETTO FILHO, H. T. 2001. Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

BARRETTO FILHO, Henyo. Áreas naturais, artefatos culturais: uma perspectiva antropológica sobre as Unidades de Conservação de Proteção Integral na Amazônia brasileira. In: Almeida, Alfredo Wagner Berno de; Farias Júnior, Emmanuel (Orgs.). 2010. **Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro**. Manaus: UEA, Edições, pp. 148-212.

Bateson, Gregory. (1998). *Pasos hacia una ecología de la mente*. Buenos Aires: Lohlé-Lumen.

BEAR, Laura, HO, Karen; TSING, Anna Lowenhaupt; YANAGISAKO, Sylvia. 2015. **Gens: A Feminist Manifesto for the Study of Capitalism**. Theorizing the Contemporary, Fieldsights, Society for Cultural Anthropology. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/gens-a-feminist-manifesto-for-the-study-of-capitalism>

BISPO, Antônio. 2015. **Colonização e quilombos: modos e significados**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa.

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. Entre saias justas e jogos de cintura. 2007. Florianópolis: Ed. Mulheres, Santa Cruz do Sul, EDUNISC.

BOPP, Raul. **Cobra Norato**. 1994. Rio de Janeiro: José Olympio.

- BRAGA, Daniel Souza. 2016. **Corp-oralidades**: experiência corporal e memória de trabalhadores dos rios e dos mangues no povoado dos Morros da Mariana/PI (1970-1980). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História, Teresina.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1998. Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos. In: NIEMEYER, Ana Maria; GODOI, Emília Pietrafasa (Orgs). **Além dos territórios**: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- BRANDAO, Carlos Rodrigues. 1999. **O afeto da terra**. Campinas: Unicamp.
- BRITTO, Rosyan. **Modernidade e tradição**. 1999. Construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo – RJ. Niterói: Eduff.
- BUTI, Rafael Palermo. 2019. O 'guaíamum petroleiro', o 'meio ambiente', o 'quilombo' e o 'manquintal': notas sobre (des)fazer mundos nas paisagens de manguezal no Recôncavo da Bahia. In: **Anais da VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CANGUILHEM, Georges. 2012. **O conhecimento da vida**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CARDOSO, Thiago Mota. 2018. **Paisagens em transe**: ecologia da vida e cosmopolítica Pataxó no Monte Pascoal. Brasília: IEB; Mil Folhas.
- CARNEY, Judith. 2017. "The mangrove preserves life": habitat of African Survival in the Atlantic World. **Geographical Review**, 107 (3): 433-451.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; STEIL, Carlos Alberto. Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, V. especial, p. 50-79.
- CARVALHO, Rita de Cássia Pereira de. 2018. **As territorialidades institucionais e dos empreendimentos econômicos turísticos em áreas naturais protegidas no Delta do Parnaíba**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.
- CASTILHO-WESTPHAL, G.G.; OSTRENSKY, A.; PIE, M.R.; BOEGER, W.A. 2008. Estado da arte das pesquisas com o caranguejo-uçá, *Ucides cordatus*. **Archives of Veterinary Science**, v.13, n.2, p.151-166.
- CASTRO, Josué. 1967. **Homens e caranguejos**. São Paulo: Brasiliense.
- CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. 2004. Análise integrada das unidades paisagísticas na planície deltaica do Rio Parnaíba- Piauí/Maranhão. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, 3(6): 105-118.

- CHUOMO, Chris J. 1998. **Feminism and ecological communities: an ethic of flourishing**. Routledge: New York.
- CINTRON, Gilberto; SCHAEFFER NOVELLI, Yara. 1983. **Introduction to the ecology of mangrove swamps**. Montevideo Uruguay Oficina Reg. de Ciencia y Tecnologia de la Unesco Para America Latina y El Caribe, v. 109.
- COBO, Valter José; FRANSOZO, Adilson. 2005. Physiological maturity and relationships of growth and reproduction in the red mangrove crab *Goniopsiscruentata* (Latreille) (Brachyura, Grapsidae) on the coast of São Paulo, Brazil. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 22, n. 1991, p. 219–223.
- COELHO DE SOUZA, Marcela Stockler. 2017. Dois pequenos problemas com a lei terra intangível para os Kisêdjê. **R@U – Revista de Antropologia da UFSCar**, 9 (1), p. 109-130.
- COELHO PEREIRA, L. 2014. **A canoa, o barro e o santo: memória e marcadores identitários no Poti Velho, Teresina-PI**. Monografia de Conclusão de Curso. (Curso de Bacharelado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina.
- COELHO PEREIRA, Lucas. 2017. Os reis do quiabo: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília.
- COELHO PEREIRA, Lucas; SILVEIRA, Pedro. Humanos e caranguejos nos manguezais do Delta do Parnaíba: histórias da paisagem. **Revista Antropológicas**, 2021.
- COELHO PEREIRA, Lucas; SILVEIRA, Pedro. Humanos e caranguejos nos manguezais do Delta do Parnaíba: histórias da paisagem. **Revista Antropológicas**, 32(1), p. 1-36, 2021
- CORDELL, John. 1974. The lunar-tide fishing cycle in Northeastern Brazil. **Ethnology**(13): 379-92.
- COSTA, Francisco Wendell Dias. 2019a. Aspectos geográficos e a gestão de ambientes costeiros: um enfoque na Resex do Delta do Parnaíba, **REGNE, Vol. 5, N^o Especial**, p. 1-16.
- COSTA, Francisco Wendell Dias. 2019. **O papel de agentes e sujeitos na implantação de políticas públicas e no ordenamento e gestão territorial da Resex Delta do Parnaíba-MA**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil.
- COSTA, R. S. Bioecologia do caranguejo-uçá, *Ucidescordatus* (Linnaeus,)-Crustaceo, Decápode- do nordeste. **Boletim Cearense de Agronomia**, v. 20, p. 1–74., 1979.
- COUPAYE, Ludovic, PITROU, Perig. 2018. Introduction. The Interweaving of Vital and Technical Processes in Oceania. **Oceania**, v.88, n. 1.

- CRESPO, Maria de Fátima Vieira. 2007. *Estratégia de desenvolvimento do arranjo produtivo local da carnaúba em Ilha Grande de Santa Isabel (PI) – Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba. Dissertação* (Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí, Teresina, Brasil.
- CRESPO, Maria de Fátima Vieira. 2018. **Avaliação de processo da IN MPA Nº 9/2013 para o aperfeiçoamento da gestão.** In: ANAIS... II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. Teresina: Universidade Federal do Piauí.
- CRESPO, Maria de Fátima Vieira. 2020. *Cadeia de valor do caranguejo-uçá (Ucides cordatos Linnaeus, 1973) da Reserva Extrativista Marinha Delta do Parnaíba. Tese* (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Teresina: Universidade Federal do Piauí.
- DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário.* Tradução bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.
- DAY JR., Jonh W.; CRUMP, Byron C.; KEMP, W. Michel; YÁÑEZ-ARANCIBIA, Alejandro. 2013. **Estuarine Ecology.** New Jersey: Wiley-Blackwell.
- DE LA CADENA, Marisol. 2015. **Earth beings: ecologies of practice across Andean worlds.** Durham: Duke University Press.
- DE LACERDA, Luiz Drude (Ed). 2002. **Mangrove Ecosystems: function and Management.** New York: Springer.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1995. **Mil platôs: capitalismo e equizofrenia.** Vol 1 e Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- DEVOS, Rafael Victorino; BARBOSA, Gabriel Coutinho; VEDANA, Viviane. *Fish news: perceptual skills, technique and distributed cognition in mullet fishing. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, [s.l.], v. 5, n. 16, 2019.*
- DEVOS, Rafael Victorino; VEDANA, Viviane; BARBOSA, Gabriel Coutinho. 2016. *Paisagens como panoramas e ritmos audiovisuais: percepção ambiental na pesca da tainha GIS – Gesto, Imagem e Som – Revista de Antropologia, São Paulo, v. 1, p. 41-58.*
- DIEGUES, Antônio Carlos. 1983. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo; Ática.
- DIEGUES, Carlos Antônio (Org). 2000. *A imagem das águas.* São Paulo: Hucitec.
- DIEGUES, Carlos Antônio. 1995. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima.* São Paulo: NUPAUB-USP.
- DIEGUES, Carlos Antônio. 1999. *A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos do Brasil. Etnográfica, Vol. III (2), pp. 361-375.*

- DIELE, K. 2000. Life history and population structure of the exploited mangrove crab *U. cordatus* (L.) (Decapoda: Brachyura) in the Caeté estuary, North Brazil. **Tese** (Doutorado na área de especialidade 2 – Biologia/Química) -Zentrum für Marine Tropenökologie, Universität Bremen.
- DOU. Diário Oficial da União. 2017. **PORTARIA No- 725, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017**. Aprova as regras de uso sustentável dos recursos provenientes dos manguezais na área deltaica da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba e na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba em especial o Caranguejo - Uçá e a Ostra.
- DUARTE, Luis Fernando Dias. 1999. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: EdUFF.
- EMPRAPA. 2009. **Caranguejo verde**: recomendações para captura, transporte e estocagem do caranguejo vivo. Parnaíba: Embrapa Meio Norte.
- ENTRETERRAS, vol. 1, n. 1, Brasília, junho de 2017
- ESCOBAR, Arturo. Depois da natureza: passos para uma ecologia política anti essencialista. In: Parreira, Clélia; Alimonda, Hector (Org.). 2005. **Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas**. Brasília :Flacso-Brasil, Editorial Abaré.
- FAGUNDES, Guilherme Moura. 2019a. Fire normativities: environmental conservation and quilombola forms of life in the Brazilian savanna. **Vibrant**, v. 16,
- FAGUNDES, Guilherme Moura. 2019b. Fogos gerais: transformações tecnopolíticas na conservação do cerrado. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- FARIAS, Alessandra Cristina da Silva *et al.* 2015. **Cadeia produtiva da pesca no interior do Delta do Parnaíba e are a marinha adjacente**. Fortaleza: Editora RDS.
- FEDERICI, Silvia. 2017. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante.
- FERREIRA, Genilson Conceição; VIANNA, Beto. **Canto e encanto no encontro do aratu com o humano**. 2019. In: ESTEVES, Leonardo Leal; VIANNA, Beto. Desafios da alteridade: antropologia na Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS, 231-262.
- FERRET, Carole. 2014. Towards an anthropology of action: From pastoral techniques to modes of action. **Journal of Material Culture**, Vol. 19(3), p. 279–302
- FIRTH, Raymond. 1946. **Malay Fishermen**. Londres: Kegan Paul.

- FIRTH, Raymond. 1992. Art and Anthropology. In: COOTE, Jeremy; SHELTON, Anthony (orgs.). **Anthropology, Art and Aesthetics**. Oxford: Clarendon Press.
- FLORES, Araceli Verônica; RIBEIRO, Joselito Nardi; NEVES, Antônio Augusto, QUEIROZ, Elana Lopes Ribeiro. 2004. Organoclorados: um problema de saúde pública. **Ambiente e Sociedade**, 7(2): 111-124.
- FORMAN, Shepard. 1970. **The raft fishermen: tradition & change in the brazilian peasant economy**. Indiana: Indiana University Press.
- FROEHLICH, Graciela. 2016. **O bem-estar na carne: um estudo antropológico sobre as relações entre humanos e animais a partir da categoria de “bem-estar animal”**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília.
- FROEHLICH, Graciela. 2017. As lidas e o bem-estar: relações entre os humanos e os animais em fazendas de criação de gado de corte. In: SAUTCHUK, Carlos Emanuel (Org.). **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas**. Rio de Janeiro: ABA Publicações.
- FROEHLICH, Graciela. 2015. Trabalhar os animais, trabalhar com os animais: reflexões etnográficas sobre bem-estar animal em fazendas de criação de gado de corte. **R@u - Revista de Antropologia da UFSCar**, 7 (1), pp 108-125.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. 1993. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém; Museu Paraense Emílio Goeldi.
- FURTADO, Lourdes. 1987. **Currallistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém; Museu Paraense Emílio Goeldi.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. 2004. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?**. In: RICARDO, Fany (org.). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições territoriais. Instituto Socioambiental, São Paulo.
- GARCIA, Uirá. 2018. Macacos também choram, ou esboço para um conceito ameríndio de espécie. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69. P. 179-204.
- GIBSON, James J. 1986. **The ecological approach to visual perception**. New York: Psychology Press.
- GIBSON, James J. 1986. **The ecological approach to visual perception**. New York: Psychology Press.
- GODOI, Emília Pietrafesa. 1998. O sistema do lugar: história território e memória no sertão. In: NIEMEYER, Ana Maria; GODOI, Emília Pietrafesa (Orgs). **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas, SP: Mercado de Letras.

- GODOI, Emilia Pietrafesa. 2016. **Territorialidade**. In: Sansone, L; Furtado, C.A. (orgs.). Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. Salvador: EDUFBA; ABA Publicações.
- GUATTARI, Félix. 1990. **As três ecologias**. Campinas, São Paulo: Editora Papirus.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. 2011. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- GUZZI, Anderson. (Org). 2012. **Biodiversidade do Delta do Parnaíba, litoral piauiense**, p.115-138. Teresina: ed. UFPI.
- HARAWAY, Donna. 2016. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Clima Com Cultura Científica** - pesquisa, jornalismo e arte, 3(5): 139-146.
- HARVEY, David. 2004. A acumulação via espoliação. In: HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola.
- ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2016. **Plano de gestão para extração do caranguejo-uçá em Reserva Extrativista no Delta do Parnaíba**. Parnaíba: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- ICMBio. 2013. **Instrumento Emergencial para Ordenamento dos Usos na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba**.
- ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2018. **Propostas para revisão do marco regulatório do caranguejo-uçá: vamos melhorar juntos a pesca do caranguejo-uçá?** ICMBio: Brasília.
- ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2020. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba**.
- INGOLD, Tim. 2016. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação** (Porto Alegre), v. 39, n. 3, p. 404-411, set.-dez. 2016
- INGOLD, Tim. 2016. **Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia**. **Educação** (Porto Alegre), v. 39, n. 3, p. 404-411, set.-dez. 2016
- INGOLD, Tim. 2015b. **The life of lines**. London: Routledge.
- INGOLD, Tim. 2000. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge.
- INGOLD, Tim. 2004. Two reflections on ecological knowledge. Em: ORTALLI, G.; SANGA, G.(Eds.). **Nature Knowledge: ethnoscience, cognition, identity**. Berghahn, New York.

- INGOLD, Tim. 2007. **Lines**: a brief history. London: Routledge.
- INGOLD, Tim. 2015. **Estar Vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Editora Vozes.
- INGOLD, Tim. 2020. **Antropologia e/como educação**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- INGOLD, Tim. 2016. **Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. Educação** (Porto Alegre), v. 39, n. 3, p. 404-411, set.-dez. 2016
- INGOLD, Tim; LEE VERGUNST, Joo. (eds). 2008. **Ways of Walking**: Ethnography and Practice on Foot. London: Ashgate Publishing.
- IVO, Carlos Tassito Correa, DIAS, Antônio Fernandes & MOTA, Raimundo Ivan 1993. Estudo sobre a biologia do caranguejo uçá, *Ucides cordatus cordatus* (Linnaeus, 1763) capturado no delta do rio Parnaíba, Estado do Piauí. **Bol. Tec. Cient. CEPENE**, Tamandaré, 7.(1):53-84.
- JIMÉNEZ, Alberto Corsín. 2018. **Spiderweb anthropologies**: ecologies, infrastructures, entanglements. In: DE LA CADENA, Marisol; BLASER, Mario. A world of many worlds. London: Duke University Press, 53-82.
- KIRKSEY, S. Eben; HELMREICH, Stefan. 2010. The emergence of multispecies ethnography. **Cult. Anthropol.** 25:545-76.
- KOHN, Eduardo. 2013. **How forests think**: toward an anthropology beyond the human. Berkeley: University of California Press.
- KOPYTOFF, Igor. 2008. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. 2008. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- KUSENBACH, Margarethe. 2003. Street Phenomenology. The Go-Along as Ethnographic Tool, **Ethnography** 4: 455-85.
- LABAN, R. 1978. **O Domínio do Movimento**. São Paulo: Summus, 1978.
- LAVE, Jean. 2011. **Apprenticeship in critical ethnographic practice**. Chicago: University of Chicago Press.
- LAYTON, Robert. 2008. The art of other cultures. In: LAYTON, Robert. **The Anthropology of Art**. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEE VERGUNST, Joo. 2008. Taking a Trip and Taking Care in Everyday Life. In: INGOLD, Tim; LEE VERGUNST, Joo. (eds). **Ways of Walking**: Ethnography and Practice on Foot. London: Ashgate Publishing.

- LEE VERGUNST, Joo; INGOLD, Tim. 2006. Fieldwork on foot: perceiving, routing, socializing. In:COLEMAN, S.; COLLINS, P. (ed.). **Locating the Field: Space, Place and Context in Anthropology**. ASA Monograph, Oxford: Berg Publishers.
- LEFEBVRE, Henri. 2004.**Rhythmanalysis: Space, Time and Everyday Life**. Londres: Continuum.
- LEGAT, J. F. A.; PUCHNICK-LEGAT, A.; CASTRO, P. F.; GÓES, J. M.; FERNANDES-GÓES, L. 2005. Current fishery status of *Ucidescordatus*(Linnaeus, 1763) (Brachyura, Ocypodidae) in the Parnaíba Delta Region, Brazil. **Nauplius**, v. 13, n.1, p. 65-70.
- LEGAT, J.F.A.; MOTA, R. I.; PUCHNICK, A.; BITTENCOURT, C.; SANTANA, W.S. 2006a. Considerations about *Ucidescordatuscordatus*Fishing in the Parnaíba River Delta Region, Brazil. **Journal of Coastal Research**, Special Issue, v.III, n. 39, p. 1281-1283.
- LEGAT, Jefferson Francisco Alves.; PUCHNICK-LEGAT, Ângela. 2009. Metodologia para o transporte de caranguejo vivo com baixos índices de desperdício. **Boletim Técnico Científico, CEPENE**, v. 17, n. 1, p. 115-121.
- LEGAT, Jefferson Francisco Alves; PUCHNICK, Ângela. 2003. **Sustentabilidade da pesca do caranguejo uçá, *Ucides cordatus cordatus*, nos estados do Piauí e do Maranhão**: Uma visão da cadeia produtiva do caranguejo a partir de fóruns participativos de discussão. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, EMBRAPA Meio-Norte, Paraíba. 24p.
- LEGAT, Jefferson Francisco Alves; PUCHNICK-LEGAT, Ângela.; PEREIRA, Alitieni Lemos Moura; GÓES, João Marcos; FERNANDES GÓES, Lissandra Corrêa. 2006b. **Caranguejo-uçá**: Métodos para captura, estocagem e transporte. Teresina: Embrapa Meio-Norte.
- LEROI-GOURHAN, André . 2002. **O Gesto e a Palavra: 2- Memória e Ritmos**. Lisboa: Edições 70.
- LIMA, Tânia Maria de Araujo. 2007. Teia de sincretismo: uma introdução à poética dos mangues. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Letras). Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- LITTLE, Paul E. 2002. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, **Serie Antropologia**, 322, UnB
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky.1985. Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Campinas, Unicamp.
- LUSTOSA, Ana Helena Mendes. 2005. Práticas produtivas e (in)sustentabilidade: os catadores de caranguejo do Delta do Parnaíba. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2005.

- LUXEMBURGO, Rosa. 1970. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MACHADO, Renata Freitas. 2019. As folhas vermelhas do mangue: uma etnografia sobre os mortos, a morte e a maré. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- MADUREIRA, José Rafael. 2020. A coreologia de Rudolf Laban e o ensino de artes corporais: uma síntese de conceitos-chave, **Revista Pensar a Prática**, v.23.
- MAINE, Henry. 1861. **Ancient Law**. London: Dent.
- MALDONADO, Simone Carneiro. 1986. **Pescadores do mar**. São Paulo; Ática.
- MALDONADO, Simone Carneiro. 1993. **Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1978. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural.
- MANESCHY, Maria Cristina. 1993. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. In: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; FIÚZA DE MELLO, Alex. (Orgs.). **Povos das águas**: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- MANESCHY, Maria Cristina. 2005. Sócio-Economia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. In: FERNANDES, M. E. B. (Org.). **Os manguezais da costa norte brasileira**. São Luís: Fundação Rio Bacanga.
- MARANHÃO, Tullio Persio. 1975. Náutica e classificação ictiológica em Icará, Ceará: um estudo em antropologia cognitiva. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília.
- MARX, Karl. 2013a. **O Capital - Livro I** – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl. 2013b. **O Capital – Livro II** – O Processo de Circulação do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.
- MATEOS, Simone Biehler. 2001. Vida entre caranguejos: Projeto induz mudanças nas normas de exploração do crustáceo no sudeste. **Revista Pesquisa Fapesp**, Ed. 61. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/vida-entre-caranguejos/>
- MATTOS, Flávia Ferreira. 2006. Reservas morais: estudo do modo de vida de uma comunidade na Reserva Extrativista do Delta da Parnaíba. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

- MAUSS, Marcel. 2003. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. Sao Paulo: Cosac &Naify.
- MAUSS, Marcel. 2003. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. Sao Paulo: Cosac &Naify.
- MEILLASOUX, Claude. 1976. A exploração da comunidade doméstica: o imperialismo como modo de reprodução da mão-de-obra barata. In: **Mulheres, Celeiros e Capitais**. Porto: Afrontamento ('Crítica e Sociedade', 7). pp. 149-221.
- MELLO, Cecilia Campello do A. 2010. Política, Meio Ambiente e Arte: percursos de um movimento cultural do extremo sul da Bahia. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Antrtopologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- MELLO, Cecilia Campello do A. 2017. Quatro ecologias afroindígenas. **R@U**, 9 (2), jul./dez, 29-41.
- MELLO, Cecilia Campello do Amaral. A arte a luta e suas irradiações. In: Vieira, Suzane de Alencar; Villela, Jorge Mattar (Orgs.). 2020. **Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, pp. 127-159.
- MELLO, Cecília Campelo do Amaral. 2016. O empresário, a ong, os marisqueiros, a criança: um estudo de caso sobre a variação de sentidos de um manguezal em disputa. **Revista de Antropologia**. São Paulo, Online, 59(2): 59-85.
- MELO NETO, João Cabral de. 2020. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Alfaguara.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. 2006. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes.
- MILLER, Francisca de Souza. 2012. **Pescadores e coletoras de Patane/Camocim**:
- MILLER, Francisca; RIAL, Carmem; COLAÇO, José (Orgs). 2016. Dossiê – Pesca: populações costeiras e ribeirinhas. **Vivência: revista de antropologia**. UFRN/DAN/PPGAS v. I., N 47, Natal: UFRN.
- MILLER, Francisca; WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; CAMARERO, Letícia D'Ambrosio; SOBRAL, José Manoel; COLAÇO, José. 2019. Dossiê – Pesca Artesanal: práticas sociais, território e conflitos. **Vivência: Revista de Antropologia**. v. 1, n 53. Natal: UFRN/DAN/PPGAS.
- MOLINA, Luísa Pontes. 2017. Terra, luta, vida: autodemarcações indígenas e afirmação da diferença. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- MORAES, Petícia Carvalho de. 2016. A festa do coco das comunidades quilombolas paraibanas Ipiranga e Gurugi: acontecimentos e corponegociações. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais. São Paulo: Universidade de São Paulo.

- MORGAN, Lewis Henry. 1973. **A Sociedade Primitiva**. Lisboa: Editorial Presença.
- MORPHY, Howard. 2005. The anthropology of art. In: INGOLD, Tim (org.). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres: Routledge.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, Vol. III (2), 1999.
- MPP - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil. 2012. **Cartilha: Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre o Território Pesqueiro**.
- MUNN, Nancy D. 1977. The Spatiotemporal Transformations of Gawa Canoes. **Journal de la Société des Océanistes**, nº54-55, 33, p. 39-53.
Natal: EDUFRRN.
- NORDI, Nivaldo. 1992. Os catadores de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) da região de Várzea Nova (PB): Uma abordagem ecológica e social. **Tese de doutorado** (Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais) UFSCar, São Carlos.
- NORDI, Nivaldo. 1994. A captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) durante o evento reprodutivo da espécie: o ponto de vista dos caranguejeiros. **Revista Nordestina de Biologia** 9: 41-47.
- OGDEN, Laura. 2011. **Swamplife: people, gators, and mangroves entangled in the Everglades**. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. 1998. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, 4(1), 47-77.
- OLIVEIRA, Marcelo do Vale, MANESCHY, Maria Cristina. 2014. Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 9, n. 1, p. 129-143.
- OLIVEIRA, Marcelo do Vale. 2013. Trabalho e territorialidade no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança-Pará. **Dissertação** (Mestrado em Biologia Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Bragança.
- OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. Na mira das enchentes: mundo natural e pobreza suburbana (Panaíba-PI, anos 1970). **Revista História e Cultura**, 2019, v.8, n.1.
- PEIRANO, Mariza. Proibições alimentares numa comunidade de pescadores (Icaraí, Ceará). **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília, 1975.
- PINHEIRO, M. A. A.; FISCARELLI, A. G.; HATTORI, G. Y. 2000. Biologia reprodutiva do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (Brachyura: Ocypodidae), em Iguape, SP. **Anais do I Congresso Brasileiro sobre Crustáceos**.

- PITROU, Perig. 2015. Life as a process of making in the Mixe Highlands (Oaxaca, Mexico): towards a 'general pragmatics' of life. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, 21 (1): 86-105.
- PITROU, Perig. 2016. Ação ritual, mito, figuração: imbricação de processos vitais e técnicos na Mesoamérica e nas terras baixas da América do Sul (Introdução). **Revista de Antropologia**, 59: 1.
- PITROU, Perig. 2017a. Life is a making. **Nature Culture**, v 4, 1-37.
- PITROU, Perig. 2017b. Life form and form of life within an agentive configuration. A birth ritual among the Mixe of Oaxaca (Mexico), **Current Anthropology**, Volume 58, Number 3.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. 2007. Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Campinas: Universidade de Campinas.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. 2006. **Ah, Esse Povo do Mar**. São Paulo: Editora Polis.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. 2016. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 11, n. 2, p. 391-414, maio-ago. 2016.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. 2020. Mestria da pesca: cultura de um ofício, **Etnográfica**, vol. 24 (2).
- REED, Susan A. 1998. The Politics and Poetics of Dance. **Annual Review of Anthropology**, vol. 27, p. 503-532, 1998.
- REIS, Maria Regina Ribeiro. 2007. Na friadagem do Mangal: organizar e tirar caranguejos nos fins de semana em Bragança. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Belém: Universidade Federal do Pará.
- RENGEL, Lenira. **Dicionário Laban**. 2001. Dissertação (Mestrado em Artes). Instituto de ,Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- RIAL, Carmen; GÓDIO, Matías (Org.). **Pesca e turismo: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul**. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006.
- SÁ, Guilherme José da Silva. 2016. Abraços de mono: elos perdidos e encontros intersubjetivos em etnografia com primatólogos no Brasil. **Mana**, 16(1):179-211, 2010.
- SACRAMENTO, Elionice Conceição. 2019. Da diáspora negra ao território das águas: **ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA**. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais). Brasília: Universidade de Brasília.

- SARAIVA, Luiz, CORRÊA, Jéssica. 2016a. Reflexões sobre homens, manguezais e caranguejos em Bragança – PA. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 270-287, ago/dez.
- SARAIVA, Luiz., CORRÊA, Jéssica. 2016b. “Caranguejo é um mistério, ele mina”: reflexões sobre a relação entre humanos caranguejeiros e não humanos caranguejos em Bragança-PA. **ANAIS... 30º Reunião Brasileira de Antropologia**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. (Org.). 2017. **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas**. Rio de Janeiro: ABA Publicações.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. 2007 O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá). **Tese** (Programa de pós- graduação em Antropologia Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2007
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. 2008. Comer a farinha desmanchar o sal: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento amazônico. **Série Antropologia**. Brasília: Universidade de Brasília.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. 2010. O que a rede ensina sobre o pescador. **Revista Coletiva**, Recife, FUNFAJ, n. 1.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. 2015. Aprendizagem como gênese: prática, skill e individuação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, UFRGS, ano 21, n. 44.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Matar e manter: conservação ambiental como transformação técnica. In: SAUTCHUK, Carlos Emanuel (Org.). 2017. **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas**. Rio de Janeiro: ABA Publicações.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel; FAGUNDES, Guilherme Moura. Conservação como técnica: transformações na pesca amazônica e nos incêndios cerratenses. In: Neves, Fabrício (org.) 2020. **Tramas Epistêmicas e Ambientais: Contribuições dos Estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: 7Letras: 63-82.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel; SAUTCHUK, João Miguel. Enfrentando poetas, perseguindo peixes: sobre etnografias e engajamentos. **Mana**, vol.20, n.3, 2014.
- SAUTCHUK, João Miguel. 2012. **A poética do improviso: prática e habilidade no repente nordestino**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y. *et al.* 2000. Brazilian mangroves. **Aquatic Ecosystem Health and Management**, v.3, p. 561-570
- SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. 1995. **Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar**. São Paulo: Caribbean Ecological Research.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. 2018. A diversidade do ecossistema manguezal. In: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Org). **Atlas dos Manguezais do Brasil**, p. 21-54. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

- SILVA, Ubiratã de Assis Teixeira. 2002. Cultivos experimentais de caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (LINNAEUS, 1763). **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias). Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu; SOUZA, Camilla da Silva. 2014. Imaginário, trabalho e sexualidade entre os coletores de caranguejo do Salgado Paraense. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320.
- SILVEIRA, P. *et al.* 2011. Reservas extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco”. **Relatório de Pesquisa**. Recife-PE: Facepe e Fundação Joaquim Nabuco.
- SILVEIRA, Pedro Castelo Branco Silveira; MESQUITA, Beatriz; MELO, Luciana; OLIVEIRA FILHO, Ivson. 2013. Estuário, paisagem-fluxo de pescadores artesanais. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 14, n. 34, p. 304-32.
- SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. 2020. Caminhando pelos manguezais do fim do mundo. **ClimaCom – Florestas** [Online], Campinas, ano 7, n. 17.
- SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. e BUTI, Rafael Palermo. 2020. A vida e a morte dos guaiamuns: antropologia nos limites dos manguezais. **Anuário Antropológico** n. 45, v. 1, pp- 117-148.
- SOARES-PINTO, Nicole. De coexistências: sobre a constituição de lugares djeoromitxi. **R@U – Revista de Antropologia da UFSCar**, 9 (1), p. 61-82.
- SORDI, Caetano. 2013. De carcaças e máquinas de quatro estômagos: estudo das controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SORDI, Caetano. 2016. Pelo boi e sua carcaça: breves apontamentos sobre a disseminação do manejo racional e do bem-estar animal na pecuária bovina do Brasil. In: Bevilaqua, CiméaBarbato; VELDEN, Felipe. **Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais**. Curitiba: Ed. UFPR; São Carlos, SP: EDUFSCar.
- SOUTO, Francisco José Bezerra. 2004. A ciência que veio da lama: uma abordagem etnoecológica das relações ser humano/manguezal na comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro-BA. **Tese de doutorado**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.
- STRATHERN, Marilyn. 2006. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade melanésia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- STRATHERN, Marilyn. 2014. Sujeito ou objeto? As mulheres e a circulação de bens de valor nas Terras Altas da Nova Guiné. In: STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, p. 109 - 132.
- TA USSIG, Michael. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

- TSING, Anna *et al.* **Arts of living on a damaged planet**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2017.
- TSING, Anna. 2005. **Friction**: an ethnography of global connection. Princeton: Princeton University Press.
- TSING, Anna. 2009. Supply chains and the human condition. **Rethinking Marxism**, London, v.21, n.2, p. 148 -176.
- TSING, Anna. 2015a. **The Mushroom at the End of the World**. On the possibility of life in capitalista ruins. Princeton: Princeton University Press.
- TSING, Anna. 2015b. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha**, 17 (1): 177-201.
- TSING, Anna. 2015c. **Salvage Accumulation, or the Structural Effects of Capitalist Generativity**. In: Theorizing the Contemporary, Fieldsights, Society for Cultural Anthropology. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/salvage-accumulation-or-the-structural-effects-of-capitalist-generativity>.
- TSING, Anna. 2019. **Viver nas Ruínas**: paisagens multiespécies no antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas.
- TSING, Anna. Sorting out commodities. 2013. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, London, v. 3, n.1, p. 21-43.
- TUCK-PO, Lye. 2008. Before a Step Too Far: Walking with Batek Hunter-Gatherers in the Forests of Pahang, Malaysia. In: INGOLD, Tim; LEE VERGUNST, Joo. (eds). **Ways of Walking**: Ethnography and Practice on Foot. London: AshgatePublishing.
- UEXKÜLL, J. von. 1992. **Dos animais e dos homens (Digressões pelos seus mundos-Próprios e Doutrina do Significado)**. Lisboa; Edição Livros do Brasil.
- VANNUCCI, Marta. 2002. **Os manguezais e nós**: uma síntese de percepções. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2 ed.
- VELDEN, Felipe Vander. 2016. Pequenos espíritos vampiros: mosquitos, malária e índios em Rondônia . In: BEVILAQUA, Ciméa Barbato; VELDEN, Felipe Vander. **Parentes, vítimas, sujeitos**: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. Curitiba: Ed. UFPR; São Carlos, SP: EDUFSCar.
- VILLAS BOAS, Maria José Villares Barral. 2016. {Per[for(mar)]}: Imagens das crianças no Nêgo Fugido, Acupe/ BA. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília.
- VIRGÍLIO, Nathan. **Pensa que é só dar o de-comer? Criando e pelejando com parente e bicho bruto na comunidade do Góis-CE**. *Dissertação* (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2018. pp. 66-79; 104-122.

WAWZYNIAK, João Valentim. “Engerar”: uma categoria cosmológica sobre pessoa saúde e corpo. **Ilha**, Florianópolis – SC, v. 5, n. 2, p. 33-55.

WEID, Olívia von der. 2015. O corpo estendido de cegos: cognição, ambiente, acoplamentos. **Revista Sociologia & Antropologia**, v.05.03: 935 – 960.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. 1991. Da Complementaridade à Dependência: a mulher e o ambiente em comunidades“ pesqueiras” do nordeste. **Série Antropologia**. Brasília: Universidade de Brasília.

